



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

DISSERTAÇÃO

"Invisíveis perante o poder público": o Assentamento Municipal Rural do Marapicu e as reivindicações de políticas públicas para o território rural.

TAÍS CÔGO FERREIRA

SEROPÉDICA, RJ
Maio, 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

"Invisíveis perante o poder público": o Assentamento Municipal Rural do Marapicu e as reivindicações de políticas públicas para o território rural.

TAÍS CÔGO FERREIRA

Sob a Orientação Pedagógica

Ana Paula Perrota Franco

Dissertação submetida para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, inscrito na Área de Concentração Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas, sob a linha de pesquisa Sustentabilidade e territorialidades.

SEROPÉDICA, RJ

Maiο, 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383" FERREIRA, TAÍS CÔGO, 1991-
"Invisíveis perante o poder público": o Assentamento
Municipal Rural do Marapicu e as reivindicações de
políticas públicas para o território rural. / TAÍS
CÔGO FERREIRA. - SEROPÉDICA, 2020.
215 f.: il.

Orientadora: ANA PAULA PERROTA FRANCO.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2020.

1. Assentamento de reforma agrária. 2. políticas
públicas. 3. rural-urbano. 4. identidade territorial.
5. territorialização. I. FRANCO, ANA PAULA PERROTA,
1981-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS III.
Título.



TERMO Nº 375 / 2020 - PPGDT (12.28.01.00.00.00.11)

Nº do Protocolo: 23083.055437/2020-65

Seropédica-RJ, 26 de outubro de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS

TAÍS CÔGO FERREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre(a), no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/05/2020

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

ANA PAULA PERROTA FRANCO. Dr.^a. UFRRJ
(Orientadora, Presidente da Banca)

VALTER DO CARMO CRUZ. Dr. UFF

CRISTHIANE OLIVEIRA DA GRAÇA AMÂNCIO. Dr.^a. EMBRAPA

STELLA MARIS NUNES PIEVE. Dr.^a. UFRGS

(Assinado digitalmente em 28/10/2020 13:36)
ANA PAULA PERROTA FRANCO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCAdmS (12.28.01.00.00.16)
Matrícula: 2274155

(Assinado digitalmente em 23/11/2020 12:23)
VALTER DO CARMO CRUZ
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 653.585.112-53

(Assinado digitalmente em 11/11/2020 16:25)
STELLA MARIS NUNES PIEVE
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 220.565.878-66

(Assinado digitalmente em 28/10/2020 01:29)
CRISTHIANE OLIVEIRA DA GRAÇA AMÂNCIO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 020.506.354-35

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus, concebido nas suas diversas formas, por me conceder o dom da coragem para que fosse possível trilhar o caminho como pesquisadora.

Quero agradecer a minha família por me acompanhar em todos os momentos e por me apoiar na escolha de estudar.

Agradeço o meu companheiro Tião por me presentear todos os dias com amor e paz e pelo companheirismo, principalmente, nos momentos de desespero.

Quero agradecer às famílias do Assentamento Municipal Rural do Marapicu por me acolher em seu território e me propiciar as mais valiosas experiências de vida.

Quero agradecer à família Comissão Pastoral da Terra pelo compartilhamento diário da luta e, principalmente, pelo carinho e compreensão direcionados a mim.

Minha gratidão direciona-se à minha orientadora Ana Paula pela serenidade e preocupação à realização da pesquisa e por expressar, dia após dia, a grandeza de ensinar. Cada passo dado na pesquisa foi graças a sua atenção cotidiana.

Meus agradecimentos direcionam-se a cada companheiro da Turma 2018 do Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT, na qual foram manifestados os verdadeiros sentimentos de amizade.

Agradeço a todo corpo docente do PPGDT pelos ensinamentos direcionados à turma 2018 e, principalmente, pela humanização da docência.

Não posso deixar de agradecer à Monique, responsável pelas questões administrativas do Programa, por ser dedicada e humana, principalmente, nos processos burocráticos.

Com coração grato me inclino aos professores da banca Cristhiane, Valter e Stella, pois contribuíram para a construção da presente pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Marapicu representa uma história de luta pela terra. O território de reforma agrária resiste, por três décadas, às formas de opressão do capitalismo moderno que desvaloriza a identidade presente numa parcela da região metropolitana, impactando na reprodução social das famílias. Considerando que o Assentamento Municipal Rural do Marapicu foi constituído em 2008 pela Prefeitura de Nova Iguaçu como território municipal de reforma agrária, objetiva-se analisar e debater as políticas públicas direcionadas ao assentamento pesquisado e, se não há aplicação de tais políticas, a indagar o motivo. Para tanto, procede-se à discussão sobre os conceitos de políticas públicas e identidade territorial para refletir sobre os processos presentes em Marapicu. Observa-se neste processo que os atores sociais não são passivos e, representados pela Associação dos Camponeses do Marapicu, possuem uma trajetória de atuação que garantiu, em diferentes momentos, ações vitoriosas em prol do assentamento. O que permite concluir que, mesmo diante da realidade adversa, a manutenção da área rural deve-se as ações políticas dos atores sociais frente ao que eles compreendem como invisibilidade.

Palavras-chave: Assentamento de reforma agrária, políticas públicas, rural-urbano, identidade territorial, territorialização.

ABSTRACT

Marapicu represents a history of struggle for land. The territory of agrarian reform has resisted, for three decades, to the forms of oppression of modern capitalism that devalues the identity present in a portion of the metropolitan region of Rio de Janeiro, impacting the social reproduction of families. Considering that the Municipal Rural Settlement of Marapicu was constituted in 2008 by the Municipality of Nova Iguaçu as a territory for agrarian reform, the objective is to analyze and debate public policies aimed at the surveyed settlement and, if there is no application of such policies, to inquire about the reason. To this end, the public policy and territorial identity concepts are discussed to reflect on the processes present in Marapicu. It is observed in this process that the social actors are not passive and, represented by the Association of Peasants of Marapicu, have a trajectory of struggles that ensured, at different times, victorious actions in favor of the settlement. This allows us to conclude that, even in the face of adverse reality, the maintenance of the rural area is due to the political actions of the social actors in the face of what they understand as invisibility.

Keywords: Land reform settlement, public policies, rural-urban, territorial identity, territorialization.

Num país onde quase ninguém lê, escrever é quase um sacerdócio. Ao contrário do que muitos pensam, ser poeta não é um privilégio, é um castigo. Porque escrever dói, arranca pedaços e deixa marcas profundas no coração. Muitas vezes ele desce até o inferno para que o leitor suba ao céu e leia sua dor como se fosse dor alheia. É a magia das palavras. Escrever é sangrar um pouco todo dia na presença de testemunhas que assistem a tudo, mas não podem fazer nada. E de tão trágicos, os poetas, mergulham em poças de letras feito quem se afoga no fundo do mar. É quando o poema prende a respiração para que outra pessoa possa respirar.

Sergio Vaz

LISTA DE SIGLAS

- ACM – Associação dos Camponeses do Marapicu
- AFERNI – Associação Feira da Roça de Nova Iguaçu
- APA – Área de Preservação Ambiental
- BNH – Banco Nacional de Habitação
- CAR – Cadastro Ambiental Rural
- CDH/NI – Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro
- CEDIM – Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- CENFOR – Centro de Formação de Líderes
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
- CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Nova Iguaçu
- CMGE – Comissão Municipal de Geografia e Estatística
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- COPER – Corretora de Ações Imobiliárias
- COUAMCA – Cooperativa Agrícola Mista da União das Associações do Mutirão de Campo Alegre
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- EMATER- Rio – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro
- FETAG – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados (as) Rurais do Estado do Rio de Janeiro
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICM – Irmãs Missionárias do Imaculado Coração de Maria
- IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano
- ITERJ – Instituto de Terra e Cartografias do Rio de Janeiro

ITR – Imposto Territorial Rural

JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

LEC – Licenciatura em Educação do Campo

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIRAD – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra

NAF – Núcleo Agrícola Fluminense

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAM – Projeto de Assentamento Municipal

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PJ – Pastoral da Juventude

PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Nova Iguaçu

PME – Plano Municipal de Educação

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco

SEMADETUR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo de Nova Iguaçu

SEMED – Secretária Municipal de Educação de Nova Iguaçu

SERLA – Superintendência Estadual de Rios e Lagoas

SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

TDA – Título de Dívida Agrária

UAMCA – União das Associações dos Agricultores de Campo Alegre

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

URG – Unidade Regional de Governo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Construção de um novo empreendimento imobiliário próximo ao assentamento - Google Earth, 2019. Modificado pela autora.....	18
Figura 2: Veículo Oficial da Prefeitura de Nova Iguaçu disponibilizado para o Censo Agro 2017. Foto da autora.....	26
Figura 3: Recenseadores do IBGE caminhando para realizar as entrevistas nos sítios do assentamento. Foto da autora. Dezembro de 2017.	27
Figura 4: Número de loteamentos e de lotes por localização e por década de aprovação (Período 1940-1976). Abreu, 1997.....	66
Figura 5: Propaganda no Jornal do Brasil sobre a venda de lotes de terras na Baixada Fluminense ainda no contexto de produção da laranja em Nova Iguaçu.	67
Figura 6: Conflitos Fundiários no estado do Rio de Janeiro na década de 1950. Fonte: Atlas dos Conflitos Fundiários Rurais do Estado do Rio de Janeiro – GeoAgrária – disponível em https://geoagrariaffpuerj.files.wordpress.com/2013/06/dec50.jpg	71
Figura 7: Violência contra a pessoa (geral). Fonte: Livro Conflitos do Campo Brasil – 1989, Comissão Pastoral da Terra, 1989.	78
Figura 8: Quadro Comparativo (1991-1995) dos Conflitos do Campo. Fonte: Livro Conflitos do Campo Brasil – 1995, Comissão Pastoral da Terra, 1995.	79
Figura 9: Quadro Comparativo (1995-2004) dos Conflitos do Campo. Fonte: Livro Conflitos do Campo Brasil – 2004, Comissão Pastoral da Terra, 2004.	79
Figura 10: Ocupação da Fazenda Boa Vista. Fonte: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (CEDIM/UFRRJ)	84
Figura 11: Jornal Correio a Manhã, 2º de novembro de 1950. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=21994&url=http://memoria.bn.br/docreader#	89
Figura 12: Jornal do País, "Grileiros não comprovaram a posse da terra", 28.06.84 a 04.07.84 Fonte: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (CEDIM/UFRRJ)	90
Figura 13: Regionais de Campo Alegre (ITERJ, 1986)	93
Figura 14: Jornal do Brasil, "Brizola atende invasor de terra em Queimados", 21.06.84. Fonte: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (CEDIM/UFRRJ)	97
Figura 15: Protesto pelo reconhecimento das áreas rurais de Nova Iguaçu. Foto disponibilizada pela EMATER.....	102
Figura 16: Área interna do Assentamento e seu entorno imediato (PRUDENTE, 2017).	104
Figura 17: Alamedas do assentamento. Foto disponibilizada pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo de Nova Iguaçu.....	112
Figura 18: Relação da área rural com a área de expansão urbana. Novembro 2019....	113
Figura 19: Macro-Zonas de Nova Iguaçu. Plano Diretor de 2008	113
Figura 20: Sítio localizado à margem do Rio Ipiranga. Foto tirada em outubro de 2019	119

Figura 21: Sítio com produção de boi e cabritos para a produção de leite, soro e queijo. Foto tirada em setembro de 2019	121
Figura 22: Roça às margens do Rio Cabuçu. Foto tirada em outubro de 2019.	124
Figura 23: Garrafas Pets no meio da plantação de quiabo e aipim para captar água da chuva. Outubro de 2020.	127
Figura 24: Rio Cabuçu poluído. Outubro de 2019	128
Figura 25: Transbordamento do Rio Cabuçu na Alameda José Lima dos Santos. Fevereiro de 2020. Foto disponibilizada num grupo de Whatsapp do assentamento...	129
Figura 26: Limoeiros queimados. Foto tirada em setembro de 2019.	137
Figura 27: Exposição de produtos agrícolas de agricultores familiares de Nova Iguaçu. Foto disponibilizada pelo escritório da Emater-Rio localizado em Nova Iguaçu.	142
Figura 28: Macrozoneamento da URG Cabuçu (PRUDENTE, 2017).	150
Figura 29: Relação dos conjuntos habitacionais com o rio Ipiranga. Foto da autora...	152
Figura 30: Mercado Produtor Rural, 2004. Foto disponibilizada pela EMATER de Nova Iguaçu.	170
Figura 31: Reunião sobre o documento com proposta de redução das áreas rurais de Nova Iguaçu no Assentamento Municipal Rural do Marapicu, outubro de 2018. Foto da autora.	184
Figura 32: Assembleia para aprovação do novo Estatuto, 29 de junho de 2019. Foto da autora.	188

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	144
I) LUGAR DE QUEM ESCREVE	21
II) PROBLEMÁTICAS CONCEITUAIS	277
(a) Políticas Públicas	300
(b) A Assoc. dos Camponeses do Marapicu e a busca pela visibilidade de Marapicu. 332	
(c) Conflito fundiário e socioambiental.....	355
III) Estruturação da pesquisa	366
CAPÍTULO 1 – BAIXADA FLUMINENSE: PERCEPÇÕES A PARTIR DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL	42
1.1 – A formação territorial do Brasil.....	444
1.1.1 – As Ligas Camponesas.....	466
1.1.2 – A reforma agrária e a visão dos seus distintos interlocutores.....	488
1.1.3 – Modernização da agricultura e os impactos no campo.....	52
1.1.4 – Movimentos sociais do campo pós-1970	533
1.2 – A formação territorial da Baixada Fluminense e os conflitos fundiários	555
1.2.1 – A citricultura como ponto de partida para o processo de loteamentos.....	62
1.2.2 – Urbanização e Conflitos Fundiários na Baixada: loteamentos clandestinos nos subúrbios de Nova Iguaçu, grileiros e implantação de indústrias	644
1.3 – PNRA: Planos dos Governos Sarney e Lula e os conflitos no campo	744
CAPÍTULO 2 – MARAPICU, A “SÉTIMA REGIONAL” DO PROJETO CAMPO ALEGRE	82
2.1 – A busca da reforma agrária na Baixada na década de 1980	855
2.2 – Campo Alegre e as múltiplas faces de sua utilização	888
2.3 – Da Ocupação da Fazenda Boa Vista ao Assentamento Municipal de Marapicu. 977	
2.4 – Implicações à continuidade da área de reforma agrária	1055
CAPÍTULO 3 – A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO EM MARAPICU FACE A FRONTEIRA TÊNUE ENTRE RURAL E URBANO	1099
3.1 – Situando o Assentamento Municipal Rural do Marapicu.....	111
3.2 – Problemáticas identificadas em Marapicu.....	1188
3.2.1 – Água, energia e estrada: reivindicações diárias do assentamento	1188
3.2.2 – <i>“Não é violência de dentro, o principal é de fora”</i> : a violência presente em Marapicu	1233
3.2.3 – Ambientalização dos conflitos sociais em Marapicu	1266

3.2.4 – Conflitos internos devido a heterogeneidades dos atores sociais	13030
3.3 – Políticas Públicas em território de reforma agrária	1388
3.4 – Problemáticas ocasionadas com a relação rural-urbana presente no assentamento municipal	1455
CAPÍTULO 4 – A ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES DO MARAPICU COMO INSTRUMENTO DE LUTA FRENTE AO PROCESSO DE INVISIBILIDADE DO ASSENTAMENTO.....	1544
4.1 – A Associação como instrumento de luta	1566
4.1.1 – A educação do Campo e a construção do saber agroecológico em Marapicu	1599
4.1.2 – Do Mercado Produtor Rural a Feira da Roça de Nova Iguaçu.....	1699
4.2 – O contexto atual da Associação dos Camponeses do Marapicu a partir do olhar dos atores sociais.....	1733
4.3 – Apropriação simbólica através da afirmação da identidade do agricultor.....	1788
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	1944
Anexo 1 – Roteiro de Entrevistas com os moradores e/ou produtores do assentamento	200
Anexo 2 – Roteiro de Entrevistas com gestores da Prefeitura de Nova Iguaçu e representantes de instituições e organizações.	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	2033

INTRODUÇÃO

Três décadas se passaram e o Assentamento Municipal Rural do Marapicu vivencia diariamente a luta pela terra. Mas que luta seria essa num território já constituído, reconhecido e decretado como assentamento municipal de reforma agrária?. A dificuldade das famílias em permanecerem no assentamento para residirem e/ou produzirem, configura-se como um dos principais problemas do território. Portanto, pretende-se discutir que é na materialização da conquista da terra que emerge uma série de dilemas e questionamentos que devem ser encarados pelos pesquisadores, movimentos sociais e pelo Estado, uma vez que problemas socioeconômicos e políticos marcam o processo de efetivação dos assentamentos em todo o Brasil (MITIDIERO JUNIOR, 2011).

A história do Assentamento Municipal Rural do Marapicu iniciou em 1984, com a ocupação do Projeto Campo Alegre, a segunda e maior ocupação rural do Estado do Rio de Janeiro (NOVICKI, 1992). A ocupação possuía um perfil heterogêneo no que se refere à composição das famílias: trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais de diversas partes do estado do Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida devido à deterioração dos modos de vida resultado da política econômica do governo ditatorial (1964-1985). Na conjuntura da época, a aceleração do desenvolvimento econômico esteve associada a formas de políticas autoritárias, levando à exclusão política e econômica das classes populares e ao aumento das desproporções no desenvolvimento das esferas econômica e social (SOSNOVSKI, 1989).

Do total das famílias mobilizadas em Campo Alegre, cerca de cem ocuparam a Fazenda Boa Vista (área de Marapicu) pertencente ao Banco Nacional de Habitação, área do Governo Federal. Com a extinção do BNH a área passou a pertencer a Caixa Econômica Federal. As famílias da ocupação dividiram a fazenda em 92 lotes: 90 lotes com cerca de três hectares (módulo fiscal da época) e 2 áreas coletivas, incluindo a sede da fazenda com 12 hectares. As famílias iniciaram no ano seguinte à ocupação as negociações para reforma agrária da área com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

A Associação dos Camponeses do Marapicu, criada em 1986, é a organização política do território rural. Ela representa os assentados e o assentamento perante os órgãos públicos. Além de ser um dos representantes do território rural no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Nova Iguaçu.

A materialização do assentamento data o ano de 2008, porém como será discutido, com limitações que fragilizam a reprodução social de Marapicu, área de reforma agrária. De um lado, as dificuldades do Governo Municipal de planejar e gerir a área destinada à produção agrícola e, de outro, as fragilidades da organização social local. Na ausência do Estado em planejar, há o avanço da urbanização em torno do assentamento.

Para pensar a materialização dos assentamentos rurais, Mitidiero Junior (2011) utiliza o conceito de utopia, neste caso, como negação da ordem (concentração fundiária); e da ideia de territorialização da luta pela terra dado a espacialização dos movimentos sociais. As ações impulsionadas pela utopia dos movimentos sociais estariam mais na negação das situações sociais e territoriais injustas no campo do que na construção de uma nova sociedade, um novo território. No entanto, como observa o autor, a construção de uma nova sociedade e um novo território torna-se um dispositivo de fortalecimento e esperança para aqueles que estão nas ocupações e nos acampamentos. Para isso, ele utiliza a palavra *fermento*, termo utilizado pela Comissão Pastoral da Terra. No decorrer da luta pela terra, a utopia – que nega a concentração fundiária – antecede o futuro e materializa-se, no caso dos sem terra, na terra com sua família.

Para Rogerio Haesbaert (2004), a territorialização é compreendida como “as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico” (2004, p. 339). Através das díspares formas de poder, como apresenta Haesbaert, os indivíduos dotam de significado o espaço dominado e/ou apropriado. Assim acontece na territorialização da luta pela terra iniciada com a apropriação (ocupação) da terra que através das ações dos movimentos sociais, possibilita a formação de um novo território (assentamento), lugar de morada e produção, diferente do latifúndio.

Como propõe Mitidiero Junior (2011), a utopia é o futuro na terra com sua família, no entanto, os limites da realidade (deficiência do aparelho estatal e organização social enfraquecida) fazem com que as utopias da luta pela terra distanciem-se da sua realização:

Essa realidade coloca, de um lado, o Estado ora deficiente na realização das políticas públicas, ora cooptado nos assuntos da questão agrária e, de outro lado, a organização social enfraquecida e sumariamente perseguida pelo próprio Estado, pela velha oligarquia rural e pela mídia. Além disso, o mercado é implacável nas relações

econômicas que esse novo produtor rural assentado pode passar a desenvolver. (MITIDIERO JUNIOR, 2011, p. 7)

Dessa forma, o autor atenta que a territorialização da luta pela terra dos movimentos sociais deve levar em consideração os limites da materialização, ou seja, o território conquistado – assentamento de reforma agrária – está subordinado, numa sociedade capitalista, aos elementos de dominação. Esse fato que pretendo observar no território de Marapicu, pois a constituição do assentamento dependeu do interesse de negociação da dívida entre o Governo Federal e Municipal. Durante as negociações, as famílias ocupantes tiveram importante papel ao pressionarem ambas as instâncias de governo para a resolução do processo de regularização fundiária. No entanto, a constituição esteve subordinada a atuação do Governo Municipal. Ao assumir o compromisso de reforma agrária da área, o município passa a ser o sujeito dominador e controlador do território. Como bem observa Sérgio Leite (2004, p. 65), “ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um assentamento é o desempenho de um Estado”. A propositiva do autor observa que o verbo criar, na perspectiva de assentamentos, é sinônimo de viabilizar. Pergunto-me onde se materializa a viabilização do Estado no contexto do Assentamento Municipal Rural do Marapicu. A partir desse questionamento me debruço a analisar e debater as políticas públicas direcionadas ao assentamento de reforma agrária pesquisada e, se não há aplicação de tais políticas, a indagar o motivo. Serão analisadas também as ações políticas da Associação dos Camponeses do Marapicu para garantir e lutar por tais políticas.

Mitidiero Júnior (2011) observa também que os assentamentos já constituídos ficam refém das normas definidas pelas instituições públicas, como por exemplo, a exigência de associações; a elaboração de projetos e planos de desenvolvimento dos assentamentos; a influência diante de estratégias de geração de renda; os programas de crédito, entre outros (MITIDIERO JUNIOR, 2011). Além disso, não se pode negar que o assentado está inserido no mercado capitalista, onde necessita comprar bens e serviços, bem como comercializar seus produtos agrícolas. A reprodução social desses indivíduos depende dessa interação com o mercado capitalista. A partir desses elementos de dominação, a territorialização deve ser compreendida como processo de luta e não como conquista e domínio das frações do território. Dito isto, o autor afirma que essa fração do território ocupada, conquistada e transformada em assentamento

rural torna-se uma área de *resistência subordinada* ao território capitalista brasileiro. A resistência subordinada responde a uma combinação de eventos presentes no território cada vez mais distante de sua autonomia.

Utilizo o conceito de materialização de Mitidiero Junior (2011) para falar sobre o Assentamento Municipal Rural do Marapicu, como um território ocupado, conquistado e transformado em assentamento de reforma agrária. Marapicu é repleto de utopias bem como limites que ocasionam conflitos. A ocupação que aconteceu em 1985 materializou-se em assentamento duas décadas depois através da reivindicação dos atores sociais organizados na Associação dos Camponeses do Marapicu e apoiados por movimentos sociais e instituições parceiras.

Como será analisado, o assentamento é território de conflitos que estão diretamente relacionados com a atuação do Estado. As demandas atuais diferem-se da ocupação uma vez que a materialização da conquista do território deu-se na constituição do assentamento em 2008. Após a constituição, a política de reforma agrária foi interrompida e, como consequência, as ações para o desenvolvimento do território não foram executadas. No entanto, os atores sociais não são passivos diante do contexto de ausência do Estado, sendo assim, a territorialização de Marapicu configura-se na permanência das famílias.

A minha ida ao Assentamento Municipal Rural do Marapicu dura cerca de quinze minutos. Ao sair da Estrada do Mato Grosso (endereço da minha residência), entro na Estrada Abílio Augusto Távora (antiga Estrada de Madureira) que, por sinal, são contabilizados ao menos, dois novos empreendimentos imobiliários em menos de cinco quilômetros. Na figura abaixo é possível observar a proximidade da área rural com a urbana. No detalhe em vermelho está localizado o mais novo empreendimento imobiliário e, em amarelo, o assentamento. As fotos abaixo são do empreendimento e foram tiradas numa de minhas idas ao assentamento (29 de junho de 2019). Na região entre minha residência e o assentamento somam-se mais de cinco recentes empreendimentos imobiliários já ocupados.



Figura 1: Construção de um novo empreendimento imobiliário próximo ao assentamento - Google Earth, 2019. Modificado pela autora.

O processo de urbanização dessa região que até a década de 1980 ainda havia vestígios de laranjais¹, supõe o interesse público de lotear e urbanizar os espaços vazios que ali existem. No entanto, a especulação urbana industrial já faz limites com as “porteiras” do assentamento acarretando consequências para os que ali vivem e/ou trabalham: violência e a poluição dos rios.

A partir dessas considerações, utilizo os trabalhos da arquiteta Letícia Prudente (2017) e do geógrafo Victor Tinoco (2013) que tratam sobre o Assentamento Municipal Rural do Marapicu. Em seu estudo, Letícia Prudente analisa a interface rural-urbana do território contemporâneo a fim de propor um conceito que contemple as múltiplas faces do rural e urbano de um território. Na contramão do olhar urbano-centrado, o estudo propõe um olhar para as áreas rurais e sua borda rural-urbana, para isso, a autora tem o assentamento como estudo de caso. Victor Tinoco (2013), por sua vez, analisa a relação do assentamento com a área urbana vizinha, “Bairro Aliança”. Para isso, o autor utiliza uma base teórico-metodológica a partir do diálogo entre espaço, tempo e relações sociais para construir um conjunto analítico. Victor Tinoco (2013) também utiliza o

¹ Ciclo da Laranja (1920-1940). Assunto discutido no primeiro capítulo.

conceito de território para uma análise crítica da problemática da pesquisa que são as formas de sociabilidade dentro da dinâmica territorial do assentamento rural com a área urbana vizinha. A partir do olhar desses dois autores, debruçarei minha pesquisa para analisar as relações socioespaciais do assentamento com a área urbanizada. As experiências vividas por eles, e que serão observadas através da pesquisa etnográfica, contribuirão para compreender como o território rural – e seus atores sociais –, de forma ambivalente, resiste e/ou incorpora-se às dinâmicas geradas pelo processo de urbanização da região e quais são as consequências empíricas desse processo.

Localizada na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a área rural medindo cerca de 300 hectares é rodeada por áreas urbanas. Dito isto, a pesquisa discorrerá sobre as consequências dessa proximidade com base nos estudos sobre a temática rural-urbana.

O último Censo Agropecuário realizado no final do ano de 2017 recenseou os agricultores presentes em Marapicu e sua respectiva produção. Participei de todo o recenseamento quando estive na condição de estagiária da secretaria de Agricultura do município de Nova Iguaçu. Liderei todas as visitas ao assentamento da equipe do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, podendo assim conhecer, todos os sítios. A produção de Marapicu está contabilizada no Censo Agro de 2017. Mas me pergunto, o que configura o território como rural ou urbano? Somente a produção agropecuária? Quais implicações são observadas na relação urbano-rural? Seria correto tratar essa relação de maneira dicotômica? Para responder tais questionamentos utilizarei o material produzido pelo IBGE, além de autores que apresentam suas pesquisas sobre essa relação para pensar como essas questões estão postas no assentamento.

O livro, *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil* (2017) do IBGE, apresenta uma proposta de classificação, por município, dos espaços rurais e urbanos reconhecendo também as dificuldades encontradas na escolha da tipologia. Segundo os critérios utilizados para a definição da tipologia municipal – população em áreas de ocupação densa, proporção da população em áreas de ocupação densa em relação à população total e localização – Nova Iguaçu é considerado um Município Predominantemente Urbano. No entanto, o Plano Diretor de Nova Iguaçu de 2008 reconhece as zonas rurais no município, sendo o Assentamento Municipal de Marapicu uma das dez zonas rurais delimitadas no Artigo 54:

“Constitui Zona Rural a parcela do território municipal não incluída na Zona Urbana, destinada às atividades primárias e de produção de alimentos, bem

como às atividades de reflorestamento, de mineração, de agropecuária e outros, desde que aprovadas e licenciadas pelo órgão municipal de meio ambiente.”

Antonio Candido (2010), quando escreve os *Parceiros de Rio Bonito*, observa a partir de suas experiências etnográficas nas comunidades rurais de São Paulo no período de 1947 a 1954 que o espaço rural apresenta-se também como um modo de vida e organização social. Esse período coincide com o avanço do modelo urbano-industrial consolidado no Brasil pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O autor adentra nas comunidades rurais para conhecer o caipira paulista e, assim, apresentar seus meios de vida resultantes do trabalho na terra. Para isso, o autor relata experiências cotidianas para compreender as formas de organização presentes no território. Candido atenta que há um processo de absorção do caipira pelo processo de urbanização e, conseqüentemente, influência nas condições de vida e relações humanas. Para entender a influência da urbanização no cotidiano dos indivíduos o autor se interessa por três tópicos: abundância, solidariedade e sabedoria.

É claro que a fertilidade das terras decaiu, e as modernas condições econômicas levam a trabalhar para o mercado. Nas palavras do caipira, todavia, o "tempo de dante", ou "dos antigo", era o próprio reino da fartura. Conforme um deles, no tempo do avô de seu pai, a medida para semear não era o alqueire, mas o dedal... Um dedal cheio de arroz dava produção abundante, pois era imensa a força da terra. As colheitas eram tão grandes que nem se colhia tudo; deixava-se milho no pé para os porcos comerem, e muitas vezes era preciso jogar mantimento no pasto, para dar lugar ao novo nos paióis que não eram paiolinhos, como hoje, mas paiolões. Todos se ajudavam por amor de Deus e ninguém passava apertado; aliás, o povo trabalhava metade do ano e passava a outra metade caçando pelo mato. (CANDIDO, 2010, p. 226)

Juridicamente, Marapicu é delimitado como zona rural pelo município. Os atores sociais, por sua vez, têm compreensões ambivalentes sobre a classificação do território, porém se identificam como agricultores de Marapicu. Contudo, o território encontra-se numa região predominantemente urbana. As zonas rurais, segundo o Plano Diretor de 2008, referem-se às áreas de produção agropecuária como também de mineração. Ou seja, a definição desse território diz respeito ao aspecto econômico, de produção. Lembro-me de quando participei de uma das visitas técnicas² da Secretaria de Agricultura de Nova Iguaçu no assentamento. Na ocasião, o coordenador de agricultura disse que não havia produção em Marapicu. Essa afirmação me permitiu refletir sobre que tipo de produção ele se referia, pois há produção agrícola na área rural, mesmo que

² De março de 2017 a dezembro de 2017 fui estagiária da Secretaria de Agricultura do município de Nova Iguaçu. Uma das principais ações realizadas por mim nesse período foi a aplicação de um questionário socioeconômico no assentamento de Marapicu.

seja em menor escala. E ao mesmo tempo me perguntei sobre como produzir num contexto de ausência de recursos, ineficiência do Estado, violência e urbanização. E se não tem produção, o território rural é extinto? O rural é somente agrícola?

É nesse último questionamento que me permito entrar na discussão de Candido (2010) que analisa o rural a partir dos processos sociais resultantes da atividade agrícola. É a atividade agrícola que delimita o ritmo de vida das famílias, como é o caso de Marapicu. Desde a ocupação, o território foi desenhado para fins agrários, mas não é, simplesmente, o uso da terra que define sua identidade e, sim as ações territorializantes dos indivíduos a partir desse uso. São agricultores que planejam seu cotidiano de acordo com a função concebida às práticas agrárias, como por exemplo, o comparecimento nas reuniões da ACM. As reuniões devem ser marcadas num dia e horário em que os agricultores já tenham trabalhado na roça. Os atores sociais que produzem no assentamento, mesmo diante das fragilidades, organizam sua vida de acordo com a rotina diária de um agricultor. Esses mesmos agricultores transitam diariamente nos espaços urbanos em busca de serviços públicos ou para residir. Dessa forma, o urbano também interfere no modo de vida dos indivíduos do assentamento. Como bem observa Candido ao agrupar os indivíduos observando a aderência ao processo de urbanização: alguns rejeitam (os mais velhos), outros aceitam (trabalham fora) e tem aqueles que se adaptam às novas condições impostas pela sociedade capitalista industrial. A análise de Candido será imprescindível para o estudo aqui proposto.

I) LUGAR DE QUEM ESCREVE

Antes de iniciar a pesquisa para o Mestrado acompanhei o assentamento através de diferentes inserções: estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, estagiária da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo de Nova Iguaçu e agente da Comissão Pastoral da Terra. E, além disso, ressalto a minha permanência no assentamento como agente da CPT até o presente momento.

Ser moradora da mesma região³ do assentamento, também me possibilitou analisar processos a partir da condição de pesquisadora. Sou residente do bairro Lagoinha, vizinho ao Assentamento Municipal Rural do Marapicu, desde quando eu

³O município de Nova Iguaçu está dividido em Unidades Regionais de Governo – URG. O bairro onde resido e o assentamento fazem parte da mesma URG.

nasci (27 anos). Lagoinha, hoje é um bairro urbano⁴, mas quando meus pais chegaram do Espírito Santo, a área se apresentava com características rurais: os laranjais permaneciam desde a época da citricultura; havia criadores de gado que produziam leite e queijo; e resquícios de produção agrícola. Mesmo sendo delimitado pela Prefeitura como um bairro urbano, Lagoinha ainda possui pequenas áreas com produção primária: sítios com criação de gado e sítios com produção agrícola (aipim e quiabo).

Meus pais são originários do Estado do Espírito Santo, região Sudeste do Brasil. Eles foram colonos⁵ na cidade de Venda Nova do Imigrante, sul do estado, quando resolveram partir para “ganhar a vida”, no Rio de Janeiro em virtude da realidade precária vivida na roça. Meus pais produziam de tudo um pouco: alho, cebola, inhame, pimentão, café, entre outros. No entanto, eles tinham que pagar uma porcentagem em cima do que produzia para o dono da propriedade. Eles formavam uma família de agricultores, mas escolheram o Rio de Janeiro para desempenhar o modo de vida urbano, uma vez que não queriam mais trabalhar com a agricultura. Meus pais estavam grávidos da terceira filha quando decidiram embarcar nessa nova empreitada, porém, não sabiam da terceira gestação. O bebê gerado, por sinal, era eu. Meus pais chegaram ao bairro Lagoinha em 1991 e, para manter a família, meu pai trabalhou em diversas atividades: vendedor de colorau, segurança dos conjuntos habitacionais⁶ que estavam sendo construídos na mesma região e pedreiro. No entanto, entre 1995 e 1997, meus pais decidiram abrir um pequeno comércio de produtos agrícolas, o “Sacolão Três Irmãs”, onde trabalham até hoje. Dessa forma, eles permaneceram ligados à agricultura.

Os anos se passaram e, em 2011, iniciei minha trajetória na Pastoral da Juventude da Diocese de Nova Iguaçu na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu⁷. A experiência na PJ me aproximou de Eleanor Llanes, irmã da Congregação Irmãs Missionárias do Imaculado Coração de Maria. A missionária foi escolhida pela congregação para ajudar no trabalho pastoral da paróquia⁸. Eleanor assessorava a PJ e também fazia parte da Comissão Pastoral da Terra. Nossa proximidade nos trabalhos pastorais fez com que, em 2013, ela me convidasse para conhecer o trabalho da CPT. No entanto, devido à agenda da PJ não pude aceitar o convite que me foi realizado.

⁴Segundo Plano Diretor de 2008, o bairro está localizado na Macro-Zona de Urbanização Precária.

⁵ Categoria de trabalhadores agrícolas que trabalha em regime de meação.

⁶ Acelerado processo de criação de loteamentos devido à crise na citricultura, assunto detalhando no primeiro capítulo.

⁷ A paróquia está localizada na mesma Unidade Regional de Governo do assentamento.

⁸ A paróquia está localizada numa região periférica.

No início de 2016, eu iniciei a pesquisa para a monografia⁹, na qual propus falar sobre a Agricultura Familiar de Nova Iguaçu. Durante a primeira aula da disciplina Desenvolvimento Econômico, o professor César Guedes pediu para que falássemos sobre a nossa história. Esse foi o momento que me incentivou a escrever sobre a agricultura familiar de Nova Iguaçu, pois fiz memória à história da minha família. O tema da monografia foi “Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável: o papel da Agricultura Familiar em Nova Iguaçu”. A proposta metodológica da monografia me aproximou dos atores sociais do meio rural de Nova Iguaçu – alguns desconhecidos, outros nem tanto. A essa altura, a irmã Eleanor tinha retornado para Filipinas, sua terra natal, mas me recomendou a importância de falar com Sônia Martins. Sônia é integrante da Comissão Pastoral da Terra do Estado do Rio Janeiro¹⁰, moradora de Queimados, educadora popular e acompanha Campo Alegre desde a sua ocupação, em 1984. Imediatamente, entrei em contato com Sônia, que dias depois, me recebeu em sua casa. Nosso primeiro diálogo aconteceu no dia 17 de agosto de 2016. Foi uma manhã de resgate da memória de quem presenciou de perto a luta pela terra na Baixada Fluminense. Durante a conversa, Sônia falava dos mais diversos atores sociais e instituições do campo presentes na região. Dentre eles, estavam as famílias do Assentamento Municipal Rural do Marapicu. Foi a primeira vez que eu ouvi falar da existência do assentamento de reforma agrária próximo à minha casa.

No final da nossa conversa, Sônia ratifica o convite feito pela irmã Eleanor três anos antes. Minha caminhada na CPT inicia com o convite feito por Sônia Martins, após seu relato sobre a realidade de homens e mulheres da Baixada Fluminense em busca de dignidade no campo. Semanas depois, eu já fazia parte da equipe da CPT e, em outubro do mesmo ano, nós realizamos a Assembléia da Comissão Pastoral da Terra no Centro de Formação de Líderes da Diocese de Nova Iguaçu.

A conversa realizada com a agente da CPT contribuiu para o mapeamento dos atores sociais na pesquisa. Dessa forma, dias depois conheci e entrevistei o agricultor Pedro que participou da ocupação da fazenda Boa Vista. O encontro aconteceu no final da reunião da Associação Feira da Roça de Nova Iguaçu¹¹ realizada no CENFOR.

No ano de 2016 ocorreram as eleições municipais e o cenário eleitoral de Nova Iguaçu sinalizava a saída do então prefeito Nelson Bornier (2013-2016). Com o

⁹ Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2012-2017)

¹⁰ A CPT do Rio de Janeiro é composta por duas equipes: Campos de Goytacazes e Baixada Fluminense.

¹¹ Instituição apresentada no quarto capítulo.

resultado das eleições, a equipe da CPT de Nova Iguaçu decidiu conversar com alguns secretários de agricultura dos municípios que a equipe atuava diretamente¹², Nova Iguaçu e Queimados. No entanto, só foi possível realizar a agenda com o secretário de Nova Iguaçu. Dessa forma, assim que o secretário tomou posse, a equipe da CPT o convidou para uma conversa. A reunião ocorreu no dia 21 de janeiro de 2017 no CENFOR. O objetivo era que o responsável pela pasta da Agricultura em Nova Iguaçu explicitasse o seu plano de trabalho na reunião de planejamento da Comissão Pastoral da Terra.

Após a reunião com o secretário, surgiu a oportunidade de uma vaga de estágio na secretaria e eu me candidatei. Três meses depois, fui chamada para fazer parte da equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo. O período de estágio durou nove meses, coincidindo com a conclusão da minha graduação. Trabalhei na pasta da Agricultura do município de Nova Iguaçu de março a dezembro de 2017.

Em 2017, vivenciei o Assentamento Municipal Rural do Marapicu a partir de três inserções: i) como estagiária (março a dezembro de 2017) da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo de Nova Iguaçu ao realizar o mapeamento socioeconômico do assentamento, demanda requerida pelo gestor da pasta; ii) como estudante do curso de Ciências Econômicas ao introduzir questionamentos referentes à área rural durante às aulas da graduação; iii) e, como agente da Comissão Pastoral da Terra.

De fato, as diferentes inserções no território me causavam inquietações. A primeira se refere a minha inserção como poder público, pois mesmo na condição de estagiária, eu era vista pelos atores sociais de Marapicu como a representante da Prefeitura. Neste caso, eu era a representante do Governo Municipal que é o responsável pela área de reforma agrária e também por aplicar a política pública em questão. A segunda inquietação estava relacionada à minha condição de agente da CPT ao comprovar a falta de comprometimento do Governo Municipal no assentamento, que nem mesmo realizava a manutenção das estradas vicinais – não foi por falta de ofício da Associação dos Camponeses do Marapicu. A última inquietação estava na minha condição de estudante, pois compreendi na prática, a geopolítica, isto é, como o Estado administra alguns territórios em detrimentos de outros. Refiro-me, nesse caso, às

¹² Refere-se à atuação nas áreas rurais.

estratégias adotadas pelo Governo Municipal para fomentar a expansão urbana na região.

O Mapeamento Socioeconômico solicitado pelo gestor foi realizado dentro do assentamento no período de outubro, novembro e, em dezembro de 2017. Para facilitar a sistematização das informações coletadas, eu coleí o mapa do assentamento na parede da sala onde eu trabalhava e a cada visita realizada aos sítios eu sinalizava por meio de cores a situação do mesmo.

Em dezembro de 2017, o mapeamento foi realizado juntamente com os recenseadores do IBGE que estavam realizando o Censo Agropecuário de 2016. O Censo Agro estava previsto para acontecer em 2016, porém, devido à conjuntura da época, o mesmo foi adiado para o ano seguinte. Na condição de estagiária, contribuí para realização do Censo Agropecuário 2017 no município de Nova Iguaçu. Para o Censo Agro 2017, o IBGE criou as Comissões Municipais de Geografia e Estatística – CMGE. As comissões eram formadas por agentes do IBGE, entidades civis e representantes do Governo Municipal. Com relação à CMGE de Nova Iguaçu, as reuniões¹³ aconteceram, cerca de três meses antes de iniciar o processo de recenseamento, na sede da Secretaria. A convocação dos representantes para a primeira reunião foi realizada pela Secretaria após o comunicado do IBGE, via e-mail. Dessa forma, a Comissão foi criada com a representação da Associação dos Camponeses do Marapicu, da pasta da agricultura de Nova Iguaçu, da Associação Feira da Roça de Nova Iguaçu¹⁴, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro¹⁵ e das outras áreas rurais.

Nas reuniões da CMGE, os agentes do IBGE desejavam obter informações adicionais sobre as áreas rurais de Nova Iguaçu. As informações tangenciavam a referência de como chegar, se a área era considerada rural pela Prefeitura, se era um local violento, entre outros aspectos. Nessa direção, um dos assuntos debatidos era a segurança dos recenseadores uma vez que algumas áreas rurais foram delimitadas como violentas (área de risco) por estarem dentro de regiões com incidência de conflitos entre polícia, tráfico e milícia (Grão Pará, Dom Bosco, Conjunto da Marinha, Bairro Aliança,

¹³ Ata da 1º reunião disponibilizada no endereço eletrônico https://censoagro2017.ibge.gov.br/atasCensoAgro/RJ/3303500_R1.pdf.

¹⁴ A AFERNI será descrita e aprofundada no quarto capítulo.

¹⁵ A EMATER será descrita e aprofundada no quarto capítulo.

Lagoinha)¹⁶. Os representantes só recenseariam as localidades identificadas como violentas, se a Prefeitura disponibilizasse um veículo oficial com a logomarca e um representante da mesma. Diante da solicitação do IBGE, eu fiquei com a responsabilidade de agendar as datas do censo – principalmente na área rural do Assentamento Municipal Rural do Marapicu por ter sido delimitado como área de risco –, e de providenciar o veículo oficial (Figura 3), assim como, acompanhar os recenseadores nas coletas dos dados.



Figura 2: Veículo Oficial da Prefeitura de Nova Iguaçu disponibilizado para o Censo Agro 2017. Foto da autora.

Na figura abaixo estão, os recenseadores do IBGE, a liderança local e eu, representando a Prefeitura, caminhando na Alameda José Lima dos Santos em direção ao sítio da assentada Márcia para realizar o censo.

¹⁶ Não há dados estatísticos precisos sobre essas localidades. Mas enquanto moradora por duas décadas posso afirmar o quanto a região pode ser compreendida como violenta. Tal afirmação pode ser constatada nas reportagens sobre a violência em Nova Iguaçu como esta do Jornal Extra: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-entre-trafficantes-milicianos-tem-pelo-menos-um-morto-em-nova-iguacu-na-baixada-fluminense-23760017.html>. Acesso em 05 de fev. 2020.



Figura 3: Recenseadores do IBGE caminhando para realizar as entrevistas nos sítios do assentamento. Foto da autora. Dezembro de 2017.

Desde 2018 eu estou ativamente no território na condição de agente da Comissão Pastoral da Terra para assessorar a Associação. No mesmo ano iniciei meu primeiro contato como pesquisadora. Sendo assim, na produção da dissertação, eu tenho dupla inserção no território: pesquisadora e agente da Comissão Pastoral da Terra.

No dia 10 de maio de 2018, durante a assembleia da ACM, conversei com os atores sociais presentes sobre a pesquisa que seria iniciada dentro do assentamento. O diálogo teve como finalidade informar aos participantes que, durante dois anos, estaria na condição de pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para conhecer e analisar os processos existentes em Marapicu. A conversa também serviu para esclarecer aos presentes que eu, a essa altura, não fazia parte da Secretaria de Agricultura. Ao final, expliquei aos participantes da reunião que a minha inserção em Marapicu, daquele dia em diante, seria desenvolvida de duas formas: pesquisadora e agente da CPT. Dessa forma, desenvolvi as atividades da pesquisa de campo concomitantemente com o trabalho do CPT. Na condição de agente da CPT atuei em três frentes de trabalho: a) mediação nos espaços de discussões da ACM; b) assessoria nas reuniões com a Secretaria de Agricultura; c) e participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Nova Iguaçu.

II) PROBLEMÁTICAS CONCEITUAIS

No campo teórico-metodológico da pesquisa, discuto sobre os conceitos de identidade, território e políticas públicas para refletir sobre os processos presentes no Assentamento Municipal Rural do Marapicu: o esvaziamento de significados da área de Marapicu que foi destinado à reforma agrária a partir das reivindicações dos seus atores sociais que ocuparam e constituíram novas identidades nas terras consideradas por eles improdutivas; o sufocamento da área rural com o avanço da massa urbana; e, como os moradores buscam superar essas adversidades, em outras palavras, como resistem às dificuldades impostas interna e externamente aos seus cotidianos de vida, e à sua permanência no território. Sendo atores sociais distintos, há reações distintas a esse processo em curso, isto é, um choque de identidades presentes em Marapicu e, assim a reflexão desse estudo levará em consideração essa heterogeneidade.

A discussão sobre a temática rural-urbana também fará parte do referencial teórico da pesquisa. A proximidade do espaço rural com os espaços urbanos gera conexões que impactam na configuração socioespacial do assentamento. O que é rural institucionalmente? O que é rural do ponto de vista dos assentados? Esses questionamentos me levam a discorrer sobre um fato ocorrido dentro de Marapicu. Durante as reuniões da Associação que eu presenciei, sempre que o assunto fosse o descaso do poder público, Sabrina, relembra a visita de um representante da Prefeitura que questionou se Marapicu era rural. Para provar que Marapicu era uma área rural, a assentada deu-lhe uma fruta tirada “do pé” para comer. Na ação da assentada estavam subentendidos dois aspectos: i) a existência da produção agrícola no assentamento administrado pelo Poder Municipal; ii) a existência de agricultores familiares da reforma agrária. Dessa forma, os dois aspectos não só externalizavam a identidade do território, mas também, a necessidade do Estado administrar e desenvolver um território de sua tutela.

Marcos Aurélio Saquet (2010) apresenta o conceito de identidade a partir das considerações de autores dedicados a esse tema. A identidade, segundo Saquet (2010, p 147), “refere-se à vida em sociedade, a um campo simbólico que envolve reciprocidade”, processo, que a geografia conceitua como espacialidade e/ou territorialidade. Na discussão, o autor apresenta que na sociedade moderna, a comunidade é uma sociedade local. Portanto, a identidade está ligada à comunidade, ou seja, ela é construída como uma estabilidade e coletividade. Contudo, nem todas as comunidades prezam relações afetivas e de confiança duradouras. Nessa direção,

pretende-se discutir o assentamento de Marapicu como uma sociedade local, com sua própria identidade construída coletivamente e continuamente desde o tempo da ocupação.

O território do assentamento foi produto e condição social influenciado pela identidade local (da ocupação) em virtude de ações coletivas. A sociedade quando constrói o território relaciona-se com o ambiente. Portanto, a identidade é “código genético local, material e cognitivo; é um produto social, da territorialização e se constitui no patrimônio territorial de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente” (SAQUET, 2010, p. 148). A identidade prossegue Saquet (2010), é resultado dos atos territorializantes dos atores sociais e históricos, além de ter um caráter político. Em Marapicu, como será melhor discutido, os trinta anos de luta são descritos em relatos pessoais e estudos acadêmicos. Há 30 anos, as famílias ocuparam esse “pedaço de terra” para que fosse possível plantar para colher. Colher para comer. Comer para sobreviver material e simbolicamente. As ações geradas a partir da função agrícola dada pelas famílias a esse território podem ser compreendidas como atos territorializantes que construíram a identidade desse território e que serão investigados para compreender o seu sentido, perguntando como se vêem: Moradores de áreas rurais? Urbanas? Periféricas? Agricultores? Trabalhadores?

No entanto, há novas ações territorializantes presentes em Marapicu. Atualmente, a heterogeneidade de atores que vivenciam as adversidades presentes no assentamento configura-se da seguinte forma: assentados, comerciantes, funcionários públicos, assalariados e desempregados. Alguns buscam geração de renda e meios de subsistência a partir da produção agropecuária, outros buscam nas terras do assentamento a especulação da terra, a propriedade privada, entre outras funções.

Para exemplificar essas questões, cito o caso do Joaquim, um dos assentados que estão desde o tempo da ocupação e, quando a violência ¹⁷, em 2002, chegou abruptamente ao território, foi atingido por uma “bala perdida” ¹⁸ – esse acontecimento não foi motivo para sair de suas terras, pois ele vê nelas uma forma de vida. Outro caso em que é possível discutir melhor a heterogeneidade diz respeito à

¹⁷ Segundo uma das lideranças, o governo estadual passa por mudanças: Benedita da Silva (2002-2003) assume o governo estadual com novas políticas de segurança. Nesse contexto, há uma reconfiguração territorial do tráfico: considerável migração de lideranças do tráfico para a Baixada Fluminense. Esse assunto será retomado e detalhado no terceiro capítulo.

¹⁸ Fato ocorrido no ano de 2008.

experiência de Camila, o marido e seus dois filhos. Eles formam uma família que chegou a Marapicu no final da década de 1990 e recebeu o título da terra. Há também o jovem Cristian, que planta em Marapicu – com consentimento da Associação dos Camponeses do Marapicu – para geração de renda, porém não está assentado e assim, espera para receber um “Título da Terra”.

O assentamento é habitado por pessoas que fizeram parte da ocupação, pessoas que foram assentadas, como também por pessoas que, ao longo do tempo, ocuparam os lotes tanto para plantar quanto para especulação. Há lotes titulados e vazios e, conseqüentemente, improdutivos. Há sítios onde é possível observar a produção agrícola, como por exemplo, aipim e quiabo e, também, a produção de leite e mel, estes últimos em menor escala. Devido à violência, algumas famílias evitam pernoitar nos sítios ou só trabalham no final de semana. Esse relato foi de um dos agricultores mais antigos e que mora no meu bairro. O assentado produz aipim, cana de açúcar e outras culturas. O produtor passa o dia na roça e volta para sua casa no fim da tarde. Ele foi um dos que presenciou a violência dentro do assentamento quando indivíduos invadiram o sítio vizinho e espancaram a família.

Marapicu assume diferentes funções para esses diferentes atores, o que gera também apreensões entre os assentados. Nesse ponto, me remeto à reunião¹⁹ em que participei, onde uma das assentadas explica o medo da presença de novos moradores sem perfil de reforma agrária. Num determinado momento de discussão da reunião, ela dirige sua fala ao novo comprador de um dos lotes do assentamento que, segundo a Associação dos Camponeses do Marapicu, tem maior poder aquisitivo comparado aos outros atores sociais. Segundo ela, pessoas com capital próprio podem investir em sua própria produção e garantir seu lucro. No entanto, ela, na condição de assentada, necessita dos recursos destinados aos assentamentos de reforma agrária. Dessa forma, se o território rural perder sua função social, assentamento de reforma agrária, ela não poderá continuar produzindo.

(a) Políticas Públicas

A discussão acerca de política pública permeia a presente pesquisa, uma vez que os diferentes atores sociais de Marapicu, durante as entrevistas da pesquisa de campo,

¹⁹ Ata do dia 20 de dezembro de 2018.

relacionam os problemas do assentamento com a atuação do Estado no território. Para eles, o Estado refere-se ao Governo Municipal, pois este se responsabilizou em promover a reforma agrária no território rural. Sendo assim, a Prefeitura deveria atuar para que seja possível o desenvolvimento do território. Nessa perspectiva, Kelly Gianezini et al. (2017) afirma que “as políticas públicas são, em verdade, as intenções governamentais que produzirão transformações profundas ou artificiais no mundo real” (2017, p. 1071). O desenvolvimento para os entrevistados, de forma unânime, é o oposto da realidade precária que eles vivenciam diariamente. Para eles, o “município” deveria atuar em três principais frentes de políticas públicas: democratizar a água potável no assentamento, fazer manutenção das estradas vicinais e viabilizar a qualidade no fornecimento de energia elétrica junto à empresa fornecedora. Como será discutido, há outras pautas reivindicatórias dentro do assentamento não menos importantes, porém, essas três são as mais urgentes tanto para morar quanto para produzir. É a partir da maneira como se relaciona com a realidade precária que Marapicu se destaca, através da sua organização política, como ator reivindicador de políticas públicas.

O conceito de “política pública” é trabalhado por diferentes escolas de pensamento (neomarxistas, neoinstitucionalistas, abordagem cognitiva, entre outros). Para o caso de Marapicu, utilizo da abordagem das Redes de Políticas Públicas. Para a corrente de teóricos que defendem essa abordagem, “as políticas não dependem apenas da vontade dos indivíduos e o Estado, ainda que defina as políticas públicas, não consegue implementá-las sozinho” (GRISA, 2010, p.110). Os autores ligados a esta corrente de pensamento pontuam, neste caso, a existência da chamada Rede de Políticas Públicas que atua na definição e implementação de políticas públicas. É importante ressaltar, nesta abordagem, que o Estado está fragmentado em vários atores – estatais e não estatais (HASSENTEUFEL, 1995). Para exemplificar a fragmentação do Estado, utilizo a análise de Lamounier (1994), que cita os atores que interferem na elaboração das políticas agrícolas: a) dentro do Estado: o Congresso Nacional, Bancos Públicos, Ministério da Agricultura, entre outros; b) fora do Estado: os trabalhadores rurais, movimentos sociais, associações, entre outros.

Ao relacionar o conceito de Rede de Políticas Públicas com o assentamento na luta pelo direito a terra, serão discutidos aspectos pertinentes sobre a atuação da organização política como representante do assentamento e, conseqüentemente, dos atores sociais; a) o poder de reivindicação da Associação dos Camponeses do Marapicu; b) a articulação da organização local frente as instâncias municipais. Essas ações são

protagonizadas pelos atores de Marapicu – organizados na Associação – dentro e fora do assentamento. De fato, os aspectos pontuados mostram a interferência e proposições de Marapicu nas políticas públicas não somente para o seu território como também em favor de áreas rurais do município e adjacências.

Os aspectos citados abordarão as políticas públicas que foram negociadas em momentos distintos e que Marapicu era um dos atores. Como por exemplo, a constituição do assentamento negociada a partir do diálogo entre a Associação, Procurador Geral do Município, Caixa Econômica Federal, Comissão Pastoral da Terra, Vereadores, Secretaria de Agricultura e EMATER. Cada qual com seu interesse em executar a política de reforma agrária. No entanto, as concepções de cada ator acerca do processo eram diferentes (área, valores da dívida...), o que resultou em vários momentos de negociação até o decreto de constituição do assentamento.

A partir da discussão acerca de políticas públicas, será enfatizada a Associação dos Camponeses do Marapicu como ator reivindicador de políticas públicas para o assentamento de reforma agrária. Em outras palavras, a atuação da Associação frente ao processo de invisibilidade do território.

(b) A Associação dos Camponeses do Marapicu e a busca pela visibilidade de Marapicu

Invisibilidade e reconhecimento são conceitos trabalhados por Axel Honneth, mas que não serão analisados na pesquisa. A invisibilidade é apenas utilizada como categoria nativa ao analisar a fala dos atores sociais que se vêem invisíveis perante a Prefeitura. Dessa forma, a ideia de invisibilidade será explicada na pesquisa a partir da atuação do Poder Público Municipal em direcionar ou aplicar políticas públicas no território rural com função social definida, a reforma agrária.

Observa-se, portanto, que não houve em Marapicu a continuação da política de reforma agrária depois da constituição do assentamento. O assentamento é de responsabilidade do Governo Municipal, como comprova a resposta do INCRA ao ofício enviado pela Associação dos Camponeses do Marapicu no dia 17 de fevereiro de 2020:

Visando proporcionar melhor esclarecimento à requerente e considerando que o Assentamento Marapicu é de responsabilidade municipal, sendo este reconhecido pelo Incra, sugiro ressaltar no corpo do despacho os meios de fornecimento das informações documentadas para a atualização de dados dos beneficiários no SIPRA. (Trecho retirado do Processo nº

O trecho foi retirado do processo criado pelo INCRA para responder o ofício da ACM contendo três questionamentos: 1) Quais os direitos que os assentados têm em relação ao Crédito de Instalação definido para o fomento do assentamento; 2) Sabendo que a Prefeitura de Nova Iguaçu, responsável pelo assentamento, não atualizou a parceria com o INCRA. Qual a possibilidade de acessar o benefício do Crédito de Instalação e outros benefícios? Quais os caminhos?; 3) A Associação de Marapicu tem interesse em saber se foi realizado a atualização do SIPRA. O INCRA, ao responder o item 1, afirma que para ter acesso ao Crédito de Instalação é necessário que a Prefeitura atualize o cadastro das famílias:

Primeiramente, os beneficiários deverão ter os seus dados atualizados junto ao Incra. Para isso, a Prefeitura precisa realizar essa atualização cadastral junto as famílias e encaminhar ao Incra essas informações para inserção no sistema (SIPRA). A Prefeitura também deverá disponibilizar ao INCRA contrato de concessão de uso ou documento equivalente. (Trecho retirado do Processo nº 54000.018589/2020-83)

No entanto, os documentos das famílias que foram entregues à Secretaria de Agricultura no início de 2017 não foram enviados ao INCRA. Observa-se, portanto, o comprometimento da pasta em atender as demandas do assentamento, que necessita do Crédito de Instalação para fomentar as atividades do assentamento.

Marapicu representa uma história de luta que por três décadas resiste às formas de opressão do capitalismo moderno, que desvaloriza a identidade e as formas de ruralidade presentes no território dentro da região metropolitana, impactando na reprodução social das famílias. O assentamento é um território apropriado por pessoas que vêm nesse *locus* uma forma de vida onde também é possível gerar renda. A apropriação do espaço é construída com a identidade dos atores sociais, sendo visível na rede de relações sociais da área rural. Os moradores promovem o cuidado com a terra, assim, dotados de saberes fazem de Marapicu um local mais sustentável. Não se pode deixar de mencionar a produção agrícola que garante a segurança alimentar das famílias, assim como a renda daqueles que produzem. A produção de subsistência é fundamental para reduzir a pobreza nas áreas rurais.

O território, para Haesbaert (2007, 42) “é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado”. Utilizo a perspectiva do autor para Marapicu, uma vez que o território rural é apropriado por famílias

agricultoras (e/ou não), mas sofre as sanções da sociedade capitalista (urbana industrial). Segundo Valter Cruz (2006, p. 74), “cada território se constrói por uma combinação e imbricação única de múltiplas relações de poder, do mais material e funcional, ligado a interesses econômicos e políticos, ao poder mais simbólico e expressivo, ligado às relações de ordem mais estritamente cultural”. O processo de urbanização que chega as “porteiras” do assentamento mostra a influência dos poderes políticos, econômicos e simbólicos em “desenhar” essa região segundo seus interesses. O território rural seria uma reserva de valor para futuras ações estatais combinadas com poderes econômicos/imobiliários? De fato, o constatado é que os diversos interesses presentes dentro e, principalmente, fora do assentamento acirram os conflitos que ali existem.

Esse processo tão somente corrobora com a marginalização das famílias das áreas rurais e, nesse contexto, o poder público se ausenta ao não direcionar e aplicar políticas públicas no território de reforma agrária. A atuação do Poder Público Municipal é a variável condicionante que invisibiliza o território rural e as famílias agricultoras. Questiono se é ausência ou presença planejada pelos gestores públicos, isto é, não administrar o território municipal de reforma agrária é o planejamento das gestões municipais. Uma das lideranças sempre recorda a frase do secretário de agricultura, que ao participar da reunião da ACM no dia 19 de fevereiro de dois mil e dezoito fez a seguinte afirmativa: “*Vocês estão invisíveis!*”. A afirmação refere-se à produção agrícola da região. Na condição de autoridade representante do município, ele argumenta que se não tem produção não há como o poder público atuar. E, se a argumentação fosse invertida? Não tem produção porque estão invisíveis. A invisibilidade é tão somente causada pelos atores sociais que não produzem ou é causada pela deficiência do aparelho estatal? Será que é deficiência ou um projeto de governo não planejar as áreas rurais? É na reflexão dessas respostas que busco compreender a invisibilidade desse território.

Júnior e Silva (2010) ao estudar o grupo social Taim que resistia ao projeto de instalação do pólo siderúrgico que tinha como apoio o Governo do Estado do Maranhão, afirmou que processos ditos como de “desenvolvimento” visam à expansão do modo de vida urbano-industrial e à promessa de melhoria da qualidade de vida. Para Junior e Silva (2010, p. 161), “as formas sociais e práticas culturais de

apropriação e significação territorial são desconsideradas, invisibilizadas ou, até mesmo, desqualificadas.” A afirmação do autor é perceptível no assentamento de Marapicu, pois os atores sociais tornam-se invisíveis ao serem excluídos das agendas governamentais. Isso se deve ao fato de que ações ditas como modernizadoras – aqui lê-se urbano-industrial – para a região, são implantadas negando as diversas identidades que estão em constante processos de territorialização na área rural.

A noção de invisibilidade do assentamento, portanto, é explicado pela condição imposta pelo Governo Municipal ao não direcionar e aplicar políticas públicas no território rural, isto é, ao não dar continuidade a política de reforma agrária. Os atores sociais do assentamento consideram que o Poder Público Municipal não está presente no território rural. Ressalta-se que ainda que os atores sociais do assentamento se vejam como invisíveis, eles não são passivos, vão a luta para executar ações que consideram importantes para a reprodução do assentamento.

(c) Conflito fundiário e socioambiental

A localização do assentamento na região metropolitana ocasiona conflitos que também serão analisados na pesquisa, são eles fundiários e socioambientais. O conflito fundiário é algo constante e que impacta a vida dos moradores do território de Marapicu, mas é preciso voltar ao passado da região delimitada como Baixada Fluminense para entender esse ambiente de conflitos. Alentejano (2003) afirma que em cada período, o território fluminense vivenciou realidades distintas de conflitos na terra:

Ao contrário dos anos 1950/60, quando o confronto envolvia basicamente posseiros e grileiros, nos anos 1980 o conflito se dará em função da ação de desempregados e subempregados dos bairros pobres da periferia das cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro que, sem alternativas diante da profunda crise socioeconômica do início dos anos 1980, realizam uma série de ocupações de terra na região. (ALENTEJANO, 2003, p. 133)

Foi no contexto dos conflitos fundiários dos anos de 1980 que surgiu a ocupação de Marapicu. Mas como será discutido, a luta pela terra vivenciada hoje no assentamento não é a mesma do início da ocupação. O conflito na terra é caracterizado pelo processo de urbanização e industrialização da região, pela venda ilegal dos lotes, pela dificuldade de permanência das famílias (a falta de recursos para financiar a produção, a violência do tecido urbano...), pelo processo de cadastro das famílias que

está estagnado, entre outros. São esses processos que alimentam a luta pela terra em Marapicu.

A condição dos rios do assentamento e o acesso à água potável constituem problemas ecológicos que impactam diretamente o cotidiano dos atores sociais. Para isso, a pesquisa discutirá o conceito socioambiental, definido por Paul Little (2006, p. 91) como “um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico”. A relação dos assentados com a questão ecológica (água) será investigada a partir da ambientalização dos conflitos sociais, devido ao contexto de denúncia da poluição da água e da falta dela. Durante as minhas participações nas assembleias da Associação dos Camponeses do Marapicu e minha atuação como agente da Comissão Pastoral da Terra percebi que a falta d’água foi e continua sendo uma pauta de extrema importância para os moradores. Para Fernandez (2009, p. 49), “esta nova perspectiva tem como ideia central o envolvimento das populações locais nas políticas ambientais, levando em consideração seu modo de vida e conhecimentos sobre o manejo dos recursos naturais”. A ambientalização dos conflitos sociais configura-se na atuação da população local para reivindicar políticas públicas no que tange a pauta ambiental para o território. No caso de Marapicu, será analisado como os atores sociais assumem o protagonismo frente aos conflitos socioambientais do território, isto é, como eles conduzem os enfrentamentos com o Poder Público.

III) ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

Os dilemas que determinam o cotidiano dos moradores e que colocam desafios às relações sociais existentes entre os distintos atores sociais serão investigados e problematizados nessa pesquisa. É diante desses aspectos econômicos, políticos, ambientais e sociais que eclode a ameaça de dissolução do assentamento e a transformação da identidade rural. Tais implicações permeiam o cotidiano dos que permanecem no território em busca de melhores condições de vida. Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar as relações sociais existentes no Assentamento Municipal Rural do Marapicu e a atuação da Associação dos Camponeses do Marapicu frente ao processo de invisibilidade do território rural, resultado da ausência e/ou ineficiência de políticas públicas. Para isso, faz-se necessário entender os processos

históricos que marcam o território rural, fundamentais para analisar a resistência dos atores sociais. Os objetivos específicos são: a) apresentar uma discussão sobre a formação territorial da Baixada Fluminense, palco de conflitos agrários e fundiários; b) analisar a trajetória realizada pelos atores sociais de Marapicu à desapropriação e à constituição do assentamento; c) explicar os conflitos existentes no território rural e sua relação com os atores sociais que compõem o território; d) analisar e discutir a atuação do Estado no território rural relacionando-o com a insuficiência de políticas públicas e a manutenção da ordem capitalista vigente; e) e descrever e problematizar a atuação da Associação dos Camponeses do Marapicu, organização política local, para a manutenção do assentamento de reforma agrária.

A realidade presente no território, como observo, é de conflitos e também de um fenômeno em curso que é a invisibilidade do assentamento de reforma agrária dentro de uma região metropolitana em processo de urbanização. A pesquisa qualitativa propõe apresentar e refletir os processos existentes no território denominado Assentamento Municipal Rural do Marapicu. Para isso, descreverei as percepções dos indivíduos e instituições sobre a realidade social do território. Para Mirian Goldenberg (2004, 49), “os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social.” Nessas condições, faço observações do assentamento a partir de uma pesquisa etnográfica, isto é, um contato íntimo com a vida dos assentados e de suas reuniões e, não mais importante, uma análise de documentos referentes ao território rural:

Aliás, o interesse pelos casos individuais, pelos detalhes significativos, constitui elemento fundamental neste estudo, elaborado na certeza de que o senso do qualitativo é condição de eficiência nas disciplinas sociais, e que a decisão interior do sociólogo, desenvolvida pela meditação e o contacto com a realidade viva dos grupos, é tão importante quanto à técnica de manipulação dos dados. (CANDIDO, 2010, p. 23)

A pesquisa de campo possibilita o pesquisador recolher dados qualitativos que só são possíveis quando observados no cotidiano do território. O contato com o grupo social será importante para compreender a estrutura social vigente em Marapicu. Entende-se a necessidade de vivenciar os modos, de pensar e agir típicos dos atores sociais, pois em todo território existem instituições e culturas, bases de um determinado grupo social. Entrevistas, participações nas reuniões, celebrações e observações são os instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo. Ressalto que utilizarei

nomes fictícios para cada pessoa entrevistada na pesquisa. Tal estratégia será utilizada para tão somente proteger as pessoas que eu entrevistei e, assim, evitar possíveis retaliações no território, pois Marapicu abarca conflitos internos e externos que modificam o cotidiano das famílias que ali se reproduzem socialmente.

Foram analisados as atas da Associação, os ofícios e processos²⁰ referentes ao assentamento, os jornais antigos guardados pelos dirigentes da ACM, fotos, entre outros. A pesquisa de campo para a dissertação iniciou em maio de 2018 e finalizou em fevereiro de 2020, sendo possível realizar 24 entrevistas: 20 foram com famílias do assentamento e 4 com gestores públicos e/ou representantes de instituições. Foram 21 meses de pesquisa de campo vivenciados através das mais diversas experiências: ao entrevistar por cinco horas um dos assentados; ao ter o carro suspenso na rua do assentamento; ao presenciar o furto em uma das plantações dos sítios; ao almoçar debaixo da árvore; ao participar do grupo de mensagens instantâneas do assentamento; ao testemunhar discussões entre os atores sociais nas reuniões; ao ganhar tangerina, abacaxi e manga das famílias; ao levar para casa o caldo de cana preparado por um dos assentados; ao chegar em casa com o corpo coçando devido aos carrapatos encontrados no assentamento; ao visitar uma das moradoras do assentamento que utiliza cadeira de rodas devido a sua enfermidade; ao comprar caixa de aipim, quiabo, maxixe e tamarindo dos agricultores; ao ver as famílias trabalhando na roça escondida atrás do mato. Essas e outras experiências contribuíram para a compreensão do cotidiano e das relações sociais existentes em Marapicu. Tal grau de familiaridade permitiu adentrar a paisagem do assentamento, identificar os processos e analisá-los como pesquisador.

No entanto, “logo, sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder ‘pôr-se no lugar do outro’” (VELHO, 2004, p. 127). Somam-se às experiências da pesquisa de campo, as vividas na condição de aluna da graduação, estagiária da prefeitura e agente da Comissão Pastoral da Terra. Além disso, foram utilizados na presente pesquisa os dados colhidos, anteriormente, nas visitas realizadas aos sítios com os recenseadores do IBGE para o Censo Agropecuário 2017. Para o Censo Agro 2017, a “Kombi” da Prefeitura percorreu todas as alamedas do assentamento transportando a Comissão: recenseadores, lideranças da Associação e o

²⁰ São alguns deles: Ofício N° 192/SS/2002 (INCRA); Processo N° 06/161065/1998 (ITERJ); Processo de Execução Fiscal da Prefeitura de Nova Iguaçu 2003.038.018093-0; Ofício N° 303.2007 (INCRA); Ofício N° 290/02 (INCRA).

representante da Secretaria (no caso, eu). Foi a primeira vez que os recenseadores do IBGE estiveram no assentamento colhendo as informações para o Censo Agropecuário, segundo a Associação dos Camponeses do Marapicu. Devido a isso, algumas pessoas mostraram-se surpresas com a ação do IBGE na área rural. E, durante as entrevistas, as pessoas aproveitaram o momento para relatar as mazelas, como também, criticar a atuação da Prefeitura no assentamento. Para elas, havia relação entre a condição atual de Marapicu e a ação da prefeitura no mesmo, portanto, se o assentamento estava “*naquela situação*” devia-se a ausência da Prefeitura. A manutenção das estradas vicinais do assentamento era o assunto que mais aparecia nas falas dos entrevistados. E, a gravidade do tema foi compreendida pelos recenseadores quando a Kombi entrou na Alameda Boa Vista e não pode fazer a manobra para retornar, pois a rua além de ser estreita estava repleta de mato, portanto, só foi possível sair da alameda de ré. O desespero instalou-se entre o grupo, principalmente, entre os agentes do IBGE. Nesse dia, não foi encontrado morador nos sítios da alameda para realizar o recenseamento, mas foi possível identificar os problemas de mobilidade que as pessoas vivenciam dentro da área rural.

Durante 2018 e 2019, as experiências vivenciadas como agente da CPT foram através da assessoria e formação política e da construção de momentos celebrativos no território. O papel de assessoria foi desenvolvido nas reuniões e em duas principais frentes de trabalho da Associação: regularização²¹ da Associação e retorno do grupo Fitocam²². Em se tratando dos momentos celebrativos, a ACM em parceria com a CPT promoveu a Celebração da Terra no dia 26 de julho de 2018 para comemorar o dia do Agricultor Familiar e o 34º Aniversário da ocupação de Marapicu no dia 04 de abril de 2019. Os momentos comemorativos são priorizados pela ACM porque resgatam a memória do território e, como é observado, são essas apropriações simbólicas do território que contribuem para o processo de formação da identidade territorial.

Do exposto, conhecer o cotidiano dos atores sociais de Marapicu, contribuiu para a compreensão de processos que ali existem e que foram apresentados e debatidos na pesquisa.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos. O primeiro teve como objetivo apresentar uma discussão sobre a formação territorial da Baixada Fluminense, palco de conflitos fundiários e agrários. Sendo necessário, portanto, analisar o processo de formação do território brasileiro e as legislações relacionadas à temática da reforma

²¹ Processo detalhado no quarto capítulo.

²² Grupo de mulheres que produzem fitoterápicos e produzem mel.

agrária. As fontes para a contextualização histórica da Baixada Fluminense foram encontradas através da pesquisa bibliográfica. O conceito de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de Haesbaert (2006) será substancial para analisar as ocupações caracterizadas por um perfil heterogêneo de famílias que migravam para a Baixada Fluminense em busca de melhores condições de vida a partir da produção agrícola. A coleta de dados no acervo da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu contribuiu para formulação do capítulo.

No segundo capítulo fez-se um resgate histórico do processo de ocupação do Projeto Campo Alegre na década de 1980 que precedeu a constituição do assentamento. Foi apresentado e discutido o processo de ocupação da Fazenda Boa Vista, em 1985. Em seguida, o caminho realizado pelos atores sociais à desapropriação da área e à constituição do Assentamento Municipal Rural do Marapicu. As fontes utilizadas para a confecção do capítulo foram, a pesquisa bibliográfica, a análise documental do processo de Execução Fiscal²³ entre a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal, o acervo da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu disponibilizada no Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e as entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

No terceiro capítulo fez-se uma descrição do assentamento a partir da observação participante, dados etnográficos e entrevistas, apresentando seus atores sociais e suas formas de reprodução. Além disso, descrevem-se e explicam-se os conflitos existentes no território. Após, fez-se uma descrição da atuação do Estado no processo de urbanização da região como agente de fomento do modelo capitalista urbano industrial. Soma-se a esse processo, a ineficiência do Estado ao administrar e promover políticas públicas no assentamento. Como contribuição para o capítulo, fez-se uma discussão teórica a cerca do conceito “políticas públicas” no contexto agrário relacionado-a com o caso de Marapicu. A fonte de dados para a confecção desse capítulo foi a realização de entrevistas com moradores locais (titulados ou não, assentados ou não) e também a observação participante.

No quarto e último capítulo analisou-se a Associação como instrumento de luta frente o processo de invisibilidade do território rural a partir das suas estratégias para a manutenção do território rural. As instituições parceiras ao assentamento também foram discutidas no cotidiano do território, pois atuam conjuntamente com a ACM, a principal

²³ Processo de Execução Fiscal 2003.038.018093-0, p. 20, 3º vara cível da comarca de Nova Iguaçu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

interlocutora política do território rural. Contribuindo para análise, o conceito de identidade territorial foi utilizado para explicar a compreensão dos atores sociais sobre a área, a qual eles têm algum tipo de vínculo. A fonte de dados para a construção do capítulo foram as atas das reuniões, as entrevistas com os atores sociais (internos e externos) do assentamento e as bibliografias que se propuseram a estudar o território.

CAPÍTULO 1 – BAIXADA FLUMINENSE: PERCEPÇÕES A PARTIR DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

O acesso a terra no Brasil é resultado de um processo histórico que além de privilegiar certo segmento das classes superiores, assegurou-lhe, através dos mecanismos da legislação, a propriedade da terra privada. Como afirma Paulo Freire (1967), nossa colonização marchou no sentido da grande propriedade com único dono. A propriedade privada é intocável conforme aponta a Constituição de 1988, no seu Art 5º, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à *propriedade*.” (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Terra, no Brasil, é sinônimo de poder. Tal relação é importante para compreender o processo de formação territorial no Brasil, uma vez que há, atualmente, uma elevada concentração de terra no país, situação que persiste desde o período colonial. São terras destinadas para monoculturas de exportação e/ou pecuária, mas também, utilizadas para fins especulativos (reserva de valor). Segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE), 1% das propriedades do país ocupa quase metade da área agrícola (rural) brasileira. É importante pontuar, que a elevada concentração fundiária também é resultado do avanço das cercas do latifúndio através da grilagem e violência, expulsando famílias do campo. A realidade apontada contribui para o aumento das desigualdades no campo, pois quanto maior a concentração de terra maior será a concentração de riqueza, visto que a terra é um ativo financeiro. Dessa forma, a desigualdade está relacionada à concentração do patrimônio. Além disso, “muitas terras nas mãos de poucas pessoas” gera uma competição desigual entre os grandes proprietários e pequenos proprietários, uma vez que há diferenças no acesso a políticas de crédito.

E as famílias que não possuem terras ou aquelas que foram expulsas do campo? Surge nesse contexto, nos anos 1940/50, o movimento camponês nacional (Ligas Camponesas) para reivindicar a democratização de terras e melhores condições de vida de trabalhadoras e trabalhadores do campo. Sobre o surgimento desse movimento, Leonildes Medeiros (1993) destaca a existência no campo do Brasil, nesse período da história brasileira, de diversos focos de luta, onde "posseiros", "arrendatários", "foreiros" resistiam à ação dos proprietários de terras ou de seus prepostos, visando alterar regras de contratos costumeiros ou expulsá-los da terra. Tal movimento contou

com a mediação do chamado “Partidão” (Partido Comunista Brasileiro) ²⁴ e colidiu com os interesses de proprietários, donos de imensidões de terras, que perpetuados nessa condição usam da violência para assegurar o domínio nas suas terras. Os conflitos por terra implicaram, de um lado, na intervenção do Estado em pensar soluções para a realidade posta no campo brasileiro. E, de outro, no surgimento do debate acerca de uma política de reforma agrária capaz de democratizar o acesso a terra e de garantir os direitos de homens e mulheres do campo. No sentido de pensar uma legislação capaz de abarcar a questão agrária do Brasil além do que previa o Estatuto da Terra criado em 1964, dois planos nacionais foram aprovados em períodos distintos do país: I e II Plano Nacional de Reforma Agrária, respectivamente, 1985 e 2003. Quase vinte anos se passaram do II Plano Nacional de Reforma Agrária, e a concentração fundiária ainda é um processo vigente no país. O avanço das fronteiras, como no caso do MATOPIBA²⁵, vem resultando em conflitos diários entre trabalhadores rurais e comunidades tradicionais com proprietários de terra.

A distribuição de terras prevista na legislação deveria, na prática, estar acompanhada de mecanismos que favorecem a permanência de homens e mulheres no campo. No caso dos assentamentos, identifica-se que a não aplicação de políticas públicas específicas, como prevê a legislação, tem resultado na venda como também no abandono dos lotes pelas famílias assentadas. Assim afirma Eric Sabourin (2008, p. 171), “o Brasil de hoje, o que vem fracassando na reforma agrária deve-se, antes de tudo, à inadequação dos instrumentos de políticas públicas ou da sua aplicação.”

Nas condições de *sem terra*, estavam as famílias de Marapicu oriundas da ocupação de Campo Alegre, em 1984, reflexo do movimento de democratização de terras no Brasil. A ocupação emerge numa realidade de deterioração dos modos de vida das famílias da Baixada Fluminense, dado o contexto econômico da época.

Do exposto, o objetivo do capítulo é analisar como a realidade fundiária e agrária do Brasil resultou em conflitos por terra em todo território nacional, pressionando assim, o Estado a intervir e/ou formular políticas públicas. A análise contribui para a discussão da realidade fundiária e agrária da Baixada Fluminense, palco de inúmeros conflitos fundiários, como o que resultou na ocupação de Campo Alegre. Dessa maneira, proponho na primeira parte do capítulo uma análise sobre a formação

²⁴ Em 1954, houve uma definição do partido e parte do seu quadro volta-se para o movimento camponês. (BASTOS, 1984)

²⁵ A nova fronteira agrícola brasileira que está em processo de desenvolvimento do Agronegócio: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. (XAVIER, 2019)

territorial do Brasil, em seguida, apresento como se deu a emergência de um debate sobre o acesso a terra no país e o surgimento de movimentos frente ao processo de modernização do campo (ordem capitalista vigente no período). Na segunda parte, objetivo apresentar as transformações socioespaciais que ocorreram na Baixada Fluminense. Para isso, faz-se necessário uma descrição histórica do processo de ocupação da Baixada – antes conhecida como Recôncavo Guanabara –, e depois da cidade de Nova Iguaçu. Ao final, problematizo, através de pesquisa bibliográfica, as principais legislações propostas ao longo de seis décadas em torno da temática em questão, assim como a incidência de conflitos por terra mesmo com a implantação dos planos nacionais de reforma agrária.

1.1 – A formação territorial do Brasil

Nesta seção do capítulo proponho analisar o processo de formação do território brasileiro e, assim, aponto como o processo de distribuição de terras no Brasil foi desigual e excludente, além de favorecer a concentração fundiária no Brasil.

O processo de formação do território brasileiro tem sua origem no Tratado de Tordesilhas (1494) que dividiu as terras do Brasil entre Portugal e Espanha. As Capitanias Hereditárias, criadas em 1534, tornou-se uma forma de administração territorial do Brasil pela coroa portuguesa. Basicamente, as Capitanias eram formadas por faixas de terra que partiam do litoral para o interior, comandadas por donatários e cuja posse era passada de forma hereditária. No regime das Capitanias, eram distribuídas Sesmarias a um beneficiário para que esse lote de terra fosse cultivado, como bem observa Paulo Freire (1967):

Ao lado disto, e possivelmente, em parte por causa desta tendência, marchou a nossa colonização no sentido da grande propriedade. Da fazenda. Do engenho. Fazenda e engenho, terras grandes, imensas terras, doadas às léguas a uma pessoa só, que se apossava delas e dos homens que vinham povoá-las e trabalhá-las. (FREIRE, 1967, p. 69)

Em 1850, a Lei de Terras foi instituída no Brasil, sendo a primeira tentativa de organizar a propriedade privada no Brasil. A Lei foi aprovada no mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós que previa o fim do tráfico negreiro e sinalizava para a abolição da escravidão. A Lei de Terras impossibilitava que negros se tornassem donos de terras, pois a aquisição de terras era por meio de pagamento em espécie. A liberdade não possibilitou que mulheres e homens negros fossem indenizados e, tampouco o Estado atuou de forma a incluí-los na sociedade e garantir-lhes seus direitos. Dessa forma, com

a abolição, as famílias libertas ficaram a margem de um sistema econômico racista e opressor sendo obrigadas a se dirigirem para os lugares periféricos, “*sem eira, nem beira*”²⁶.

Tais descrições citadas referem-se às ações fomentadas pelo Estado e exemplificam como o processo de formação do Brasil, durante a Colonização, resultou na concentração fundiária, atual problema do país. Numa realidade onde poucos proprietários possuem o domínio de muitas terras num país continental como o Brasil, identifica-se a exclusão socioespacial de famílias no campo. Tais áreas concentradas estão localizadas principalmente em regiões delimitadas como rurais.

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil tinha sua economia baseada no modelo Primário Exportador, isto é, exportação de produtos agrícolas que norteou a economia até a implantação do modelo Substituição de Importações (1930-1960). O modelo econômico com base em exportações de produtos primários pode ser compreendido em duas fases: a substituição de importações espontâneas, período entre 1930 a 1945; o pós-guerra até meados da década 1960, ocorrendo a intensificação das substituições de importações, principalmente no período entre 1958 e 1960, quando a industrialização foi conduzida e planejada pelo Estado (MATTEI, L. & SANTOS JÚNIOR, 2009). No entanto, o setor agrícola, com base na exportação, permanecia inalterado, com baixo nível de incorporação tecnológica e grandes propriedades. No modelo primário-exportador, a agricultura teve um peso econômico importante nas contas nacionais e assim, os territórios rurais eram tidos pelo Estado (economia) como fundamentais para o desenvolvimento do país, de acordo com a lógica agrícola. Contudo, o processo de Substituição de Importações alterou o modelo econômico no país, intensificando a industrialização iniciada na década de 1930. É importante ressaltar que a agricultura continuava a ter peso nas contas nacionais, porém a base exportadora era vista como arcaica e sem dinamismo, nasceria assim, o dualismo²⁷ que aprofundava os conflitos entre os setores dado a dinâmica do setor industrial. Tais condições colocavam o setor da agricultura como impedimento para o desenvolvimento do país; além de promover desigualdades sociais no campo, concomitantemente com as expulsões de trabalhadores ocasionando tensões e conflitos fundiários em todo o Brasil.

²⁶ Significa pessoas **sem** bens, **sem** posses.

²⁷ Ver Maria da Conceição Tavares (1979)

Diante dessa realidade, nos anos de 1920, tem-se a atuação dos tenentistas²⁸ que relacionavam a existência do latifúndio ao “voto de cabresto”, principal motivação para o atraso político do país (SANTA ROSA, 1963). Os tenentes buscaram introduzir o debate da reforma agrária na Constituinte de 1934, mas foram derrotados. No entanto, como observa Leonildes Medeiros (1993), as ações governamentais ao longo das décadas demonstravam que a temática demandava intervenção estatal, como por exemplo, a “Marcha para o Oeste” no Estado Novo e a Comissão Nacional de Política Agrária nos anos de 1950. A Constituição de 1946 introduziu, após a reivindicação de políticos comunistas, o bem estar social do uso da propriedade, como é possível observar abaixo:

Art 147 – O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. (BRASIL, 1946)

Tal fato sinalizava que o tema da reforma agrária tornar-se-ia pauta de muitos debates nas próximas décadas. As transformações do campo já no início do século XX indicavam o surgimento de movimentos reivindicatórios na luta pela terra, como as Ligas Camponesas.

1.1.1 – As Ligas Camponesas

O debate sobre a reforma agrária no Brasil começa a ganhar corpo no início do início dos anos de 1950 com a crítica ao latifúndio em virtude de uma realidade de concentração fundiária combinada às péssimas condições da vida no campo. Assim, o tema da reforma agrária surge no campo político nacional:

Concebida como medida necessária para promover o desenvolvimento econômico-industrial; política de combate ao desemprego, à fome e à miséria; política social para impedir a continuidade do êxodo rural e suas sequelas; sinônimo de resgate da cidadania para os trabalhadores do campo e condição para a democratização do país. (MEDEIROS, 1993, p. 2)

Mas foi somente no final da década de 1950 e início de 1960 que o tema da reforma agrária ampliou-se em todo território nacional, sendo bandeira de luta

²⁸ Movimento político-militar que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935, aproximadamente, sob a liderança dos “tenentes”, nome com que ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época, nem todos verdadeiros tenentes, mas em sua grande maioria oficiais de baixa patente. Constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da República Velha, ou seja, está inserido no processo de crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil que culminou com a Revolução de 1930 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Acessado em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tenentismo>. 06 de maio de 2020

defendida por vários movimentos oriundos da Igreja Católica e partidos políticos, tal como ocorreu com o Partido Comunista Brasileiro:

Os primeiros movimentos organizados em defesa da reforma agrária foram as ligas camponesas do Nordeste, estendidas à maioria dos estados do Brasil a partir de 1945, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro. Nessa época, a luta pela terra vinha inserida num conjunto de reivindicações sobre os direitos elementares do trabalho, da saúde, da previdência, da escolarização, com base no direito à organização autônoma dos grupos sociais. (SABOURIN, 2008, p. 15)

As Ligas Camponesas tiveram papel fundamental no que tange a pauta da reforma agrária no Brasil. As Ligas surgiram diante de um conflito por terra em Engenho Galileia, Pernambuco em 1955, entre foreiros²⁹ e proprietários³⁰. As terras estavam arrendadas para cerca de 140 famílias camponesas e, em 1954 a família do arrendatário José Hortêncio, por não conseguir pagar o aluguel anual, foi expulsa pelo proprietário das terras Oscar de Arruda Beltrão. As famílias estavam a cerca de 15 anos nas terras arrendadas. Diante do fato, José Hortêncio, junto com um antigo membro do PCB, organizou um movimento resultando na criação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco para que a Associação pudesse representar as famílias associadas. No entanto, o conflito já instaurado resultou no processo de expulsão das famílias. Após o episódio de expulsão, as famílias foram ao encontro do advogado e Deputado Estadual Francisco Julião para ajudá-los na luta judicial. Nesse contexto, o movimento ganhou rapidamente notoriedade e, assim, em meio à luta dos galileus, o movimento se expandiu regionalmente para outros estados do Nordeste (BASTOS, 1984). Com efeito, além das diversas categorias camponesas (arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos proprietários) os trabalhadores assalariados passaram a ser filiar ao movimento com pautas distintas ao que o movimento vivenciava.

As reivindicações da categoria dos trabalhadores assalariados, porém, eram deixadas de lado por três condições³¹, explicadas por Francisco Julião e que definiam a organização do Movimento: jurídica, financeira e econômica. O campesinato dispõe dessas condições, o que facilita a mobilização do movimento em comparação à situação social do trabalhador assalariado. No entanto, em setembro de 1955, ocorre o 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, onde José dos Prazeres é eleito o presidente das Ligas Camponesas. Ao final do Congresso, ocorreu a marcha dos camponeses pelas

²⁹ Categoria social utilizada para tais camponeses: pessoas que pagam a renda da terra em dinheiro, que se assalariam periodicamente e usam da força do trabalho familiar. (BASTOS, 1984)

³⁰ Os proprietários deixaram de explorar a cana em suas terras passaram a arrendá-la para os foreiros.

³¹ Ver Francisco Julião (1961)

ruas da capital. O fato resultou na unificação das categorias de atores na luta pela terra dentro das Ligas. Nesse mesmo período, haviam surgido 25 núcleos do movimento. As Ligas Camponesas finalizam a década de 1950 com aproximadamente 35 mil associados em Pernambuco e 70 mil no Nordeste. Entre 1960 e 1961 são organizadas federações em dez estados. A multiplicação das Ligas para Francisco Julião é também resultado de dois fatores: o interesse da burguesia industrial³² na reforma agrária e a influência da Revolução Cubana na luta dos camponeses. (BASTOS, 1984)

Dessa maneira, as Ligas Camponesas passaram a ser reconhecidas nacionalmente. A primeira campanha nacional, lançada em setembro de 1961, teve como título os *Dez Mandamentos das Ligas Camponesas para libertar os Camponeses da Opressão do Latifúndio*. Esse documento representou o fim de uma etapa marcada pela aplicação dos direitos e o início do movimento em defesa da reforma agrária:

Embora o que caracterize esse movimento de mobilização seja a luta por direitos – o que permitiria que definíssemos o movimento como defensivo – já no fim dos anos 60 se esboça claramente uma mudança no objeto de luta: esta passa a ser encaminhada em direção a reforma agrária. (BASTOS, 1984, p. 78)

Ao mudar o objeto de sua luta, as Ligas passaram a incorporar a reforma agrária aos objetivos do movimento. A reforma agrária emergia na destruição do latifúndio e no campesinato como ator político crucial para a revolução socialista do país. Dessa forma, era possível alcançar o desenvolvimento das forças produtivas criando condições para uma revolução socialista³³. (MEDEIROS, 1993) No entanto, a reforma agrária concebida pelas Ligas divergia em alguns pontos da proposta do PCB. Para marcar, porém a unidade do movimento camponês, e sensibilizar a população, foi produzida a Declaração de Belo Horizonte no 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, em novembro de 1961. No documento são encaminhadas formas que permitem uma melhor distribuição de terras e também formas que garantiam a produtividade de acordo com os princípios da justiça social. O congresso reuniu organizações de várias regiões do país, além das Ligas e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil³⁴ (ligada ao PCB).

1.1.2 – A reforma agrária e a visão dos seus distintos interlocutores

³² A classe em questão buscava a formação de um mercado interno.

³³ Sentimentos ocasionados com a Revolução Cubana.

³⁴ Fundada em 1954 para coordenar as associações camponesas então existentes. (BASTOS, 1984)

Para o PCB, a reforma agrária era compreendida a partir de ações como a eliminação do latifúndio e da divisão de terras para quem desejasse trabalhar. Contudo, era necessário fazer alianças políticas, como por exemplo, com a burguesia industrial que via na reforma agrária o caminho para o desenvolvimento econômico do país. A reforma agrária proposta pelo PCB estava subordinada a luta anti-imperialista, uma vez que havia contradições entre a nação e o capital estrangeiro. A burguesia nacional seria aliada do campesinato ao buscar novos mercados no campo. No projeto, porém, a propriedade privada não seria eliminada, mas a partir de uma política agrícola seria possível desconcentrar a terra. Com isso, as propriedades de até 500 hectares seriam beneficiadas, além de possibilitar a livre conversão de capital na agricultura (BASTOS, 1984).

Diante do contexto internacional instaurado pelo fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e pela Guerra Fria e, do subdesenvolvimento dos países da América Latina, havia o entendimento da Comissão Econômica para a América Latina, de que a agricultura voltada para exportação com baixo nível tecnológico impedia o desenvolvimento dos países, como o Brasil. Dessa forma, como defendiam os “cepalinos”³⁵, a reforma agrária possibilitaria a elevação do padrão de vida das populações rurais para que pudessem se constituir em mercados para a indústria, ou seja, a agricultura mais funcional à industrialização:

Para os cepalinos, desenvolvimento e subdesenvolvimento constituíam um único processo e só podiam ser entendidos nos marcos da economia mundial. A superação do subdesenvolvimento se daria com uma industrialização por substituição de importações, a qual dependia da remoção de “obstáculos”, como a estrutura agrária dualista, baseada na dicotomia latifúndio-minifúndio. Assim, caberia à reforma agrária distribuir de maneira mais equilibrada a propriedade da terra, a fim de tornar a agricultura mais “funcional” à industrialização. (PEREIRA & ALENTEJANO, 2014, p. 75)

Nessa direção, João Pedro Stélide (2013) argumenta que a reforma agrária na concepção tal como os cepalinos defendiam, tinha um caráter nitidamente capitalista, ou seja, era para atender os interesses da indústria nacional e não para resolver os problemas do campo. Se mais pessoas tivessem acesso à terra, haveria mais consumidores de insumos e bens industriais, ou seja, a formação de um mercado interno capitalista, visto que a economia brasileira, nesse período, baseava-se no modelo Substituição de Importações. O modelo econômico estava voltado para o desenvolvimento da indústria nacional e, para isso, era necessário criar uma demanda interna que consumisse os bens produzidos pela indústria brasileira, que antes eram

³⁵ Intelectuais que trabalhavam na Comissão Econômica para América Latina – CEPAL.

importados. No entanto, o problema não poderia ser resolvido somente pela distribuição de terras, mas esta deveria estar acoplada a um conjunto de políticas públicas (saúde, educação, assistência técnica) que atendesse a realidade de famílias em situação de vulnerabilidade social no campo

Por outro lado, o governo americano, ameaçado com a possível influência da Revolução Cubana (socialismo), teve como iniciativa um programa cooperativo chamado Aliança para o Progresso, que reunia os governos latino-americanos para realizar ações que visavam o desenvolvimento econômico e social da América Latina. Dentre essas ações, estava a promoção da reforma agrária que poderia eliminar a concentração fundiária e fazer surgir uma classe média rural (MEDEIROS, 1993). Tal iniciativa fez com que os países latino-americanos, incluindo o Brasil, assumissem os compromissos do programa Aliança para o Progresso ao assinarem a “Carta de Punta Del Este”, em 1961. O documento em questão apresentava os objetivos gerais do programa, sendo que o principal objetivo da carta era aumentar a taxa de crescimento econômico nos países latino-americanos para que pudessem ser elevados os padrões de vida dos seus povos (DREIER, 1962).

É substancial apresentar a conjuntura econômica nacional das décadas de 1950 e 1960. Caio Prado Jr (2006), observa que o Brasil vivenciava nesse período um processo inflacionário que provocou a redução do poder aquisitivo interno do Cruzeiro³⁶. O desequilíbrio das contas externas pode ser explicado em parte pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial e também pela escassez de mercadorias, este último resultou no aumento das importações. Esse período observa o autor, favoreceu a acumulação capitalista em detrimento do bem estar da classe trabalhadora que passou a ser explorada para assegurar o lucro das indústrias:

A inflação de preços, que se vem acelerando cada vez mais, constitui certamente um dos traços essenciais da evolução econômica brasileira em todo período que temos sob as vistas. Suas repercussões sobre o rumo e a natureza dos acontecimentos têm sido de toda a espécie, mas o que sem dúvida prima sobre o resto, como efeito de ordem mais geral, tem sido o poderoso estímulo que a inflação vem provocando na acumulação capitalista, isto é, no processo de formação de capitais. Não precisamos insistir aqui nesse fato óbvio que a alta de preços, que somente é acompanhada com larga defasagem pela elevação dos salários, determina uma elevação das receitas das empresas relativamente às suas despesas essencialmente constituídas pela remuneração do trabalho. Eleva-se em consequência a margem de lucros que vão alimentar a acumulação capitalista. E se isto de um lado implica na **intensificação da exploração do trabalho** — o que é aliás de fácil

³⁶ Em 1942, havia 56 tipos diferentes de cédulas no Brasil. Para uniformizar o dinheiro em circulação, foi instituída a primeira mudança de padrão monetário no país. O antigo Réis deu lugar ao Cruzeiro. Um cruzeiro correspondia a mil réis. (MUSEU DE VALORES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003)

observação no **baixo nível de vida da população trabalhadora**, quase estagnado, se não frequentemente em regresso, quando comparado com o rápido e **largo enriquecimento das classes possuidoras** e daquelas categorias sociais parasitárias que vivem à sua sombra —, resulta de outro no aumento das inversões e portanto das atividades produtivas (PRADO JUNIOR, 2006, p. 242. Grifo nosso)

Observa-se, portanto, que a erosão da moeda ocasionou a deterioração dos modos de vida da classe trabalhadora. O campo, por outro lado, estava vivenciando o início do processo de modernização agrícola (*Revolução Verde*)³⁷ que foi consolidado na década de 1970 por um conjunto de programas conduzidos pelos governos militares. O processo em questão resultou na expulsão dos trabalhadores das fazendas para os centros urbanos em busca de emprego, propiciando o inchamento das cidades. Com mais pessoas nas cidades, maior o exército industrial de reserva. O aumento de trabalhadores urbanos contribuiu para a lucratividade do setor industrial.

Por outro lado, as famílias rurais que persistiam no campo eram impactadas pelas condições de trabalho, ocasionando a deterioração dos modos de vida do campo. Como por exemplo, a) o pequeno proprietário com entraves para produzir em sua própria propriedade devido à dificuldade de obtenção de crédito, além de outros fatores; b) o parceiro ou arrendatário, que embora produzindo, estava diretamente vinculado ao proprietário da terra na divisão da produção, além de viver sob ameaça de expulsão, como ocorreu no caso dos foreiros em Pernambuco; c) e os trabalhadores assalariados que viviam sob péssimas condições de trabalho, além de não possuir benefícios sociais, como a previdência, em vigor há duas décadas para o proletariado urbano. Tais condições mostram que não havia reconhecimento da cidadania rural, isto é, da garantia de direitos que levasse em consideração a diversidade de configurações familiares que se reproduziam socialmente no campo.

A deterioração da vida no campo acentuava-se e, como resultado, entre a década de 1940 e o golpe de 1964 houve intensa e extensa mobilização social, atingindo a maioria dos Estados. Devido à pressão dos movimentos sociais, principalmente das Ligas Camponesas do Nordeste³⁸, o governo de João Goulart (1961-1964) instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, possibilitando, teoricamente, aos camponeses os mesmos direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos. Nessa conjuntura de reivindicação a partir da articulação dos movimentos sociais do campo, a reforma agrária torna-se a principal pauta do Governo:

³⁷ Ver Navarro (2001)

³⁸ (BASTOS, 1984)

No dia 13 de março de 1964, o presidente assinou o decreto que previa a desapropriação para fins de reforma agrária das terras localizadas ao longo de 10 km das margens de rodovias, ferrovias e açudes construídos pelo governo federal. Dois dias depois, em meio à intensa mobilização popular e sindical pelas “reformas de base”, Goulart enviou mensagem ao Congresso propondo mudanças legais que viabilizariam uma reforma agrária. Era uma resposta moderada às mobilizações camponesas que exigiam reforma agrária “na lei ou na marra. (PEREIRA & ALENTEJANO, 2014, P. 77)

Na contramão desse processo, estavam as organizações patronais do campo formadas por latifundiários e, proprietários rurais com perfeita capacidade de articulação na esfera política, contribuindo para o golpe de 1964³⁹, como afirma Sonia Mendonça (2011, apud PEREIRA & ALENTEJANO, 2014, P. 77):

As entidades patronais rurais se envolveram profundamente na articulação do golpe. A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), por exemplo, atuaram em frentes variadas, advogando a defesa do “direito sagrado de propriedade”. Enquanto a SNA se posicionava abertamente contra a reforma agrária, a SRB era a favor do “parcelamento” de terras públicas (jamais de terras privadas) e da cooperativização empresarial de pequenos agricultores.

No mesmo ano do golpe, ocorre a aprovação do Estatuto da Terra pelo Congresso Nacional, depois de quatorze versões diferentes. A Lei Federal Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, denominada Estatuto da Terra – ET está vigente até hoje. Ela é um conjunto de normas que regula os direitos e obrigações relativos aos bens imóveis rurais, especificamente para execução da reforma agrária e promoção da política agrícola. No entanto, diante da realidade de violência e repressão, a lei aprovada teve pouco impacto no que tange a realidade do campo. O contexto era de movimentos sociais reprimidos, lideranças perseguidas e sindicatos sob intervenção (MEDEIROS, 1993).

1.1.3 – Modernização da agricultura e os impactos no campo

Nos anos seguintes, os governos militares impulsionam o processo de Modernização Agrícola (1965-1980) do Brasil que visava o desenvolvimento do país, uma vez que o setor agrícola era entendido como arcaico. A modernização agrícola possibilitou uma nova forma de desenvolvimento, isto é, a produtividade em latifúndios:

Embora, por essa via, milhões de hectares permanecessem ociosos ou subutilizados — servindo como ativos financeiros privados à custa dos cofres públicos —, houve significativo aumento da produção e da produtividade no meio rural, crescente tecnificação da agricultura, ampliação da agroindústria nacional e estrangeira, expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste do país (com frequência, sobre terras indígenas e camponesas) e aumento da

³⁹ Ver Mendonça (2011).

diferenciação social do campesinato. Houve também forte ingerência do capital financeiro na esfera produtiva, favorecendo a integração de capitais industriais e bancários no setor agropecuário. Tal processo reconfigurou o latifúndio. (PEREIRA & ALENTEJANO, 2014, p. 80-8)

O setor agropecuário que antes era visto como entrave para o desenvolvimento do país moderniza-se, sendo capaz de incorporar capital agropecuário, industrial e financeiro (DELGADO, 1985). Nesse contexto, o latifúndio passou a ser sinônimo de produtividade para a economia do regime militar (1964-1985), através das monoculturas em larga escala para fornecer matéria prima tanto para o setor urbano-industrial quanto para o setor externo. Com a modernização agrícola foi possível produzir mais, em maior espaço e, em menos tempo para fins de exportação. Nessa conjuntura de ganhos com o latifúndio através da tecnificação do campo, a reforma agrária deixou de ser tema nacional no quadro político, além dos seus interlocutores serem reprimidos. A modernização da agricultura contribuiu para expulsão de homens e mulheres do campo, pois acarretou no aumento da concentração fundiária e da renda como também acelerou o processo do êxodo rural. E, do lado de fora da cerca do latifúndio, a pobreza e violência⁴⁰ eram comuns. A violência é identificada nos assassinatos de lideranças dos movimentos do campo, ameaças, expulsões de famílias, trabalho escravo, conflitos trabalhistas, entre outros.

1.1.4 – Movimentos sociais do campo pós-1970

A urgência da reforma agrária continuava a ser pauta de organizações e movimentos. Nessa perspectiva, cria-se em 1975, a Comissão Pastoral da Terra como um grito de socorro daqueles que padecem por um pedaço de chão. A CPT nasceu no Brasil em junho de 1975, durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Foi no Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizado em Goiânia (GO) que foram apresentadas denúncias de exploração e expulsão vivenciadas pelos trabalhadores do campo, principalmente na Amazônia. A CPT, que nasce ligada a Igreja Católica, possui um caráter ecumênico tanto por parte dos indivíduos assessorados quanto na composição dos agentes da pastoral. Estar a serviço da causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo é o objetivo da pastoral. A CPT tem o papel de assessorar o homem e a mulher do campo, considerando-os como protagonistas do território, além de dar suporte para a sua organização social e política.

⁴⁰ Ver CARNEIRO e CIOCARI, 2010

Nessa direção, a CPT nasce inspirada por uma teologia voltada às lutas sociais, isto é, a igreja ao lado daqueles que padecem numa sociedade desigual e injusta:

A CPT foi à aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade deles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: "Espera que tu terás terra no céu". Pelo contrário, passou a dizer: "Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra". A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses. (Stédile; Mançano, 1996, p. 20).

Bispos da região da Amazônia Legal preocupados com a violência no campo e a falta do acesso à terra de famílias que se aglomeravam a beira das estradas levantaram a bandeira "terra é para quem nela trabalha". Partindo da doutrina social da igreja, a CPT assumiu o caráter profético⁴¹ ao lado de homens e mulheres, protagonistas da luta pelo acesso a terra no Brasil. A CPT passa a atuar em todo território nacional, de norte a sul, onde eram desencadeados conflitos, de um lado, famílias na luta pela democratização da terra e, de outro, proprietários concentrando a terra.

É diante desses conflitos, numa conjuntura de repressão, que há uma reorganização da luta camponesa onde a CPT teve papel fundamental e os espaços das Comunidades Eclesiais de Base possibilitaram que trabalhadores rurais e organizações civis e sindicais se reunissem para pensar em novas estratégias de luta. A partir dessas discussões nasce o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra – MST:

Na sua gênese, era intimamente ligado aos movimentos religiosos vinculados à Teologia da Libertação, através da Comissão Pastoral da Terra, como afirma João Pedro Stédile, líder nacional do MST e antigo assessor da CPT no período anterior ao surgimento do Movimento dos Sem Terra. (MENEZES NETO, 2007, 335)

O movimento que foi fundado em 1984 distinguiu-se das outras organizações e/ou instituições pelo seu modo de atuar. As ocupações eram base da atuação do movimento onde famílias completas eram mobilizadas sem que necessitassem de filiação como ocorria em outros sindicatos e nas Ligas Camponesas. O surgimento do MST vai implicar em importantes ocupações, como no Rio Grande do Sul, acompanhadas de muita violência por parte daqueles que defendiam a propriedade privada. A organização foi a principal força propulsora dos processos sociopolíticos que resultaram na constituição dos assentamentos rurais e seus impactos (MEDEIROS, 2009).

⁴¹ Anúncio do Reino de Deus através da memória subversiva do evangelho da vida e da esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, seguindo a prática de Jesus.

No mesmo ano que nascia o MST ocorreu a ocupação do Projeto Campo Alegre, na Baixada Fluminense – RJ, região de inúmeros conflitos fundiários identificados na literatura desde a década de 1950.

1. 2 – A formação territorial da Baixada Fluminense e os conflitos fundiários

Em consonância com a conjuntura nacional dos anos 1940/50 está a Baixada Fluminense, palco de violentos conflitos fundiários. De um lado, estavam trabalhadores rurais (arrendatários, meeiros, chacreiros...) expulsos das suas atividades no ciclo da laranja e, do outro, fazendeiros protegendo o ativo financeiro (terra) em virtude da crise da citricultura, ao transformar terras agricultáveis em loteamentos. Os conflitos por terra na Baixada persistiram com o passar das décadas até a ocupação de Campo Alegre (1984), onde mais uma vez, as experiências de conflitos por terra eram protagonizadas por trabalhadores rurais e urbanos em busca de melhores condições de vida frente a ameaça de grileiros (fazendeiros) que tinham a terra como capital especulativo:

Neste período, os conflitos fundiários fluminenses tiveram como causa comum a especulação imobiliária, devido à supervalorização das terras abrangidas por obras públicas infraestruturais (saneamento e rodovias) que, ao criarem "fronteiras internas", levaram ao confronto de "posseiros" e "grileiros". Entretanto, enquanto na Baixada Fluminense dos anos 50/60, a descaracterização de áreas como agrícolas esteve associada ao processo de constituição de loteamentos urbanos, no interior do estado, durante a década de 70, o objetivo foi a implantação de loteamentos e empreendimentos turísticos. (NOVICKI, 1992, p. 40)

Atualmente, os conflitos por terra na Baixada Fluminense tangem o processo de metropolização (urbanização e industrialização) da região, atendendo os interesses do capital imobiliário. Em todos esses períodos observa-se a existência de grandes propriedades utilizadas exclusivamente para render lucro ao concentrador de terras (pessoa física ou jurídica).

Durante o trabalho de campo, que contou com a participação em algumas reuniões da Associação dos Camponeses do Marapicu e de reuniões da Comissão Pastoral da Terra, era comum que os assentados dissessem que a Baixada Fluminense sempre foi palco de conflitos fundiários. Em 2018, durante uma formação política⁴² dos agricultores familiares de Campo Alegre, o professor convidado, Paulo Alentejano, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro apresentou para os participantes sua pesquisa sobre conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro desde o Brasil Colônia e, as

⁴² Atividade promovida pelo Projeto de Extensão da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ em parceria com a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

causas e consequências inerentes a esse processo. Observando os conflitos fundiários fluminenses, percebi que era necessário apresentar nessa pesquisa as transformações socioespaciais da Baixada Fluminense a partir do processo de ocupação e uso do solo. A pesquisa bibliográfica, e tal como foi discutido acima, permitiu a compreensão de que esse processo está diretamente ligado aos interesses econômicos vigentes em cada período do Brasil. Esse processo é evidente na cidade de Nova Iguaçu, pois em cada ciclo econômico há grupos políticos e econômicos que determinam as transformações socioespaciais para tão somente a obtenção do lucro.

A análise histórica proposta para essa pesquisa inicia há cinco séculos: desde o Brasil Colônia (1500-1822), com o estabelecimento de engenhos de açúcar na região da Baixada Fluminense (doações de sesmarias), passando pela fase da citricultura até a urbanização do município de Nova Iguaçu. A análise da Baixada Fluminense neste trabalho terá como base entre outros autores, o estudo de Lúcia Silva (2013), que apresenta a configuração do território a partir da formação econômica do “Grande Iguassu” (ou Iguassú), porção oeste da Baía de Guanabara. A abertura do Caminho Novo no Ciclo do Ouro, século XVIII, por exemplo, possibilitou que a região se consolidasse como entreposto comercial em virtude da logística de escoamento dos produtos da colônia pelos rios e pelas estradas; a autora também pontua a importância da constituição da rede urbana local no final do século XIX. A região do Grande Iguassu, ao longo das décadas, foi dividida com a emancipação dos municípios.

O início do processo de colonização dessa região, como ocorreu em todo território nacional, resultou no genocídio de povos indígenas que ocupavam, antes da chegada dos portugueses, as bordas da Baía de Guanabara. O primeiro povoado da região que se tem notícia foi o de Jacutinga, na foz do rio da Prata (denominação atual) com o Sarapuí, criado logo depois do extermínio dos jacutingas (SILVA, 2017).

Esse período refere-se à conquista e criação da Cidade do Rio de Janeiro com a expulsão dos franceses. E em duas cartas de sesmarias, uma de Brás de Cubas (1568) e outra de Lourenço Carrasco (1578), há referências às terras que ficavam a aldeia dos Jacutingas que, pouco mais de um século, tornou-se a freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (DEMÉTRIO, 2015). As freguesias eram pequenos núcleos que possuíam uma igreja, um pequeno comércio e portos para escoamento de mercadorias. A região do Recôncavo Guanabara se estendia entre a cidade do Rio de Janeiro e a Serra do Mar e tinha sua centralidade na Baía de Guanabara. A região do Recôncavo era dividida em freguesias onde, atualmente, está localizada a Região Metropolitana do Rio de Janeiro:

Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora de Piedade de Iguassu, Nossa Senhora de Piedade de Magé, Nossa Senhora de Marapicu, Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, Nossa Senhora do Amparo de Maricá, São João Batista de Meriti, São João Batista de Itaboraí, São João Batista de Niterói, São Gonçalo de Guaxindiba, São Francisco Xavier de Itaguaí, São Nicolau de Suruí, Santo Antonio de Jacutinga e Santo Antonio de Sá (SILVA, 2013).

Foi dentro destes limites que se formaram os núcleos de população, disseminados por uma vasta superfície e cujos agrupamentos, sob a jurisdição das freguesias, desenvolveram o embrião do futuro município de Iguassú. Esses núcleos, entre 1779 e 1789, eram povoados por um considerável número de escravizados comparado ao de pessoas livres: Nossa Senhora de Marapicu, tendo 902 habitantes livres e 919 escravos; Santo Antonio de Jacutinga, com 1.402 habitantes livres e 2.138 escravos; São João de Meriti, com 638 habitantes livres e 978 escravos; Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, com 963 habitantes livres e 1.219 escravos; e Nossa Senhora do Pilar, com 2.027 habitantes livres e 1.868 escravos. Eram, ao total, 5.932 habitantes livres e 7.122 escravos (FORTE, 1933, p. 12). É importante ressaltar que a Baixada Fluminense foi palco, nesse período, de conflitos protagonizados por escravizados que fugiram da realidade de escravização. Tal assunto será detalhado mais adiante.

Entre os séculos XVI e XVIII, ciclo da Cana-do-açúcar, essa região desempenhava uma função importante por contornar Baía de Guanabara. A relação entre a região e a capital da coroa determinada pela produção de açúcar tornou-se imprescindível para a implantação do modelo agrário-exportador colonial. Ao seguir o curso dos principais rios – Iguaçu, Majé, Sarapuí, Pilar e Saracuruna – que deságuam na Baía de Guanabara, os colonizadores estabeleceram seus engenhos nas planícies e vales, áreas que propiciaram a plantio da cana-de-açúcar; os rios também contribuíram para o transporte de mercadorias até o porto do Rio de Janeiro. Além do cultivo da cana para exportação, na região, segundo Maia et al. (2015, p. 233), também havia o cultivo de outras culturas: “farinha, milho, arroz, arroz e feijão, destinados à subsistência e ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, além de extração de madeira”. A atividade açucareira foi a principal atividade econômica da região nas primeiras fases de sua história, sendo o açúcar o principal produto exportado da época (GEICER E SANTOS, 1954).

Com o Ciclo do Ouro, século XVII, há importantes transformações espaciais na região, pois a descoberta do metal precioso em Minas Gerais fez surgir uma nova rota,

novas estradas, o chamado Caminho Novo (por terra ou por mar), que por terra passava pela Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú e, assim, outras atividades desenvolveram-se ao longo do trajeto. Isso possibilitou que diversas localidades às margens dos rios e/ou nos entroncamentos das estradas se tornassem entrepostos comerciais. As aglomerações urbanas formadas nesse processo garantiam o escoamento da produção local (cana e outras culturas) e o deslocamento das pessoas. A nova rota de escoamento do ouro fez da região o principal eixo de comunicação entre a região das minas e a cidade do Rio (SILVA, 2013).

Em meados do século XIX, a atividade cafeeira ganhou destaque no Vale Paraíba e para facilitar o transporte da produção destinada à exportação fez-se chegar a ferrovia até a região que, hoje, chama-se Paracambi, possibilitando uma conexão direta ao Porto do Rio de Janeiro:

Se no início do século XIX demoravam-se três dias para chegar ao Vale do Paraíba, com a ferrovia este percurso passou a ser feito em torno de seis horas. Um exemplo desta mudança é o de Saint Hilaire, em sua segunda passagem pela região, que fez o primeiro pernoite em Inhaúma e o segundo em Iguazu Velha, ou seja, alcançou a Baixada em dois dias, já Ribeyrolles em 1858, para citar outro visitante estrangeiro, demorou o tempo de um “bate papo” para chegar a Maxambomba (uma hora e 10 minutos) de trem. (SILVA, 2017)

Como consequência, o tráfego pela ferrovia tornou-se mais barato e rápido frente ao traslado pelos rios da Baixada, o que resultou no seu abandono. Mesmo com o fim do ciclo do ouro, no início do século XIX, a Baixada já tinha se consolidado como entreposto comercial, mas o advento da ferrovia fez com que a atividade fluvial perdesse destaque. A falta de manutenção dos canais, que era de responsabilidade dos fazendeiros, fez com que os rios a inundassem quase por inteira. Inundada, a região com menos áreas cultiváveis e com focos de malária despovoou-se na pobreza, observando poucas atividades agrícolas. A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú manteve-se ativa nesse período. Esse fato pode ser observado, no livro *Memória da Fundação de Iguazu* de 1933, o qual Forte (1933, p. 70), destaca que “a malária pousou nestas ubérrimas terras, e, ciosa do seu domínio, foi ceifando vidas, despovoando extensas zonas, e trazendo com isso a decadência de valiosas propriedades, sua destruição pelo tempo, e a perda de importantes fortunas.”

Observa-se, a partir dos fatos descritos, que se inicia uma crise na principal atividade econômica da região: a agricultura. A dinâmica econômica de cada período de tempo determinou a ocupação e uso do solo na Baixada Fluminense, ora povoada, ora sem importância econômica:

A obsolescência das vias fluviais desencadeou uma crise generalizada nas áreas que, ao longo de três séculos, haviam conseguido se manter na função de servirem como entrepostos comerciais. Por um lado, o descuido com os rios provocou graves epidemias de cólera e malária que vitimou centenas de pessoas e afugentou outras tantas da região; por outro, a falta de alimentos e seu alto preço, a marcha cafeeira rumo ao Vale do Paraíba e São Paulo e a ascendente economia canavieira em Campos estimularam um movimento migratório que, além de esvaziar, do ponto de vista populacional, a Baixada, reduziu a níveis insignificantes sua produção agrícola para abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. (MAIA *et al*, 2015, p. 234)

Cabe ressaltar nessa pesquisa que na bibliografia consultada não foi encontrada ênfase em algum tipo de conflito fundiário nesse período na Baixada Fluminense. Contudo, o regime escravocrata foi uma das bases do sistema colonial brasileiro. No período das navegações pela Baixada Fluminense a manutenção dos rios era realizada pela mão de obra escravizada:

Disponham os proprietários do braço escravo sobre o qual repousava a organização econômica: os negros desobstruíam os rios, construíam canais e diques, trabalhavam nos canaviais e nos engenhos, e também na criação de gado e nas culturas de gêneros alimentícios para o abastecimento das fazendas. (GEICER E SANTOS, 1954, p.4)

Nesse contexto, faço uma reflexão sobre a quantidade de conflitos que ocorreu nesse período entre os negros escravizados e os senhores de engenho e/ou a elite da época. José Cláudio Souza Alves (2003), em seu livro “Dos Barões ao Extermínio: uma história de violência da Baixada”, analisa o padrão de violência existente na Baixada Fluminense dentro do processo de formação histórica da região. No território, atualmente, delimitado como Baixada Fluminense, o autor retrata a condição que foi imposta aos escravizados pelos senhores do engenho nos primeiros séculos da colônia:

Constituíam, portanto, uma maioria subjugada, submetida a padrões de brutalidade que faziam desaparecer os limites do humano. Uma humanidade que só se fazia presente nos julgamentos pelos crimes cometidos ou nas descrições dos jornais visando à captura dos fugitivos, quando pela ruptura da lei, o negro era incluído na ordem social, tratado com nome e características pessoais, mesmo que para no final ser torturado e morto. (ALVES, 2003, p. 31)

Em 1821, a população escravizada no território da Baixada Fluminense passava da metade população da região. No entanto, as famílias escravizadas viviam sob a ordem da violência que estava distante da humanidade. Diante da realidade imposta, surgem os quilombos na Baixada (entre as freguesias de N. Sra. Do Pilar e S. Antônio de Jacutinga), que Segundo José Cláudio Alves (2003, p 37), “lançam luz significativa sobre as relações sociais que constituíam aquela região.” Os quilombos localizados nas áreas pantanosas viviam da caça e pesca, da agricultura de subsistência e do

extrativismo. E para resistirem aos inúmeros ataques⁴³ organizados pela elite da época, os quilombolas utilizavam de estratégias, como por exemplo, o abandono dos acampamentos e plantações. A partir da pesquisa de José Cláudio Alves (2003), observa-se que desde os primeiros séculos da colonização havia na Baixada Fluminense um contexto de conflitos entre quilombolas e a elite local. Os conflitos territoriais são frutos de um processo histórico iniciado no Brasil com a colonização portuguesa:

Há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e conseqüentemente contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra [...] (FERNANDES, 1999, p. 1).

Como ocorreu em todo território brasileiro, é imprescindível destacar que a formação territorial da Baixada Fluminense têm suas raízes em conflitos territoriais: extermínio dos indígenas e destruição dos quilombos.

A criação do município de Iguassú – área onde estão atualmente os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados, Mesquita e Japeri – ocorreu em 1833. A criação do município ocorreu quando a freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú foi instituída como Vila, compreendendo as freguesias de Marapicu, Jacutinga, Meriti e Pilar e, tendo como sede a própria Iguassú. Das freguesias da vila criada em 1833, a que teve mais notável desenvolvimento civil, agrícola e comercial, foi a de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú⁴⁴. Uma década depois, a criação do município Estrela – área onde está, atualmente, o município de Duque de Caxias –, em 1846, dividiu essa área em dois municípios, apresentando duas diferentes dinâmicas econômicas:

A área mais próxima da baía, além das atividades voltadas para a agricultura concentrava a logística de exportação do café centrada nos muare, escravos e transporte fluvial; a outra área localiza-se nas terras mais distantes da baía e tinha na agricultura a sua principal atividade econômica, era o caso da Freguesia de Jacutinga, atual Nova Iguaçu. (SILVA, 2013, p. 53)

Como observado, a partir do Caminho Novo, foram formadas pequenas zonas urbanas na região. Contudo em 1858, com o estabelecimento da Central do Brasil e novas malhas ferroviárias há uma transformação em termos de espacialização, dinamizando novas localidades na Baixada e, assim, núcleos populacionais formavam-

⁴³ (ALVES, 2003)

⁴⁴ Com o declínio da sede do município, a região passa a ser nomeada, por algumas bibliografias, de Iguaçu Velho

se às margens das linhas férreas. O estabelecimento das estações ferroviárias formou novas centralidades:

As linhas férreas dinamizaram novas localidades como Brejo (Belford Roxo) e Queimados, por exemplo, consolidaram algumas existentes (Maxambomba e Arraial da Pavuna) e causaram a ruína de outras, em especial Pilar e Iguazu Velha. Entre a nova e a velha Iguazu, a linha do trem teria papel fundamental na construção da nova espacialização da região, mas não era a única razão da decadência da antiga Iguazu. Ambas as localidades eram agrícolas, mas Iguassu vivia do comércio de seu porto, no escoamento do café, a antiga vila concentrava sua economia e sua força política na capacidade de seu porto, e este já não tinha condições de dar vazão às mercadorias, em função do assoreamento dos rios entrou em decadência, deixando inclusive de ser sede do município com a transferência para Maxambomba com a república. (SILVA, 2017, p. 5)

Em 1891, há a transferência da sede do município de Iguassú, ou seja, de Iguazu Velho⁴⁵ para o povoado de Maxambomba, localizado na Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga. A primeira sede tinha sua dinâmica socioespacial baseada no transporte de mercadorias pelas atividades fluviais e, assim, perde sua importância com a implantação da Estrada de Ferro Dom Pedro II. Com a estação ferroviária, Maxambomba torna-se sede do município, vizinho à cidade do Rio de Janeiro. A nova sede rodeada de latifúndios vivenciava a estagnação econômica resultado da crise na agricultura.

Com as estradas de ferro, Iguazu Velho, região de grande circulação de pessoas e mercadorias, foi levada ao declínio, tomada por vegetação e alagada pelos rios assoreados e encanamentos d'água de norte a sul para abastecimento do Rio de Janeiro. Esse retrato podia ser visualizado em diversos lugares da então Baixada Fluminense, em meados do século XIX:

Os encanamentos d'água de norte a sul, para o abastecimento do Rio de Janeiro, haviam também contribuído para o alagamento do território: as águas, extravasadas dos rios, acumuladas pelas chuvas, ficavam represadas junto a extensa tubulação e sobre elas crescia a vegetação característica das zonas pantanosas. Quem estendesse o olhar, de uma colina qualquer, veria enormes campos que pareciam entregues à exploração da agricultura; mas, descendo, abeirando-se da planície, divisaria sob aquele tapete verdejante a água esverdeada dos pântanos. Sob aquela aparência enganosa de vida, escondiam-se a insalubridade e a morte á espreita de quem lhes ousasse retomar o domínio que haviam conquistado ao esforço iguassuano. (FORTE, 1933, P. 67)

Nilo Peçanha iniciou políticas de drenagem nas áreas da Baixada Fluminense. Tanto a frente do executivo fluminense (1903-1906) quanto do executivo federal (1906-1910), seu objetivo era o de desenvolver atividades agrícolas na região, conforme o modelo econômico da época, o qual era baseado na produção de produtos primários

⁴⁵ Algumas bibliografias utilizam Iguazu para nomear a sede do Município.

para exportação. A frente do Estado do Rio de Janeiro criou a Comissão de Saneamento para organizar um projeto sistematizado de saneamento e começou os estudos nas terras da direção localizada à poente (leste) da Baía de Guanabara, mas a crise financeira impulsionada pela baixa no preço do café paralisou as obras. No entanto, no posto de presidente do Brasil decidiu continuar as obras de drenagem na região iguassuana, contratando uma companhia alemã. Os resultados foram instantâneos.

Ao chegar ao poder, Vargas (1930-1945) continuou o processo com a criação da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, drenando assim, toda a Baixada e dispondo-a a agricultura. A partir desse momento, observa-se que a região tem sua dinâmica espacial determinada por sua função agrária, o cinturão verde, isto é, uma região ao redor do Rio de Janeiro, destinada a produzir alimentos para a população da cidade. No entanto, um novo processo surge com a política de drenagem da região, promovido pelos dois governos: a valorização das terras (GRYNSZPAN, 2009).

1.2.1 – A citricultura como ponto de partida para o processo de loteamentos

A drenagem das áreas executadas pelo Estado a fim de constituir o cinturão verde na Baixada possibilitou a valorização das terras como também favoreceu a implantação de uma monocultura exportadora: a citricultura (1920-1940). Em Nova Iguaçu, a região apresentava as condições econômicas e geográficas necessárias para o cultivo da laranja:

Dentre os municípios da Baixada da Guanabara, o de Iguaçu apresentava condições especialmente favoráveis, para o desenvolvimento da citricultura, pois grande parte de seu território, constituída pelas abas, encostas e contrafortes da serra de Madureira e pela região de morros que antecede a serra do Mar, apresenta declividade, que se, por vezes, é excessiva, constitui uma das condições básicas para a cultura de uma árvore que não suporta excesso de umidade no solo. Além disso, a principal ferrovia que atravessava o município - a Central do Brasil - por fugir, também, das inundações, adotara um traçado que seguia pelo sopé dessas áreas de relevo mais movimentado, propiciando o rápido escoamento de sua produção até o porto, que distava somente 35 quilômetros de Maxambomba. (SEGADAS SOARES, 1962, p. 205)

A maior zona de produção de laranja concentrava-se numa área do município que abrangia quatro fazendas pertencentes à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (Madureira, Morro Agudo, Tinguá e São José). Mais tarde estas fazendas foram fracionadas em pequenas chácaras e arrendadas por citricultores, como observa Sousa (1993, p. 214):

A possibilidade de acesso às chácaras através de arrendamento atraiu contingentes de camponeses para Nova Iguaçu, especialmente de portugueses

que vinham diretamente para o município através de cartas de chamada de parentes que lá já estavam instalados.

O fracionamento das terras combinado às exigências do modo de produção nos laranjais (mão de obra assalariada e meeiros⁴⁶), fizeram com que houvesse um aumento da população rural de Nova Iguaçu. Segundo Geicer e Santos (1954, p. 308):

No regime de meeiros e colonos, o proprietário tem uma função comercial, sendo o intermediário entre eles e o mercado, pois compra a parte deles da produção, abastecendo-os por meio da "venda" da fazenda. O sistema do "vale" ainda é comum a poucos quilômetros do Rio de Janeiro.

A produção da citricultura cresceu de tal modo que as administrações municipais possibilitaram uma boa rede rodoviária que ligava a sede as diversas partes do município. Para Segadas Soares (1962, p. 56), “a cidade passou a existir, predominantemente, para servir o campo e era este, por sua vez, que vivificava a cidade.” Nesse momento, a cidade servia ao campo, pois toda dinâmica territorial dava-se em função da citricultura.

Em 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a exportação de laranja teve seu primeiro colapso. Os navios da Europa deixaram de aportar no Rio de Janeiro, impossibilitando o escoamento da produção. Nesse contexto de crise, a Argentina passou a adquirir a produção, mas não tinha demanda suficiente para a oferta de laranja, resultando na baixa dos preços. Logo em seguida, a falta de combustível somada ao transporte ferroviário ineficiente, impossibilitou a distribuição do produto dentro do país, agravando a crise. Ao final, os pomares que restaram foram atacados por pragas e a crise da laranja afetou todos os setores da economia de Nova Iguaçu.

A citricultura foi uma atividade que possibilitou ganhos às elites locais e, no mesmo período, houve um crescimento expressivo tanto das propriedades sob responsabilidade dos arrendatários, quanto das propriedades controladas por fazendeiros (GRYNSZPAN, 1987). O crescimento das propriedades possibilitou um aumento no contingente de trabalhadores nas áreas rurais. A crise acarretou na dispensa dos trabalhadores permanentes e temporários, como observa Grynszpan (1987, p. 180), “nos anos 50 para os 60, em Nova Iguaçu, 97,9% de parceiros foram dispensados, bem como 85,3% de trabalhadores temporários e 31,1% de permanentes.” Esse fato será

⁴⁶ O meeiro é uma espécie de colono que produz em sistema de parceria com o fazendeiro que cede a terra para plantar. Além disso, o segundo influencia na produção como também no consumo do “parceiro”, ocasionando na dependência econômica e social da família meeira.

determinante para os conflitos fundiários, de um lado os trabalhadores despejados, de outro, os grileiros e proprietários de terras.

O declínio do Ciclo da Laranja, combinado com as pequenas aglomerações urbanas nas margens de rodovias e ferrovias e com a implantação de instalações industriais iniciaram o processo de urbanização na Baixada Fluminense. Nesse contexto, há o processo de alienação das terras fracionadas pelos fazendeiros a fim de superar a crise posta na época, resultando no processo de reordenação espacial que atinge as áreas rurais, ou seja, a produção de loteamentos de forma clandestina. Esses fazendeiros, com o fracionamento das terras, tornaram-se donos de companhias imobiliárias.

1.2.2 – Urbanização e Conflitos Fundiários na Baixada: loteamentos clandestinos nos subúrbios de Nova Iguaçu, grileiros e implantação de indústrias

O aumento do número de loteamentos devido à alienação das terras realizada pelos fazendeiros contrapõe-se a dinâmica rural vigente até então, ocasionando uma fase de urbanização de Nova Iguaçu. Esse processo mudou mais uma vez, a dinâmica espacial do município. Ao parcelar as chácaras, os fazendeiros iniciaram um processo irregular de loteamento, resultando no rápido e desordenado processo de urbanização que desenhou a periferia de Nova Iguaçu, como é o caso do bairro Morro Agudo:

Na vasta área de propriedade da Santa Casa que se estende das proximidades do "centro" até além de Morro Agudo (hoje Comendador Soares), casas esparsas e loteamentos em meio a laranjais e, até mesmo, o desenvolvimento suburbano em torno destas estações, acusam este tipo de urbanização clandestina. A paisagem desta área contígua ao centro conserva-se, pois, caracteristicamente pioneira, apesar de sua situação privilegiada: loteamentos mal traçados, com escassas construções, casebres construídos sem nenhum alinhamento - verdadeiras favelas - laranjais maltratados ou ainda viçosos se avizinham, enquanto, em espaços amplos, abertos pelos tratores e já recobertos de capim novo pastam os animais. (SEGADAS SOARES, 1962, p. 237)

A tendência à urbanização se estabelece para atender os interesses econômicos e particulares da elite da época que já não podia mais lucrar com a citricultura. Essa tendência não se restringe a Baixada Fluminense, há um contexto nacional e, principalmente, internacional em curso que inicia no século XVIII com a Revolução Industrial. Esse novo modo de produção industrial acarretará mudanças sociais significativas em todo o mundo. A produção que antes era acessório do comércio passa a ser determinante para o capitalismo. Essa mudança implicará na constituição de uma economia de mercado, ou seja, uma economia controlada por mercados, autorregulada.

Nesse contexto, três elementos são fundamentais para garantir o fornecimento da indústria: terra, trabalho e dinheiro. Todos são disponibilizados para compra e venda, tornando-se mercadorias fictícias. Esse processo de ficção ocasionou mudanças na organização da sociedade, no mesmo passo, houve o desenvolvimento do sistema de mercado. A organização da mercadoria trabalho mudou simultaneamente com a organização do sistema de mercado, e a sociedade humana tornou-se um acessório do sistema econômico (POLANY, 2000).

Karl Polanyi observou em seu trabalho clássico, “A Grande Transformação” que a separação entre o homem (vida) e a terra (natureza) não existia, uma vez que forma um todo articulado, o que ele nomeia de instituições humanas. E, na economia de mercado, essas instituições foram subordinadas às exigências do mecanismo de mercado⁴⁷. Em razão disso, a função econômica dada a terra determinou a separação entre homem e a terra e organizou a sociedade, a fim de satisfazer as exigências do mercado imobiliário:

“O pressuposto é tão utópico em relação à terra como em relação ao trabalho. A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés.” (POLANYI, 2000, p. 214)

No caso de Nova Iguaçu, a variável terra tem seu *modus operandi* alterado, mais uma vez, tornando-se ativo financeiro, função essa, que difere da função atribuída pelos posseiros. Estes a compreendem como modo de vida, de produção e reprodução social. A subordinação da terra aos interesses imobiliários desconsiderou a função agrícola da terra dada pelos indivíduos do campo. O processo de loteamentos das áreas rurais negou a reprodução social do contingente de trabalhadores rurais que ali se instalaram. Negou a função social que os trabalhadores remetiam a terra, ou seja, a terra concebida como modo de produção e também modo de vida.

É possível observar no quadro abaixo, a evolução dos loteamentos em Nova Iguaçu no período de 1940-1976.

⁴⁷Ver o capítulo 15 do livro “A grande Transformação”.

Municípios	1940 - 1949		1950 - 1959		1960 - 1969		1970 - 1976	
	Nº de loteamentos	Nº de lotes	Nº de loteamentos	Nº de lotes	Nº de loteamentos	Nº de lotes	Nº de Loteamentos	Nº de lotes
Niterói	14	4.419	26	4.995	9	1.622	17	3.092
São Gonçalo	130	38.617	295	82.614	82	19.510	76	15.724
Duque de Caxias	65	36.959	205	86.299	126	44.386	92	15.095
Nova Iguaçu	367	25.592	917	166.816	460	72.293	204	45.572
São João de Meriti	14	10.386	45	19.623	29	3.479	6	1.244
Nilópolis	1	88	1	461	-	-	-	-

Figura 4: Número de loteamentos e de lotes por localização e por década de aprovação (Período 1940-1976). Abreu, 1997

A expansão urbana entrou em cena em detrimento dos pomares maltratados pelas pragas. As redes rodoviárias criadas para atender o Ciclo da Laranja e as malhas ferroviárias da Central, nessa nova fase, contribuíram para atender a demanda urbana industrial (Figura 5). A urbanização tornou-se determinante para que a cidade suburbana (termo usado para designar as regiões vizinhas à cidade do Rio de Janeiro, metrópole da época) tivesse a função de subúrbio dormitório. Para Segadas Soares (1962, p. 181), “local de residência de população numerosa e de poucos recursos, que se desloca, diariamente, para vários pontos do Grande Rio de Janeiro, a essa função eles devem, primordialmente, a sua incorporação à metrópole.” A região que antes se apresentava como cinturão agrícola passa a ser um fator determinante para a dinâmica urbano e industrial da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro – RMRJ.

Segadas Soares (1962, p. 187) destaca ainda que o governo municipal, em certa medida, contribuiu para a nova função do solo de Nova Iguaçu propiciando o desenvolvimento suburbano da cidade. Segundo o autor, “a própria municipalidade, imbuída dessa necessidade de renovação, através da concessão de facilidades diversas, muito colaborou no surto da nova função.” Dessa forma, há uma crescente movimentação de loteamentos para fins residenciais e, tal fato, pode ser visualizado na citação abaixo que analisa o registro de plantas de loteamentos:

Entre 1926 e 1940, apenas três loteamentos foram registrados em Nova Iguaçu, não constando a existência de nenhum desmembramento. Entre 1941 e 1945, já houve 18 loteamentos e 31 desmembramentos. Do mesmo modo, quanto ao número de licenças para construção de prédios em Nova Iguaçu, certifica-se a multiplicação do número de construções já no decorrer da guerra. No quinquênio 1936-1940, foram requeridas apenas 20 licenças, enquanto no quinquênio 1941-1945, concederam-se 463. (1962, p. 216)



Figura 5: Propaganda no Jornal do Brasil sobre a venda de lotes de terras na Baixada Fluminense ainda no contexto de produção da laranja em Nova Iguaçu.

Outro fator determinante para a ligação da Baixada Fluminense com a área metropolitana do Rio de Janeiro é o estabelecimento de indústrias nas áreas rurais, como ocorreu na cidade de Nova Iguaçu. O processo de loteamentos contribuiu para que os proprietários de áreas pedissem um alto preço pela terra em regiões menos valorizadas e, assim, indústrias foram estabelecendo-se, a partir de 1951, em locais de fácil acesso a Rodovia Presidente Dutra:

O enorme desenvolvimento da função residencial em Nova Iguaçu nos últimos anos, comprovado, como vimos, pelo aumento do número de loteamentos e desmembramentos e pelo número de construções, fez com que os proprietários de grandes áreas, diante das possibilidades de loteamento, pedissem um preço muito alto pela terra, tanto mais alto quanto a propriedade se encontrasse mais próxima do "centro" ou da área já densamente construída. Desse modo, as grandes indústrias que se instalaram em Nova Iguaçu, depois dessa época, localizaram-se em áreas excêntricas, menos valorizadas, como ocorreu com a Cia. Dyrce Industrial (perfumaria) em Prata, a Usina Mecânica Carioca (construções e peças mecânicas, 312 operários) na Posse, ou, então, à margem da própria Presidente Dutra, como a Cia. Canetas Compactar (41 operários), a Plastin-Indústria e Comércio de Plásticos (267 operários), ou próximo a essa rodovia como ICESA-Indústria de Caldeiras e Equipamentos (32 operários), numa perpendicular à rodovia Presidente Dutra, na Posse. (SEGADAS SOARES, 1962, p. 191)

Nessa nova dinâmica do território iguaçuano, houve consequências econômicas e sociais, como por exemplo, a expulsão de lavradores, assalariados e meeiros para a consolidação do capital imobiliário e industrial:

No caso da Baixada Fluminense, por exemplo, o programa de drenagem realizado nos anos 40, com o objetivo inicialmente declarado de viabilizar o surgimento do cinturão verde para abastecer a cidade do Rio de Janeiro que

se encontrava, apesar da decadência econômica frente a São Paulo, em plena expansão, transformando-a em polo de especulação. A maioria dos grandes proprietários de terras e grileiros do local optaram pela erradicação dos laranjais ali existentes, expulsão dos lavradores e sua substituição por loteamentos urbanos, ou nas áreas mais distantes, pelo gado, tradicional forma de mascarar a ação especulativa, aguardando os efeitos valorizadores da expansão urbana. (MEDEIROS, et al., 2009, p. 126)

Os fazendeiros faturaram com o surgimento desse novo modelo de acumulação em virtude do processo de especulação das terras, tornando-se donos de companhias imobiliárias. Segundo Sousa (1993, p. 218) “alguns dele instituíram, sob seu próprio controle, companhias imobiliárias para implantar e administrar as vendas de loteamentos feitos em suas terras”. Os chacreiros, em alguma medida, eram controlados pelos grandes fazendeiros, uma vez que os segundos eram donos da terra e financiavam a produção dos primeiros.

Com o processo de loteamentos nas áreas rurais, os arrendatários das chácaras tinham duas opções: permanecer nas chácaras resistindo ao intenso processo de loteamentos ou vender seu lote através das companhias imobiliárias. As companhias assumiam a intermediação dos processos e recebiam em geral 50% pela operação de venda. Ao permanecer no lote, o arrendatário poderia também sofrer algum tipo de retaliação, como por exemplo, incêndios criminosos nos pomares.

A crescente urbanização de Nova Iguaçu coexistiu com um processo de concentração fundiária nas áreas rurais do município (BASTOS, 2013). Durante o período da citricultura houve o parcelamento das fazendas para formação de chácaras destinadas a arrendatários. Essa forma de exploração fundiária rendeu lucro para as elites locais durante o período de êxito da produção da laranja. O declínio da citricultura combinado à valorização das terras da Baixada Fluminense ocasionou a reconcentração fundiária, ou seja, fazendeiros “estenderam suas propriedades, comprando outras, contíguas ou não” (SOUZA, 1993, p. 216). A expansão das fazendas a partir de 1940 responde ao processo de loteamentos, compreendido como o novo modelo de acumulação da época que também possibilitou ganhos com a terra.

A atividade dos loteamentos, na década 1950, foi uma das que mais se expandiram na Baixada. Os autores Geiger e Mesquita (1956) definem esse movimento como uma “verdadeira febre”. O processo de loteamentos foi o principal indutor para a expulsão dos chacreiros e lavradores e, a grilagem de terras, a principal “arma” para proteger o ativo financeiro dos fazendeiros ou, melhor dizendo, donos de companhias imobiliárias:

Contribuiu para alimentar a perspectiva de acesso à terra, aliando-se às propostas governamentais de colonização da região, já a partir de meados dos anos 40 se constituiu no principal móvel das tentativas de expulsão de lavradores que ali se estabeleceram. (GRYNSZPAN, 2009, p. 41)

A expulsão das terras desencadeou um processo de resistência daqueles que reivindicavam melhores condições de vida após a crise da laranja. Segundo Grynszpan, “na luta contra os despejos, lavadores, parceiros e arrendatários passaram a ser identificados e a se identificar como posseiros” (2009, p.37). Surge nesse momento uma nova identidade no processo de luta pela terra na Baixada, os posseiros. Grynszpan também conceituou o despejo como categoria política dada a resistência do grupo de lavradores (parceiros, moradores e arrendatários), pois “é somente a partir da ligação entre luta e despejo que o aumento concomitante das tentativas de expulsão e da presença dos lavradores na Baixada, principalmente como posseiros, pode ganhar sentido.” (2009, p. 38).

Nesse processo, houve o início dos conflitos entre posseiros e grileiros de terras, eclodindo a luta e a construção de uma identidade própria dos lavradores. Além disso, esse processo de resistência incorporou famílias que migravam, vítimas da seca e da crise cafeeira, das mais diversas regiões rurais e realidades em busca de melhores condições de vida a fim de garantir sua reprodução social.

O processo de ocupação em Pedra Lisa iniciou na década de 1940 e se tornou um exemplo da migração de famílias de outras áreas rurais, de outras localidades do estado do Rio de Janeiro como também de outros estados para essa localidade (COPELLO, 1983). A região de Pedra Lisa, atualmente, faz parte do município de Japeri que se emancipou de Nova Iguaçu em 1991. Essa área abrange as antigas Fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira que foram desapropriadas em 1958 pelo governador do Miguel Couto Filho e a Fazenda São Pedro, desapropriada em 1959. As desapropriações foram realizadas a partir das reivindicações dos lavradores do local. Parte da segunda fazenda era uma área onde, atualmente, está a área rural de Jaceruba (BASTOS, 2013).

Ao ocupar essas áreas na década de 1940, as famílias enfrentaram desafios como a reivindicação da área pelos donos da Companhia Fazendas Reunidas Normandia. Mas em 1946, os posseiros comprovaram que a companhia não era proprietária das terras e sim, a Fazenda Nacional, portanto, eram terras públicas⁴⁸. Durante esse processo de conflitos, nasceu a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. E assim como

⁴⁸ (COPELLO, 1963)

outras regiões da Baixada, a região necessitava de drenagem, pois era repleta de pântanos. No entanto, mesmo diante desses desafios, as famílias posseiras se estabeleceram na região. Segundo Grynszpan (2009, p.44), “os próprios posseiros a teriam desbravado, saneado, valorizado, enfim, com o trabalho nela investido.” Com a melhoria das terras, grileiros chegaram ao território provocando um ambiente de constantes conflitos fundiários devido aos despejos dos posseiros. De acordo com Bráulio Silva (2008), Zé Matias, liderança de Pedra Lisa, foi até o Palácio do Catete, falar com o presidente que o recebeu:

O Zé Matias começou a alertar o pessoal e a ter atrito com os que vinham derrubar a mata e com os chamados “grileiros” que queriam tirar o pessoal. Um belo dia ele foi ao Palácio do Catete. O Presidente era o Marechal Dutra, que o recebeu, ouviu o que ele contou e pôs uma ordem no papel, sem decreto, sem nada: ‘Autorizo os trabalhadores de Pedra Lisa a trabalhar na sua lavoura desde que não façam desmatamento nem carvão, apenas para tirar alimentos, alimentação tirada da lavoura’. O Zé Matias tinha sempre essa autorização na mão e, com isso, ele conseguiu amenizar muita coisa. (SILVA, 2008, p. 22).

A carta emitida pelo presidente Marechal Dutra contribuiu, em certa medida, para amenizar as situações de conflitos, mas nesse período ações de grileiros foram identificadas nessas terras. Gabriel Bastos (2013, p. 185) relata em sua pesquisa o quão violento foi o conflito, “em 1956, jagunços e policiais armados com metralhadoras assaltaram várias residências em Pedra Lisa, incendiando e destruindo três casas.”

A ocupação de Pedra Lisa foi pioneira no processo de luta pela terra na Baixada Fluminense. No entanto, no mapa abaixo, é possível observar a realidade fundiária na Baixada Fluminense na década de 1950, sinalizando a existência de outros conflitos fundiários nesse período. A figura foi retirada do Atlas dos Conflitos Fundiários Rurais do Estado do Rio de Janeiro organizado pelo GeoAgrária⁴⁹. Na figura, é possível observar que nessa época foram identificados, ao menos, dois conflitos na região de Nova Iguaçu, como o caso de Pedra Lisa.

⁴⁹ Grupo voltado pra o desenvolvimento de estudos, pesquisas e atividades de extensão nas áreas de reforma agrária, conflitos fundiários no campo, Educação do Campo, ensino de geografia agrária e construção de bibliotecas populares em áreas de assentamento de Reforma. O grupo é coordenado pelos professores do DGeo-FFP-UERJ, Prof. Dr. Paulo Alentejano e Prof. Dr. Luiz Jardim

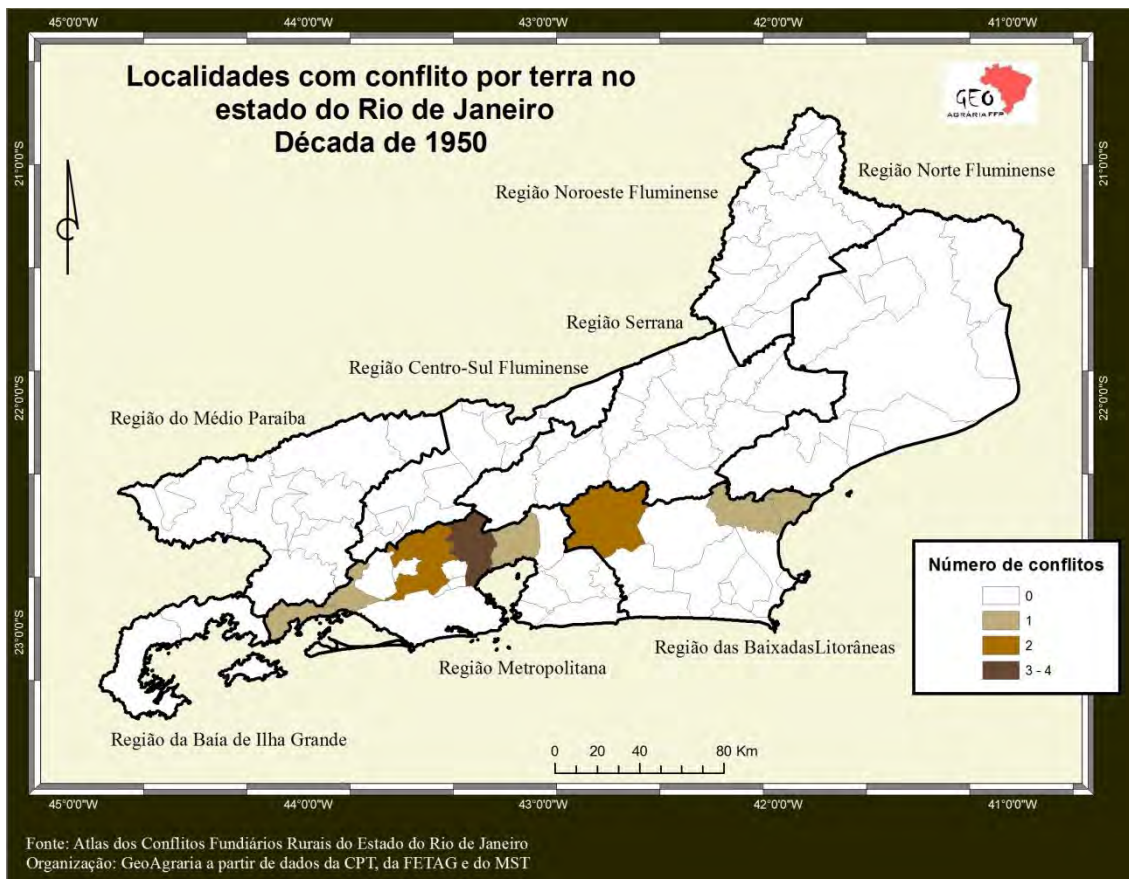


Figura 6: Conflitos Fundiários no estado do Rio de Janeiro na década de 1950. Fonte: Atlas dos Conflitos Fundiários Rurais do Estado do Rio de Janeiro – GeoAgrária – disponível em <https://geoagrariaffpuerj.files.wordpress.com/2013/06/dec50.jpg>

O caso de Pedra Lisa é importante para compreender os conflitos fundiários na Baixada Fluminense, pois permite identificar a ação dos atores sociais reunidos na Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa para frear o processo de especulação da terra. A função social dada a Pedra Lisa pelos distintos atores que ali se fixaram é a de função agrícola: o sustento das famílias era retirado da terra e o excedente era comercializado. Segundo Copello (1983, p. 20), no que refere à comercialização, “contava com um almoxarifado que fornecia ferramentas e sementes aos posseiros mediante um pagamento que era parcelado de acordo com suas condições.” Nesse processo, a instituição possuía um importante papel de fomento as atividades agrícolas.

As terras, antes da ocupação, eram pântanos aguardando um novo período de investimento para serem valorizadas e, assim, novamente estarem à disposição da acumulação capitalista. A diversidade de famílias advindas de outros territórios tornou as terras de Pedra Lisa cultiváveis e tornou possível a ressignificação desse espaço. Para entendermos esse processo utilizaremos dois conceitos que também serão úteis para a

reflexão sobre o Assentamento Municipal Rural do Marapicu: *desterritorialização e reterritorialização*

O perfil heterogêneo das famílias em Pedra Lisa é resultado do deslocamento em busca de melhores condições de vida da população rural. Tais famílias são originárias dos mais precários territórios, como secas e falência de núcleos cafeeiros. As condições dos territórios originários impossibilitavam a reprodução social das famílias. Alguns eram trabalhadores explorados para garantir o capital agrário (núcleos cafeeiros). Outros já não podiam permanecer no território devido à escassez de recurso natural, impossibilitando a manutenção do seu trabalho. A condição vivenciada anteriormente por essas famílias pode ser entendida como uma precária territorialização. Em Rogério Haesbeart (2004), essa forma de territorialização é compreendida como a mais violenta exclusão e/ou reclusão socioespacial. A saída das famílias do território de origem implica no processo de desterritorialização.

No caso de Pedra Lisa, as famílias advindas de outras áreas rurais, mesmo com o deslocamento, preservaram os elementos culturais, materiais ou imateriais. Segundo Silva (2008, p. 22-23), as famílias que migraram para Pedra Lisa ainda permaneciam na área rural, “ficaram até hoje. Não tem nenhum desses que vieram de Itaperuna que foi embora. Estão todos eles lá, morando. Tem neto, bisneto”. Na busca de compreender os processos de ocupação e apropriação em Pedra Lisa, utilizo o estudo de Valter Cruz (2006), que problematiza o conceito de identidade territorial, a partir de uma perspectiva geográfica das identidades. O autor observa que a identidade territorial pressupõe dois elementos fundamentais: o espaço de referência identitária e a consciência socioespacial de pertencimento. O primeiro elemento diz respeito à construção de uma determinada identidade social e cultural através de um dado recorte espaço-temporal o qual acontecem as práticas materiais e as representações espaciais. Ambos possibilitam a construção de um sentimento de pertencimento dos grupos com o território. Ao chegarem à Baixada Fluminense, as famílias somam-se à categoria dos posseiros dando incremento a identidade territorial de Pedra Lisa.

O segundo elemento, como observa Valter Cruz (2006, p. 76), refere-se ao “sentido de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os nossos sentimentos de pertencimento e de reconhecimento como indivíduos ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território”. O autor ressalta a necessidade de compreender o pertencimento a partir das práticas e das representações espaciais que “envolvem ao mesmo tempo o domínio funcional estratégico sobre um determinado

espaço (finalidades) e a apropriação simbólico/expressiva do espaço (afinidades/afetividades).” (2006, p. 76) O domínio, segundo a análise lefrevbriana do autor, está relacionado ao espaço concebido e, a apropriação, ao espaço vivido. A Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa é compreendida como o domínio funcional estratégico do território. As ações da Associação eram voltadas para preservar o modo de vida camponês, além de atuar politicamente no território. A Associação fomentava uma rede de ajuda mútua entre as famílias (apropriação simbólica/expressiva) e também funcionava como agente regular de comportamentos comunitários, uma espécie de mediadora de conflitos.

Após o golpe de 1964 houve uma desmobilização da Associação por meio de repressão e violência (BASTOS, 2013). No entanto, como discutiu Leonildes Medeiros (2006, p. 282-3), “muitos abandonam, desistem, vão para outros lugares, mas há aqueles que ficam, resistem e começam a construir um território no qual as marcas de sua história vão sendo fixadas como marcas de sua identidade.” Ao deslocar-se para outra região, deixando a sua de origem, os atores sociais buscam novas raízes e, assim, iniciam um processo denominado reterritorialização. A reterritorialização de Pedra Lisa foi construída pelas famílias que reproduziam os elementos socioculturais do antigo território, como por exemplo, o trabalho com a terra, o modo de vida camponês.

O ambiente de repressão e violência no campo, como observado, foi uma realidade observada em todo território nacional, sendo um exemplo, a Baixada Fluminense. E, nesse contexto, a reforma agrária reivindicada pelos atores do campo brasileiro foi perdendo destaque na agenda do governo ditatorial, mesmo com a aprovação do Estatuto da Terra. Mesmo diante do ambiente de repressão, identificam-se focos de movimentos de luta pela terra em todo o Brasil durante a década de 1980. Nessa conjuntura, estavam os movimentos originários da Baixada Fluminense, assunto que será detalhado no segundo capítulo. Nesse mesmo período, quase duas décadas depois, a reforma agrária voltou à agenda política do governo do presidente José Sarney (1985-1990). O presidente anuncia em maio de 1985, a proposta (posteriormente modificada) do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. No dia 10 de outubro de 1985 é assinado o Decreto nº 91.766 que aprova o PNRA. Dessa forma, a próxima seção analisará os dois Planos Nacionais de Reforma Agrária lançados no país em 1985 e 2003. A análise em questão relacionará a realidade do campo brasileiro com o período de lançamento dos PNRA.

1.3 – PNRA: Planos dos Governos Sarney e Lula e os conflitos no campo

O tema da reforma agrária, com o fim da ditadura civil-militar (1964-1985), retorna para a agenda política nacional no Brasil. Essa questão política não foi esquecida pelos movimentos do campo, porém o contexto de repressão e violência alterou a dinâmica de reivindicação dos trabalhadores do campo.

O Estatuto da Terra, mesmo pautando a necessidade da reforma agrária, colidiu com interesses de quem defende a grande propriedade. No entanto, em dois distintos momentos, o Poder Executivo, pressionado pelas demandas do campo e das organizações populares, aprovou dois PNRA: o primeiro pelo presidente José Sarney (1985-1990) em 1985 e, o segundo, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) em 2003. Ambos serão apresentados aqui com objetivo de pontuar questões pertinentes à análise da pesquisa. Não pretendo fazer uma discussão longa e profunda visto que é um assunto debatido por importantes pesquisadores. Sendo assim, utilizarei o estudo de Valeria Albuquerque (2006) para fazer uma análise do texto aprovado nos dois planos e a realidade encontrada no campo.

No dia 27 de maio de 1985, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA⁵⁰ encaminhou às lideranças do Congresso Nacional a proposta para a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. O presidente José Sarney (1985-1990), no dia 30 de maio de 1985, apresentou a mesma proposta no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais promovidos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura⁵¹. No entanto, como atenta Valeria Albuquerque (2006), a proposta confeccionada pelo presidente do INCRA/MIRAD Dr. José Gomes da Silva e apresentada no congresso da CONTAG foi alterada para ser aprovado no Congresso Nacional. A alteração atendia os interesses

⁵⁰ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA passou a subordinar-se ao recém criado Ministério da Reforma Agrária. O Ministério foi criado por Tancredo Neves, que morreu antes de tomar posse. No entanto, o vice-presidente José Sarney manteve o mesmo programa.

⁵¹ A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura completou 50 anos de fundação em 22 de dezembro de 2013. Ela foi criada para representar os trabalhadores rurais através das federações estaduais que, por sua vez, reúnem os sindicatos dos trabalhadores rurais de cada município. Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Informação disponível no site <http://www.contag.org.br/>.

daqueles que se colocavam contra a proposta do INCRA: “1) aqueles⁵² que não aceitam por motivo qualquer a Reforma Agrária; 2) os que não aceitam a proposta de Reforma Agrária do MIRAD/INCRA” (SILVA, 1987, p. 14). O segundo grupo era contra a desapropriação por interesse social, pois exigiam pagamento em dinheiro.

A aprovação do I PNRA na década de 1980 indicava que o Governo de José Sarney (1985-1990) tinha intenção de trabalhar a pauta da reforma agrária. A aprovação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária coincidiu com o processo de redemocratização do país. A situação no campo brasileiro foi desenhada (e continua sendo) por inúmeros conflitos por terra, principalmente com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra. O I PNRA, Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985, almejava abranger cerca de um milhão e quatrocentas mil famílias beneficiárias até o ano de 1989. O Plano tinha como objetivo a promoção de melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a as exigências de desenvolvimento do País. Isso seria alcançado com a eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade, atendendo, em consequência, os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural.

O objetivo estava em consonância com os preceitos constitucionais e da aplicação do Estatuto da Terra, porém havia divergências do I PNRA em relação ao ET no que tange a função social da propriedade e o processo de desapropriação. No ET (Lei 4.504/64; art. 2º § 1º), a propriedade da terra está condicionada a sua função social a partir de um conjunto de aspectos, tais como: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. No I PNRA a função social foi reduzida aos níveis de produtividade, deixando em segundo plano os demais elementos descritos no ET (MEDEIROS, 2003, p.37). Nesse sentido, foi criado no I PNRA o conceito de “*latifúndio produtivo*”.

Ainda no que no refere à desapropriação, no ET era possível tal processo em imóveis com predominância de parceiros e/ou arrendatários. No entanto, o Plano fez o

⁵² Estavam nesse grupo a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

inverso, ou seja, o Estado evitará a desapropriação de imóveis que apresentem elevada incidência desses atores como também se observa no Art. 2:

§ 3º - O Poder Público evitará a desapropriação de imóveis rurais que, embora incluídos em zonas prioritárias, apresentem elevada incidência de arrendatários e ou parceiros agrícolas e cujos proprietários observem rigorosamente as disposições legais que regulam as relações de trabalho entre os proprietários e os cultivadores diretos. (BRASIL, 1985)

A propriedade privada, com a aprovação do Plano, foi protegida por diversos mecanismos apresentados no texto, “outro recuo importante do Plano foi a incorporação das terras públicas no processo de reforma, deslocando mais uma vez o objeto principal da reforma, as propriedades privadas” (ALBURQUERQUE, 2006, p. 61).

O I PNRA previa a formulação dos Planos Regionais de Reforma Agrária que deveriam estar condicionados aos objetivos específicos do plano nacional: a) contribuir para o aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas, visando ao atendimento prioritário do mercado interno; b) possibilitar a criação de novos empregos no setor rural, de forma a ampliar o mercado interno e diminuir a subutilização da força de trabalho; c) promover a diminuição do êxodo rural, procurando atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e os problemas dela decorrentes; d) contribuir para aumentar os benefícios sociais proporcionados pelas inversões públicas direta ou indiretamente relacionadas com o desenvolvimento do setor rural. Valeria Albuquerque (2006), pontua que mesmo com a efetivação dos Planos Regionais em maio de 1986, não houve a delimitação de áreas prioritárias. A autora afirma, em seguida, a partir da análise feita sobre o I PNRA, que o programa não rendeu os resultados previstos nas metas estabelecidas pelo Governo Federal. Com o Plano em voga, só foram assentadas 1% de 1, 4 milhões famílias previstas no lançamento do programa (ALBURQUERQUE, 2006, p. 61).

Diante dos resultados obtidos, a Constituição de 1988 tornou-se para os movimentos sociais do campo um novo instrumento jurídico para viabilizar a Reforma Agrária, no entanto, sem muito sucesso. A bancada ruralista⁵³ bem representada no Congresso Nacional criou obstáculos para a implantação da Reforma, além de promover os interesses dos proprietários da terra no que se refere à desapropriação e à indenização. Desse modo, ao invés de punir àqueles que detêm a terra como reserva de valor, como reivindicavam os movimentos sociais e organizações do campo a desapropriação foi feita com base em valores de mercado, isto é, o pagamento por meio

⁵³ Frente parlamentar que atua em defesa dos interesses dos grandes proprietários de terra.

de Título da Dívida Agrária (TDA), resgatáveis em até 20 anos, iniciando a partir do segundo ano com cláusula de preservação do valor real.

Mesmo diante desses obstáculos, os mecanismos da Reforma Agrária aprovados na Carta Magna foram regulamentados na Lei de Agrária de 1993. No entanto, a observância da função social da propriedade e o processo desapropriação da mesma ficaram sob análise do poder Judiciário. No entanto, em muitas localidades, o poder Judiciário estava articulado com os latifundiários e favoreciam a manutenção da propriedade da terra, mesmo na condição de improdutiva. A literatura apresenta que desde a implantação do I PNRA os agentes do Estado e as organizações que atuam na defesa da grande propriedade/propriedade privada (representadas no Congresso Nacional) criaram obstáculos para a execução do processo de desapropriação para fins de reforma agrária. E mesmo com a existência de legislações a cerca do tema, os conflitos permaneceram no campo, marcando com sangue o chão do Brasil.

Desde 1985 a Comissão Pastoral da Terra publica em formato de livro os conflitos ocorridos a cada ano no Brasil. Ano a ano, denúncias de ameaças, torturas e assassinatos são sistematizadas pela CPT com objetivo de apresentar a realidade violenta encontrada no campo brasileiro. A criação desse livro e a sua publicação anual até os dias atuais provam que o campo brasileiro continua violento, sendo urgente uma política de reforma agrária que atue de acordo com a realidade de cada região no Brasil. Utilizo os dados dos Livros Conflitos no Campo para fazer relação entre a aprovação dos PNRA (1985 e 2003) e a realidade presente no campo nos dois períodos. O recorte temporal proposto diz respeito aos períodos em que o Governo Federal incluiu na agenda governamental o tema da reforma agrária.

De 1985 a 1990, houve uma considerável redução no número de conflitos no campo do Brasil registrados pela Comissão Pastoral da Terra. No ano de 1985 foi registrado o total de 768 conflitos (violência contra a pessoa, violência contra posse e propriedade e trabalho escravo) para o total de 401 registrados em 1990. Porém, no ano de 1989, a CPT atentou que mesmo diante de um cenário de redução no número total de conflitos no campo houve aumento nos vários índices de violência contra a pessoa:

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA (Geral)

	1988	1989
Ameaça de Morte	153	134
Tentativa de Assassinato	68	100
Vítimas de Lesões Corporais	153	512
Torturados	06	66
Agredidos Fisicamente	288	1.079
Presos Ilegalmente	247	401

Figura 7: Violência contra a pessoa (geral). Fonte: Livro *Conflitos do Campo Brasil – 1989*, Comissão Pastoral da Terra, 1989.

A violência no campo persistiu na década seguinte, e a CPT em 1992 observou que nessa conjuntura o elemento mais grave era a impunidade dos crimes cometidos pelos latifundiários, beneficiados pelo apoio do Estado através do seu aparato de segurança e de justiça⁵⁴. Por outro lado, entre 1989 e 1993 (Figura 9), os conflitos se acirraram, ou melhor, triplicaram. Segundo a instituição, a seca que ocorreu nesse período combinada às políticas neoliberais e à destruição das políticas sociais do Estado brasileiro impuseram aos trabalhadores situações de tragédias diante da expansão da miséria e da fome.

	1991	1992	1993	1994	1995
Conflitos de Terra					
N. de conflitos	383	361	361	379	440
Assassinatos	49	35	42	36	39
Pessoas Envolvidas	242.196	154.223	252.236	237.501	318.458
Ha Conflitivos	7.037.722	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731
Trabalho Escravo					
N. de Conflitos	27	18	29	28	21
Assassinatos				1	
Pessoas Envolvidas	4.883	16.442	19.940	25.193	26.047
Ha Conflitivos					
Outros					
N. de Conflitos	43	54	155	78	93
Assassinatos	5	11	10	10	2
Pessoas Envolvidas	307.123	15.331	118.952	45.925	36.581
Ha Conflitivos					
Total					
N. de Conflitos	453	433	545	485	554
Assassinatos	54	46	52	47	41
Pessoas Envolvidas	554.202	185.996	391.128	308.619	381.086
Ha Conflitivos	7.037.722	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731

⁵⁴Livro *Conflitos no Campo Brasil*, 1992

Figura 8: Quadro Comparativo (1991-1995) dos Conflitos do Campo. Fonte: Livro Conflitos do Campo Brasil – 1995, Comissão Pastoral da Terra, 1995.

No final da década de 1990 observa-se o aumento no número total de conflitos no campo, passando de 1000 no ano de 1998. O aumento está relacionado aos índices de conflitos de terra e “outros conflitos” (política agrícola, seca e questão sindical). O aumento no índice de conflitos de terra está relacionado ao crescimento no número de ocupações. No que tange ao índice “outros conflitos”, a CPT relaciona esse aumento, no livro Conflitos no Campo, com as políticas de desenvolvimento regional para o setor agropecuário e a economia como um todo. Como por exemplo, nesse período, a região Centro-oeste recebeu investimentos para a instalação de grandes empresas agropecuárias, proporcionando maiores taxas de crescimento econômico e, assim maiores taxas de violência⁵⁵. Outro fator visualizado no aumento desse índice em 1998 foi a seca causado pelo El Niño⁵⁶, que “castigou 10 milhões de pessoas no Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, semiárido de Minas Gerais e atingiu 1.209 dos 1.787 municípios do Nordeste.”⁵⁷

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Conflitos de Terra*										
Nº de Conflitos	440	653	658	751	870	558	681	743	1.335	1.398
Assassinatos	39	46	29	38	27	20	29	43	71	37
Pessoas Envolvidas	318.458	481.490	477.105	662.590	536.220	439.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710
Hectares	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399
Trabalho Escravo										
Nº de Conflitos	21	19	17	14	16	21	45	147	238	236
Assassinatos		4	1			1	4	1		2
Pessoas Envolvidas	26.047	2.487	872	614	1.099	465	2.416	5.559	8385	6.075
Conf. Trabalhistas**										
Nº de Conflitos			49	56	28	33	25	22	97	107
Assassinatos			1	5			1		2	
Pessoas Envolvidas			24.788	366.720	4.133	53.441	5.087	5.586	6.983	4.202
Outros***										
Nº de Conflitos	93	78	12	279	69	50	129	14	20	60
Assassinatos	2	4		4						
Pessoas Envolvidas	36.581	451.157	3.288	109.162	164.909	62.319	106.104	14.352	48.005	107.245
Total										
Nº de Conflitos	554	750	736	1.100	983	660	880	925	1.690	1.801
Assassinatos	41	54	30	47	27	21	29	43	73	39
Pessoas Envolvidas	381.086	935.134	506.053	1.139.086	706.361	556.030	532.772	451.277	1.190.578	1.083.232
Hectares	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399

Figura 9: Quadro Comparativo (1995-2004) dos Conflitos do Campo. Fonte: Livro Conflitos do Campo Brasil – 2004. Comissão Pastoral da Terra, 2004.

⁵⁵ Livro Conflitos no Campo Brasil, 1999

⁵⁶ Segundo o livro Conflitos no Campo 1998, a seca foi prevista pelo governo devido ao fenômeno do El Niño. Sendo assim, o governo sabia, mas não promoveu ações para amenizar os efeitos.

⁵⁷ Trecho retirado da página 17 do Livro Conflitos no Campo 1998.

Diante de uma realidade de intensos conflitos no campo brasileiro observados no final da década de 1990, o II PNRA (2003) foi lançado pelo governo Lula (2003-2010). Segundo Eric Sabourin (2008, p. 151), “o Plano Nacional de Reforma Agrária, preparado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo primeiro governo Lula, era ambicioso e pretendia ser inovador.” A proposta preparada pelo governo buscava regularizar os títulos de propriedade, constituir as unidades familiares e apoiar a produção. O Governo Lula não tinha como ação principal distribuir terras uma vez que levava anos para a regularização (SABOURIN, 2008). No entanto, metas foram colocadas a partir do diálogo entre o Governo Federal e os movimentos sociais:

O II PNRA foi negociado com os movimentos sociais e foi firmado um compromisso político com o governo federal. Até 2006 o governo se comprometeu a assentar 400 mil novas famílias, sendo 60 mil em 2003; 115 mil em 2004; 115 mil em 2005 e mais 140 mil em 2006. (ALBUQUERQUE, 2006)

A proposta da II PNRA foi solicitada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e construída junto com os movimentos sociais. A proposta do MDA classificava as terras disponíveis para a Reforma agrária em: a) terras de propriedade privada; b) terras públicas e devolutas; c) terras suscetíveis de serem obtidas por outros meios.

A proposta estimava os investimentos para a Reforma Agrária para obtenção de terras, construção de moradias e implantação de assentamentos, totalizando por família assentada cerca R\$4 mil reais. Com efeito, a proposta apresentada ao Governo incomodou principalmente a ala ruralista tanto do Executivo quanto do Legislativo. Dessa forma, a proposta apresentada não foi a mesma aprovada. O plano aprovado, segundo Valeria Albuquerque (2006, p. 102), “representava uma proposta intermediária, o que frustrou as expectativas dos trabalhadores rurais, que esperavam que fossem oficializadas as metas estabelecidas na Proposta preparada pelo grupo de especialistas.” De fato, as pressões da bancada ruralista, resultou na aprovação de um plano com modéstias aspirações. E mesmo com a aprovação do II PNRA e a inclusão da pauta da reforma agrária na agenda governamental os conflitos acirravam-se no campo brasileiro.

Entre os anos de 2001 a 2004, observa-se o crescimento no número total dos conflitos no campo. Em 2003, período de implantação do II PNRA, por exemplo, o aumento é observado em todos os tipos de conflitos. Nesse mesmo ano, a chegada de um presidente de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), ao poder fez com que houvesse euforia e esperança entre os atores sociais da luta pela terra, pois

acreditavam que a reforma agrária aconteceria com essa mudança no cenário político federal. No entanto, a articulação entre o Poder Judiciário e o poder privado (proprietários de terra) promoveu um número recorde de violência no campo em 2003:

O Poder Judiciário emitiu ordens de despejo contra 35.297 famílias, envolvendo 176.485 pessoas, um número recorde desde que a CPT começou a fazer o registro destes dados e possivelmente um recorde histórico em toda a história brasileira. Um aumento de 263,2% sobre os números do ano de 2002. O número de prisões também foi 140,5% maior que 2002. A ação do poder privado do latifúndio foi muito intensa. O número de assassinatos cresceu 69.8% em relação a 2002. Foram assassinados 73 trabalhadores em conflitos no campo. Número mais elevado só foi registrado no ano de 1990 e na década de 80. O número de famílias expulsas foi de 151,4% maior que em 2002. Também com relação ao trabalho escravo, o número de situações denunciadas foi de 240, tendo sido fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho 154 situações, que libertou um total de 5.010 trabalhadores submetidos a condições análogas a de trabalho escravo. Este número representa 52,5% do total de trabalhadores libertados, desde que foi criado o Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho, em 1995. (CPT, 2004, p. 7)

Do exposto, observa-se que os mecanismos existentes na legislação brasileira no que tange a reforma agrária foram enfraquecidos implicando no aumento dos conflitos no campo. Os ataques às famílias do campo podem ser compreendidos de forma direta e indireta. Direta, através do confronto entre trabalhadores rurais e proprietários de terra. Indireta, entendida na ausência do Estado em estabilizar as tensões no campo, como também, ao favorecer grandes proprietários de terra através de mecanismos legais ou ilegais. De fato, os avanços são identificados, porém muitos assentamentos, resultados da aplicação da política de reforma agrária estão atualmente em péssimas condições e não chegaram a concluir o seu desenvolvimento, quiçá a sua emancipação. Nessa condição está o Assentamento Municipal Rural do Marapicu oriundo da ocupação de Campo Alegre (1984), localizado no Estado do Rio de Janeiro. O assentamento apresenta limites para a sua continuação como território de reforma agrária. Para analisar os processos existentes, apresento no próximo capítulo o processo de luta pela desapropriação da área e pela constituição em assentamento.

CAPÍTULO 2 – MARAPICU, A “SÉTIMA REGIONAL” DO PROJETO CAMPO ALEGRE

Decidi estudar Marapicu antes mesmo de conhecer o assentamento pessoalmente. Durante a minha pesquisa para o trabalho de conclusão da graduação, em 2016 a qual propus falar da Agricultura Familiar de Nova Iguaçu. Eu entrevistei, nesse período, o assentado mais antigo de Marapicu e a agente da Comissão Pastoral da Terra – que acompanha o território desde 1984. Os atores sociais (internos e externos) relataram-me a trajetória realizada por Marapicu⁵⁸. A literatura também me possibilitou conhecer mais o território rural, construído em três décadas de luta pela terra. Tanto nas entrevistas quanto nas bibliografias foi possível observar o papel do assentamento para reivindicar o retorno das áreas rurais no Plano Diretor da cidade de Nova Iguaçu, no final da década de 2000. O movimento que reivindicou o reconhecimento das áreas rurais no Plano Diretor da cidade iniciou dentro do Assentamento Municipal Rural do Marapicu.

Ao tomar conhecimento da história do Assentamento Municipal Rural do Marapicu questionava a mim mesmo como que os atores sociais de uma área rural dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro conseguiram mudar o plano diretor da cidade em 2008 para que houvesse o reconhecimento das áreas rurais? Quem são esses atores sociais? Que território é esse? Foi a partir desses questionamentos que me propus a pesquisar sobre o território rural. Pois bem, o Assentamento Municipal Rural do Marapicu e seus atores sociais (organizados politicamente) são compreendidos nessa pesquisa como parte integrante do processo de democratização do acesso a terra na Baixada Fluminense. A permanência, por mais de três décadas, em um território de reforma agrária no município que é cada dia mais modificado pelo acelerado processo de urbanização, mostra a capacidade de articulação e mobilização dos atores sociais, mesmo diante de situações adversas.

Em 1985, iniciou no território de Nova Iguaçu uma ocupação de terra, que mais tarde tornar-se-ia o Assentamento Municipal Rural do Marapicu. A ocupação da Fazenda Boa Vista (atual área do assentamento) foi uma continuação da ocupação do Projeto Campo Alegre (1984), a qual mobilizou cerca de 600 famílias. A ocupação do espaço para fins de reforma agrária ocorreu durante o governo de Brizola (1983-1987) e coincide com o período de redemocratização do país. Das 600 famílias mobilizadas em todo Campo Alegre, 100 ocuparam a área da Fazenda Boa Vista. O perfil das famílias

⁵⁸ O território não é o sujeito da ação, mas é utilizado para representar o coletivo.

de Marapicu foi o mesmo da ocupação inicial em Campo Alegre um ano antes, trabalhadores urbanos e rurais que buscavam melhores condições de vida através da reforma agrária.

A ocupação de Campo Alegre iniciada pela articulação do Núcleo Agrícola Fluminense, teve apoio da Diocese de Nova Iguaçu na pessoa do Bispo Dom Adriano Hipólito, e foi assessorada pela Comissão Pastoral da Terra. Nos primeiros dois anos da ocupação, solicitado pelas lideranças da organização, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária distribuiu alimentos às famílias acampadas (Figura 11), como macarrão e fubá. Com o passar dos anos, outras instituições foram se incorporando ao território de Campo Alegre e permanecem⁵⁹ até hoje, tais como: a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e o Instituto de Terra e Cartografias do Rio de Janeiro.

Um ano após a ocupação, Campo Alegre foi dividida pelos ocupantes em sete regionais, sendo uma delas Marapicu. No entanto, a trajetória de Marapicu se diferenciou das demais regionais. A distinção é compreendida por dois fatores: a) a área pertencia ao Governo Federal que, anos depois, passou a ser do governo Municipal num processo de Dívida Ativa; b) Marapicu é a única regional de Campo Alegre constituída em assentamento de modo que seus ocupantes receberam o Título de Posse.

No entanto, ainda que a área de Marapicu tenha sido desapropriada para fins de reforma agrária e, depois, reconhecida e constituída como assentamento, essa condição permanece negada⁶⁰ para as outras regionais. A constituição em assentamento diz respeito aos desafios existentes em cada regional. Os desafios não são iguais em todos os territórios, e por isso uma análise aprofundada na regional de Marapicu é importante para compreender os processos e dinâmicas da luta pela terra e as dificuldades para permanecer nela. Sendo assim, passada a ocupação, Marapicu passa a desenvolver, através da sua Associação, uma trajetória própria em busca do seu reconhecimento que perpassa a constituição do assentamento. O reconhecimento também está na busca pelo desenvolvimento do território.

⁵⁹ Ambas as instituições são autarquias estaduais com entraves na execução de uma política de assistência técnica devido às questões orçamentárias.

⁶⁰ O processo de desapropriação dessas áreas é de responsabilidade do Governo Estadual.



Figura 10: Ocupação da Fazenda Boa Vista. Fonte: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (CEDIM/UFRRJ)⁶¹

A área do assentamento, depois da ocupação, foi cogitada para outros projetos municipais que se apresentavam totalmente diferentes da função social dada a ela, reforma agrária – função dada, primeiro, pelos ocupantes e depois, juridicamente, pelo Estado (município). Tanto é que talvez a área fosse usada para construir o aterro sanitário de Nova Iguaçu, no início dos anos 2000, conforme informações dadas pela Associação dos Camponeses do Marapicu. O projeto do aterro Sanitário foi transferido para o bairro de Adrianópolis⁶² – área rural de Nova Iguaçu – onde foi instalado e funciona até hoje.

De 1985 a 2008, muitos embates foram protagonizados pelos atores da ocupação de Marapicu para obter a regularização da terra e, assim, promover a reforma agrária na área. O poder de articulação da organização política, criada no território, foi substancial às negociações com o poder público. Faziam parte da articulação e mobilização para regularização da área, organizações e instituições, tais como, a Comissão Pastoral da Terra e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro, ambas assessoravam a Associação dos Camponeses do Marapicu.

A luta pela terra estabelecida em Marapicu é dividida em duas partes: i) pela constituição do assentamento; ii) e, pela promoção do desenvolvimento e emancipação

⁶¹ Disponível em <http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/447>

⁶² O Aterro Sanitário de Nova Iguaçu encontra-se no bairro Adrianópolis.

do assentamento. A primeira já foi executada no território. A segunda, porém, é reivindicada cotidianamente pelos atores sociais de Marapicu, sendo um limitador para os que vivem do trabalho na terra. O desenvolvimento é um conjunto de políticas públicas pensadas junto com os atores sociais e agentes públicos que, aplicadas, possibilitam a emancipação do assentamento.

Colocadas essas questões, o objetivo do presente capítulo é apresentar e debater o processo de regularização de Marapicu, sétima e última regional⁶³ a ser constituída no processo de ocupação de Campo Alegre. Para isso, será dado enfoque ao caminho realizado pelos atores sociais para o reconhecimento de Marapicu, desde a ocupação de Campo Alegre. É importante ressaltar que Marapicu continua sendo parte de Campo Alegre, por isso faz-se necessário analisar, no primeiro momento, a ocupação inicial do Projeto Campo Alegre. Ao final, como contribuição para o capítulo, será problematizada a viabilidade do assentamento uma vez que ele é criado – problema não só vivenciado pelo Assentamento Municipal Rural do Marapicu, mas é um problema vivenciado em âmbito nacional.

2.1. A busca da reforma agrária na Baixada na década de 1980

Os conflitos fundiários na Baixada Fluminense atravessam décadas e persistiram durante os anos de 1980 e 1990. O agravamento da crise econômica no governo ditatorial iniciou um processo de acirramento entre este e a população. Nesse contexto, a ocupação de terras improdutivas na Baixada Fluminense tornou-se um instrumento de luta popular em busca por melhores condições de vida.

Diferentemente de Pedra Lisa, o movimento de ocupação da Baixada Fluminense na década de 1980 foi fomentado em conjunto com a Diocese de Nova Iguaçu. As primeiras reuniões do movimento ocorreram com a participação de desempregados e, logo depois, outros perfis urbanos foram agrupando-se a esse movimento, como por exemplo, aposentados (NOVICKI, 1994). As Ligas Camponesas não estavam presentes no movimento de organização das ocupações do Sudeste na década de 1980. Nesse período, devido à especificidade do processo de redemocratização da terra observado na Baixada Fluminense, o sindicalismo rural e os trabalhadores das periferias urbanas eram os protagonistas dos processos de lutas pela terra:

⁶³ Durante a ocupação de Campo Alegre houve a divisão do território em 7 regionais, cada qual com sua organização política representado pela associação dos produtores.

(...) “na década de 80, refletindo um aprofundamento dos problemas gerados pelo inchamento das cidades, verificou-se que, além da continuidade de antigos conflitos envolvendo famílias de posseiros representados pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, emergiram, no processo de luta pela terra, novos atores: trabalhadores da periferia urbana ocupando terras para desenvolver atividades agrícolas, com a mediação da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.” (NOVICKI, 1992, p. 11-12)

O livro “Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro” (1946-1988), apresenta a entrevista de Delso Gomes, então presidente do sindicato dos rodoviários e, histórico militante do PCB. O militante observa que “no Norte, eram utilizadas muito as Ligas Camponesas, mas aqui no Sudeste eram associações, sindicatos que estavam formalizando a reforma agrária, implantando na prática a reforma agrária” (2015, p. 636). Não pretendo detalhar como foi a reorganização dos atores na luta pela terra na Baixada Fluminense, no entanto, o que se observa é que a luta pelo acesso a terra na década de 1980, incorporou atores tanto das áreas urbanas quanto das áreas rurais em distintas frentes de organização (associações de moradores, sindicatos...). De fato, os distintos atores viram na reforma agrária a possibilidade de melhores condições de vida.

Diante do cenário de reorganização e mobilização dos atores na luta pela terra o Núcleo Agrícola Fluminense foi criado. O grupo formado por lideranças camponesas do pré-64 e apoiado pela igreja, reunia os camponeses que migraram para as cidades devido à expulsão de suas terras com o golpe civil militar (1964-1985). O objetivo do NAF era fortalecer os pequenos produtores, na maioria, posseiros e apoiar trabalhadores que não tinham acesso à terra. O NAF foi criado em 1978 com a repolitização da questão agrária. É importante destacar que a despolitização ocorreu, de acordo com Novicki (1994, p. 28) durante o governo ditatorial quando houve um processo de esvaziamento da pauta agrária, além de repressão da “multiplicidade de forças que procuravam ocupar espaço no processo de luta política visando disputar a liderança junto aos trabalhadores rurais.”

O contexto na Baixada Fluminense no que tange à pauta agrária apresentava-se nesse período com uma nova configuração: posseiros que lutavam pelo acesso a terra em busca de melhores condições de vida:

Nesta conjuntura de re-politização da questão agrária, verifica-se no Rio de Janeiro que, dada sua tradição de luta pela terra, algumas das lideranças camponesas do pré-64, que haviam participado da criação da Associação dos Lavradores de Duque de Caxias (1962), voltaram a atuar no meio rural. Em oposição à entidade sindical do município, fundam o Núcleo Agrícola Fluminense em 1978, apoiados pela Igreja, com sede na Fazenda São

Lourenço (Caxias) para "ocupar um espaço que estava sendo tomado por pelegos, que faziam o jogo dos grileiros". (NOVICKI, 1992, p. 36)

As reuniões do NAF tinham como objetivo organizar as famílias expulsas a fim de reocupar suas terras (NOVICKI, 1992). Nesse contexto de reocupação de terras pelo NAF, Victor Novicki (1992, p 146), observa que, “como as terras reconquistadas tornaram-se pequenas para o número de interessados, algumas lideranças vinculadas ao NAF continuaram mobilizando e cadastrando famílias para novas ocupações”.

Antes do NAF, surge a CPT em Nova Iguaçu a partir da articulação de Dom Adriano Hipólito em 1976, bispo da Diocese de Nova Iguaçu. A mobilização para criação da CPT na Baixada Fluminense esteve em consonância com o movimento de criação da CPT Nacional, como visto no primeiro capítulo. Dessa forma, diante das injustiças no campo fluminense, principalmente no final década de 1970, nasceu a CPT em 1976 no estado do Rio de Janeiro. Conflitos fundiários provocados pelas ações em torno da construção da BR-101 (Rio- Santos) no trecho do litoral sul fluminense – de Itaguaí a Paraty – deram início ao trabalho da pastoral. Quilombolas, Guaranis e Caiçaras faziam parte dos grupos que garantiam sua reprodução social no território do litoral. A implantação do projeto da Rodovia possibilitou um movimento crescente de valorização das terras. Nesse contexto, os diferentes grupos que viviam nesse território foram desconsiderados para que pudessem ser implementados, com ajuda do Estado, empreendimentos turísticos, imobiliários e industriais:

Com a construção e implantação, nos anos 70, de dois trechos da BR-101 (Rio-Santos e Rio-Campos) ocorre uma ampliação da distribuição espacial dos conflitos. Esta obra infraestrutural, da mesma forma que as obras de saneamento da Baixada Fluminense, ao criar uma "fronteira interna" atraiu grileiros, especuladores e grandes investidores para estas áreas, agora supervalorizadas, visando empreendimentos turísticos, sítios de lazer, etc., e levando a relações conflituosas com colônias de pescadores e produtores de alimentos na conhecida Região dos Lagos e no litoral sul fluminense. Isto se passava com a convivência dos cartórios de registro e dos governos federal e estadual, que identificavam estas áreas como de "vocação turística" (NOVICKI, 1994, p. 30)

A CPT nasce frente ao processo de violência que esses grupos vivenciavam para garantir a acumula o capitalista da Região.   importante ressaltar que o governo militar foi o principal indutor dessas transforma es socioespaciais utilizando a repressão e a violência para a busca do “crescimento econômico” do país.

Nesse mesmo ano (1976), conflitos fundiários eram identificados na Baixada Fluminense. No Parque Estoril, cidade de Nova Iguaçu, uma área do Ministério da Agricultura era tomada por grileiros. A  rea era utilizada para cria o de gado. Nesse

episódio de conflitos, o bispo Dom Adriano conhece Bráulio Silva⁶⁴, uma importante liderança regional da luta pela terra. A partir desse momento, inicia-se uma articulação para iniciar os trabalhos da CPT na Baixada.

2.2. Campo Alegre e as múltiplas faces de sua utilização

A área de Campo Alegre situa-se na região compreendida, durante os primeiros séculos da colonização do Brasil, pela Freguesia de Nossa Senhora de Marapicu⁶⁵. A freguesia composta por sesmarias era conhecida pelos seus engenhos e pela numerosa escravatura. Ao longo dos séculos, as sesmarias eram transferidas respeitando o processo de sucessão hereditária até que a viúva D. Helena com seus filhos instituiu o Morgado de Marapicu⁶⁶ em 1772. Em 1911, as terras foram compradas pelo Conde Modesto Leal que as utilizava para fins pecuaristas. Esse último fato pode ser observado no Diário Oficial da União do dia 27 de julho de 1927, página 135, quando o conde vende as terras para Fazendas Reunidas Normandia, dirigida por Guilherme Guinle:

Este bloco que se compõe de terrenos secos e alagados, montanhosos e planos, avaliamos em mil setecentos e cinco contos de 'reis, (1.705:000\$), que com os 25:000\$; valor dos direitos relativos á Fazenda Boa Esperança, perfazem a importância de .1.730:000\$, quantia esta que adicionada ás benfeitorias, plantações, casas, cercas, e curraes, cujo valor é de réis 270:0008, perfaz a importância de réis 2:000:000\$. As 3.500 cabeças de gado pertencentes ao coronel Mario Modesto [...] para a subscrição do capital, de hoje para sempre e cede e transfere á companhia seus direitos á compra da fazenda Boa Esperança, nos termos declarados na primeira escriptura de constituição da sociedade, assim como todo o seu domínio e posse nos imóveis constitutivos da propriedade "Normandia", passando a companhia a possuí-los desde já.

⁶⁴ Bráulio tornou-se uma figura importante na luta pela terra desde a década de 1950 na Baixada Fluminense e, na década de 1970, era uma das lideranças do NAF. Nesse grupo, Bráulio conheceu Laerte Bastos, antiga liderança dos posseiros em Duque de Caxias na década de 1960, liderança do NAF e uma das lideranças da ocupação de Campo Alegre. Nascido no norte de Minas Gerais, aos 6 anos, Bráulio fica órfão e passa ser cuidado pelas tias. Por não terem condições de criá-lo, as tias o colocam num caminhão em direção a Belo Horizonte onde fica num albergue. Na fase adulta, Bráulio tem seu primeiro contato com o Partido Comunista, sendo preso pelo Departamento de Ordem Política e Social – DOPS por participar de uma greve dos ferroviários. No final da década de 1940, foi para Volta Redonda trabalhar e fundou o Partido Comunista da cidade. Em 1948, o partido foi colocado na ilegalidade e, para não ser preso em Volta Redonda, foi morar em Nova Iguaçu com o primo. Ao chegar na Baixada Fluminense, conheceu o Zé Matias, liderança de Pedra Lisa. Depois, começou a fazer parte da direção da Associação dos Posseiros do Sexto Distrito de Nova Iguaçu (Japeri) e, mesmo não tendo terra, Bráulio tornou-se uma liderança. Em 1950, ele foi preso com mais dois companheiros, adquirindo um problema pulmonar devido às agressões feitas pelos policiais da DOPS. Depois de solto, formou uma nova seção do Partido Comunista na cidade de Petrópolis. No ano de 1966 foi preso novamente em Pedra Lisa, e lá reencontrou Laerte Bastos. Em 1974, foi preso pela última vez quando lavava batata da sua roça no rio São Pedro. Depois que saiu da prisão, Bráulio foi convidado pelo bispo para ajudar na formação da CPT junto com a Irmã Josefina. (SILVA, 2008)

⁶⁵ Fato histórico descrito no primeiro capítulo.

⁶⁶ As terras do Morgado de Marapicu não corresponde ao mesmo território do Assentamento de Municipal de Marapicu.

Com a aquisição das terras, a Companhia Fazendas Reunidas Normandia visava não só a agricultura e a pecuária, mas também o loteamento. Essa afirmação consta no arquivo da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, Escritura pública preliminar de constituição da sociedade denominada Companhia Fazendas Reunidas Normandia, 13/07/1927, fls. 3 v.º:

O objetivo da Companhia é a exploração da propriedade Normandia para fins agrícolas e pastoris em todas as suas modalidades e compreenderá também a venda parcelada de glebas, lotes ou sítios bem como a exploração de qualquer indústria conexa com esses objetivos.

Observa-se nesse decreto que a terra possuía várias funções, mas no decorrer das décadas, como ocorre até hoje, prevaleceu somente a da especulação para fins imobiliários e industriais. Mesmo o loteamento sendo um dos objetivos da Companhia, Campo Alegre permaneceu desocupada e, somente em 1952 esse processo teve início a partir das ações da Corretora de Operações Imobiliárias. Nesse mesmo ano, a prefeitura decretou a mudança do zoneamento local para urbano e também houve a inauguração da BR-116 Presidente Dutra. Os dois eventos são resultados do início da urbanização e industrialização que o município vivenciava.

A corretora iniciou o loteamento no Bairro Campo Alegre, como consta na figura abaixo do jornal Correio da Manhã, onde vendas foram anunciadas com o seguinte bordão: “Se na Coper um terreno comprar, o seu capital vai dobrar!”

Figura 11: Jornal Correio a Manhã, 2º de novembro de 1950. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=21994&url=http://memoria.bn.br/docreader#

O investimento não resultou em significativas mudanças na área, a Coper falhou e grileiros aproveitaram para ocupar, havendo assim, o estabelecimento de fazendas de gado entre 1959 e 1976. Campo Alegre é, segundo Medeiros et al. (2009, p. 141),

“antiga fazenda de citricultura, transformada nos anos 60 em loteamento urbano e já então espaço de disputa em decorrência da falência do empreendimento imobiliário, passou a ser grilada por criadores de gado.” Os latifundiários objetivavam a terra como ativo financeiro e, ocupar a terra com cabeças de gado significava uma espécie de proteção através da valorização da terra, como sempre ocorreu desde a colônia. Enquanto a valorização não chegava, a terra era explorada de diferentes maneiras em busca do lucro: extração de madeiras / areia / grama, despejo de lixos, plantio de eucalipto, entre outros.

Dada as condições da área na época, a mesma foi considerada improdutivo e, assim, escolhida pelo NAF para a ocupação das famílias, como explica a reportagem do Jornal do País:

Um belo dia, após fazermos um levantamento completo da área e depois de descobrirmos que os grileiros que se diziam proprietários das terras não tinham como comprovar a sua posse, viemos para cá. (Jornal do País, "Grileiros não comprovaram a posse da terra", 28.06.84 a 04.07.84)



Figura 12: Jornal do País, "Grileiros não comprovaram a posse da terra", 28.06.84 a 04.07.84
Fonte: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (CEDIM/UFRRJ)⁶⁷

Diante da ação do NAF em Campo Alegre compreende-se este grupo como um ator importante para a formação do território rural na década de 1980. Para Claude Raffestin (1993, p. 143), “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer

⁶⁷ Disponível em <http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/447>

nível.” O espaço em questão era improdutivo, servindo apenas para especulação (renda terra) e expropriação. A ocupação pelo movimento possibilitou que a terra tivesse função social. A ocupação promovida pelos atores do movimento objetivava a promoção dos seus direitos enquanto famílias agricultoras. Sonia Martins⁶⁸, na entrevista realizada para a pesquisa, observa que as ações dos atores sociais de Campo Alegre em direção a reforma agrária dotou novos significados a área ocupada:

Campo Alegre é uma referência política da luta pela conquista da Terra e se coloca também como um importante articulador e mobilizador de homens e mulheres que, por se encontrarem em condições de profunda precariedade – acirrada pelo modelo econômico excludente –, passaram a se reconhecer como sujeitos capazes de fazer valer um projeto de Reforma Agrária com a participação de todos e todas.

Como resultado das ações do NAF junto a Diocese de Nova Iguaçu e a Comissão Pastoral da Terra, nasceu o Projeto Campo Alegre. A ocupação ocorreu na noite de nove de janeiro de 1984 e, segundo Novicki (1992, p. 103), é “a segunda e a maior ocupação de terras ocorrida durante o Governo Brizola, foi considerada, tanto pelo pessoal do Estado quanto pelo movimento de ocupação de terras, como um referencial para suas futuras ações.” Logo depois da ocupação, o NAF e a Comissão Pastoral da Terra permaneceram no território e, por seis meses, assessoraram as famílias a fim de resistir e consolidar o processo de ocupação (NOVICKI, 1992). O início da presença da pastoral deve-se a articulação das Comunidades Eclesiais de Base que atuavam na Diocese de Nova Iguaçu na década de 1980, com apoio do Bispo Dom Adriano Hipólito. O bispo, referência de luta na baixada fluminense, acolheu a luta dos trabalhadores rurais e, como apoiador da ocupação, mobilizou os fieis a fazerem missões nos acampamentos formados na grande área rural, um deles era Marapicu.

A chegada de cerca de 600 famílias em Campo Alegre instaurou, nas terras iguaçuanas, um novo conflito fundiário entre grileiros e posseiros. Esse conflito ocasionou um contexto de ameaças e violências. Após o período inicial da ocupação, os grileiros passaram a constranger as famílias com ameaças de morte e outras intimidações, como: gado solto nas plantações, derrubada e queima de casas. Nos primeiros meses, o NAF e a CPT assessoravam as famílias objetivando a sobrevivência, a resistência e a consolidação da ocupação. (NOVICKI, 1992) Laerte Bastos do NAF esteve à frente do movimento, tornando-se uma das principais lideranças de Campo Alegre:

⁶⁸ Agente da Comissão Pastoral da Terra e educadora popular que esteve desde o início da ocupação em Campo Alegre.

Segundo os assentados, a preparação para essa primeira ocupação de terras de Campo Alegre, hoje corresponde ao Assentamento Mato Grosso, foi realizada no Centro de Formação da Diocese de Nova Iguaçu, desde 1983. Tal preparação foi organizada pelo NAF e pela CPT, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu e participantes de ocupações rurais de Duque de Caxias, Belford Roxo e Itaguaí. (PRUDENTE, 2017, p. 159)

As famílias que participaram da ocupação de Campo Alegre eram tanto de áreas urbanas como de áreas rurais. Em seu estudo, Novicki (1994) apud Medeiros traça o perfil das famílias ocupantes e observa a confluência de trabalhadores urbanos e trabalhadores oriundos de outras áreas agrícolas, características que os diferenciam segundo o autor, do camponês:

Os ocupantes (cerca de 600 famílias) eram tanto trabalhadores expulsos de outras áreas agrícolas do estado, como moradores da periferia urbana que já se encontravam envolvidas no mercado de trabalho informal urbano, ou em alguns casos, até mesmo com empregos formais. Essa ocupação indica a composição do público preponderante em grande parte das situações futuras: trabalhadores com experiência urbana que, havendo a oportunidade de retorno as áreas rurais, buscaram-nas, não com a intenção de recriar um “modo camponês” de vida, mas de alcançar alternativas de sobrevivência mais estáveis, conjugando o trabalho agrícola, com outras atividades ou rendas dado que muitos deles eram aposentados. Daí o fato de, pelo menos nos anos 80, grande parte das ocupações de terra tenham-se concentrado na Baixada, em áreas pouco distantes dos centros metropolitanos, servidas de meios de transporte e de infraestrutura urbana. (MEDEIROS, 2009, p. 141)

Novicki (1994) observa a relação entre a área de Campo Alegre e a Região metropolitana. Campo Alegre está dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, região configurada pelo modelo urbano industrial. Esse aspecto explica a ocupação de famílias advindas de outros núcleos urbanos. O perfil heterogêneo das famílias compõe a luta pela terra em Campo Alegre.

Por ser uma área grande e para contribuir com a organização da ocupação, o Mutirão Campo Alegre foi dividido em sete regionais: Regional Marapicu, Regional Acampamento, Regional Matogrosso, Regional Fazendinha, Regional Chapadão, Regional Terra Nova e Regional Capoeirão. Cada regional conta com uma organização política e jurídica e é representada por uma Associação. Nesse período, em 1986, foi organizada a Associação dos Camponeses do Marapicu. Segundo a assentada Sabrina, todas as despesas referentes à constituição das associações foram custeadas pelo Governo do Estado e todas as associações foram regularizadas no mesmo período. A regularização das associações ficou sob a gerência compartilhada entre o Governo Estado e a Comissão Pastoral da Terra. Após a divisão em sete regionais, as associações criaram a União das Associações dos Agricultores de Campo Alegre – UAMCA, em

1990, que reunia as lideranças de cada regional buscando a unificação das pautas de reivindicações.

Atualmente, a região de Campo Alegre está localizada entre dois municípios: Queimados e Nova Iguaçu. No território de Queimados estão as regionais, Chapadão, Capoeirão, Fazendinha e Terra Nova; e, em Nova Iguaçu encontram-se as regionais, Marapicu, Mato Grosso, Acampamento. Das sete regionais, somente seis, atualmente, estão politicamente ativas, isto é, possuem associações em atividades. Mesmo não efetivado o processo de desapropriação e regularização em cinco das seis regionais há produção agrícola em todas. As associações representam os seus respectivos agricultores.

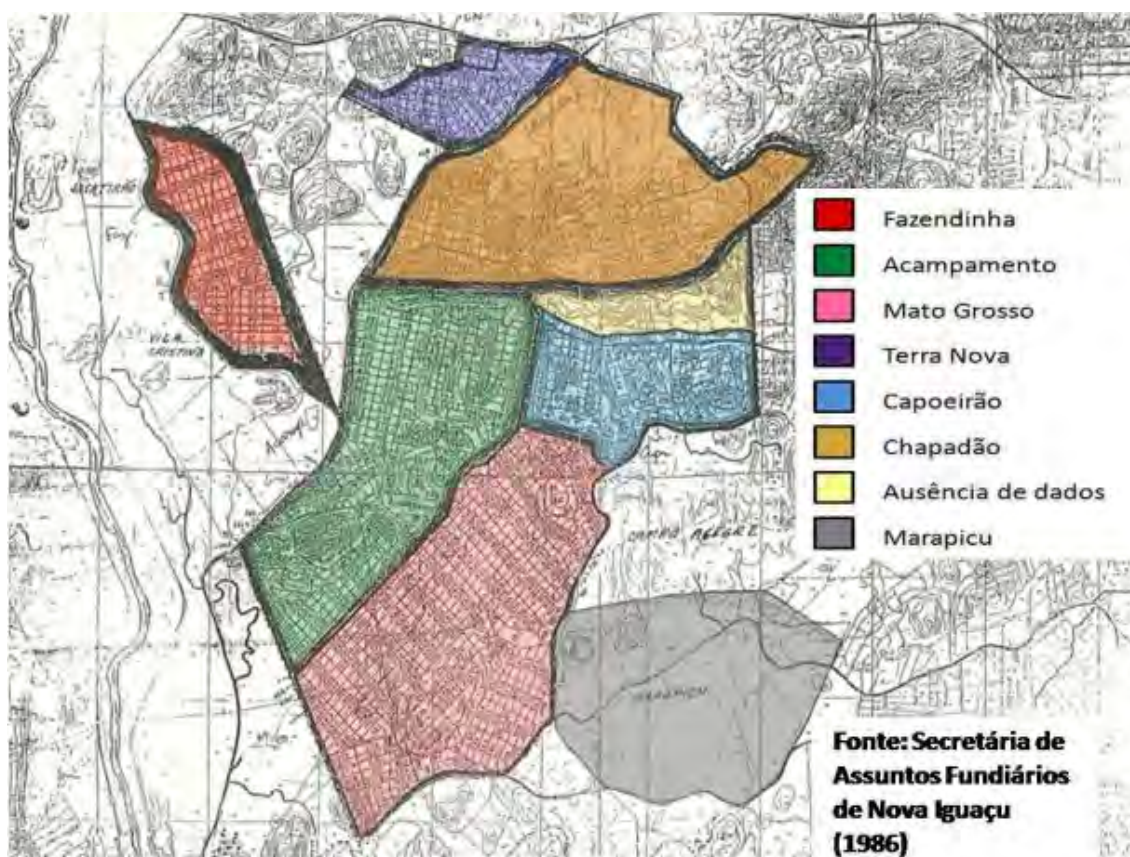


Figura 13: Regionais de Campo Alegre (ITERJ, 1986)

As regionais localizadas no município de Queimados são impactadas diretamente pela expansão da área do Distrito Industrial do município que ultrapassam os limites da área rural de Campo Alegre. Nesse processo de especulação industrial, a área da Fazendinha é a mais impactada, porém, os agricultores continuam a produzir alimentos orgânicos, resistindo à especulação urbana e industrial. O crescimento desordenado do tecido urbano e industrial somado a dificuldade de acesso e/ou ineficiência dos serviços públicos causam o inverso do que deveria ser o bem-estar social da população.

O governo do Brizola (1983-1987) marcou o início do processo de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, no momento de transição do governo militar para o regime democrático. Dessa forma, o Governo Estadual deu início ao fomento das ações em torno da temática fundiária, através da criação da Comissão de Assuntos Fundiários – CAF. Cinco meses depois da ocupação de Campo Alegre, o Governo Estadual do Leonel Brizola realizou a desapropriação de Campo Alegre por meio mecanismo de utilidade pública, garantindo a constituição do assentamento. No entanto, a constituição em assentamento de reforma agrária não foi efetivada pelo Governo do Estado. E, até o presente momento, as famílias de Campo Alegre continuam as negociações com os órgãos estaduais responsáveis. Exceto a regional Marapicu, como veremos mais adiante.

No início da ocupação, havia uma série de características que fragilizava a ação e seus atores. Leonildes Medeiros (2009) afirma que tais questões encontradas na ocupação de Campo Alegre eram corriqueiras nas áreas tanto de intervenção do Governo Federal quanto Estadual:

Lotes pequenos e recortados sem considerar as condições do solo e topografia do terreno, falta de experiência no trabalho agrícola, reduzido período de aprendizado de antigas lideranças de luta por terra e ausência das mediações comuns nas lutas em outros estados. (MEDEIROS, 2009, p.141)

A confluência das atividades de ambos os espaços, rurais e urbanos, é importante para refletir sobre a relação rural-urbana de territórios rurais localizados em regiões específicas, como é o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A ocupação de Campo Alegre teve contornos próprios distinguindo-se de outras ocupações do restante do Brasil. Tal especificidade encontrada nas ações das famílias em busca da reforma agrária ocasionou no distanciamento do recém-criado Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra.

O MST, no período da ocupação de Campo Alegre, estava em vias de sua consolidação a nível nacional. O primeiro Congresso Nacional do MST foi realizado em janeiro de 1985, Curitiba – PR. A ocupação de Campo Alegre ocorreu antes da institucionalização do MST, sendo assim, Campo Alegre não foi fruto da organização do movimento, apesar de haver vínculos entre o MST e os movimentos das ocupações fluminenses (NOVICKI, 1992). No entanto, Novicki (1992) observa que Campo Alegre tornou-se um “movimento real” que se distanciou do “movimento ideal” do MST. A realidade heterogênea presente em Campo Alegre foi uma das causas das divergências entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST/RJ e as famílias ocupantes. Durante o período de ocupação, também é identificado algumas divergências dos

ocupantes com as organizações Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados (as) Rurais do Estado do Rio de Janeiro e CPT/RJ:

Durante o período pesquisado, "a FETAG não teve absolutamente nada a ver com as ocupações e os sindicatos de trabalhadores rurais não tinham como preocupação a discussão da terra, não tinham como ordem primeira essa discussão de ocupar a terra". Este afastamento dos movimentos de ocupação, como forma de luta pela terra, revelou-se num dos principais focos de tensão entre o movimento sindical fluminense - mais preocupado com política agrícola, legislação trabalhista e reforma agrária, como proposta mais global - e o MST/RJ, que passaria a **desenvolver uma prática política voltada para a formação de lideranças sindicais e conquista de sindicatos de trabalhadores rurais** ("oposição sindical"), apoiado pela CPT/RJ. O único caso, detectado nesta pesquisa, em que este trabalho frutificou, foi no Município de Parati. (NOVICKI, 1994, p. 148. Grifo nosso)

Conforme Novicki, houve um desajuste entre as práticas da ocupação e as propostas a nível nacional do MST. O movimento passou a considerar os indivíduos da ocupação como lúmpens, ou seja, inexperientes para a produção agrícola e, assim, a organização se ausentou da ocupação (MEDEIROS, 2009).

No início da ocupação, conforme alguns autores (NOVICKI, 1992; MEDEIROS, 2009) e grupos pertencentes à CPT, a atuação do Leonel Brizola influenciou na desarticulação e fragmentação da ocupação iniciada com a divisão das regionais. Para negociar com o Governo Estadual, no início da ocupação, a UAMCA criou comissões com objetivo de representar Campo Alegre. No entanto, o governador Leonel Brizola deixou de receber essas comissões, e passou ir a cada regional. Esse modo de diálogo possibilitou a criação de vínculos pessoais e, como consequência, Leonel Brizola era visto pelos ocupantes como o pai da ocupação. A ação do governador fazia com que cada regional fosse atendida de forma diferenciada. Na entrevista realizada em julho de 2019 com a agente da CPT é possível observar de maneira mais detalhada uma relação paternalista dada entre o governador e os ocupantes:

O fato de ter se estabelecido entre o Brizola e os assentados uma relação afetiva onde, o que me pareceu foi que, ele consegue se despir da roupagem de chefe de governo e passa ter uma relação de pai. As pessoas vêm nele o grande pai que vai resolver as questões e não tem uma relação de governo. Não a relação de governo onde você tem que cobrar do governo as coisas que ele tem que fazer. Mas não! Cria uma relação de dependência afetiva com determinada pessoa, nesse caso, é o Brizola Quem "da as cartas" sempre é o Brizola! E eles não questionam porque é o pai. Então, o pai tem todo o poder de fazer, porque o pai sabe o que eu gosto. Ele vai fazer aquilo que ele puder fazer e vai fazer é para o meu bem porque ele é a pessoa que gosta de mim, que acredita em mim, que vem tomar café comigo, que senta comigo. Então eu não tenho que cobrar essa pessoa. Nessa relação há uma neutralização dessa pessoa que é do governo, que é o chefe do Executivo e passa ser o pai. (Sônia Martins, coordenadora da CPT)

Nas falas de Sônia é possível identificar a capacidade do Governo Estadual, na pessoa do governador Leonel Brizola, de manipular a ocupação, neutralizando as tensões geradas no processo de regularização da área. A atuação de Leonel Brizola causou conflitos entre as regionais. Algumas regionais recebiam benefícios enquanto outras não. Essa ação do Governo Estadual acentuou a fragmentação de Campo Alegre, pois o governador fazia acordos isolados em cada regional:

Tratando os assentamentos caso a caso e atendendo suas demandas isoladamente, e não como um Movimento institucionalizado a nível nacional, através de uma política agrária claramente definida e de maneira integrada, o governo, por um lado, reforçou o esvaziamento político de um espaço estrutural (Secretaria Estadual do MST) já despolitizado pelo "movimento real" e, por outro, ao abrir espaço para definições políticas pessoais, criou condições para a "manipulação", pelo pessoal do Estado, do sistema de representação de interesse, no caso, as "lideranças" dos assentamentos, inclusive fortalecendo e legitimando algumas através de apoio material. (NOVICKI, 1994, p. 155)

Como havia uma organização central que representava todas as regionais, tanto a CPT quanto o MST criticavam a ação do Estado na questão agrária de Campo Alegre, devido às negociações isoladas que o Governador Leonel Brizola realizava com cada uma delas. A crítica, tanto do MST quanto da CPT, causou atrito entre as organizações e os ocupantes, pois a maior parte das famílias eram "brizolistas" fazendo com que o governo não fosse questionado no que se refere à questão fundiária.

Mesmo diante do impasse do seu processo fundiário, Campo Alegre resistia com a realização da produção agrícola. Dessa forma, no início da década de 1990, a partir da coordenação das lideranças de Campo Alegre (UAMCA) é fundada a Cooperativa Agrícola Mista da União das Associações do Mutirão de Campo Alegre. O projeto foi construído pela Diocese de Nova Iguaçu e pela liderança de Campo Alegre, Laertes Bastos, e recebeu financiamento de uma instituição italiana, a ONG ACRA. Dessa forma, os produtos de todas as regionais de Campo Alegre eram reunidos na COUAMCA para serem comercializados na CEASA/RJ e em feiras livres e/ou centros urbanos mais próximos. A comercialização também acontecia por meio de intermediários que recolhiam a produção no local⁶⁹. A cooperativa faliu⁷⁰, dois anos depois, e cada regional passou a comercializar, isoladamente, seus produtos.

⁶⁹ De acordo com o Atlas Fundiário do Rio de Janeiro da Secretaria de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (1991).

⁷⁰ Um dos fatores que causaram a falência da cooperativa foi a saída da ONG Italiana, como previsto, para os agricultores de Campo Alegre prosseguirem com o projeto. Com a saída da ONG e, consequentemente, recursos, os agricultores não conseguiram manter o projeto.

Atualmente, a produção das regionais é comercializada diretamente pelos agricultores nas Feiras das Roças dos municípios, nas feiras da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e, alguns agricultores vendem diretamente para estabelecimentos da região, como por exemplo, hortifrutis. Há ainda agricultores que repassam a produção para terceiros comercializarem nas feiras, uma vez que há dificuldades em executar as duas frentes de trabalho (produção e comercialização).

2.3. Da Ocupação da Fazenda Boa Vista ao Assentamento Municipal de Marapicu

A Fazenda Boa Vista fazia parte dos 3,5 mil hectares de terra delimitados pelo Decreto-lei do Governo Brizola (1983-1987) que desapropriou Campo Alegre como área de Utilidade Pública. O decreto foi assinado pelo mesmo em cima de uma batata doce que pesava sete quilos, fato descrito na reportagem do Jornal do Brasil:

Apoiado numa batata-doce de sete quilos oferecida pelo lavrador Brasilino José dos Santos e sob os aplausos de cerca de 300 pessoas, o Governador Leonel Brizola assinou ontem o decreto que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a Fazenda Campo Alegre, em Queimados, Nova Iguaçu. (JORNAL DO BRASIL, 21.06.84)



Figura 14: Jornal do Brasil, "Brizola atende invasor de terra em Queimados", 21.06.84. Fonte: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (CEDIM/UFRRJ)⁷¹

Na sétima e última ocupação de Campo Alegre, em março de 1985, cerca de cem famílias ocuparam a Fazenda Boa Vista, expandindo a área da ocupação de Campo

⁷¹ Disponível em <http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/447>

Alegre em aproximadamente 300 hectares. No entanto, como a área foi identificada como pertencente ao Governo Federal e ao Banco Nacional de Habitação, a ocupação na Fazenda Boa Vista não pode ficar sob o Decreto Estadual de desapropriação. Sendo assim, a área teve o seu processo de desapropriação distinta das áreas restantes do Mutirão Campo Alegre e foi mediada, no início, pela Comissão dos Trabalhadores/as.

Em 1986, após da criação da Associação dos Camponeses do Marapicu cujo primeiro Presidente eleito foi o Luis Fernando de Jesus, que anos mais tarde tornou-se agente da CPT, alguns ocupantes da regional foram até Brasília e abriram um processo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para desapropriação da Fazenda do BNH. E, enquanto o INCRA não respondia ao processo de Marapicu, a UAMCA negociava com o governo do Estado do Rio de Janeiro em prol da regional. Sendo assim, Marapicu, a partir do início da década de 1990, era atendido pelo Instituto de Terra e Cartografias do Rio de Janeiro através da extensão rural, mas a situação fundiária da área continuava inalterada. Com o tempo, a UAMCA perdeu destaque no processo de fragmentação e cada Associação passou a atuar de forma independente no seu território.

O BNH foi extinto em 1986 e a área da fazenda passou a pertencer a Caixa Econômica Federal. Em 1999, o ITERJ solicitou ao Governador do Estado Anthony Garotinho a negociação da terra com a Caixa Econômica Federal. E segundo o relato⁷² de um dos diretores da ACM, o governador negou a solicitação do ITERJ, argumentando que não iria retirar dinheiro do orçamento do Estado para comprar uma área que pertencia ao Governo Federal.

Em 2000, os agentes do INCRA foram a Marapicu para preparar um dossiê com fotos e informações da área e, em outubro de 2001, o Superintendente Regional do INCRA compareceu ao local para cadastrar 55 famílias. Essas famílias seriam assentadas e, assim receberiam o Título da Terra. Em abril de 2002, o INCRA comunicou o resultado do trabalho realizado meses anteriores e, concluiu que deveriam ser encaminhados os seguintes assuntos: a) consultar a Município de Nova Iguaçu sobre a condição da terra; b) pedir licença ambiental para a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas e; c) solicitar o Decreto da desapropriação para o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Contudo, em 2003 o INCRA constatou que a Prefeitura tinha

⁷² O relato ocorreu durante a construção de um relatório sobre o assentamento a pedido da Procuradoria Geral do Município que está anexado no processo 2019/030800. Enquanto Dona Maria analisava os documentos do assentamento eu transcrevia suas falas.

inscrito a Caixa Econômica Federal na Dívida Pública Ativa devido aos IPTUs que foram gerados a partir 1997, dado o Ordenamento Territorial do mesmo ano. O processo⁷³ da dívida ativa inviabilizou o processo de regularização fundiária iniciado no INCRA, em que o Governo Federal desapropriaria a área para fins de Reforma Agrária.

O ordenamento territorial proposto pela prefeitura, no Plano Diretor em 1997, negou as características rurais do município, transformando toda a cidade em perímetro urbano. Dessa forma, as áreas rurais de Nova Iguaçu foram extintas, juridicamente, e transformadas oficialmente em áreas residenciais:

Artigo 8º - O Perímetro Urbano compreende todo o território da Cidade de Nova Iguaçu, coincidindo os seus limites territoriais com os consignado no Decreto-lei nº 1.056, de 31 de dezembro de 1943, e nas Leis nº 1.773, de 21 de dezembro de 1990, nº 1.902, de 18 de dezembro de 1991 e nº 2.209, de 30 de dezembro de 1993.

No período entre 1997 e 2008, foram gerados IPTUs para a área rural a partir desse decreto. Essa ação criou uma dívida que resultou um processo de execução da prefeitura com a Caixa Econômica Federal, então dona das terras. Em 2003, a Associação dos Camponeses do Marapicu iniciou a negociação com a prefeitura de Nova Iguaçu e Caixa Econômica para a regularização fundiária da área rural e, somente em 10 de abril de 2008, como pagamento da dívida, a Prefeitura passou a ser dona das terras:

Destarte, por meio deste ato, a Caixa Econômica Federal transfere para o Município de Nova Iguaçu a propriedade sobre os imóveis que compõem a área conhecida como “Fazenda Marapicu”, inscritos no Cadastro Municipal sob os **números 671913-9, 690762-8, 683337-3**. (Trecho retirado do processo de Execução Fiscal 2003.038.018093-0, p. 21, 3º vara cível da comarca de Nova Iguaçu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)

Contudo, a Caixa Econômica Federal ao transferir as terras para o município solicitou a extinção da dívida de IPTU e impôs como condição a permanência das famílias ocupantes e a regularização fundiária da área rural, objetivando a função social da terra:

Assim, tendo em vista que é função constitucionalmente atribuída ao Município, art. 182 caput da CRFB/88, a execução da política de desenvolvimento urbano, como o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos seus habitantes, faz-se imperiosa uma solução para o impasse até então colocado. Neste sentido, a presente transação tem como fim último a regularização da situação fundiária das famílias que ocupam o imóvel em questão, o que será viabilizado a partir da transferência da propriedade do imóvel denominado Fazenda Marapicu da Caixa Econômica Federal para o município de Nova Iguaçu, com a consequente extinção do respectivo crédito tributário de IPTU. (Trecho retirado do processo de Execução Fiscal

⁷³ Número de processo 2003.038.018093-0.

A imposição da Caixa Econômica Federal à Prefeitura de Nova Iguaçu pode ser compreendida como resultado da articulação dos atores sociais que reunidos numa organização política e assessorados por organizações e instituições possibilitaram o reconhecimento da função social da área ocupada. A Comissão Pastoral da Terra e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro eram as principais organizações e/ou instituições presentes nesse processo e que assessoravam a Associação dos Camponeses do Marapicu. A articulação dos atores internos e externos de Marapicu também garantiu o reconhecimento dos atores sociais do território rural enquanto agricultores familiares como se observa no trecho abaixo retirado do processo:

Outrossim, não é demais salientar que tal regularização fundiária exercera importante função social, ambiental e econômica para a região Sudoeste do Município de Nova Iguaçu, já que trará segurança jurídica as famílias que possuem a ‘Fazenda Marapicu’, possibilitará o acesso destes agricultores a recursos dirigidos ao apoio à agricultura familiar, o que representará o desenvolvimento da produção agrícola da região, bem como garantirá que a área, situada entre os rios afluentes do Rio Guandu, permaneça explorada por atividades de baixo impacto ambiental. (Trecho retirado do processo de Execução Fiscal 2003.038.018093-0, p. 20, 3º vara cível da comarca de Nova Iguaçu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)

O processo salienta ainda a importância da permanência do grupo nessa região, pois fornecem alimentos saudáveis à população e promovem a preservação ambiental em torno da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu. Desse modo, a existência de um problema jurídico e econômico possibilitou que os assentados fossem beneficiados, e estes, ao mesmo tempo, souberam se articular para conquistar tal benefício.

Questiono, aqui, se foi a condição particular do território ser pertencente ao Governo Federal que permitiu que a ACM tivesse vitória na mobilização para o assentamento. Diante do ambiente de mobilização e articulação construído em Marapicu, suas reivindicações foram alcançadas. A mobilização e articulação são identificadas i) nas assembleias convocadas pela ACM para tratar pautas como o retorno das áreas rurais e o processo de regularização da área; ii) nas reuniões da ACM com agentes públicos com pautas reivindicatórias; iii) e nos atos e manifestações dos atores sociais do assentamento em espaços públicos (dentro da Câmara Municipal e no pátio da prefeitura⁷⁴).

⁷⁴ Vídeo retratando o ato da Associação dos Camponeses do Marapicu em frente a prefeitura de Nova Iguaçu no dia em que o Governo Municipal constituiu Marapicu em assentamento. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=TAdPUwp8Bfc>

As assembleias da Associação dos Camponeses do Marapicu registraram importantes momentos de discussões para o retorno das áreas rurais de Nova Iguaçu que foram extintas pelo poder municipal no Plano Diretor de 1997. Os membros da Associação participaram de todas as reuniões para discutir a revisão do Plano Diretor do município. Como resultado desse processo de reivindicação, o “Plano diretor de 2008 é elaborado com uma perspectiva de reconhecimento das zonas rurais dessa maneira levando a uma nova divisão do trabalho dentro do território entre as zonas urbanas e rurais”. (PACÍFICO et.al., 2009, p. 2) O retorno das áreas implicava positivamente no processo de constituição da área rural em assentamento. De fato, enquanto todo perímetro da cidade permanecesse urbano era inviável a reforma agrária no território rural.

No período da extinção das áreas rurais (1997-2008), houve intensa mobilização da Associação para o seu retorno. A extinção das áreas além de invisibilizar as famílias do campo inviabilizava, no caso de Marapicu, a constituição da área ocupada desde a década de 1980 em assentamento. Enquanto todo o perímetro da cidade permanecesse urbano, o processo de constituição do assentamento era impedido pela legislação. Dessa forma, os atores sociais da regional Marapicu iniciaram uma articulação a nível municipal para mobilizar as outras áreas rurais do município. A assentada Sabrina relata, durante a entrevista, como foi a articulação em Marapicu para envolver os atores sociais das outras rurais na discussão e formulação do novo Plano Diretor.

O prefeito decretou (assentamento) a primeira vez em 2006, aí não pode ser. Não foi possível. Teve que retornar porque tinha que ser todas as áreas de Nova Iguaçu. Não podia porque não tinha área rural. Aí fomos para o Plano Diretor. Ainda esperamos 2007, o Plano Diretor, o setor da agricultura... Aí a necessidade de Marapicu se tornou maior, se tornou uma questão municipal, porque no primeiro decreto, o prefeito decretou só Marapicu. Tiraram Marapicu da área urbana para fazer o assentamento rural. Quando o jurídico, mais uma vez “brecou” porque não podia, porque era área urbana. Aí começamos tudo de novo, reuniões, audiência pública, e corre para lá, corre para cá. E aí nessa época o pessoal de Tinguá e adjacência por aí, todos eles punidos com o IPTU, se juntou a gente, porque só podia ter assentamento se retornasse. Fernando Cid, Ferreirinha foram na lei e tiraram, foi o Plano Diretor de 2008. Nós participamos de todas as votações, de tudo quanto é reunião, primeiro nas URGs e depois até o último dia. (Sabrina, assentada, abril de 2019)

O processo jurídico de Marapicu dependia, portanto, do reconhecimento das áreas rurais. Muitos protestos foram realizados, principalmente, resultado da articulação da Associação presente em Marapicu. A foto abaixo foi registrada em um dos protestos para o retorno das áreas rurais do município, ocorrido na Praça Rui Barbosa, região

central de Nova Iguaçu e onde está localizado o *Calçadão de Nova Iguaçu*⁷⁵. Os agricultores com faixas levantadas afirmavam que Nova Iguaçu tem agricultura, que a Baixada Fluminense tem agricultura.



Figura 15: Protesto pelo reconhecimento das áreas rurais de Nova Iguaçu. Foto disponibilizada pela EMATER

As lideranças e agricultores de Marapicu atuaram na linha de frente desse protesto. No entanto, não se pode reduzir as ações de reivindicação à constituição do assentamento. De fato, os agricultores também reivindicavam serem reconhecidos enquanto classe trabalhadora das áreas rurais que possibilitavam alimentos para a população da cidade. Os agricultores buscavam políticas públicas no rural.

Nesse contexto de intensa mobilização dos atores do campo, o Plano Diretor de 2008 foi intitulado como Plano Diretor Participativo. Letícia Prudente (2017) observa que o retorno das áreas rurais teve seu marco em 2006 com a aprovação da Lei Complementar N° 016/2016 que reconhece tais áreas, modificando o que determina o Plano Diretor vigente de 1997. O instrumento jurídico permitiu a busca da população rural por incentivos voltados para as áreas rurais, antes negadas (PRUDENTE, 2017).

A aprovação do novo Plano Diretor em 2008⁷⁶ reiterou as modificações da Lei Complementar de N° 016/2006 e foi como afirma Letícia Prudente (2017, p. 148), “graças à participação da população rural nas plenárias de revisão do plano, sendo a participação dos assentados de Marapicu constante.” Um dos objetivos do Plano, com relação às áreas rurais, é o desenvolvimento rural de Nova Iguaçu, combinando

⁷⁵ Principal centro comercial da cidade de Nova Iguaçu.

⁷⁶ Lei N° 4.092/2011.

preservação ambiental com crescimento econômico, como analisa Leticia Prudente (2017, p. 149):

Nesse Plano, a ideia de rural está relacionada ao desenvolvimento de um “rural sustentável”, no qual há uma política de desenvolvimento associada à promoção de atividades rurais e à garantia das condições dignas de vida da população rural. Em seu artigo 14º, está estabelecido o objetivo de fomentar a agricultura familiar e as atividades agropecuárias, garantindo as condições básicas de habitação, infraestrutura, mobilidade e serviços sociais, assim como a promoção da regularização fundiária dos assentamentos. Dentre as ações da organização das atividades econômicas, o plano também prevê um sistema de crédito rural municipal, como parte de um programa (Programa Trabalhar em Nova Iguaçu) voltado ao desenvolvimento econômico sustentável.

A ideia de rural no Plano Diretor de 2008, como afirma a autora, está relacionada com o conceito de desenvolvimento sustentável. Para isso, o Plano prevê fomento às atividades agropecuárias garantindo a aplicação de políticas públicas nos territórios rurais.

Embora o mecanismo legal do município tenha realizado o reconhecimento das áreas rurais, a política de desenvolvimento rural ficou restrita a iniciativas pontuais do município, como a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. É importante ressaltar que o município de Nova Iguaçu não possui o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, o qual orienta às ações do município com relação ao desenvolvimento rural.

A proposta do CMDRS seria a de transformá-lo em espaço de discussão sobre as políticas públicas acerca das áreas rurais. A Lei Municipal N° 4.337 de 23 de dezembro de 2013 dispõe sobre a criação e estrutura do CMDRS, possibilitando o reconhecimento do rural no município e, assim, de todos os atores pertencentes a essa área. A Associação dos Camponeses do Marapicu que participou ativamente dessa reivindicação passou a ter um assento no CMDRS para representar o Assentamento. Foi através desse espaço de discussão⁷⁷ que a Associação recebeu a patrulha mecanizada⁷⁸ do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o assentamento.

Após a modificação no Plano Diretor e a pressão dos membros da Associação dos Camponeses do Marapicu, o prefeito de Nova Iguaçu Lindberg Farias (2005-2010), ainda em 2008, decidiu constituir o assentamento como municipal. Em 2010, a gestão⁷⁹

⁷⁷ Atualmente, eu faço parte da mesa diretora, na condição de secretária do CMDRS por ser representante da CPT.

⁷⁸ Maquinários utilizados na produção agrícola. Cada patrulha é composta por 1 trator, além de outros equipamentos como rotoencanteirador, pá, roçadeira, terraceador, ensiladeira, bateadeira, pulverizador, plantadeira e carreta.

⁷⁹ O prefeito Lindberg Farias deixa o cargo para concorrer as eleições para Senador.

CONSIDERANDO que se trata de Projeto de Assentamento Rural do Município de Nova Iguaçu, já criado através do Decreto nº 8.518/2009;

CONSIDERANDO o parecer conclusivo dos setores técnicos desta Superintendência, consubstanciado nas legislações e normas pertinentes à matéria, devidamente acostado no processo 54180.001212/2009-17; resolve:

Art. 1º Reconhecer o Projeto de Assentamento denominado MARAPICU, código SIPRA RJ0004243, criado pelo Município de Nova Iguaçu, com área de 318,1742 ha (trezentos e dezoito hectares, dezessete ares e quarenta e dois centi ares), visando atender 92 famílias de pequenos produtores rurais, administrado pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, situado no município de Nova Iguaçu.

Art. 2º Determinar que tal aprovação permita ao Projeto de Assentamento reconhecido participar do Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no Grupo A, obedecidas às normas desta Autarquia.

Nesse decreto é possível observar o reconhecimento do assentamento pela esfera Federal e isto possibilitava acesso a programas que visam o desenvolvimento rural no Brasil como o Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar. No entanto, mesmo sendo reconhecido e constituído assentamento de reforma agrária, o assentamento apresenta limitações para a sua continuidade. Serão discutidos, a seguir, os aspectos que tangenciam a problemática da questão agrária em diálogo com o caso Marapicu.

2.4. Implicações à continuidade da área de reforma agrária

A questão agrária no Brasil se refere à relação entre a estrutura fundiária (terra concentrada nas mãos de poucos), a realidade socioeconômica das famílias do campo e uma reforma capaz de desconcentrar a terra (MIRALHA, 2006). Atualmente, no debate da questão agrária há urgência em promover o desenvolvimento dos assentamentos já instalados que se encontram precarizados, com falta de estrutura impactando negativamente na produtividade do território. Muito mais do que alocar famílias num determinado território desapropriado, a reforma agrária tem como um dos objetivos a inclusão das famílias agricultoras no mercado para que possam comercializar seus produtos e, assim, gerar renda. Não só no que diz respeito à inclusão, mas também às condições que permitem as famílias agricultoras participarem do mercado. Para isso é necessário um conjunto de serviços públicos direcionados às famílias assentadas: água, energia, educação do campo e saúde. No entanto, há fragilidades na forma de como a reforma agrária é realizada e acompanhada, resultando no abandono das famílias, na venda dos lotes e na baixa produtividade dos assentamentos:

Criados para responder a pressões, marcados pela ausência de um planejamento prévio de localização e de mecanismos de apoio, dispersos

especialmente, muitos dos assentamentos enfrentarem e enfrentam situações bastante adversas no que refere às condições de sua instalação, com evidentes reflexos sobre as condições de produção, formas de sociabilidade e estabilidade. Em Sergipe, por exemplo, mais da metade dos assentamentos está localizada no semi-árido, o que evidentemente, traz problemas adicionais para sua reprodução. Em Mato Grosso, a marca é o isolamento, dificultando acesso a mercados e à infraestrutura urbana. (MEDEIROS; LEITE, 2009, p. 11)

É imprescindível afirmar aqui, que mesmo diante das mazelas postas, principalmente pelo Estado, há assentamentos sinônimos de desenvolvimento rural e que promovem a fixação do homem no campo. Assim afirma Leite (1997) ao analisar um estudo da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) sobre assentamentos rurais no Brasil:

A partir da análise de variáveis como geração de e distribuição de renda, capitalização, características do processo produtivo, comercialização da produção, etc., que os assentamentos revelaram-se eficazes promotores do desenvolvimento rural e de fixação do homem no campo. (LEITE, 1997, p. 165)

De fato, a reforma agrária é um instrumento de inclusão social, distribuição de renda o que possibilita melhores condições de vida para famílias tanto das áreas urbanas quanto das áreas rurais, as quais foram impostas a marginalização:

A reforma agrária hoje possui uma grande importância, principalmente no âmbito social. É unânime entre os estudiosos favoráveis à reforma agrária a sua importância social, como uma política de distribuição de renda e de inclusão social, “desafogando” pequenos arrendatários, parceiros, meeiros, e minifundiários e proporcionando a oportunidade de uma grande parte de pessoas que estão nas periferias das grandes cidades e excluídos do mercado de trabalho e que foram expulsas do espaço rural nas décadas de 1960/1970 migrando para as cidades, em decorrência da cruel modernização conservadora e da industrialização do país, voltarem para o campo, agora com as condições para produzir de maneira viável, resgatando assim sua dignidade. (MIRALHA, 2006, p. 164):

A realidade a qual Miralha (2006) pontua é identificada no território de Marapicu. O movimento, oriundo de Campo Alegre, objetivava alcançar melhores condições de vida através da reforma agrária. A reforma agrária foi alcançada, em parte, quando ocorreu a constituição da área em assentamento. Porém, não houve continuidades na política de reforma agrária.

De fato, não se pode negar as carências existentes nos assentamentos rurais do Brasil, principalmente, no território rural que está sendo pesquisado. A constituição em assentamento possibilita, na teoria, um conjunto de políticas definidas por lei que deveriam ser aplicadas no território para a promoção do seu desenvolvimento. No entanto, a observação participante permitiu-me identificar pontos frágeis na reprodução

do Assentamento Municipal Rural do Marapicu. Assim como, há entraves na promoção das práticas agrícolas, há processos que inviabilizam a permanência das famílias agricultoras. Tais processos são de cima para baixo, ou seja, são decisões ou não decisões do Executivo que implicam na questão agrária do assentamento.

A linha do tempo apresentada anteriormente retrata a trajetória de luta realizada pelos atores sociais do assentamento para reivindicar a desapropriação, posteriormente, a constituição do assentamento de reforma agrária e, atualmente, o desenvolvimento do território. No entanto, não houve a continuação da política de reforma agrária iniciada na constituição. O Plano de Desenvolvimento, a habitação rural, o acesso a crédito, entre outros, são ações que não foram formuladas e aplicadas no território rural.

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento deve ser elaborado logo após a constituição do assentamento. Nele devem estar previstas as ações que deverão ser realizadas no território constituído como assentamento, entre elas, a infraestrutura básica (estrada, iluminação...). No site⁸¹ do INCRA, está descrito na guia que trata sobre assentamentos que “após a instalação das famílias e de posse de um Plano de Desenvolvimento do Assentamento, o INCRA começa os investimentos em obras de infraestrutura dos assentamentos”. A elaboração do documento deve ser de forma participativa, ou seja, com entre as famílias assentadas. Até o presente momento, não houve a elaboração do PDA de Marapicu, responsabilidade do município, proprietário das terras.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003) prevê que a criação e o desenvolvimento de assentamentos passarão a se orientar por um projeto regional produtivo associado a um plano de desenvolvimento territorial, definido conjuntamente com os beneficiários e acompanhado pela assistência técnica. O Assentamento Municipal Rural do Marapicu foi criado em 2008 e até hoje não há o plano de desenvolvimento territorial do assentamento. O acesso à assistência técnica, por sua vez, é limitado, visto que é oferecida somente pelo órgão estadual, a EMATER. Durante o período da pesquisa de campo não identifiquei técnico da prefeitura fornecendo assistência técnica ao assentamento rural.

O Cadastro Ambiental Rural, registro público eletrônico das informações ambientais dos imóveis rurais, não foi realizado até o presente momento no assentamento. Por pertencer ao município, a inscrição do CAR deve ser realizado pelo

⁸¹ Site visitado em 03 de janeiro de 2019. Disponível em <http://www.incra.gov.br/assentamento>.

órgão fundiário municipal responsável. Um dos requisitos para ter acesso ao crédito rural – incentivo do setor público ao fortalecimento das atividades no campo – é possuir a inscrição do CAR. Para o agricultor solicitar algum tipo de crédito voltado para as atividades do campo, a instituição bancária solicita dentre os principais documentos, a inscrição do CAR. Nesse sentido, há mais um obstáculo colocado pelo município para a produtividade do assentamento. O acesso ao crédito permite que o assentado tenha possibilidades de comprar insumos e equipamentos para o fomento da sua atividade agrícola e, conseqüentemente, a geração de renda da sua família.

A ineficiência do Estado em atuar em Marapicu pode ser percebida desde o processo de titulação das terras até na falta de manutenção das estradas. Este último interfere na dinâmica econômica dos atores sociais que necessitam comercializar a sua produção. Não são poucas as vezes que o produtor carrega nos ombros a produção, pois não há possibilidade do caminhão da Feira da Roça de Nova Iguaçu⁸² chegar até o lote pelas estradas da área rural.

A proximidade do assentamento com a área urbana e com projetos de expansão urbana torna-se um determinante para a atuação do Estado. As pressões dos setores imobiliários interferem na agenda do município, uma vez que propicia ganhos aos cofres públicos. O Estado ineficiente intensifica o processo de descaracterização do território rural ao mesmo passo que há em curso o processo de especulação urbana e industrial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A violência gerada no tecido urbano também é uma realidade vivenciada pelos atores sociais do assentamento. As famílias, em virtude do avanço da violência na área rural, são levadas a alterar seus respectivos cotidianos e, em alguns casos, mudar-se para outra localidade.

Os enfrentamentos vivenciados dentro do assentamento serão discutidos no próximo capítulo, a partir da experiência e percepção dos atores sociais que se reproduzem socialmente no território rural. Os enfrentamentos diários estão diretamente relacionados ao grau de atuação do poder público no território rural com atividades agropecuárias. Afirmando isto, farei, portanto, uma análise sobre a aplicação ou não de políticas públicas no território de reforma agrária administrada pelo Governo Municipal (Nova Iguaçu).

⁸² A instituição será apresentada no quarto capítulo.

CAPÍTULO 3 - A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO EM MARAPICU FACE A FRONTEIRA TÊNUE ENTRE RURAL E URBANO

Para compreender os processos sociopolíticos existentes no Assentamento Rural Municipal de Marapicu, julguei necessário fazer até aqui uma linha do tempo, observando os processos de uso e ocupação do solo da Baixada Fluminense ao longo dos últimos séculos. Os fatos discutidos anteriormente destoaram do projeto desenhado pelo poder público – nas esferas federais, estaduais e municipais – para a ocupação da Baixada Fluminense e, assim, muitos foram os conflitos fundiários observados nessa região. Marapicu nasce desses conflitos na década de 1980 e resisti até hoje como uma área rural de reforma agrária, função social dada a esta terra.

Nessa direção, neste capítulo discutirei sobre o território rural Assentamento Municipal Rural do Marapicu a partir de seus atores sociais de suas formas de reprodução e, da produção agropecuária bem como das dificuldades em realizá-la. A discussão proposta tem como objetivo a problematização da atuação do poder público no território na promoção e execução de políticas públicas, dada a fronteira tênue entre rural e urbano existente no território em questão. No entanto, a aplicação de políticas públicas está diretamente relacionada à noção de rural concebida pelos atores governamentais e institucionais (IBGE). O rural é somente agrícola? Quais os limites dessa concepção para atender as necessidades da população? A aplicação de políticas agrárias resolveria os problemas encontrados em Marapicu? Dessa forma, descrevo a existência ou não de políticas públicas e suas implicações no território rural, uma vez que Marapicu obtém o título de assentamento de reforma agrária. Contudo, é importante ressaltar que mesmo antes da constituição do assentamento municipal (2009) o território rural já possuía função social ao ser um lugar de produção agropecuária para as famílias do movimento de ocupação iniciado em 1985. E como contribuição para o capítulo farei ainda uma discussão teórica acerca do conceito “políticas públicas” no contexto agrário relacionado-a com o caso de Marapicu.

A descrição da produção agropecuária de Marapicu é realizada a partir do trabalho de campo que contou com a observação participante e com a realização de entrevistas semi-estruturadas. Não pretendo quantificar e/ou qualificar o que é produzido na área rural e, sim fazer relação com as famílias que desenvolvem a atividade de produção (plantação e/ou criação de animais). Assim, analiso os aspectos sociais e políticos presentes nessas atividades. Os atores sociais que têm alguma ligação

interna e/ou externa com o Assentamento Municipal Rural do Marapicu serão apresentados nesse capítulo. Dessa forma, a ligação de cada ator social com o território é organizada em quatro categorias: a) moradores – aqueles que moram e/ou produzem no assentamento; b) produtores – aqueles que algum dia morou no assentamento e por algum motivo residem em outra localidade, mas continuam tendo relações com o assentamento a partir da atividade agropecuária e sem utilização de mão de obra de terceiros; e c) patrões – aqueles não moram no assentamento e, assim, mantêm empregado para cuidar da produção e/ou aqueles que arrendam o lote para terceiros desenvolverem atividades agropecuárias. Há também, d) boiadeiros que são pessoas de fora do assentamento que possuem criação de gado e, por isso, desempenham algum tipo de poder dentro e fora do território. Esta última categoria será problematizada posteriormente.

O que os atores sociais produzem hoje é diferente em quantidade do que se produziam décadas anteriores, no início da ocupação. A partir de 1986 quando as associações já estavam organizadas, Campo Alegre tornou-se uma importante área de produção agrícola que abastecia o CEASA/RJ. As toneladas de abóbora produzidas no assentamento de Marapicu eram levadas pela Cooperativa Agrícola Mista da União das Associações do Mutirão de Campo Alegre para serem comercializadas na Pedra (local dentro do CEASA onde os produtos eram vendidos).

Atualmente, em minhas visitas aos sítios, pude observar a dinâmica agropecuária presente em Marapicu. De 2017 para cá mudanças aconteceram, como a volta de alguns assentados, a saída de outros, o falecimento de moradores, a mudança da produção agropecuária de alguns sítios e, a entrada de novas famílias para serem assentadas. Como agente da CPT e pesquisadora, presenciei, nas reuniões, relatos dos participantes, das suas respectivas plantações e das dificuldades de ser pequeno agricultor. Em todas as reuniões da Associação dos Camponeses do Marapicu, como de costume, comemos do aipim cozido produzido no assentamento, e também bebemos da cana moída ou do jenipapo beneficiado para fazer o suco da confraternização. Dessa forma, mesmo diante das dificuldades em produzir enfrentadas pelas famílias do assentamento, a partilha dos alimentos nas reuniões da Associação é preservada no assentamento.

3.1. Situando o Assentamento Municipal Rural do Marapicu

O assentamento faz parte do Ipiranga, um dois bairros que compõem a Unidade Regional de Governo IV de Nova Iguaçu. Esta região é atravessada pela rodovia RJ-105, que liga a Zona Oeste do Rio de Janeiro ao centro de Nova Iguaçu. Na última década, as construções verticais pertencentes aos programas habitacionais e presentes ao longo da rodovia resultaram no aumento do número de habitantes da URG. Esse processo responde ao crescimento populacional da região metropolitana do Rio de Janeiro que aumentou a uma taxa média anual de 0,86%, entre 2000 e 2010.

Nos anos 2000, a Unidade Regional do Governo passa a ser palco do processo de expansão urbana da cidade de Nova Iguaçu com a instalação de empreendimentos imobiliários que resultou no adensamento da população. Vale ressaltar que antes da ocupação já existia na região o Bairro Aliança, área urbana vizinha, construída no início dos anos 1980 pela COHAB. Esse empreendimento sem estrutura básica urbana⁸³, segundo descreve Victor Tinoco (2013), foi ocupado pela população que morava nas redondezas (TINOCO, 2013). O contexto atual da região, por sua vez, é marcado pela progressiva instalação de empreendimentos imobiliários.

O assentamento está localizado na área rural Mutirão Marapicu (uma das dez áreas rurais do município⁸⁴) e também no bairro Ipiranga. A entrada principal do assentamento está ao leste, final da Rua Fortunato localizada no loteamento urbano Bairro Aliança (Figura 18). Na direção nordeste está o rio Cabuçu e, ao Sul, o rio Ipiranga. Há sítios em torno do assentamento, alguns fazem parte da Regional Mato Grosso e outros existem antes da ocupação de Marapicu. São sítios de lazer, como também de produção agropecuária.

⁸³ O esgoto, por exemplo, é despejado diretamente nos rios Cabuçu e Ipiranga.

⁸⁴ Segundo o Plano Diretor de 2008, em Nova Iguaçu há dez áreas rurais delimitadas, são elas: Prados Verdes, Marapicu, Campo Alegre, Tinguazinho, Jaceruba, Montevideu, Tinguá, São Bernadino, Rio D'Ouro e Adrianópolis.

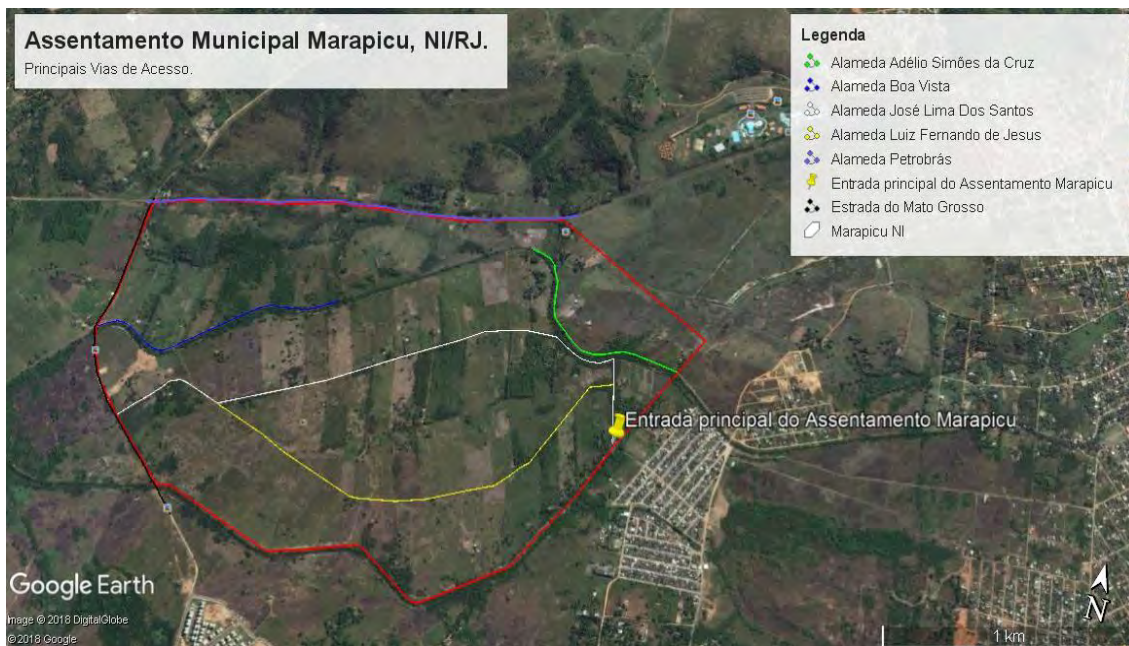


Figura 17: Alamedas do assentamento. Foto disponibilizada pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo de Nova Iguaçu

A “Cidade Paradiso”, empreendimento parcialmente construído no final da década de 2000, faz limite com o território rural. A Alameda Petrobras é a fronteira entre Marapicu e o Paradiso. O empreendimento é composto por um clube de lazer com piscinas (como observado no canto direito acima da Figura 18) e por um conjunto habitacional. Parte da área que ainda não foi construída, é alugada para boiadeiros colocar o gado.

Marapicu possui cinco alamedas (estradas de terras), são elas: Luis Fernando de Jesus (nome de uma liderança do assentamento), José Lima dos Santos, Petrobras, Adélio Simões Cruz e Boa Vista. Só é possível visualizar no GPS uma das cinco alamedas do assentamento, a Boa Vista, e a Estrada Mato Grosso. A Estrada Mato Grosso liga Marapicu a Campo Alegre, mas também Marapicu, a sudoeste, ao recente conjunto habitacional. De dentro do assentamento é possível avistar o conjunto habitacional construído na década de 2010:



Figura 18: Relação da área rural com a área de expansão urbana. Novembro 2019

O assentamento está localizado na Macro-Zona de Uso Sustentável do município de Nova Iguaçu, segundo o plano Diretor de 2008. No entanto, Marapicu faz limites com a Macro-Zona de Expansão Urbana como também da Macro-Zona da Urbanização Precária, como apresenta o mapa abaixo:

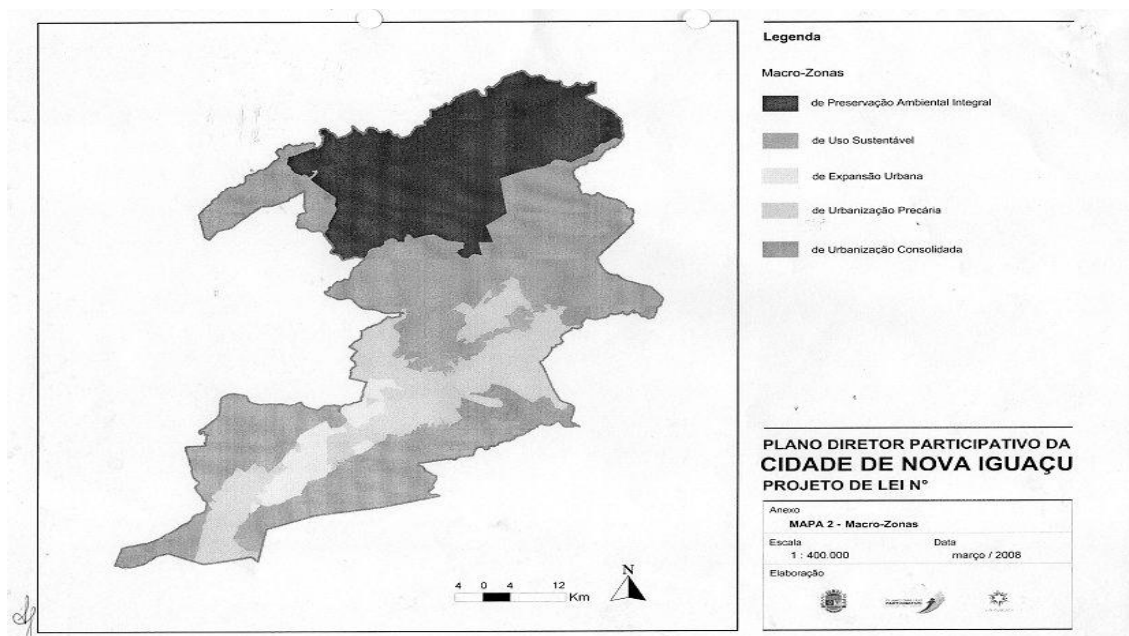


Figura 19: Macro-Zonas de Nova Iguaçu. Plano Diretor de 2008

No que diz respeito aos aspectos físico-naturais de Marapicu, o território faz parte da área da Bacia do Rio Guandu. Há duas Áreas de Preservação Ambiental que se relacionam com o assentamento: a APA Gericinó-Medanha (Estadual) e APA Guandu-Açu (Municipal). Como observa Letícia Prudente (2017, p 126), “parte do Maciço

Gericinó-Medanha pertence à URG Cabuçu, região caracterizada por áreas baixas e inundáveis, cujo sistema hídrico integra a Bacia Hidrográfica do Rio Guandu.” A APA Municipal, por sua vez, recebe a junção dos dois rios de Marapicu, Ipiranga e Cabuçu, que no continuar do percurso deságua na Bacia do Rio Guandu.

Por fazer parte da Microbacia dos rios Ipiranga-Cabuçu, os lagos encontrados em Marapicu foram construídos a partir da implantação do programa Federal de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas, o Rio Rural. O programa foi executado em Marapicu pelo Governo do Estado (EMATER-Rio) em parceria com a Prefeitura de Nova Iguaçu. Foram construídos cerca de quarenta lagos durante o período de implantação do projeto (1993-1997). Já nos anos 2000, o Governo do Estado por meio do ITERJ fez a manutenção dos lagos de Marapicu. Há somente um lago construído pela prefeitura. (ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES DE MARAPICU, 2019).

Duas empresas utilizam a área do assentamento através de regime de concessão, são elas: Light e Petrobras. A Petrobras mantém dutos de óleo e gás subterrâneos enterrados embaixo da Alameda Petrobras. A Light é uma empresa privada que oferece energia elétrica em parte do estado do Rio de Janeiro, como é o caso da Baixada Fluminense. Linhas de alta tensão (Figura 20) do Grupo Light passam por dentro da área do assentamento e também de Campo Alegre. As áreas abaixo ou próximas às linhas de alta tensão são restritas⁸⁵ à produção agropecuária como também para construção de residência (PRUDENTE, 2017). É importante pontuar que o funcionamento das empresas no território iguaçuano garante ao município o pagamento de *royalties*, isto é, o Governo Municipal arrecada com as empresas localizadas no assentamento.

Com relação ao fornecimento de energia, apesar de haver linhas de alta tensão da empresa Light, fornecedora de energia elétrica, não é todos os lotes que possuem energia elétrica, “pois há apenas um ponto de luz no início do Assentamento, deixando com que a distribuição interna seja limitada” (PRUDENTE, 2017, p. 164). Como será melhor discutido a frente, em alguns casos, os moradores e/ou produtores pedem energia emprestada ao vizinho. Há postes antigos colocados em pontos específicos do assentamento, mas não há manutenção dos mesmos e, por ser só um ponto de luz a energia fornecida não é suficiente para utilização de maquinários agrícolas.

⁸⁵ Medidas de segurança.

Sobre o acesso a água potável, não há abastecimento de água através da rede regular e as principais formas de tratamento de esgoto é a utilização de sumidouro.

Em quase todos os lotes há construções de casas ou parte delas. Em sua maioria, são precárias e com poucos cômodos. A precariedade pode ser percebida nas janelas sem vidro, nas paredes sem emboço, na ausência do piso, na falta de caixa d'água, entre outros aspectos. Algumas casas, mesmo sendo habitadas, estão com suas estruturas comprometidas devido à falta de manutenção. Muitas casas foram abandonadas durante os momentos de conflitos vivenciados dentro do assentamento, como a violência sofrida pelo casal Manoel e Benedita no final da década de 2000. O episódio de violência foi resultado do assalto ao sítio. A família foi espancada e, assim, nunca mais retornou ao assentamento. Tais conflitos podem ser explicados pelo aumento da violência no território no início da década de 2000⁸⁶.

Dos lotes visitados para esta pesquisa, identifiquei produção agropecuária em todos eles. Os principais alimentos identificados dentro da área rural foram: aipim, quiabo e cana. A produção de frutas também tem papel importante, como por exemplo, coco verde, manga, banana, acerola, jaca e jabuticaba. A criação bovina, suína, avícola e caprina é também é uma atividade presente no assentamento. Há ainda lagos, como o do assentado Joaquim, para a produção de peixes.

Quanto à estrutura dos lotes, há diferenças entre os sítios das famílias que continuam a residir (moradores) e os das famílias que foram morar nos bairros vizinhos (produtores). As famílias produtoras passam o dia trabalhando na terra e retornam a casa da área urbana para dormir. A diferença entre os lotes dos moradores e produtores, mesmo diante da realidade de precariedade, se refere à diversidade da produção e aparência dos lotes e da casa. As famílias que moram no assentamento têm a possibilidade de acompanhar todo o processo do cultivo, de cuidar da limpeza do sítio e, agir durante a ocorrência de algum imprevisto, como uma queimada, por exemplo. O fato de estar no sítio possibilita estar atento a qualquer ocorrência. A partir da fala da assentada Márcia é possível observamos essa diferença:

Os cabritos não roubam não. A gente fica de olho, né, vigiando. Gente passa na rua e ver os bichinhos pequenininhos, fazer assim (faz gesto com as mãos) eles vêm. Ficar de olhos que eles pegam, colocam no carro e chega lá dá mamadeira, cria. Cabrito e criar boi e só... e criar galinha. Plantação não tem como fazer porque o pessoal vem e rouba. Meu esposo plantou uns milhos

⁸⁶ Algumas justificativas são dadas em virtude do aumento da violência. Em uma reunião da diretoria da associação, registrei o momento em que uma das pessoas presentes lembrou a mudança na gestão da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Tal fato, segundo o relato, resultou no aumento da violência na Baixada Fluminense. O assunto não foi aprofundado devido ao objetivo da reunião.

ali, mas foi só para a gente comer mesmo. (Márcia, assentada, agosto de 2019)

Os produtores, por sua vez, possuem limitações na rotina de trabalho do sítio, como diz a assentada Luana:

A gente para poder cultivar mais, melhor se tiver perto, agora longe... aí quando está chovendo muito não dá para vim por causa da lama, da rua... porque é longe também o local que a gente fica. Se tiver perto, você está todo dia olhando aquela planta ali, molhando, ou vendo como que está a planta, mas longe é meio complicado. (Luana, assentada, Outubro de 2019)

A relação diária com o sítio não é a mesma para quem mora fora de Marapicu, pois em dias chuvosos, por exemplo, torna-se inviável dirigir-se até o sítio para trabalhar/cuidar. A condição de não morar no assentamento implica no desenvolvimento do sítio.

Além da diferença na produção, observam-se variações quanto à estrutura das casas de Marapicu. Na casa do morador há benfeitorias, apesar de precárias (telhado, portas, móveis, galpão dos equipamentos...). A casa do produtor, por morar fora, encontra-se sem condições de moradia (telhado quebrado, janelas e portas quebradas...) onde só é possível guardar equipamentos (quando não há furtos). Alguns produtores, em dias de trabalho, arriscam-se em dormir no lote para não perder tempo ao voltar no dia seguinte para trabalhar. Para tanto, é importante ressaltar que os patrões mesmo não morando no assentamento possibilitam melhores benfeitorias no sítio comparado às outras realidades presentes em Marapicu. Isso é possível em razão do poder aquisitivo dessa categoria, pois além de possuir considerável infraestrutura, consegue contratar empregados.

Na Alameda José Lima dos Santos, há um lote que foi destinado para uso coletivo. Nesse espaço se encontra a sede da Associação dos Camponeses do Marapicu. O lote coletivo, no entanto, não está sendo utilizado pela organização devido a eventos de ataques e à violência – há relatos⁸⁷ em que pude identificar que foram provocados por pessoas de fora, mas que tinham relação com o assentamento – que serão aprofundados no quarto capítulo. Sendo assim, a assembleia da Associação ocorre em um dos sítios que fica na entrada do assentamento.

No que se refere aos serviços públicos, dentro do assentamento não há escola, nem posto de saúde. As famílias do assentamento somente tem acesso a esses serviços

⁸⁷ Assunto identificado como delicado. Alguns entrevistados não quiseram continuar com o assunto, nem mesmo em conversas informais.

quando concorre, às vagas com a população urbana. Quanto ao transporte público, as famílias do assentamento devem se dirigir até as áreas urbanas vizinhas: o Conjunto Habitacional Bairro Aliança e Conjunto da Marinha. Os filhos da Márcia, por exemplo, devem andar de 20 a 30 minutos para ir à escola na área urbana e o mesmo tempo até ao ponto do ônibus para ter possibilidade de fazer o curso no Centro de Nova Iguaçu. Não há serviço de entrega de correspondência dentro do assentamento, como os Correios, e assim, as correspondências dos lotes são entregues na casa localizada na área urbana vizinha, onde reside uma das lideranças da Associação.

O perfil das famílias do assentamento não é mais aquele de trinta anos atrás e poucos são os sucessores dos primeiros ocupantes que permaneceram no território. Além da diferença entre os lotes de moradores e produtores, existe também uma heterogeneidade referente à ocupação dos sítios explicada pela comercialização ilegal dos lotes do assentamento. O processo de compra e venda dos lotes resulta na entrada de famílias que, em muitos casos, não possuem perfil de reforma agrária, como prevê a Lei⁸⁸ de Reforma Agrária.

A área da Fazenda ocupada foi dividida pelas lideranças da ocupação em 92 lotes de três hectares cada. Em 2009, o INCRA cadastrou as famílias do assentamento no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Em abril de 2010, o INCRA publicou o nome das 76 famílias assentadas sob o número do Projeto de Assentamento Municipal – PAM RJ0004243. No entanto, a Prefeitura de Nova Iguaçu, em 2012, emitiu e entregou somente 42⁸⁹ Títulos de Concessão Real de Uso de Solo às famílias cadastradas no SIPRA. Os lotes são de três hectares, mas há famílias que possuem até três lotes de três hectares cada, somando uma área de quase 10 hectares.

Na pesquisa de campo, entre os meses de julho e fevereiro de 2020, realizei 24 entrevistas, das quais 20 foram produzidas com as famílias do assentamento e quatro

⁸⁸ O Artigo 20 da Lei 8.629 delimita o perfil de quem **não** pode ser considerado beneficiário dos projetos de assentamento:

- I - for ocupante de cargo, emprego ou função pública remunerada;
- II - tiver sido excluído ou se afastado do programa de reforma agrária, de regularização fundiária ou de crédito fundiário sem consentimento de seu órgão executor;
- III - for proprietário rural, exceto o desapropriado do imóvel e o agricultor cuja propriedade seja insuficiente para o sustento próprio e o de sua família;
- IV - for proprietário, cotista ou acionista de sociedade empresária em atividade;
- V - for menor de dezoito anos não emancipado na forma da lei civil; ou
- VI - auferir renda familiar proveniente de atividade não agrária superior a três salários mínimos mensais, ou superior a um salário mínimo per capita.

⁸⁹ Segundo o assessor técnico Rafael, a entrega dos títulos foi realizada próxima ao período eleitoral. O prefeito da época tinha urgência em titular as famílias e garantir votos para a eleição que se aproximava. Dessa forma, algumas famílias não conseguiram entregar os documentos a tempo, como também, alguns documentos não foram aceitos.

com gestores públicos e/ou representantes de instituições. Das 20 pessoas entrevistadas, uma adquiriu o lote depois da titulação, ou seja, realizou uma compra ilegal, uma vez que essa negociação é proibida em áreas de assentamento; um é o sucessor de seus pais e, assim voltou para continuar o trabalho da sua família; duas pessoas estão idosas e os sucessores estão sem “vontade” de assumir o lote; uma está sem condições de voltar para o lote devido a sua saúde; **oito** moram dentro do assentamento; e **onze** moram fora do assentamento. Das **onze** que moram fora, **nove** retornam todas as manhãs ou três vezes durante a semana para a lida na terra, pois possuem produção agropecuária; e **duas** estão idosas e com dificuldades de locomoção. Mesmo não realizando entrevistas com outros atores sociais, pude ter o contato com eles nas reuniões e ações realizados no assentamento.

3.2. Problemáticas identificadas em Marapicu

Pontuei os aspectos políticos, sociais e físicos do território como também a infraestrutura presente no Assentamento Municipal Rural do Marapicu. Nessa seção farei apontamentos sobre a rede de relações sociais e questões estruturais presentes no assentamento e as problemáticas ocasionadas pela ausência do Estado no que tange a aplicação e/ou manutenção de políticas públicas.

3.2.1. Água, energia e estrada: reivindicações diárias do assentamento

No dia a dia do assentamento há problemas estruturais que dificultam o cotidiano dos atores sociais e limitam a produção agropecuária de Marapicu. Alguns problemas foram discutidos nas entrevistas realizadas, outros, enquanto agente da CPT, moradora vizinha e pesquisadora vivenciei e pude observar, como por exemplo, a infraestrutura de transporte no assentamento. Ao me deslocar de carro no assentamento para realizar uma entrevista, tive o carro suspenso em uma das ruas de Marapicu devido uma tentativa mal sucedida de ré, já que eu não poderia mais seguir em frente para manobrar. A rua em questão beira o Rio Ipiranga e não há nenhum recuo ou instrumento de sinalização com relação à proximidade do rio. Quando subi a rua para entrar em um dos sítios, vi que não poderia continuar em diante, já que não haveria possibilidade de manobrar. Além de ser um pequeno trajeto de subida, havia pontos de erosão na rampa. Quando iniciei a descida de ré, o pneu traseiro do lado direito caiu em um dos pontos de erosão, fazendo com o automóvel subisse na encosta. Ao meu lado,

nesse momento, estava uma das lideranças do assentamento, que me auxiliou no pedido de ajuda. Liguei para as pessoas conhecidas do assentamento para que pudessem ajudar com o carro. Algumas pessoas, depois da ligação, foram ao meu encontro, mas dois homens (um do assentamento, outro da Linha Velha⁹⁰) apareceram e ajudaram na empreitada. Depois da resolução do ocorrido, a liderança lembrou episódios, como esses, vividos por gestores públicos e pesquisadores que andavam pelo assentamento. O fato ocorreu quando estávamos nos dirigindo até o sítio do seu Tadeu para entrevistá-lo. O sítio é um dos lotes produtivos do assentamento, e está localizado às margens do Rio Ipiranga – também poluído.

Esse trajeto é desenhado por altos e baixos devido às características de relevo do assentamento e à falta de manutenção das estradas de terra. O morador do lote relatou as mesmas dificuldades que eu vivenciei ao percorrer a rua que chega até lá: *“Aqui tem dificuldades nas saídas. Escoar até que não é muito ruim não. As estradas, né, assim, entendeu. A gente quer uma estradazinha melhor. Conservada, sem buraco para a gente ter acesso, mais rápido.”* O lote do assentado fica próximo a entrada do assentamento pelo Bairro Aliança, o que facilita a entrada e saída da sua mercadoria. A produção de quiabo, banana e aipim é o único sustento da família do seu Tadeu, que é assentado há 27 anos. Há também um pomar com diversas árvores frutíferas, laranja, tangerina e acerola (Figura 21) que são comercializadas pelo bairro e para alguns fornecedores.



Figura 20: Sítio localizado à margem do Rio Ipiranga. Foto tirada em outubro de 2019

⁹⁰ Área delimitada como urbana, localizada às margens do rio Ipiranga.

No entanto, para os moradores dos lotes situados na outra ponta, à noroeste do assentamento, a experiência é outra, *“Chegou uma época poucos dias atrás, poucos meses atrás, conforme você ficou sabendo, nós ficamos intransitáveis aqui. Nós não tínhamos estrada para entrar nem a pé, de carro não, nem a pé.”* As vias do assentamento não são pavimentadas. Devido à falta de manutenção e às condições do relevo do assentamento, moradores e sitiantes ficam dias sem transitar pelas estradas vicinais. Em 1997, a prefeitura realizou obras para compactação do solo, abrindo algumas vias do assentamento. Segundo Victor Tinoco (2013, p. 69), *“Estas (vias) ainda existem, mas encontram-se em estado precário e sempre em péssimas condições em dias de chuva.”* Desde então, não houve ação do poder público no que se refere a manutenção das estradas vicinais do assentamento.

As estradas além de não serem pavimentadas, não são visíveis pelo GPS. Ao localizar o assentamento no Google Maps, a única Alameda identificada corretamente no território é a Alameda Boa Vista. A Alameda Petrobras está identificada como Rua Guarani e a Alameda José Lima dos Santos com Rua Dr. Delmiro. As Alamedas Adélio Simões Cruz e Luiz Fernando de Jesus não tem seus trajetos delimitados no mapa. Para a assentada Catarina é como se eles não existissem:

Se você pegar o GPS e você acessar a nossa localidade, você acha a nossa rua Alameda Jose Lima dos Santos? Você não acha. Você acha rua Fortunato, rua Dr Delmiro ... aí você acha Estrada Mato Grosso. Ai eu volto com você lá no título, nós temos uma identidade, mas nós não existimos. Nós não estamos no mapa e devia estar. A Associação tem todas essas papeladas, mas na realidade, nós não existimos. Aí falta o que? A prefeitura fazer real a nossa situação. (Camila, assentada, novembro de 2019)

O fato de não visualizar corretamente as vias do local provoca na assentada o sentimento de não reconhecimento, pois é como se a via onde ela reside não existisse, ou seja, é como se o território não existisse. Como chegar num território sem a sinalização correta das vias no mapa? Como solicitar um serviço público como a limpeza do rio ou a manutenção da via, se o trajeto da alameda não se encontra delimitado no mapa? Além das dificuldades de transitar pelas vias da área rural, há a dificuldade de encontrá-las no mapa. Para amenizar os danos do abandono público, as famílias se organizam para fazer a manutenção das vias com recurso próprio, pois caso contrário, não poderiam escoar a produção e muito menos transitar.

Os problemas relacionados à estrada associam-se também as dificuldades da falta de acesso à água. No sítio da Márcia, por exemplo, mesmo diante dificuldade de transitar pela estrada, observa-se a produção de cabritos e bois para a fabricação de soro

e queijo. A produção do sítio é destinada a uma pizzaria localizada na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro.



Figura 21: Sítio com produção de boi e cabritos para a produção de leite, soro e queijo. Foto tirada em setembro de 2019

A venda do soro e queijo é a única fonte de renda de uma família composta de quatro membros, dois deles ainda estudam em escola pública – o mais velho no ensino médio. A realidade enfrentada por essa família é explícita na fala a seguir:

Esse negócio de água, que não tem água. Tem poço, mas o poço dá pouca água, na época da seca fica sem água. Aí fica difícil. Tem época que tira (uma renda boa) quando o bezerro, a vaca tá produzindo bastante leite. Só que esse mês agora ele está tirando pouco. Tá comprando (leite) até fora para ajudar o cara (pizzaria). Ganha R\$0,10 em cada litro de leite para ajudar o cara. A gente pega leite fora porque tá sem leite, ganha R\$0,10 para ajudar. O cara (pizzaria) paga R\$1,50 para cada litro e a gente compra do cara a R\$1,40. A gente estava ganhando R\$0,20, mas o cara cismou aumentar para R\$1,40. Mas o cara (pizzaria) dá o gás para esquentar o leite. Tem quase 8 anos que a gente vende para ele. Melhor que vender na rua, gente caloteira que nem paga. Pelo menos é o pouquinho que a gente vende para ele, é uma coisa certa toda semana. Aí leva o queijo, o soro. (Luana, assentada, agosto de 2019)

A falta d'água traz consequências negativas ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e no bem estar das famílias. Desse modo, a falta d'água, ou melhor, a falta de água potável no território é um dos problemas estruturais enfrentados pelas famílias do território. Água tem nos rios – e já foi muito usado pelos moradores no passado –, mas devido à poluição não é própria para a irrigação da lavoura tampouco para o consumo das famílias.

A família da Luana é produtora no assentamento desde a década de 1990, mas não reside no local devido ao episódio de violência, citado anteriormente, com o casal Manoel e Benedita, vizinhos de sítio. Luana e seu esposo têm um sítio e, um dos filhos tem outro. Eles produzem juntos nos dois sítios, mas é o pai que trabalha mais, pois o filho possui emprego formal na área urbana. A família produz aipim, cana e capim. O capim é vendido para criadores de gado. Luana e seu esposo estão quase todos os dias no assentamento, nessa direção, ela relata sua relação com o sítio e a falta d'água:

Eu gosto de vim para cá, hoje eu não passei por lá não, mas amanhã mesmo ele falou, “vamos lá no sítio amanhã que eu vou querer que você faça uma limpeza”. Eu venho e limpo o barraquinho. A gente fica mais no (sítio) de cá, o de lá não. Ali tem água clarinha. Do Jonas (filho) tem água, as vezes até a boca no poço, limpinha água. Aí dá para a gente se levar quando está calor, não beber. Beber a gente traz de casa. Bota na garrafa lá. Beber não bebo dali não. Luz também não tem ali não, mas tem o poste ali, mas luz não tem não. (Luana, assentada, outubro de 2019)

Para amenizar a falta d'água algumas soluções são dadas pelos próprios atores sociais tanto no que diz respeito ao consumo próprio quanto à produção: para quem não mora no assentamento a solução é trazer água de fora para beber durante a lida; já quem mora dentro do assentamento precisa fazer “ligação clandestina” da rede regular pertencente ao conjunto habitacional que está a menos de 10 metros de distância do assentamento. Canos de água cortam o assentamento para que seja possível captar a água da tubulação da área urbana e levar até os sítios dos moradores. A captação de água através de poços semi artesianos⁹¹, mas que em períodos de pouca chuva, secam, também é uma das estratégias das famílias, porém é limitada em períodos de secas.

A assentada, na sua fala, além da falta d'água retrata outro problema: a da energia. O fornecimento de energia elétrica no assentamento é caracterizado pela falta de manutenção da rede e de melhorias no seu fornecimento. Por ser uma área rural de produção agropecuária há a necessidade de utilizar equipamentos que necessitam maior potência elétrica. O fornecimento de energia elétrica é, portanto, precário. Além do fato de que nem todos os lotes possuem energia elétrica, a potência fornecida aos que possuem é insuficiente. Em muitos lotes visitados, os moradores mostraram a conta de luz paga por eles e o valor da conta era maior do que o correspondente ao serviço fornecido. O produtor João relata a “via crucis” vivida por ele para solicitar um poste para a empresa Light, que como foi dito, utiliza a área do assentamento para passar as torres de alta tensão:

⁹¹ Segundo a Associação dos Camponeses de Marapicu, devido às especificidades do solo de Marapicu, a melhor solução seria a construção de poços artesianos os quais são mais profundos.

Eu lutei para conseguir uma luz que tem ali. Felizmente está dando para mim resolver, mas teria que ser melhor. (...) Eu consegui não. Eu coloquei e eu briguei para poder conseguir. Tive que entrar com uma ação contra a Light para poder resolver isso (João, comprador recente de sítio no assentamento, novembro de 2019).

Os *royalties* provenientes das linhas de alta tensão da Light, até o momento, não possibilitou que recursos fossem destinados ao assentamento. Pelo contrário, os atores sociais recebem o ônus dado à presença da Light no território: além dos moradores serem proibidos⁹² de utilizarem as áreas abaixo ou próximas às linhas, há também déficit no fornecimento de energia elétrica dentro do assentamento.

As (a) estradas ruins, a (b) falta de água potável e a (c) precariedade no fornecimento de energia elétrica somam-se como os principais problemas estruturais de Marapicu. Esses problemas não impactam só a vida das famílias, mas principalmente o trabalho no assentamento. Apesar de ser um assentamento de reforma agrária, que requer famílias de reforma agrária, o governo não oferece condições básicas para a realização das práticas agropecuárias. E isto não é tudo, continuo a seguir as problematizações que atingem diretamente o cotidiano das famílias do assentamento.

3.2.2. “Não é violência de dentro, o principal é de fora”: a violência presente em Marapicu

Durante mais um dia de entrevista no assentamento, dirigi-me até o sítio de uma família de um lote que eu entrevistei há cerca de dois anos para o mapeamento da Secretaria de Agricultura, no final de 2017. O lote continuava repleto de árvores frutíferas e plantas medicinais, como na primeira vez que o conheci. Entre as árvores e ervas há também a produção de batata doce e aipim:

Agora, nós estamos investindo no plantio de batata doce porque a gente já plantou bastante aipim, não vamos deixar o aipim de lado, nós vamos continuar com aipim. Só que assim, ao invés de fazer um hectare de aipim, eu planto metade ou 30% de aipim e o restante de batata doce. Aachamos bastante lucro. Só para você ter uma ideia, esse ano, foi o primeiro ano a gente decidiu... “vamos investir nisso”, e com pouco espaço que a gente plantou, a gente achou bem lucrativo. (Camila, assentada, novembro de 2019)

A plantação está escondida no meio do lote, eu mesma não tinha identificado e quando perguntei sobre a localização do plantio obtive a seguinte resposta: “*Aqui? Não, não! Para lá! Para o meio do sítio. É o que eu estou falando. Você olha assim para o sítio é só mato. Parece. É uma estratégia anti roubo, até mesmo queimada, essas*

⁹² Medidas de segurança.

coisas.” O furto nas roças é algo comum no assentamento. Houve um dia em que fui entrevistar o lote de um assentado e ao final da entrevista, ele me levou até sua roça (Figura 23), localizada no final do sítio à beira do Rio Cabuçu – poluído, por sinal. Quando chegamos, havia homens furtando a roça de abóbora, banana, milho entre outros alimentos. Assustei-me na hora. Eram três homens que ao nos verem, atravessaram o rio correndo. Questionei ao assentado se ele conhecia aquelas pessoas, ele me respondeu, “*são pessoas do bairro*”. Esse fato me fez refletir sobre a realidade local dessas pessoas que além de vivenciar diariamente as dificuldades de produzir e escoar sua produção, sofrem com a violência de fora.



Figura 22: Roça às margens do Rio Cabuçu. Foto tirada em outubro de 2019.

Os moradores de Marapicu convivem diariamente com a violência externa. Para alguns moradores, “*Já foi pior. Agora está mais calmo. Eu saí carregando corpo de alguém no carrinho de mão.*” Em pelo menos três entrevistas tem-se o relato do episódio em que a família do casal Manoel e Benedita foi assaltada dentro do próprio sítio, no início dos anos 2000, e os membros foram espancados. Socorridos pelos vizinhos e levados até o Hospital Geral da Posse (localizado na área central da Cidade de Nova Iguaçu), a família, depois desse fato, nunca mais voltou ao sítio que permanece abandonado. Nesse mesmo período, o agricultor Emiliano também foi assaltado e agredido dentro do lote. Ele, por sua vez, continua trabalhando no assentamento, porém não mora mais no sítio devido ao medo.

Os relatos de conflitos protagonizados pela polícia, tráfico e milícia também são identificados nas entrevistas. Marapicu tornou-se “rota de fuga” quando há conflitos de

territórios nos bairros urbanos vizinhos. E, em dias de conflito, a insegurança das famílias do assentamento aumenta, uma vez que Marapicu é uma área rural com baixa densidade demográfica, com serviços precários de iluminação e acesso. O produtor Flávio relembra um desses episódios em que foi confundido com bandido pelo polícia:

Não é violência de dentro, o principal é de fora. Aconteceu no ano passado, eu estar dentro do meu sítio catando jabuticaba e chegar aquele, não é nem camburão, é uma Iveco da Corregedoria atrás de bandido lá dentro e me botar, eu e o Felipe para deitar no chão. Eu dentro do meu sítio. “Deita no chão, oh eles ali, deita no chão!”. Eu dei um gripo, “oh, rapa, sou agricultor”. Levantei a mão, “sou agricultor”. Seu eu não falasse isso eu tinha tomado um tiro e ficado por lá mesmo. Mas um caso seria abafado. (Flávio, filho de assentada, outubro de 2019)

O episódio descrito pelo produtor apresenta a reflexão de que a violência presente no assentamento é construída no tecido urbano. Em virtude da vulnerabilidade da área rural, as famílias ficam amedrontadas, abandonam seus lotes ou deixam de residir na área rural tendo custos com aluguel na área urbana. A vulnerabilidade é consequência da ausência de uma política de segurança para o assentamento e que respeite as especificidades do território rural. Joaquim lembrou em momentos distintos – durante a entrevista e durante a reunião da Associação – o momento em que foi atingido pelo policial, no momento de uma perseguição dentro do assentamento. Policiais militares passaram por dentro do seu sítio atirando enquanto estava trabalhando na roça e acertaram o Joaquim.

Madalena, quando presenciou um episódio de violência no assentamento, decidiu alugar uma casa na área urbana para proteger seus filhos. Ela trabalha de manhã no lote e à noite volta para casa:

Não estou lá dentro por quê? Por causa de ladrão. Começou entrar lá dentro, espancar as pessoas, batia, pedia 2 mil reais. Na minha casa, graças a Deus, nunca entrou, mas eu vi meus vizinhos, duas, três vezes... mas é Deus mesmo que nos guardou, não deixou. Aí tem uma vez que a gente estava lá em Nova Iguaçu e esse homem aí já tinha vindo na frente, aí eu fui, quando ele voltou correndo, falou, corre, corre, os meninos estão lá amarrado. Genilson amarrado, a mãe do Genilson amarrado. Ela já faleceu. O cidadão chegou e amarrou eles, batendo neles de chicote, batendo com a hélice de ventilador. Pedindo dinheiro, dinheiro. A velhinha, eles queriam cortar a mão da velhinha. A velhinha chorava muito. Aí o irmão dele falou assim, olha acho que até o teu menino tá lá, o Plínio tá amarrado. Eu falei assim, não acredito. Aí eu não aguentei não, fui embora. Entrei na rua do Joaquim e cheguei em casa, sozinha. Cheguei, vi os bandidos saindo de lá e entrando no lote do Judas, nosso vizinho, já saiu já. Aí, eu cheguei, bati na porta, nada, tava tudo em silêncio, empurrei a porta, meus filhos estavam todos eles dentro de casa dormindo, graças a Deus. Deve ter uns 20 anos isso. Deve ter uns 15 anos. Aí a gente pegou, falou, o negocio é sair. Aí saímos, alugamos casa. A gente mora de aluguel até hoje. (Madalena, assentada, outubro de 2019)

Os sucessivos episódios violentos foi o “divisor de águas” no que se refere à permanência das famílias no assentamento, pois num período recente (dez anos atrás⁹³), muitas famílias viviam no território seguindo as práticas locais, como por exemplo, aquelas voltadas para a produção agropecuária. Há famílias que não moram em suas casas construídas dentro do assentamento, mas continuam a trabalhar em seu lote diariamente, retornando para suas casas, nas áreas urbanas, assim que inicia o entardecer. O retorno é feito, pela maioria das famílias, a pé ou de bicicleta. Há algumas famílias que possuem automóveis. As casas abandonadas, em muitos casos, são utilizadas para guardar equipamentos ou objetos relacionados ao trabalho na agricultura, mas ainda assim existe o risco de serem furtados.

3.2.3. Ambientalização dos conflitos sociais em Marapicu

A situação dos rios do assentamento é uma realidade muito comentada nas entrevistas. Os rios encontram-se poluídos e assoreados devido ao despejo de esgoto não tratado da região urbana. Poderia aqui citar o nome dos empreendimentos imobiliários e/ ou industriais que despejam, além de esgoto, produtos químicos nos afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu. No entanto, não foi possível conseguir informações técnicas com os órgãos municipais devido à gravidade do assunto.

As afirmações foram capturadas durante as entrevistas e reuniões da Associação, onde nomes foram citados, tais como, empresa de cosméticos, conjuntos habitacionais e complexos de lazer. Afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, os rios de Marapicu tornaram-se um dos principais problemas do assentamento que não possui água potável para consumo das famílias e tampouco sistema de irrigação para a produção agropecuária. Os rios poluídos ocasionam a poluição dos lençóis freáticos do assentamento e, conseqüentemente, da água dos poços semi artesiano.

Em outubro de 2019, antes de entrevistar Erasmo, conheci sua plantação de aipim e quiabo. Nos corredores da lavoura, havia garrafas pets – sem tampa – distribuídas⁹⁴ para que fosse possível, em períodos de chuvas, captar água. A captação de água da chuva, por esse método, era a única forma de irrigar a plantação, uma vez que os poços semi artesianos pertencentes ao sítio estavam secos e não há rede regular de água. O sítio fica próximo de ambos os rios existentes no assentamento, mas não

⁹³ Recorte de tempo mencionado pela associação local.

⁹⁴ Visualizadas nos polígonos vermelhos da Figura 24.

pode utilizar as suas águas devido à poluição das águas fluviais.



Figura 23: Garrafas Pets no meio da plantação de quiabo e aipim para captar água da chuva. Outubro de 2020.

A problemática dos rios não se restringe a questão do abastecimento e acesso à água potável. A condição dos afluentes gera preocupação para aqueles que moram as suas margens, como é o caso da população de Marapicu. O rio Cabuçu encontra-se obstruído devido ao acúmulo de lixo e com possibilidade de provocar enchentes, problema recorrente na região em período de chuvas.

Fiz o registro de imagem do Rio Cabuçu (Figura 25) e dos entulhos que se amontoaram na árvore caída no meio do rio. Os entulhos estão amontoados na parte de trás de alguns lotes do assentamento. Em setembro de 2019, o assentado Max, preocupado com esta situação uma vez que o período de chuvas fortes se aproximava com a chegada do verão, pediu que a Associação enviasse um ofício ao órgão responsável pela limpeza dos rios. O receio é que poderia haver enchente na região, como já ocorreu no passado, e provocar prejuízos na produção agropecuária. O ofício foi enviado, no entanto, não houve a limpeza do rio.



Figura 24: Rio Cabuçu poluído. Outubro de 2019 .

Com a chegada das chuvas de fevereiro de 2020⁹⁵, o assentamento foi inundado. Não era possível transitar nas vias do assentamento. Cabe destacar, os possíveis efeitos posteriores dessa inundação, para além da produção, como por exemplo, o aparecimento de doenças no território (Dengue, Leptospirose, micoses na pele de quem teve contato com a água).



⁹⁵ Essa chuva teve efeitos mais drásticos que o normal em toda região metropolitana do Rio de Janeiro. Ver <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/05/rio-entra-em-estagio-de-atencao-para-possibilidade-de-chuva-forte-nesta-quarta-feira.ghtml>

Figura 25: Transbordamento do Rio Cabuçu na Alameda José Lima dos Santos. Fevereiro de 2020. Foto disponibilizada num grupo de WhatsApp do assentamento.

O sítio da Luana está localizado em uma das ruas inundadas pela cheia do Rio Cabuçu. Dessa forma, a inundação impossibilitou mais um dia de trabalho da família que produz aipim, cana e capim. Além dos dias de trabalho perdidos, também foram identificados prejuízos na lavoura.

A problemática em questão está na rela o da popula o de Marapicu com o rio, ou melhor, nas consequências geradas com a polui o dos rios. Dessa forma, a partir das entrevistas realizadas com os atores sociais do Assentamento Municipal Rural do Marapicu, identifiquei que os atores possuem preocupa es socioambientais. O socioambientalismo   compreendido em Marapicu a partir da i) lembrança do recurso natural que possibilitava água potável, comida e lazer; ii) e, em seguida, da denúncia da polui o da água do rio pela urbaniza o; iii) e da mobiliza o dos atores sociais para fazer com que o poder público execute a es para solucionar e/ou amenizar os impactos gerados pela polui o dos afluentes. O rio, que antes era um recurso natural utilizado por eles, hoje está poluído, como comenta Márcia, moradora desde criança, período este anterior   ocupa o de Marapicu: *“só que ruim que eles acabaram com tudo, acabaram com rio, com as lagoas que a gente tinha, a gente pescava, tomava banho”*. A agente da CPT Sônia, durante a entrevista realizada para a pesquisa, também faz referência ao tempo em que o rio ainda permanecia limpo. *“Vem na minha memória coisas tão legais que aconteceram l  que eu participei. Me lembra coisas como o rio limpo que tinha que a gente atravessava.”*

De acordo com Fernandez (2009, p. 49), “esta nova perspectiva tem como ideia central o envolvimento das popula es locais nas políticas ambientais, levando em considera o seu modo de vida e conhecimentos sobre o manejo dos recursos naturais”. Com efeito, a denúncia dos atores sociais do assentamento sobre a situa o dos rios pode ser analisada a partir do conceito de *ambientaliza o dos conflitos sociais*, “em que a dimensão ambiental   uma questão nova e importante, que se impõe como elemento de argumenta o, disputa, negocia o entre grupos sociais e setores do Estado” (LOPES, 2006, p. 49). O rio poluído torna-se mais um argumento do assentamento para pressionar o Estado para atuar no território. E, mesmo diante da inércia das autoridades públicas no que tange a questão dos rios da Microbacia

Hidrográfica Cabuçu-Ipiranga, o Assentamento Municipal Rural do Marapicu pressiona através da sua mobilização política, o Estado através de ofícios⁹⁶ e reclamações.

A degradação ambiental faz parte do cotidiano dos atores sociais Marapicu e os mesmos propõem novos caminhos, como expõe a assentada Camila durante a entrevista do trabalho de campo, “*aqui dentro da área rural, a gente tinha que pegar esses rios aqui e fazer um sistema de tratamento aqui mesmo para circular aqui.*”, tal ação possibilitaria que, no futuro próximo, a água fosse tratada e utilizada pela população rural. Pode ser utópica a proposta da assentada, mas é essa realidade imposta e caracterizada pela poluição dos rios que direciona as ações de quem faz parte do assentamento de reforma agrária.

3.2.4. Conflitos internos devido a heterogeneidades dos atores sociais

Da ocupação de Marapicu realizada em 1985, até os dias atuais, muitos atores sociais passaram pelo assentamento, comprando lotes ou sucedendo suas famílias. A prática da venda de sítios, ou melhor, da venda das benfeitorias no lote, sempre ocorreu dentro de Marapicu. Alguns assentados, em termos irônicos, chamam de compra de benfeitorias, pois a “*terra é da prefeitura*”, como dizem. Aquele que comercializa o sítio vende somente o que está dentro, “*pois a terra já tem dono*”, nesse caso, eles se referem à prefeitura. No entanto, o processo relacionado à noção de “*compra de benfeitorias*” surge a partir de três fatos: 1) a prefeitura torna-se dona das terras em 2008; 2) a constituição do assentamento de reforma agrária em 2009; 3) e a titulação das famílias em 2012. Anteriormente a área da Fazenda Boa Vista pertencia ao Governo Federal e, mesmo assim, a compra e venda dos lotes era comum, como afirma o assentado Marcelo:

O Carmo me arrumou um terreno, esse terreno do lado do rio, aquela parte lá. Aí eu voltei, falei com os filhos. “Não, pai, não vai para o Aliança não, vai não!” Há 13 anos atrás. Aí ninguém quis que eu viesse, passou um mês, pensei, sabe de uma coisa, “eu vou onde a minha cabeça pede.” Aí voltei para a casa do Carmo de novo. “Tem uma casa ali que o cara está vendendo, vou te levar lá”. Isso (o lote atual) era do falecido Manoel Ferro, ferrinho como era chamado. (Marcelo, assentado, outubro de 2019)

O Marcelo comprou o lote antes do processo de titulação. Em 2009, ele entregou a documentação para o cadastro no Sistema de Informações de Projetos de Reforma

⁹⁶ Um dos últimos ofícios enviados pela Associação é de número 09/2019 destinado a Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu para a retirada de árvore dentro do Rio Cabuçu e limpeza do lixo acumulado. Dois meses depois, ocorreu a enchente do Rio Cabuçu, visto que não houve limpeza.

Agrária do INCRA, em 2012, recebeu o Título e, assim, permanece no seu lote até hoje mesmo não morando nele. Marcelo trabalha todos os dias no seu lote, mas retorna para casa ao entardecer. O processo de compra e venda ocorreu para, ao menos, 10 pessoas entrevistadas que, hoje, após a compra são famílias tituladas, ainda que não tenham participado da ocupação nos anos de 1980. É importante ressaltar que a entrega da documentação para cadastro do SIPRA foi organizada pela prefeitura em parceria com a Associação local.

A compra e venda de sítios ainda é comum dentro do assentamento. Durante a pesquisa de campo registrei a venda de dois lotes. O primeiro lote foi vendido para uma família que já vivia no assentamento, mas como empregado no lote de terceiros. A família se dedicava a atividade agropecuária do sítio produzindo aipim, porco, boi, galinha e etc. Com a compra do lote e, conseqüentemente, a ida para a nova casa, eles permanecem desempenhando a atividade agropecuária. No que se refere à segunda venda, durante o período do trabalho de campo, 2017 a 2019, passaram duas famílias pelo lote: conheci a primeira em 2017, que adquiriu o lote de uma família que possuía o Título. A família compradora não morava no lote e para que fosse possível a realização das atividades produtivas, contratou um empregado para desempenhar o trabalho agrícola. Já no final de 2019, o lote foi vendido pela segunda vez para uma família de fora do assentamento.

A partir das entrevistas e da realização da observação participante, busquei encontrar explicações para o processo de comercialização dos lotes dentro do Assentamento Municipal do Marapicu. De fato, algumas pessoas que acamparam na década de 1980 encontravam-se desgastadas por permanecer no território. Os anos se passaram e com eles as dificuldades em permanecer no assentamento acentuaram-se. Isto se deve, por exemplo, em razão da perda da força de trabalho dado o envelhecimento dos assentados. As causas do abandono das famílias e, conseqüentemente, a venda das benfeitoras dos lotes, têm suas raízes também na violência, na falta de serviços básicos e na falta de incentivo para a produção agropecuária. E, assim, quem compra os lotes, em muitos casos, está ciente⁹⁷ que é um lote de reforma agrária e, pelo fato do assentamento não ter fiscalização da prefeitura, não se intimida com a aquisição da terra. No entanto, há casos em que a pessoa

⁹⁷ A Associação dos Camponeses de Marapicu solicitou que a prefeitura fizesse uma placa de sinalização para ser colocada na entrada do assentamento. Na placa sinaliza que a área é o Assentamento Municipal do Marapicu e que é proibida a venda de lotes. Essa placa foi colocada no ano de 2017 e, sumiu no mês de setembro deste ano.

compradora do lote não está ciente da questão agrária do assentamento e, quando é avisado, em muitos casos pela própria Associação, não quer perder o dinheiro investido e, assim, permanece no lote.

A entrada de pessoas com perfis diferentes do que a Lei de Reforma Agrária propõe é facilitada também por agentes do setor público através de despachos, pois há documentos de compra e venda apresentados na Associação com despachos da prefeitura de Nova Iguaçu. Desse modo é possível fazer os seguintes questionamentos: se o assentamento é uma área pública do município de Nova Iguaçu como é possível a própria administração do município autorizar despachos de compra e venda da área? Se os Títulos de cada lote estão registrados em cartórios como podem ser realizadas transações de compra e venda das áreas tituladas? A reflexão dos questionamentos anteriores me remete a entrevista realizada com o assessor técnico Rafael, cargo comissionado lotado na Secretaria de Agricultura de Nova Iguaçu, que atuou na prefeitura durante o processo de entrega dos títulos no ano de 2012. Rafael relatou o assédio que sofreu dentro da repartição pública. Os funcionários que o assediaram queriam que o gestor incluísse seus respectivos nomes na lista para Titulação dos lotes do assentamento. Funcionários da secretaria assediaram o gestor com objetivo de “pegar” lotes do assentamento para conhecidos:

Eu fui assediado para fazer dois lotes mentirosos que eram os esquemas deles, que eram os conhecidos que queriam a titulação. Eu falei assim, eu não dei. Eu falei assim, “oh, lá do gabinete para dentro vocês se viram lá.” Foi lá na secretaria, foi os fiscais, “po, a gente tem uns amigos, como é que a gente faz isso aí? Eu falei, “cara, eu sou super burro nessa coisa, eu nem sei fazer, eu vou acabar falando... cara, eu sou muito ruim disso aí. Vocês sabem fazer isso aí. Resolvem lá. Faz planta. Faz a coisa. Vê lá. Eu não sei fazer isso não. Isso aqui vai ser fiscalizado por um monte de gente. O movimento está lendo. Eles tem a listagem lá. O INCRA vai pedir. Eu não vou saber explicar isso aí. Resolve isso aí depois.” Então eu dei esse corte porque vieram pedir, ofereceram R\$30 mil para resolver. Igual vender um lote. Então teve tentativa disso ali dentro, duas vezes. (Rafael, assessor técnico da Secretaria de Agricultura, novembro de 2019)

A aquisição de lotes é facilitada também por despachantes que conhecem a área do assentamento e os “trâmites” das repartições da prefeitura e dos cartórios para que, ao final, seja emitido o documento de Compra e Venda. Tal fato pode ser comprovado quando, na condição de estagiária da prefeitura, a pessoa que se dizia compradora disse que possuía o documento do cartório junto com a cópia do Título. Lembro-me que na mesma ocasião o gestor da prefeitura disse ao comprador do lote que nada valia aquele documento já que a terra era pública. Não houve sequer uma reunião que eu tenha participado da Associação que o debate sobre a prefeitura ser dona da terra não fosse

mencionado: “A terra não é sua!” O debate resulta da situação de compra e venda de lotes dentro do assentamento. A ênfase no fato de que a prefeitura é dona das terras, pode ser compreendida como uma estratégia para desestimular o ambiente de mercado de lotes.

É importante pontuar, que o órgão responsável de assentar e/ou realocar novas famílias em áreas de reforma agrária é o INCRA. Sendo Marapicu um assentamento municipal, a prefeitura indica as famílias que deveriam, de acordo com o perfil, ser assentadas. Ressalto que, enquanto atuava como estagiária da prefeitura, recebi documentos recolhidos pela Associação local de famílias que já moravam no assentamento, mas não possuíam o cadastro no INCRA. E de famílias que produziam no assentamento em regime de parcerias⁹⁸ com pessoas loteadas, mas não possuíam lote. Tais documentos deveriam ser entregues ao INCRA para dar continuidade ao cadastro das famílias, através de um convênio entre a estância municipal e federal. Até o momento da minha saída (dezembro de 2017) esses documentos não foram entregues ao órgão responsável. Quanto ao Título de Concessão e Uso do Solo, segundo a Associação local, não há respostas da prefeitura sobre quando retomará a entrega dos títulos iniciada em 2012.

A venda de lotes tem como resultado a entrada de novas famílias numa área de reforma agrária. Novos núcleos familiares permitem a composição de um grupo heterogêneo. Dada à realidade heterogênea de Marapicu, os atores sociais protagonizam conflitos identitários no seu cotidiano.

No primeiro dia do mapeamento (2017) realizado pela Secretaria de Agricultura, o primeiro sítio mapeado pertencia a uma família que adquiriu o lote através da compra ilegal⁹⁹. A família entrevistada não morava no lote que tinha cerca de seis hectares. Na ocasião, havia um empregado que cuidava do sítio, incluindo a produção agrícola existente. A família compradora também possuía bens materiais, como por exemplo, um automóvel. A casa do sítio possuía aparência diferente da maioria das outras casas visitadas devido à parede pintada. A casa estava em boas condições do lado de fora.

⁹⁸ O regime de parceria funciona da seguinte maneira: a família que não tem sítio produz com outra família que tem sítio. O valor da produção é dividido meio a meio. Como exemplo, tem-se o sítio do assentado Joaquim que em regime de parceria produz com Gutemberg. Gutemberg entregou os documentos à associação para ser alocado, pela prefeitura, em um dos lotes vazios do assentamento, para morar e continuar produzindo. Com o regime de parceria, Gutemberg e sua esposa passaram a morar com o Joaquim no sítio.

⁹⁹ Utilizo o conceito ilegal, pois juridicamente por ser uma área pública o lote não pode ser vendido.

O mapeamento continuou no sítio vizinho que pertencia a uma família assentada, que morava no assentamento, e possuía como única fonte de renda a produção agrícola. A plantação de cana era a principal fonte de recursos. O produto era vendido a atravessadores que destinavam a cana para a venda de caldo de cana em feiras. Embora a cana fosse o “carro chefe” da família, havia também a produção de quiabo, maxixe, jiló, abóbora, cocos verdes e peixes, num pequeno lago. A casa da família, em alguns cômodos, não tinha piso e nem emboço; a parede não era pintada; os móveis estavam desgastados e a família não possuía automóvel.

Havia diferenças entre os dois sítios, com relação aos aspectos materiais ligados à estrutura da casa, à produção, bens materiais, como o carro, e à renda dos indivíduos. No que refere ao tipo de inserção em Marapicu, o comprador do primeiro sítio tinha pouca relação com o território, uma vez que não morava no sítio. Enquanto o morador do segundo sítio, além de ser produtor, é um dos diretores da Associação. A diferença, em termos materiais, remete à fala de assentada Catarina proferida durante uma das entrevistas realizadas em 2019:

Os lotes estão sendo comercializados, assim a gente fala, passa a benfeitoria, não vende a terra em si, mas vende a casa que você fez e as coisas que você tiver, manga, laranja. E a pessoa compra aquilo e não a terra em si. Só que até o fato de comprar a benfeitoria tem sido prejudicado para quem é agricultor pequenininho que não tem recurso, que tá aqui justamente porque precisa morar e tirar o sustento da terra porque os riquinhos, a gente chama riquinho porque pode comprar não é tão pobre. Aí eles vem, pagam caseiro, não sei se assina carteira, mas fica lá, paga um pessoa. A pessoa fica lá trabalha de domingo a domingo, tem recurso para fazer produção em grande escala, aí faz naquele lote a coisa mais produtiva possível, só que usando a força de trabalho de outra pessoa, pagando uma miséria. (Catarina, assentada, setembro de 2019)

Os conflitos internos também ocorrem com a entrada de pessoas com poder aquisitivo maior do que as famílias com perfil de reforma agrária. Isso pode ser observado na continuação da entrevista, quando Catarina relembra uma reunião dentro do assentamento que contou com a presença dos representantes da prefeitura. Na reunião realizada no final de 2018, foi discutido como a prefeitura faria a continuação do cadastro das famílias. Catarina fez um questionamento sobre a presença de indivíduos no assentamento, que tem renda superior – chamados de “empresários”¹⁰⁰, – com relação às famílias com perfil de reforma agrária. A assentada demonstra o receio de que pessoas com esse perfil continuem entrando no assentamento. Para ela, se isso

¹⁰⁰ Termo usado pelos assentados para designar uma pessoa que comprou sítio no assentamento, sendo que a principal fonte de renda é oriunda da atividade do comércio ou prestação de serviços.

acontecer, o território deixará de ter o perfil de reforma agrária e, conseqüentemente, de ser assentamento rural:

Ah vai ficar o empresariozinho que tem dinheiro e que produz porque o agricultor em si não produz. Não produz porque a gente não tem investimento e o empresário tem dinheiro para pagar que nem poderia né. Porque uma terra que nem a nossa, não pode ter empregado, não pode ter funcionário, mas os riquinhos tem, porque são ricos, lógico que eles produzem. Isso enfraquece a gente porque quem é pequenininho que não tem e que realmente tem direito aos benefícios de reforma agrária acabam ficando num numero reduzido porque a grande maioria é alguém que comprou para fazer sitio de lazer, para dizer que pode, tira onda com a nossa cara e fala, “tenho dinheiro e compro mesmo”. E ai a prefeitura vem e bate palmas para ele, eu achei isso um absurdo. (Catarina, assentada, setembro de 2019)

As últimas frases da moradora exemplificam os conflitos internos resultado da heterogeneidade dos atores sociais presentes em Marapicu. Para ela, a presença de famílias com maior poder aquisitivo dificultaria a aplicação de políticas públicas no assentamento de reforma agrária, prejudicando as famílias que poderiam ou deveriam ser destinatárias dos serviços públicos.

Os conflitos, tendo em vista diversidade de atores, também são observados a partir da movimentação de pessoas que entram e saem do assentamento diariamente, como os boiadeiros. Essa categoria é compreendida como uma ameaça à produção agrícola e também ao convívio das famílias no assentamento. Identifico os boiadeiros a partir de dois grupos: a) pessoas que arrendam sítios ao redor do assentamento para criar gado; b) e pessoas que arrendam sítios pertencentes ao assentamento para se dedicar somente à criação de gado por meio da contratação de empregados para desempenhar essa atividade.

A presença do gado é vista com incômodo pelos moradores, pois segundo explicam, os boiadeiros permitem que o gado invada a área dos sítios do assentamento, para que assim, os bois tenham acesso a uma quantidade maior de pasto. Essa invasão indevida resulta na destruição da produção agrícola de alguns sítios. Além da invasão do gado, há a questão das queimadas provocadas pelos boiadeiros para a produção de pasto. É imprescindível pontuar que a categoria “boiadeiro”, utilizada na pesquisa é acionada para designar pessoas que criam gado dentro e fora do assentamento e desempenham algum tipo de poder. O conceito de poder é explicado a partir da forma autoritária do boiadeiro de atuar no assentamento, desrespeitando o coletivo. A forma autoritária é exemplificada a partir do “mando e desmando” dos boiadeiros que seria advindo do poder econômico, e assim, exercem um tipo de ameaça velada às famílias

dentro do assentamento. A terra para os boiadeiros é um ativo financeiro que possibilita lucro a partir da criação de gado. No entanto, a dinâmica produtiva exercida pelos boiadeiros gera ônus às famílias que vivem somente da atividade agrícola.

A pesquisa não pretende afirmar que a criação de gado é prejudicial para o assentamento. Pelo contrário, existem famílias em Marapicu que vivem somente da criação de gado, como é o caso da família da assentada Luana que produz leite e queijo para a geração de renda da sua família. E quando ocorre um conflito entre as famílias porque “o gado invadiu a roça do vizinho” ou “o vizinho colocou fogo que se alastrou para outro sítio”, a solução do problema é via Associação, através do diálogo. Dessa forma, as famílias que criam gado dentro do assentamento e fazem parte do cotidiano do coletivo da Associação, são identificados nesta pesquisa como moradores e/ou produtores.

Registrei, durante o trabalho de campo, diferentes casos em que os empregados dos boiadeiros, tanto os de fora quanto os de dentro, cortaram a cerca dos lotes para que os animais pudessem entrar e com isso, conseqüentemente, ocorreu a destruição da lavoura. O relato do assentado Marcelo, durante a entrevista, exemplifica tal fato: “*tem muito criador de boi que deixa lá (pasto), aí quando chega na época da seca, ele olha o capim de lá está verde, de noite corta o arame e joga o bicho. Eu ano passado mesmo, eu não comi uma espiga de milho, o boi comeu tudo.*” Em outro exemplo, o boiadeiro de dentro do assentamento permitiu que os empregados cortassem as cercas dos sítios vizinhos e, assim, o gado comeu o aipim e pisoteou a produção existente. Tal fato causou um ambiente de ameaças entre os assentados e o boiadeiro que não será detalhado aqui.

No que se refere às queimadas, há dois tipos de ocorrências: i) provocadas dentro do território rural; ii) e provocadas fora e se alastram para dentro de Marapicu – como ocorrem nos sítios da Alameda Petrobras. A seguir um dos relatos sobre queimadas provocadas por boiadeiros de fora do assentamento:

Agora, tem esses boiadeiros aí que está no meio da gente, bota fogo... o fogo ontem chegou no meu sítio, não sei como, diz que botaram fogo lá embaixo e veio varar cá em cima. Eu já chamei a atenção do meu filho, essa noite eu nem dormi de nervosa. Porque ele está plantando e tem que tomar conta, entendeu. (Miriam, assentada, outubro de 2019)

O problema é apontado por Miriam que compõe uma das famílias produtoras da Alameda Petrobras. A presença dos boiadeiros também gera a sensação de medo nas

famílias do assentamento visto os momentos de embate protagonizados entre as famílias e os boiadeiros.

As queimadas provocadas dentro do assentamento também é algo comum na área rural. Fui conhecer um dos lotes mais frutíferos do assentamento para realizar a entrevista da pesquisa de campo. No entanto, ao chegar, me deparei com cerca de dez limoeiros, do tipo galego, queimados (Figura 27) devido à invasão do fogo que ocorreu dias antes da minha ida ao lote.



Figura 26: Limoeiros queimados. Foto tirada em setembro de 2019.

O fogo iniciou num sítio próximo e não houve informações de quem provocou, no entanto, sempre há a dúvida da ação dos boiadeiros. Cabe ressaltar que o boiadeiro não participa do cotidiano da Associação, mesmo arrendando lotes em Marapicu¹⁰¹.

As queimadas somadas à destruição das cercas resultam num ambiente de conflito dentro do território rural. A preocupação das famílias de Marapicu devido à entrada dos boiadeiros está na forma de como o ator externo utiliza as terras do assentamento. A presença do grupo no território, através de queimadas e cercas destruídas gera uma realidade de conflito. Dessa forma, famílias do assentamento desenvolvem uma espécie de medo (como identificado no relato acima da Miriam) perante os atores externos. Diante dos impasses com os boiadeiros, o espaço solucionador de conflito – a Associação – atua com instrumentos, como por exemplo,

¹⁰¹ Os associados são o grupo de pessoas que possuem o Título da Terra e/ou o cadastrados no SIPRA. No entanto, há famílias que não se enquadram nessas condições, mas participam como ouvintes nas reuniões da Associação dos Camponeses do Marapicu

oficializando o poder público sobre o contexto de conflito ou, em casos específicos, a Associação cria uma comissão para dialogar com o boiadeiro.

Diante de todos esses conflitos vividos dentro do assentamento, como se dá a atuação do poder público? Existem políticas públicas?

3.3. Políticas Públicas em território de reforma agrária

A discussão em torno do acesso a uma determinada política pública, como o acesso ao crédito, por exemplo, aparece nas percepções dos atores sociais, devido o contexto agrário local. Conforme as entrevistas de cada ator social, o termo “políticas públicas” também é perceptível quando reclamam da rua, da água e da luz. A discussão de política pública está diretamente relacionada com a definição de rural e urbano. Tais conceitos abarcam a notória discussão teórica que cria dilemas particulares no que diz respeito à aplicação de políticas públicas e à relação com as instâncias governamentais.

De fato, há um conjunto de políticas públicas que são necessárias ao campo brasileiro e, a sua aplicação torna-se um grande desafio, são elas: políticas agrícolas, políticas sociais, políticas ambientais, políticas de segurança alimentar, políticas agrárias, políticas de desenvolvimento territorial, entre outros. No caso do assentamento há algumas particularidades quanto ao estabelecimento de políticas públicas no território. A mudança do prefeito acarreta transformações na agenda política e, conseqüentemente no orçamento. A localização do assentamento numa área de expansão urbana também é um dos fatores que influenciam nas decisões e ações dos gestores, uma vez que há pressão para a construção de novos empreendimentos imobiliários, capazes de possibilitar maior arrecadação (IPTU). Fato este que não é um problema exclusivo de Marapicu, e é tratado de forma mais geral no livro *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil* (2017, p.11) do IBGE:

É verdade também que os limites oficiais entre zona urbana e zona rural, são em grande parte instrumentos definidos segundo objetivos fiscais que enquadram os domicílios sem considerar necessariamente as características territoriais e sociais do município e de seu entorno. Atendem, portanto, aos objetivos das prefeituras, mas dificultam políticas públicas e investimentos preocupados com as outras facetas e escalas da classificação rural-urbano.

Durante o primeiro mandato do governo Nelson Bornier (1997-2002), as políticas direcionadas para a área social foram estabelecidas no assentamento, como por

exemplo, a atuação de agente comunitário de saúde na área rural¹⁰². Nesse mandato, as estradas do assentamento foram pavimentadas pela prefeitura, sendo esta a única vez que houve a manutenção das vias do assentamento. O governo municipal nesse período negava¹⁰³ o rural do município e, conseqüentemente, sua agenda rural. No entanto, possibilitava aos moradores do assentamento o acesso a certos serviços públicos. Foi um período onde as famílias permaneciam no assentamento produzindo, mesmo com as dificuldades de produzir, “*não tinha rural no papel, mas tinha homem no campo*”, afirma a liderança local.

Com relação à gestão do Nelson Bornier (1997-2002), observa-se, por um lado, que as políticas agrárias e agrícolas não foram aplicadas no território, mas por outro, o Governo Municipal não os “*abandonou completamente*”. Ao contrário, cuidou da saúde e permitiu que mercadorias fossem escoadas com a melhoria das estradas.

A atuação do Governo Municipal, nesse período, dentro do assentamento é algo que ficou guardado positivamente na lembrança das famílias de Marapicu, “*Se voltasse àqueles tempos de novo era bom, né. O médico atendia aqui dentro*”, como disse a Mara. É perceptível nas falas dos entrevistados, que vivenciaram esse momento, o pedido do retorno desses serviços públicos no território rural.

Com efeito, “*não ter rural no papel*”¹⁰⁴ implica não ter políticas públicas para os territórios rurais nas suas múltiplas funcionalidades. Tanto a manutenção da estrada como o serviço de saúde são ações abarcadas por políticas agrícolas e agrárias. Se o território é rural, por que negar políticas públicas específicas para o Assentamento Municipal Rural do Marapicu? De fato, ao reconhecer a delimitação do rural no município, há o reconhecimento de famílias agricultoras que necessitam de políticas públicas distintas das existentes nas áreas urbanas. Além disso, mesmo diante das fragilidades¹⁰⁵ territoriais existentes nas áreas rurais, elas ainda funcionam como áreas de amortecimento que freiam, de certa forma, a expansão urbana e, conseqüentemente a arrecadação de IPTU.

Em meados da década de 2000, governo de Lindberg Farias (2005-2010), para que os jovens das áreas rurais do município pudessem ter um ensino voltado para a realidade do campo, a prefeitura disponibilizou transporte para levá-los até Escola

¹⁰² A ação na área rural estava de acordo com o Programa Nacional Saúde da Família implantado no Brasil em 1994.

¹⁰³ Extinção das áreas rurais de Nova Iguaçu. Conferir no capítulo 2.

¹⁰⁴ Frase referente à retirada das áreas rurais do Plano Diretor da cidade.

¹⁰⁵ Água, estrada, esgoto e energia são algumas delas.

Agrícola Barão de Langsdorff, localizada na cidade de Magé. Eram cerca de 160 quilômetros (ida e volta) percorridos por dia pelos alunos até a escola agrícola, um tempo estimado de 1h30 a 2h00. No entanto, tal ação¹⁰⁶ foi resultado da mobilização dos atores sociais das áreas rurais – incluindo Marapicu – combinado à gestão da secretaria de agricultura, que na época se propôs a contribuir na articulação da educação dos jovens.

Atualmente, o município não oferece atendimento de saúde na área rural e tampouco assistência técnica ou qualquer tipo de ação voltada para o fomento das atividades agropecuárias. De forma unânime, quando perguntei sobre a ação da prefeitura no território, todos responderam que é inexistente. Assim afirma Joaquim:

Nunca teve. A única ação que a prefeitura foi entregar, aceitar que o Mutirão é um assentamento e a entrega desse contrato com o demônio. Nunca se juntou órgãos junto à prefeitura para vir aqui. O certo seria o que? Desde o momento que a prefeitura é dona da terra, reconheceu a terra como área rural e promoveu o assentamento, se tornou um assentamento municipal, qual era a obrigação da prefeitura? Formar a equipe dela junto com a equipe da EMATER, junto com a equipe do INCRA formar um núcleo. Fazer, vamos dizer, promover eventos da agricultura aqui no Mutirão. Que tipos de eventos? Melhorar a situação de vida do povo, em termos de, um água melhor, mesmo sendo de poços artesianos. Poderia investir na água de poço artesiano, tratada, sistema de filtro porque no nordeste existe isso. Investimento em estradas, melhoria na iluminação, investimento numa formação de um núcleo de curso de aprendizagem, de variedades de curso pela secretaria de agricultura. Poderia ser feito investimento em insumo, semente. Investimento em geral. Fazer o assentamento municipal crescer. (Joaquim, assentado, agosto de 2019)

Joaquim retrata a ausência da prefeitura na área rural. Para ele, a ausência se refere ao conjunto de ações que viabilizam o desenvolvimento do assentamento. Em termos teóricos, as ações que o Joaquim relata se referem às políticas agrícolas. A Lei Nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991 prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola. No Artigo 2º da lei, observa-se os pressupostos da política em questão:

- I - a atividade agrícola compreende processos físicos, químicos e biológicos, onde os recursos naturais envolvidos devem ser utilizados e gerenciados, subordinando-se às normas e princípios de interesse público, de forma que seja cumprida a função social e econômica da propriedade;
- II - o setor agrícola é constituído por segmentos como: produção, insumos, agroindústria, comércio, abastecimento e afins, os quais respondem diferenciadamente às políticas públicas e às forças de mercado;
- III - como atividade econômica, a agricultura deve proporcionar aos que a ela se dediquem, rentabilidade compatível com a de outros setores da economia;
- IV - o adequado abastecimento alimentar é condição básica para garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico-social;

¹⁰⁶ Assunto é detalhado no quarto capítulo.

V - a produção agrícola ocorre em estabelecimentos rurais heterogêneos quanto à estrutura fundiária, condições edafoclimáticas, disponibilidade de infra-estrutura, capacidade empresarial, níveis tecnológicos e condições sociais, econômicas e culturais;

VI - o processo de desenvolvimento agrícola deve proporcionar ao homem do campo o acesso aos serviços essenciais: saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais.

Observa-se, no Parágrafo VI, que um dos pontos que a política agrícola busca alcançar é o acesso da família do campo aos serviços essenciais: saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais. Dessa forma, compreende-se que o desenvolvimento agrícola de um dado território deve estar acompanhado do desenvolvimento social das famílias. Nessa direção, aparato público para as famílias permanecerem no campo com condições dignas de vida. Na sequência, um dos objetivos da Política Agrícola previstas na Lei nº 8.171, Art. 3º, Parágrafo VI é:

Promover a descentralização da execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural, visando a complementaridade de ações com Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, cabendo a estes assumir suas responsabilidades na execução da política agrícola, adequando os diversos instrumentos às suas necessidades e realidades;

No entanto, no caso do município de Nova Iguaçu, há uma deficiência no que tange a aplicação da política agrícola no território de Marapicu. A política em questão poderia ser aplicada através de ações e instrumentos, são eles: eletrificação rural, irrigação e drenagem, habitação rural, assistência técnica, crédito rural, entre outros. É importante ressaltar que a Feira da Roça de Nova Iguaçu, iniciativa que visa promover a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar de Nova Iguaçu faz parte da política agrícola. No entanto, a criação desse espaço de comercialização se deu através de um histórico¹⁰⁷ de lutas e reivindicações dos agricultores familiares. Nesse contexto de lutas, o Assentamento Municipal Rural do Marapicu foi um dos protagonistas junto com os atores das outras áreas rurais de Nova Iguaçu. As famílias tiveram que provar, por meio de uma exposição (Figura 28) de produtos agropecuários, que Nova Iguaçu tinha área rural e famílias agricultoras produzindo. No canto esquerdo da foto estão agricultores de Marapicu ao lado do técnico da EMATER-Rio.

¹⁰⁷ O processo de criação da Feira da Roça de Nova Iguaçu é detalhado no quarto capítulo.

Exposição Agrícola de Nova Iguaçu - 2002



Figura 27: Exposição de produtos agrícolas de agricultores familiares de Nova Iguaçu. Foto disponibilizada pelo escritório da Emater-Rio localizado em Nova Iguaçu.

Tais ações e instrumentos são reivindicados pelo assentamento que é precário de água, energia, estrada e, não menos importante, assistência técnica. Das entrevistas colhidas dentro e fora do assentamento, a palavra assistência técnica foi dita de forma unânime e é possível observar esse ponto na entrevista do assentado Erasmo:

Então, precisava de ter uma assistência técnica, ia ser melhor, um ensinamento melhor para o agricultor. Assim, tentar plantar coisas que poderia colher, coisas que dessem lucro. A gente ficou preso ao aipim e quiabo, basicamente, só isso. Quer dizer, se mexesse nisso com uma assistência melhor, cursos melhores, qualquer uma coisa que melhorasse esse ramo. Trabalho com frutas, mas as frutas não é comercial, tenho muita manga, muita acerola, Jamelão não é muito comercial não, mas a acerola poderia ser. Outra dificuldade que a gente tem aqui, pelos menos eu tenho, é de embalar as coisas para levar para lá. Eu cheguei a conclusão que você deve levar verde, mas acerola, eu acho que não é bem assim. Mamão também, maracujá. Além disso seria ver a terra. Eu tenho dificuldade na minha, não sei porque, não dá caju, não dá mamão, não dá abacate. Eu já tentei muito. Tem dado uma vez ou outra. Eu apelei agora. De vez em quando, eu pego uma muda de mamão e planto num lugar, se você for ver eu tenho uns mamãos ali plantado, tenho uns mamãos aqui atrás. E aí o lugar que dá, que melhorou, eu vou e planto ali. Analise de solo, também dava, mas tudo isso tem que envolver dinheiro, recurso ninguém tem. Agora, se esse recurso vier de graça. Se vissem isso aqui com um pouco mais de carinho, ia melhorar e começar a dar renda aqui. (Erasmo, assentado, setembro de 2019)

Para Erasmo, o acesso à assistência técnica poderia fornecer melhores condições de cultivo, manuseio e armazenamento, além possibilitar a diversidade na produção. Sendo assim, seria possível comercializar produtos com melhor qualidade. No entanto, entrevistados relataram que não há iniciativas por parte do município em fomentar ações que visam à assistência técnica das famílias do assentamento. Quando perguntei se há alguma assistência técnica no território, algumas respostas obtidas foram de que a EMATER, no momento, era a única que oferecia esse serviço ainda que de forma intermitente. A EMATER, órgão estadual, é um dos poucos atores¹⁰⁸ relacionado à assistência técnica que atuam – com limitações¹⁰⁹ – no território desde a ocupação.

Desse modo, se por um lado a política agrária foi aplicada no território quando houve a regularização das terras e, conseqüentemente a constituição do assentamento em 2009 e o cadastro das famílias pelo INCRA em 2010. Por outro lado, não houve continuidades nas ações políticas para promover o desenvolvimento do assentamento e, assim, a sua emancipação. Tais ações foram previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003). O II PNRA previa um novo modelo de Reforma Agrária que tinha como um dos objetivos fazer dos assentamentos espaços integrados ao desenvolvimento territorial. Nessa direção, o II PNRA previa a adequação do modelo de reforma agrária às características de cada região, de cada bioma. Para alcançar esse objetivo era necessário organizar, a partir de estudos regionais, um conjunto de ações para transformar as áreas de assentamento em sistemas locais de produção rural, como descrito no trecho abaixo do documento do II PNRA:

Para a definição dos projetos produtivos estão sendo desenvolvidos estudos sobre os beneficiários da reforma agrária e as cadeias produtivas regionais, sobre as alternativas de comercialização existentes e passíveis de serem criadas, sobre os produtos com vantagens comparativas para a agricultura familiar, e sobre as técnicas de produção adequadas ao bioma e às características destas unidades produtivas. Esta visão das potencialidades e das oportunidades organizará a montagem de um sistema de assistência técnica e extensão rural, de pesquisa, de associativismo e cooperativismo, crédito, comercialização e agro industrialização visando a agregação de valor e a geração de novos postos de trabalho, combinando atividades agrícolas com não-agrícolas. (BRASIL, 2003)

As ações descritas no II PNRA visam o desenvolvimento territorial, porém a aplicação das mesmas nos territórios de reforma agrária torna-se utópico, como se observa no Assentamento Municipal Rural do Marapicu. Elisabete Maniglia (2009)

¹⁰⁸ Há outros atores, como a AS-PTA. No entanto, por ser uma organização não governamental limitada financeiramente, atualmente, a mesma não está atuando no território.

¹⁰⁹ A prefeitura de Nova Iguaçu não tem convenio com a EMATER. O convênio é um termo jurídico que acorda entre as duas partes a forma de atuação da empresa de extensão rural, incluindo orçamento, como por exemplo, para transporte dos técnicos nas áreas rurais.

pontua a importância da reforma agrária para democratização da terra num país de níveis altos de concentração fundiária. Contudo para autora, “num país de diversidades, como o Brasil, deve-se pensar que muitos estão na terra sem as devidas instruções, para um manejo sustentável, produtivo, racional e promotor de função social” (2009, p. 23). De fato, os aspectos pontuados pela autora referem-se ao um conjunto amplo de políticas públicas que deve ser aplicado junto ao mecanismo de reforma agrária, para que ao final o assentamento seja emancipado.

As famílias de Marapicu aguardam o desenvolvimento do assentamento a partir da atuação do Estado que assumiu as terras, neste caso a prefeitura. A não atuação do Estado no território rural é compreendida de forma consensual pelos moradores como um impasse, que se resolvido “*melhoraria a vida no assentamento*”, como disse o entrevistado Joaquim. Mas que tipo de ação poderia proporcionar a solução desejada pelos moradores? Curiosa, questiono uma das lideranças do assentamento sobre o tipo de ação que eles reivindicam do poder público. A liderança, dias depois, me liga e pede que eu a encontre para apresentar um documento. O documento apresentado era um arquivo disponibilizado no site do INCRA que tratava sobre Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Até o presente momento, não houve a elaboração do PDA de Marapicu, responsabilidade do município, proprietário das terras.

Entrevistei um dos gestores que esteve à frente da secretaria de agricultura de Nova Iguaçu na década de 2010. Rafael, durante a entrevista, explica o que deveria ser compreendido, tecnicamente, como assentamento, pois em muitas localidades não houve, de forma integral, a política de colonização. O gestor afirma que há fragilidades na aplicação da política pública, visto a realidade agrária do Estado do Rio de Janeiro:

Teve uma época que a gente debateu num encontro, acho que de agroecologia... qual é o assentamento que existe no Rio de Janeiro? E a gente estava com dificuldade de ver tecnicamente o que é assentamento. Porque o assentamento é uma política de colonização. Pega uma área e divide para famílias. Aí tem análise do perfil dessas famílias. Quem regulariza isso? É o ITERJ se for de natureza estadual. Se for de natureza da União é o INCRA ou municipal é a prefeitura... Então pelo que eu sabia, eu não cheguei até esse processo, eu fui exonerado depois, a última exoneração, mas teria que entregar tudo isso no INCRA. Não sei como é que aconteceu isso. Teve um espaço desse que a gente falou assim, então nessa política tem um plano de desenvolvimento... tem a estrada, a Política Nacional de Habitação Rural, tem projeto de produção, tem PRONAF, PRONERA, PAA, PNAE, essas políticas públicas que são o suporte deles, que eles tem direito. Como é que se regulamenta isso? Então o assentamento você faz um Plano de Desenvolvimento do Assentamento, perfil do solo, perfil social, perfil educativo, ambiental, daquilo tudo, dessas famílias que vão ocupar, potencial produtiva, qual a viabilidade econômica ali, demanda que você poder escoar, aptidão do solo, para plantar o que? Criar animais. Tudo isso você faz e vem o suporte da política pública para isso. Isso é um PDA e quando você

cumpriu, aí essas famílias, esse assentamento, ele pela técnica, ele pode se emancipar. É diferente de uma pessoa que chega, compra um sítio e investe ali. São famílias fruto de um projeto de desenvolvimento, de assistência social. Então essas famílias só são consideradas... disputando pareo a pareo com as outras depois que o governo responsável do assentamento, desenvolve aquilo dali. E a gente estava falando assim, “nenhum PDA foi desenvolvido a termo de Rio de Janeiro”. Então se a gente fosse fazer avaliação desses gestores, INCRA, ITERJ e tal, nenhum assentamento existe no Rio de Janeiro. (Rafael, assessor técnico da Secretaria de Agricultura, novembro de 2019)

Na transcrição acima, o gestor questiona as deficiências dos órgãos públicos responsáveis por executar as políticas de colonização, tanto as agrárias, quanto as agrícolas e que interferem no desenvolvimento dos assentamentos. Sem ações públicas de fomento ao desenvolvimento não há emancipação dos territórios assentados. Nessa perspectiva, é possível visualizar o Assentamento Municipal Rural de Marapicu que com a força de trabalho reduzida e as péssimas condições de vida no campo ainda resisti na área metropolitana do Rio de Janeiro. A produção agropecuária torna-se a bandeira de luta das famílias para permanecer no território rural num contexto de deficiência e/ou ausência de políticas públicas.

3.4. Problemáticas ocasionadas com a relação rural-urbana presente no assentamento municipal

No final da década de 1980, a ideia do desaparecimento do rural era debatida por teóricos das Ciências Sociais. O processo de industrialização desencadeado no país, somado ao rápido movimento de urbanização promoveram o êxodo rural, e estas foram as bases para o pensamento da época. A hipótese de completa urbanização questionada por Henri Lefebvre na Revolução Urbana (1970) era uma das influências teóricas que influenciavam tal pensamento (FERREIRA, 2002).

A partir da década de 1950 iniciou-se no Brasil um processo de intensa mecanização do campo que será chamada de Revolução Verde e que responderia a impressionante expansão capitalista da época, sendo observado o processo de urbanização que gerou novos padrões de consumo das novas classes e formas de vida em diversos países (NAVARRO, 2001). Nessa direção, o campo passou a subordinar-se a cidade fornecendo matérias primas e alimentos, ou seja, um rural agrícola. Nesse contexto, o rural é compreendido como lugar atrasado e, o urbano, símbolo de modernidade e progresso.

Com o objetivo de revitalizar o rural, a modernização do campo foi fomentada pelo Estado com políticas específicas¹¹⁰, investimentos na pesquisa aplicada, na assistência técnica e extensão rural, e no fornecimento seletivo de crédito subsidiado para atender, quase que exclusivamente, o mercado externo (*commodities*). Segundo Zander Navarro (2001) o rural passou a ter um novo significado:

O mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a subordinar-se, como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes países. (NAVARRO, 2001, p. 84)

Para definir o conceito de rural e urbano, instrumentos como delimitação política administrativa, densidade demográfica e atividade econômica, são utilizados por teóricos como Endlich (2010). Há também os aspectos relacionados ao modo de vida e à morfologia utilizados por Ângulo e Domínguez (apud BERNARDELLI, 2010). No entanto, pensar em rural no Brasil nos dias atuais implica analisar os processos históricos da formação econômica e social no Brasil, como a democratização da terra e a manutenção de bens e serviços no campo. Como resultado dos processos históricos, o rural brasileiro contemporâneo possui diversas faces e abarca uma heterogeneidade de atores que estão distribuídos em cinco regiões político-administrativas e seis biomas.

O Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (2013), preocupado com a percepção equivocada de rural, isto é, apenas como resíduo urbano, coordenou um amplo projeto denominado, *Repensando o conceito de ruralidade no Brasil – implicações para as políticas públicas*. Tal projeto formulou novas tipologias para o rural brasileiro em parceria com acadêmicos e órgãos do Governo Federal. Um dos artigos do projeto foi o estudo de Maria de Nazareth Wanderley e Arilson Favareto (2013), que revisaram a literatura brasileira sobre as definições de rural. Ao final, os autores afirmam que o novo na nova ruralidade é a ruptura com o discurso hegemônico e a afirmação de uma nova concepção do desenvolvimento rural. Tal desenvolvimento se opõe a visão tradicional e dominante onde o progresso está na propriedade concentrada da terra e na afirmação da empresa rural. Essa nova concepção de desenvolvimento rural tem como base dois pressupostos (WANDERL; FAVARETO, 2013, p. 459):

- (i) por um lado, o reconhecimento da existência de uma população rural, numericamente importante e sociologicamente diversificada, que expressa uma forte demanda por um enraizamento em seus lugares de vida e de trabalho;

¹¹⁰ Ver João Márcio Mendes Pereira e Paulo Alentejano (2014)

(ii) por outro lado, a afirmação de que essa população foi historicamente excluída do processo de desenvolvimento acima descrito, do que resulta a dimensão da pobreza rural e a fragilidade das condições do exercício das outras formas de agricultura.

Dessa forma, o rural perante a sociedade urbana industrial, é uma categoria analítica para a compreensão de rupturas e continuidades espaciais e da diversidade social da sociedade brasileira; e é afirmado como valor da sociedade, como forma específica de vida, e caracterizada pela predominância da natureza e das relações de interconhecimento (WANDERLY & FAVARETO, 2013).

Não pretendo afirmar que o urbano é algo ruim ou que o rural é algo bom. Tampouco quero discorrer sobre as distinções entre os dois conceitos. Mesmo que colocada essas distinções há na verdade complementaridades que se estabelecem entre esses dois espaços. Dessa forma “o rural e o urbano constituiriam dois ‘tipos ideais’ de formas territoriais da vida social, portadores de singularidades, apesar da crescente interpenetração dos dois mundos” (FERREIRA et al. , 2008, p. 343).

O livro *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil* (2017), do IBGE apresenta uma proposta de classificação, por município, dos espaços rurais e urbanos e reconhece também as dificuldades encontradas na escolha da tipologia. Segundo os critérios utilizados para a definição da tipologia municipal – população em áreas de ocupação densa, proporção da população em áreas de ocupação densa em relação à população total e localização – o município de Nova Iguaçu é considerado um Município Predominantemente Urbano. Mas, se observo Marapicu a partir da atividade econômica posso concluir que é uma área rural, pois as atividades primárias são desenvolvidas por famílias do assentamento. Agora, no quesito densidade demográfica, se tenho como unidade de referência a Unidade Regional do Governo a qual o assentamento faz parte, afirmo que a região é uma área em processo de urbanização com vazios urbanos no seu entorno. Tal afirmação está associada ao processo de urbanização das últimas décadas da URG, acelerada pela construção de conjuntos habitacionais financiados por bancos públicos, como por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida. No entanto, o Plano Diretor de Nova Iguaçu de 2008 reconhece as zonas rurais no município, sendo o Assentamento Municipal de Marapicu uma das dez zonas rurais delimitadas no Artigo 54:

Constitui Zona Rural a parcela do território municipal não incluída na Zona Urbana, destinada às atividades primárias e de produção de alimentos, bem como às atividades de reflorestamento, de mineração, de agropecuária e outros, desde que aprovadas e licenciadas pelo órgão municipal de meio ambiente.

As zonas rurais, segundo o Plano Diretor de 2008, referem-se às áreas de produção agropecuária como também de mineração. Ou seja, a definição desse território diz respeito ao aspecto econômico, de produção. Juridicamente, Marapicu é delimitado como zona rural pelo município. Contudo, o território encontra-se numa região predominantemente urbana. A proximidade do assentamento com as macrozonas destinadas a urbanização precária e expansão urbana é uma das preocupações dos moradores e traz desafios para pensar política pública.

A proximidade de Marapicu como uma área delimitada como de expansão urbana ocasiona experiências e compreensões que poderiam ser entendidas como contraditórios entre os atores sociais do território rural, como medo e satisfação. Dentre as inúmeras explicações sobre o sentimento de medo, a perda da terra para algum empreendimento imobiliário se repete nas falas dos indivíduos. A satisfação, por sua vez, é explicada em razão da oferta de serviços públicos, mesmo que escassos, que podem ser encontrados no conjunto habitacional ao lado, além de transporte, comércio e clientela, algo que não é oferecido na área rural.

A proximidade com a área urbana torna-se positiva quando o assunto é acesso a serviços públicos e comercialização. No assentamento de quase 300 hectares de extensão não há serviços de saúde, educação e segurança pública. O assentado Marcelo relatou, na entrevista, um dos poucos momentos que a Polícia Militar passou de carro por uma das alamedas do assentamento:

O ano passado, já no finalzinho do ano passado, eu encontrei o carro da PM vindo de lá para cá, aí dei sinal para ele parar, “aí meu irmão, vai chover”, “oh véio, vai chover por quê?” Eu disse, “vocês tem não sei quantos anos que não passam aqui, cara, não é porque aqui tem bandido não, é a estrada que está uma miséria.” Ele falou, “concordo contigo, velho, porque se nós ficar atolado aqui, quem vai tirar a gente daqui?” Falou mesmo para mim.” (Marcelo, assentado, outubro de 2019)

Para acessarem os serviços básicos, os moradores do assentamento precisam recorrer aos serviços da área urbana mais próxima, como é o caso do Loteamento Bairro Aliança. O mesmo ocorre no que diz respeito ao transporte público e, por essa razão também, a proximidade torna-se positiva.

Apesar de famílias de Marapicu comercializarem direta ou indiretamente seus produtos na Feira da Roça de Nova Iguaçu, a proximidade com a área urbana facilita a comercialização dos produtos do assentamento. Os moradores e comerciantes das áreas urbanas próximas tornam-se consumidores e revendedores dos produtos agropecuários

oriundos de Marapicu, e este aspecto reflete a ambivalência como essa proximidade é pensada:

Tem umas facilidades, mas tem outras dificuldades. Facilidade é assim, como nós não temos um transporte, colégios, comércios, a gente tem próximo, favorece. Até mesmo se a gente quiser vender a nossa mercadoria tem comércios nas redondezas que adquirem nossas mercadorias. (Camila, assentada, novembro de 2019)

Nessa direção, o assentamento que fornece alimentos diariamente por meio da Feira da Roça ou de porta em porta na área urbana mostra a sua importância no fornecimento de alimentos agroecológicos, ou seja, é capaz de garantir de algum modo a segurança alimentar. Mariana, assessora técnica da Secretaria de Agricultura durante o final da década de 2000 compreende a proximidade das áreas como algo vantajoso. Para ela, a proximidade é um fator positivo no que diz respeito à comercialização dos produtos agropecuários e a relação positiva e oportuna do urbano com o rural:

Esta proximidade é o que garante ao público consumidor acesso a um produto fresco e com valor acessível. É uma oportunidade de promoção do assentamento quanto a projetos do tipo “Colha e Pague”, oportunizando aos visitantes momentos de contato com a natureza, mesmo estando a tão perto do centro do município, sabemos o quanto essa prática alivia as tensões das pessoas e traz para os assentados novas oportunidades de geração de renda. (Mariana, assessora técnica da Secretaria de Agricultura, novembro de 2019)

No entanto, Mariana também compreende que a proximidade do urbano combinada à ausência de políticas públicas ameaça a continuidade do assentamento:

Infelizmente a pressão urbana impõe a eles a insegurança, o medo e o abandono de suas áreas e sonhos. Este assentamento deveria ser um modelo de gestão, pois encontra-se em um ponto estratégico de visitação para gestores, pesquisadores, estudantes e consumidores. O primeiro assentamento municipal do Brasil pode deixar de existir por ausência de políticas públicas integradas entre diferentes secretarias municipais e diferentes instâncias governamentais. (Mariana, assessora técnica da Secretaria de Agricultura, novembro de 2019)

A observação da gestora refere-se aos limites da continuidade do assentamento de reforma agrária dentro de uma área em processo de expansão urbana, uma vez, que há deficiência, ou falta de interesse, na aplicação das políticas públicas, tanto agrárias quanto sociais. O conjunto dessas políticas, se aplicadas, fortaleceriam as famílias possibilitando a permanência das mesmas no território rural que poderia ser ainda local de pesquisas, visto as suas especificidades.

Por ser uma área de reforma agrária do município, a prefeitura deveria assumir tais compromissos. No entanto, quando perguntei sobre a ação da prefeitura no assentamento para a assentada Camila, a resposta foi de que a prefeitura está mais

preocupada em fomentar loteamentos do que desenvolver a área rural a partir da agricultura:

Aí eu te digo, Taís, a prefeitura vive de imposto, certo, IPTU. Nós somos isentos de IPTU. Declaramos ITR, mas somos isentos. Para a prefeitura é mais viável fazer isso aqui de loteamento do que ter agricultura aqui. Por isso que eles falam que não tem área rural aqui em Nova Iguaçu, porque não é vantagem, não é rentável. Passar por cima da gente é fácil. Igual, na época, não sei se você sabe da história, quando fizeram esse Paradiso aqui... essa área aqui é nossa. Ai por debaixo do pano fizeram essa documentação aí, venderam aquela área lá que era área rural. Área onde tinha que ter mais famílias morando, fizeram aquela área de lazer, muito bonito, mas o esgoto veio para dentro da nossa área. Nós estamos entre dois rios, fizeram o Minha Casa Minha Vida aqui. Primeira coisa que fizeram, estragaram as ruas do Bairro Aliança em frente ao colégio e o esgoto todo que vai sair dali vai para o nosso rio. E olha que não tem gente morando ainda. Imagina daqui dois, três anos quando tiver famílias. A situação do nosso rio é uma agora, daqui dois, cinco, dez anos isso aqui vai estar impraticável. Ai eles vão conseguir falar assim, “não existe area rural”. (Camila, assentada, novembro de 2019)

Camila vive no assentamento há 21 anos. Era moradora do Bairro Aliança e logo quando casou foi morar no lote. A família é cadastrada pelo INCRA no SIPRA e possui o Título de Concessão e Uso do Solo emitido pela prefeitura no ano de 2012. A Cidade Paradiso, empreendimento imobiliário dito na fala da Camila, faz limite com o assentamento. O projeto foi aprovado em 2006 pela prefeitura de Nova Iguaçu, pois havia interesse econômico por parte do governo municipal, desrespeitando assim, o que a lei determinava. O empreendimento foi instalado na Macrozona de Uso Sustentável (Figura 29) como prevê o Plano Diretor de 2008 (PRUDENTE, 2017).

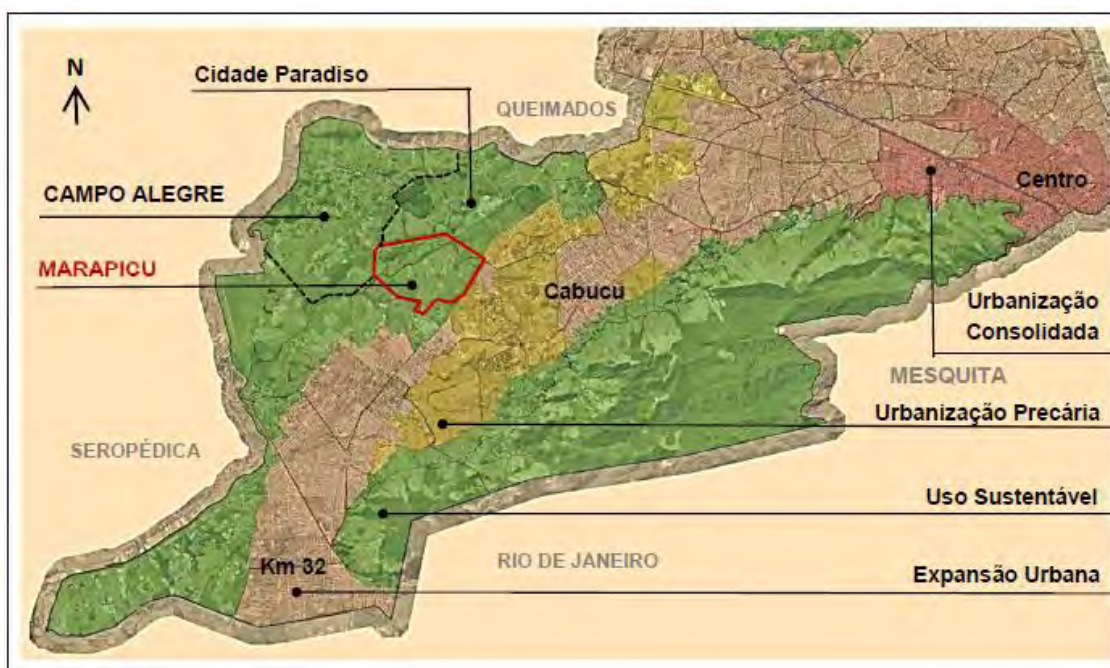


Figura 28: Macrozoneamento da URG Cabucu (PRUDENTE, 2017).

Além da Camila, outros moradores entrevistados relataram que parte do empreendimento está localizada numa área que antes fazia parte do assentamento e que foi modificada no Plano Diretor de 2008. A partir da aprovação do Projeto Cidade Paradiso, Letícia Prudente (2017, p. 152), observa “que nem todas as antigas áreas rurais retornaram como tal no Plano Diretor de 2008, tais áreas foram modificadas, reduzidas e aproximadas das áreas urbanas.” A área localizada na Macrozona de Uso Sustentável que antes era rural, passou a ser concebida, no Plano Diretor de 2008, como urbana para possibilitar a instalação do Projeto Cidade Paradiso. É importante observar a atuação do poder público para favorecer certos setores econômicos em detrimento do assentamento, que cada dia mais é enfraquecido devido a pouca¹¹¹ (ou nenhuma) atuação do Governo Municipal no território.

A construção do empreendimento imobiliário numa área de uso sustentável indica o interesse do Estado em arrecadar recursos através de impostos como IPTU. Uma das chaves interpretativas para a urbanização da região. Quanto mais áreas urbanizadas, maior a arrecadação do imposto. Em contrapartida, as famílias das áreas rurais pagam o Imposto Territorial Rural (imposto federal). E, se as áreas rurais forem delimitadas como assentamentos de reforma agrária, como Marapicu, as famílias são isentas de pagar. Dessa forma, o assentamento torna-se menos vantajoso financeiramente do que uma área de expansão urbana, como o projeto Cidade Paradiso.

Ao ver o vídeo de divulgação da Cidade Paradiso no canal de Youtube¹¹² surpreendi-me com o empreendimento, os desenhos, o projeto de sofisticação proposto para uma área localizada na periferia do município. No vídeo, mostra que as pessoas poderiam chegar de helicóptero em suas residências. No entanto, do outro lado da cerca, no Assentamento Municipal Rural do Marapicu as pessoas não podem transitar a pé, devido à falta de manutenção das estradas ou beber da água disponível nos rios do assentamento. O processo de urbanização acentuou os impactos ambientais e sociais da área rural, e a atual situação dos rios é o ônus da urbanização da região. Com os rios poluídos e sem água potável, as famílias enfrentam uma realidade de conflito, como apresentado na fala da Camila, e que já foi discutido acima:

Nós estamos entre dois rios, fizeram o MCMV aqui. Primeira coisa que fizeram, estragaram as ruas do Bairro Aliança em frente ao colégio e o esgoto todo que vai sair dali vai para o nosso rio. E olha que não tem gente morando ainda. Imagina daqui dois, três anos quando tiver famílias. A situação do

¹¹¹ Fazer reuniões não significa que o Governo Municipal está atuando no território.

¹¹² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=h4bq5nbEYmY>. Acessado em 17 de fevereiro de 2020

nosso rio é uma agora, daqui dois, cinco, dez anos isso aqui vai estar impraticável. Ai eles vão conseguir falar assim, “não existe área rural”. Sabe por quê? De onde a gente tinha que tirar a nossa água. Aqui dentro da área rural, a gente tinha que pegar esses rios aqui e fazer um sistema de tratamento aqui mesmo para circular aqui. (Camila, assentada, novembro de 2019)

A assentada condiciona a existência da área rural à situação da água dos rios. Para ela, o aumento da urbanização resultará no aumento do esgoto despejado sem nenhum tratamento nos rios do assentamento. Sendo assim, a situação dos rios, daqui alguns anos, para ela, fará com que não haja mais agricultura ao redor e, conseqüentemente a permanência da área rural. O Programa Minha Casa Minha Vida que ela se refere pode ser visualizado na figura abaixo, assim como a sua relação com o assentamento:



Figura 29: Relação dos conjuntos habitacionais com o rio Ipiranga. Foto da autora.

Na figura, há dois conjuntos habitacionais construídos recentemente próximos ao assentamento, localizado dentro do polígono verde. Os empreendimentos estão sinalizados pelos polígonos vermelho e amarelo. A distância entre o assentamento e os conjuntos habitacionais populares mede cerca de um raio de dois quilômetros. A linha azul é o curso do Rio Ipiranga. Antes de desaguar na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, o afluente Ipiranga cursa suas águas ao lado de ambos os condomínios residenciais, passa pelo assentamento e, ao final, se une ao Rio Cabuçu. O condomínio

do polígono amarelo ainda não possui moradores, já o delimitado em vermelho encontra-se habitado.

O rio tornou-se lugar de dejetos da urbanização, sinal de progresso para certos setores econômicos. O valor de uso do rio por aqueles que o vivenciaram ainda limpo, perpassa a lógica monetária. Para tanto, utilizo a definição de Luciano Florit (2016), quando escreve sobre ética ambiental e desenvolvimento de grupos diretamente relacionados com a natureza em espaços não urbanos. Sendo assim, pontuo a definição para o caso dos atores sociais que se relacionam com Marapicu:

As concepções de natureza destes grupos, embora contenham uma valoração de uso da natureza na medida em que dependem do uso direto desta para atender suas necessidades de subsistência, não implicam numa redução da natureza a um estatuto meramente instrumental. Pelo contrário, trata-se de uma relação com a natureza carregada de sentidos e significações simbólicas e de práticas de uso que denotam uma simultaneidade entre o uso dela e a sua consideração moral. (FLORIT, 2016, p. 264)

A monetarização do rio é compreendida na arrecadação de IPTU provenientes dos condomínios residenciais que poluem o afluente e, conseqüentemente a Bacia Hidrográfica do Rio Guandu. Não há preocupação por parte do poder público em amenizar os impactos ambientais e, como vemos, nem a limpeza dos rios acontece. Nesse processo, os grupos diretamente afetados são os mesmos que denunciam os problemas ambientais.

Com efeito, a resistência ainda que a força de trabalho esteja reduzida devido ao envelhecimento, por exemplo, é construída dia a dia na rede de relações do assentamento. A permanência, ainda que limitada, é resultado das ações e estratégias do grupo que serão tratados no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4 – A ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES DO MARAPICU COMO INSTRUMENTO DE LUTA FRENTE AO PROCESSO DE INVISIBILIDADE DO ASSENTAMENTO

“Estamos invisíveis perante o poder público.”

A frase em questão foi registrada na pesquisa de campo durante as assembleias da Associação dos Camponeses do Marapicu. Na verdade, não foi só uma ou duas vezes, isto é, a frase foi dita sempre que o assunto referiu-se à ação do Poder Público no território. Na pesquisa, identificou-se que o Poder Público, para os assentados, é o Governo Municipal, pois o mesmo responsabilizou-se em executar a reforma agrária na área ocupada. Nessa direção, a pesquisa aciona a ideia de invisibilidade, utilizada pelos atores sociais, para explicar a condição imposta pelo Governo Municipal ao não direcionar e aplicar políticas públicas no território rural, isto é, ao não dar continuidade a política de reforma agrária.

O Assentamento Municipal Rural do Marapicu foi apresentado no terceiro capítulo a partir dos seus aspectos estruturais, sociais, econômicos e políticos. As problemáticas encontradas no assentamento também foram descritas e analisadas a partir da relação com a Prefeitura de Nova Iguaçu. Diante de tais problemáticas, será discutida nesse capítulo a atuação da Associação dos Camponeses do Marapicu, organização política do território rural.

A função social do assentamento foi definida no processo da sua constituição a partir do trabalho na terra, isto é, a terra seria desapropriada para que as famílias agricultoras produzissem alimentos. No caso de Marapicu, os alimentos produzidos são para subsistência das famílias, para comercialização em feiras, para o fornecimento ao comércio local e a venda de “porta em porta”. No entanto, a produção de alimentos no Assentamento Municipal Rural do Marapicu deve-se a persistência de famílias que produzem no local. E ainda que nem todos sejam moradores, ambos necessitam do assentamento para geração de renda. A utilização da palavra *persistência* ocorre em razão da ausência e/ou insuficiência de políticas públicas, o que dificulta e/ou inviabiliza a reprodução social do território de reforma agrária.

Contrapondo-se ao processo de invisibilidade, conforme apontado pelos próprios assentados está a Associação dos Camponeses do Marapicu, criada em 1986, na luta por

reconhecimento do território rural. Nesse contexto de luta, as diferentes mobilizações políticas realizadas pela Associação demonstram uma trajetória de atuação que garantiu, em diferentes momentos, ações vitoriosas em prol do assentamento. Nessa direção, será discutido no capítulo, que tais vitórias dizem respeito tanto a reprodução social dos assentados, relacionada à garantia de produção e renda, quanto à questão identitária, relacionada à vontade que a área continue sendo rural como eles identificam e consideram que assim deve ser.

Durante a participação nas reuniões do assentamento, identifiquei que a Associação discutia assuntos amplos no que diz respeito à área rural de Nova Iguaçu. A Associação debatia, por exemplo, a criação de uma comissão de agricultores de Nova Iguaçu a partir de uma articulação com lideranças das outras áreas rurais. Quando criada, a comissão tinha como objetivo acompanhar a Comissão da Agricultura da Câmara dos Vereadores de Nova Iguaçu. Outros assuntos como a preocupação da permanência das famílias agricultoras no campo de Nova Iguaçu e o acesso delas aos programas sociais, como o Bolsa Família e aposentadoria, também eram debatidos em assembleias. Tal fato reflete a preocupação da Associação em reunir e fortalecer os atores sociais do campo de Nova Iguaçu, uma vez que há problemas em comum nas distintas áreas rurais.

A discussão em torno da Associação dos Camponeses do Marapicu neste capítulo resulta de três constatações durante a pesquisa de campo: a) a concepção dos atores sociais (associados e não associados) a Associação; b) a Associação como principal ator de luta pela terra e pelo reconhecimento do assentamento; c) e o reconhecimento da organização pelos agentes externos, tais como, no tocante a reforma agrária na Baixada Fluminense.

Atento que minha intenção não será fazer críticas e, tampouco, tecer elogios à Associação presente na regional de Marapicu, mas descrever e compreender as diferentes frentes de atuação da organização dentro do assentamento e problematizar a sua existência relacionando-a com a manutenção da área de reforma agrária. O conceito de identidade será utilizado para analisar a compreensão dos atores sociais sobre a área, a qual eles têm algum tipo de vínculo. O conceito também contribuirá para explicar as distintas definições para o termo agricultor. Tendo em vista que o significado de agricultor é múltiplo¹¹³, buscaremos entender a concepção do que é “ser agricultor”

¹¹³ A identidade discutida aqui como múltipla, não é individual, mas social, coletiva.

entre os assentados de Marapicu. As instituições parceiras ao assentamento também serão discutidas no cotidiano do território, pois atuam conjuntamente com a ACM, a principal interlocutora política do território rural.

4.1. A Associação como instrumento de luta

Como já foi discutido, a ocupação de Campo Alegre aconteceu em janeiro de 1984. E um ano e dois meses depois ocorreu a ocupação da Fazenda Boa Vista que mais tarde viria a ser a área do Assentamento Municipal Rural do Marapicu. Em 1985, iniciou o processo de discussão sobre a divisão do território de Campo Alegre que, segundo a entrevistada assentada Miriam (outubro de 2019), era para otimizar o processo de organização da ocupação: *“Não é dividir no sentido de separar politicamente não, mas para que melhor pudesse trabalhar o processo da ocupação as pessoas tinham que se organizar por região.”* A assentada participou ativamente do processo de ocupação. Miriam chegou ao território de Campo Alegre depois de escutar na rádio que o governo de Leonel Brizola (1983-1987) estava distribuindo terras para famílias plantarem.

Nesse período, há a ocupação de Marapicu, que no curso dos anos ainda se destaca no processo de organização política dentre as demais regionais de Campo Alegre. Sobre essa última afirmação, a agente da Comissão Pastoral da Terra Sonia Martins, em entrevista dada para a pesquisa (julho de 2019), pontua que o processo de consolidação política de Marapicu se deu de forma positiva devido à uma das primeiras lideranças de Marapicu, Luís Fernando de Jesus: *“Luís é a pessoa que consegue alavancar o processo de ocupação de Marapicu.”* Nesse contexto, um ano depois da ocupação foi criada a Associação dos Camponeses do Marapicu.

Luís, originário do Sergipe, chegou ao Rio de Janeiro ainda jovem. No início da década de 1980, quando morava no bairro da Palhada¹¹⁴, Nova Iguaçu, conheceu o movimento da ocupação da Fazenda Boa Vista, em 1985. Em pouco tempo, Luís passou a ser uma das principais lideranças da ocupação e um ano depois, foi eleito o primeiro presidente da recém-criada Associação dos Camponeses do Marapicu. Os conhecimentos adquiridos no Exército Brasileiro contribuíram para a permanência na ocupação. Luís alistou-se ao Exército Brasileiro logo depois que concluiu a maioridade, onde foi possível estudar e concluir o ensino médio. Uma das primeiras ações da

¹¹⁴ É um bairro vizinho a região onde está o assentamento.

primeira direção da Associação foi a formação de uma comissão para ir até o INCRA em Brasília, como foi descrito no segundo capítulo. A comissão realizou junto ao INCRA a abertura do primeiro processo referente desapropriação da área ocupada. Luís foi responsável pelo retorno do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra à Campo Alegre no início dos anos 1990 após ter se associado ao movimento. Já nos anos 2000, Luís passou a integrar a equipe da CPT e coordenar a instituição. Devido a uma grave doença, Luís faleceu em 2012.

A Comissão Pastoral da Terra está presente no assentamento desde o momento da sua ocupação. No entanto, o período de maior inserção da instituição no território foi quando Luís era o coordenador. Dentro do assentamento, o agente Luís formou outras pessoas para fazerem parte da pastoral. Sua formação “rendeu bons frutos” como disse a assentada Catarina, ao ser entrevistada por mim:

Aí, o falecido Luís Careca, Luís da CPT, me chamou para fazer parte da CPT. Eu nunca tinha ouvido falar o que era CPT, mas aí, curiosa, fui participar das reuniões e aí começou o processo de formação. Viajei pra caramba conhecendo a CPT em outros estados. E aí desde 2000 que eu moro aqui no assentamento, que eu faço parte da CPT, hoje, eu to um pouco afastada por questões da vida né, mas assim, uma vez CPT sempre CPT. Eu não consigo imaginar sem ser CPT. Eu acho que é quase codinome, Catarina, agricultura da CPT. Porque esse foi um legado que ele (Luís) não está mais aqui entre nós, mas eu digo que eu sou a pupila que ele formou, né. Cada um tem que formar alguém porque a gente não fica para sempre. Então hoje se eu estou no assentamento, vou às reuniões, se eu ajudo a fazer pressão política a fazer luta é graças à formação que eu tive na CPT e graças às lideranças que aqui tem, né, porque tem. (Catarina, assentada, setembro de 2019)

Na fala da assentada observa-se o importante papel de liderança que Luís desempenhava no território rural. Nessa direção, o falecimento do Luís tornou instável a organização política, pois ele se tornara a referência política do território. Mesmo fragilizada, a ACM continuou com seus encontros.

Em 2017, quando estagiava na Secretaria de Agricultura, mensalmente, ou num espaço de tempo menor que um mês, havia sempre alguém de Marapicu na sede da secretaria para levar ofícios das estradas vicinais intransitáveis como também para cobrar a continuação do processo de regularização fundiária das famílias. Mas o que me chamava mais atenção era a atuação da Associação como um instrumento de reivindicação de políticas públicas para a área rural, o “tripé,” como algumas pessoas do assentamento ou da Associação dizem: água, energia elétrica e estrada. Sem água e luz não há condições dignas de permanência no território e sem a manutenção das estradas há um agravamento na situação das famílias agricultoras. Essas eram algumas das pautas

reivindicatórias levadas pela Associação ao poder público, que eu pude observar enquanto estagiária. A interlocução do assentamento com os atores externos é observada pela assentada Camila, “*A Associação é o braço que a gente tem para não ficar somente aqui, a gente lutar sozinho. É a nossa voz lá fora.*” A Associação coloca-se na condição de ponte entre a comunidade do assentamento (dentro) e o poder público (fora), assim disse um dos assentados entrevistados.

Como dito no segundo capítulo, um das principais linhas de atuação da Associação foi a participação ativa no processo de retorno das áreas rurais de Nova Iguaçu. Mas esta não foi a única. Nas três décadas de atuação da Associação, foram realizados enfrentamentos pelos seus membros tal como foi identificado na fala da assentada Miriam, durante a entrevista. A assentada remete-se ao tempo do início da ocupação:

Naquele tempo era tão bom, quando tinha muita gente. Mas o povo está cansado, o povo já está cansado. Eu continuo, mas eu estou com 63 anos... a gente sorri e chora. Minha filha, estou aqui há 35/36 anos, já viu quantas estradas eu peguei aqui dentro, quantas caminhadas, passeatas que a gente fazia. Daqui de dentro a gente saía até lá para Cinelândia para política. (Miriam, assentada, outubro de 2019)

A Associação dos Camponeses do Marapicu não atua somente pressionando o Estado, mas também fomentando projetos e ações dentro do assentamento. Ainda que tenha alcançado o marco jurídico-legal da constituição do assentamento, a Associação opera frentes de trabalho que fazem parte do processo de luta pela terra. São elas: a luta pela educação do campo; por um espaço para comercialização dos produtos; por um espaço de aprendizagem para os agricultores; entre outros. Com relação às estratégias para o fortalecimento da rede de relação dos atores sociais, a organização política fomenta atividades coletivas, tais como: a criação do grupo de mulheres para a produção de fitoterápicos e criação de abelhas; a promoção de cultos religiosos, confraternizações e datas comemorativas que resgatam a memória do território; entre outros. Por fim, a associação, a partir da articulação com parceiros, já possibilitou a implantação de importantes projetos, como por exemplo, o curso¹¹⁵ de formação de práticas agroflorestais que foi promovido pela AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia¹¹⁶

¹¹⁵ Ver o boletim informativo: <https://aspta.org.br/2012/07/13/praticas-agroflorestais-em-foco-uma-proposta-de-regulamentacao-para-as-agroflorestas-e-para-o-pousio-no-estado-do-rio-de-janeiro/>

¹¹⁶ A AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. <https://aspta.org.br/quem-somos/>

em 2012. As ações e estratégias promovidas pela Associação dos Camponeses do Marapicu serão apresentadas a seguir.

4.1.1. A educação do Campo e a construção do saber agroecológico em Marapicu

Na década de 2000, importantes discussões permearam o Assentamento Municipal Rural do Marapicu no que diz respeito à construção de uma educação pautada na realidade local. A articulação da educação do campo e a construção de Escolinha de Agroecologia foram dois processos que, alavancadas pela liderança local, tomaram corpo e existem até hoje¹¹⁷. Tanto a educação do campo quanto a Escolinha de Agroecologia possuíam, como princípio norteador de suas ações a realização de um processo pedagógico que fosse transformador e contra hegemônico¹¹⁸. No entanto, é preciso detalhar a trajetória de ambos os processos para compreender como se deu a atuação da Associação dos Camponeses do Marapicu para viabilizá-los no assentamento.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, existem doze escolas (primário e ginásio) no município de Nova Iguaçu localizadas nas áreas delimitadas como rurais.

Dados da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu mostram que, das 125 escolas da rede municipal, apenas 12 estão em áreas rurais, atendendo a quase 3 mil alunos. Das escolas rurais, apenas quatro recebem recursos do Programa Mais Educação, do governo federal, que incentiva a oferta de atividades complementares de esporte, lazer, arte, reforço escolar e outros. Isso porque uma das exigências do Programa é que as escolas tenham, no mínimo, 100 alunos, o que não é a realidade de dois terços das escolas rurais de Nova Iguaçu. (LEAL; JÚNIA, 2000, p. 7-8)

As escolas rurais caracterizam-se por estarem localizadas nas áreas denominadas como tal. No entanto, havia no início da década de 2000 uma crítica à forma de como as escolas rurais eram orientadas, pois elas não respondiam pedagogicamente a realidade dos alunos das áreas rurais. Dessa forma, a Associação iniciou um processo para pensar politicamente a educação dentro das áreas rurais junto com a EMATER, o MST e a CPT. Esse processo estava condicionado à promoção da educação do campo dentro das escolas rurais uma vez que a pedagogia utilizada nelas se contrapunha a realidade local. Diferentemente da educação regular, a educação do campo com base na educação popular é pensada para a população do campo. A pedagogia utilizada neste caso difere

¹¹⁷ Iniciativas que ainda existem, porém em outros moldes devido às mudanças organizacionais.

¹¹⁸ Palavra usada para explicar que ambos os processos contrapõem-se a hegemonia do campo educativo.

da educação regular, por exemplo, em razão da aplicação da Pedagogia da Alternância¹¹⁹. A educação do campo é orientada segundo a realidade do aluno pertencente à área rural. Dessa forma, a educação do campo:

Visa garantir ao trabalhador/a do campo o direito de educar-se de acordo com as suas próprias particularidades culturais e especificidades de vida e de luta. Corresponde ao reconhecimento de que historicamente o Estado negou a educação deste teor à população do campo (FELICIANO,2011, p. 2)

Como resultado da articulação dos atores sociais das áreas rurais, em 2005 foi criado o Fórum de Educação do Campo de Nova Iguaçu sendo um órgão colegiado de natureza consultiva, de assessoramento e fiscalização, voltada ao estudo, à formulação de políticas, diretrizes e programas, para a consecução de finalidades da Educação do Campo. Vale ressaltar, que 2005 iniciou um novo mandato em Nova Iguaçu com o prefeito Lindberg Farias (2005-2010). O mandato possibilitou a discussão de pautas progressistas entre a Sociedade Civil e Poder Público. Sendo assim, em dezembro de 2005, aconteceu I Seminário da Educação do Campo em Nova Iguaçu, como enfatiza a agente da CPT entrevistada:

O Luís, então coordenador de Marapicu, ele juntamente com a liderança do MST, CPT e pessoas da EMATER, sobretudo mais, na época, Mariela, iniciaram um processo de pensar politicamente educação dentro do contexto das áreas rurais de Nova Iguaçu. E importante que dessa conversa surge o primeiro seminário de Educação do Campo que ainda não era essa expressão dita, mas foi o primeiro seminário que ocorre em Nova Iguaçu. E muito importante porque houve uma presença importante de todos os assentamentos e representação das escolas e elas trocaram experiências dizendo como que é esse processo e depois disso não parou. (Sonia Martins, agente da CPT, novembro de 2019)

Após esse processo de discussão, a Associação junto com os atores sociais de outras áreas rurais, movimentos e instituições iniciou um movimento de enfrentamento à Secretaria Municipal de Educação uma vez que a política de educação do município não contemplava a realidade de meninos e meninas que viviam nas áreas rurais de Nova Iguaçu. Renato Gomes (2015) observa que a pressão dos movimentos sociais foi fundamental para colocar em evidência a pauta da educação do campo no município:

A Educação do Campo no Município de Nova Iguaçu começou a ser pautada a partir da pressão dos Movimentos Sociais que reivindicavam que a educação do campo fosse contemplada diante da realidade rural do município. (GOMES, 2015, p. 23)

A política de enfrentamento dos atores sociais das áreas rurais de Nova Iguaçu resultou também na criação, em 2005 de uma equipe dentro da Secretaria Municipal de

¹¹⁹ A Pedagogia da Alternância significa, segundo Calvó, um “conjunto dos períodos formativos que se repartem entre o meio sócio profissional (seja na própria família ou na empresa) e a escola. Isto sempre dentro de uma interação educativa escola-meio” (Calvó, 1999, p. 17).

Educação que pensasse a Educação do Campo para a Rede Municipal de Educação. Em 2006, houve a elaboração e aprovação do Projeto Educação do Campo para Formação Continuada de Educadores Municipais Rurais de Nova Iguaçu com recurso do MEC/FNDE. Tal projeto contou com a participação da CPT, do MST e do Instituto Ibelga que auxiliaram a SEMED no planejamento dos temas da formação que tinha como base a Pedagogia da Terra e Pedagogia da Alternância (GOMES, 2015). Faz-se necessário pontuar que mesmo a SEMED reconhecendo as escolas rurais, não existia antes desse movimento uma política que pensasse a educação na realidade rural, isto é, a educação do campo. Dessa forma, a educação do campo é uma política pública reivindicada pelos atores sociais das áreas rurais, movimentos, instituições e a comunidade escolar.

Em 2008, a Secretaria Municipal de Educação lançou o Plano Municipal de Educação – PME/NI 2008/2018 contendo oito objetivos com metas para a promoção da educação no campo no município. O documento foi um subsídio para o acompanhamento e avaliação de políticas públicas implementadas no Município entre os anos de 2008 e 2018. É importante frisar que não há decretos que delimitam as escolas do campo de Nova Iguaçu, isto é, escolas com a pedagogia baseada na educação do campo.

Em 2011, uma década após o início da mobilização, a prefeitura – pressionada por esse movimento – viabilizou outra demanda: a ida de jovens das áreas rurais do município que já tinham concluído o antigo ginásio, atualmente ensino básico, à Escola Agrícola Barão de Langsdorff, localizada em Magé, para cursar o ensino médio e técnico agrícola. A ida desses jovens para outro município deve-se ao fato de que Nova Iguaçu não possui escola do campo/agrícola para alunos do ensino médio. Mariana, então assessora técnica da Secretaria de Agricultura faz observações sobre esse período e a relação com Marapicu:

Eu me sacrifiquei muito, a minha pequena equipe... A gente sofreu muito para garantir aqueles adolescentes indo para a escola de Magé, Barão Langsdorff, para eles poderem fazer o curso e terminarem esse curso lá. Darem continuidade ao trabalho lá, o trabalho dos pais de uma forma mais qualificada, mais assertiva, mais profissional, mais técnica, porque falta-nos muito técnica, técnica de campo. Técnicas que eles sejam capazes de produzir sem muito sacrifício sem tanto esforço. Então tudo isso fez muita diferença. (Outubro de 2019)

Alunos de Marapicu, Campo Alegre, Tinguá, entre outras localidades rurais dependiam desse transporte. A fala da assessora se refere ao esforço de fazer com que, na época, essa política pública fosse executada de forma a não afetar o cotidiano dos

alunos. A Prefeitura disponibilizava o transporte para levar os jovens das áreas rurais para Magé, mas muitas vezes o transporte não aparecia para buscar os alunos. A iniciativa deixou de ser promovida pela prefeitura assim que os três anos do ensino médio e técnico foram concluídos por esses estudantes. Segundo os entrevistados, não havia orçamento para essa ação, sendo assim, não foi possível a continuação do projeto com um novo grupo de alunos das áreas rurais. A assentada Catarina, durante uma conversa sobre o projeto da escola agrícola, resume como foi a sua trajetória na condição de estudante:

Tínhamos problemas no transporte, em vez de vir uma van, eles mandavam uma Uno (Fiat). Vínhamos nove pessoas numa Uno, fora o motorista. Como que vinha? Não me pergunte. Mas a gente vinha. Mas se tudo ficasse certo, o transporte fosse buscar, era numa Kombi e aí tinha o normal, né. Às vezes atrasava, a gente perdia aula da segunda porque já chegava muito tarde. Porque ficava aguardando liberar a van. Às vezes liberava a van, mas não tinha combustível. Até ir abastecer... tinha que ser lá no Posto Treze, ou seja, demorava um pouco. Mas era esse o percurso. E aí durou só os três anos do ensino médio, quando todos que foram para lá terminaram o ensino médio, eles (prefeitura) cessaram, porque estava sendo muito transtorno. (Catarina, assentada, abril de 2020)

Há uma escola do campo localizada em Campo Alegre, no Regional Acampamento, a Escola Municipalizada Campo Alegre, anteriormente chamada de Escola Comunitária Limberg. A Escola Comunitária Limberg, que foi construída pelos ocupantes de Campo Alegre em 1984, foi municipalizada em 1987 e ao mesmo tempo teve seu nome alterado. O primeiro nome da escola foi escolhido em assembleia para homenagear Limberg, liderança assassinada em Campo Alegre¹²⁰. No entanto, segundo Sônia Martins (2020, p. 43), “a primeira medida do Estado, contribuindo para a produção do esquecimento do episódio, ao adentrar a escola, foi mudar arbitrariamente o seu nome, substituindo-o para Escola Municipalizada Campo Alegre”.

Sônia Martins (2020), que também é educadora popular, na sua dissertação “A Educação do Campo como ferramenta de luta pela permanência na terra no assentamento de Campo Alegre na Baixada Fluminense - Rio de Janeiro” analisa as experiências de um projeto de educação popular, vivenciado por ela, nas escolas comunitárias de Campo Alegre entre 1984 e 1986. A Escola Comunitária Limberg e a Escola Comunitária José Anastácio, construídas pelos ocupantes de Campo Alegre, possuíam uma pedagogia voltada à história da ocupação. As escolas foram municipalizadas e, décadas depois, uma passou a pertencer ao município de Nova

¹²⁰ Limberg, uma das lideranças de Campo Alegre, foi assassinado brutalmente em 1985 (MARTINS, 2020).

Iguaçu e a outra ao município de Queimados. As escolas, atualmente, são classificadas como do campo, mas apresentam uma série de fragilidades que comprometem o êxito da pedagogia proposta¹²¹. A realidade apresentada, atualmente, nas escolas difere-se das escolas comunitárias da ocupação, como observa Sonia Martins (2020, p. 48):

As escolas aqui em tela tiveram seu nascimento no ventre da luta pela terra, tendo como parteiras e parteiros os grandes guardiões dos saberes populares e, por isso, eram escolas comunitárias – sua existência dependia da capacidade de mobilização e de organização dos sujeitos organizados. Com a chegada do Estado, tornam-se escolas institucionalizadas e são abortados os projetos iniciais e a organização que as sustentavam. Dessa forma, os guardiões da proposta e da prática de educação popular foram retirados e isolados em um casulo, tendo que pedir licença para entrar. No entanto, o público alvo dessas escolas são os(as) alunos(as) que se mantêm na comunidade e amparados por esses guardiões. E são eles (as) quem vão suscitar, na sala de aula, a memória histórica dessa escola e dessa comunidade em outros tempos. Assim, é por conta dessa demanda que o passado e o presente se (re)encontram através de outros atores sociais que não fizeram aquela experiência histórica anterior. Isso vai exigir que tanto os(as) professores(as) quanto os(as) alunos(as) revirem os escombros do passado para lá reencontrarem os elementos importantes que vão ajudar a entender este presente.

A partir da análise da Sônia, observa-se que o movimento de reivindicação por uma educação do campo em Marapicu, resulta do processo histórico iniciado com a ocupação de Campo Alegre. A educação do campo perpassa o ensino das práticas agrícolas; ela trabalha com a memória e a identidade de cada território e de seus sujeitos. Dessa forma, a educação do campo tem como objetivo possibilitar que homens e mulheres do campo sejam reconhecidos e se reconheçam como sujeitos de direitos dos mais distintos territórios rurais.

É importante ressaltar que a localização da Regional Marapicu inviabiliza que as crianças e adolescentes do ensino básico frequentem a escola do campo de Campo Alegre. Em outras palavras, o trajeto entre Marapicu e a escola do campo é longo e as estradas rurais são precárias. Dessa forma, é mais viável que eles estudem na escola da área urbana vizinha ao assentamento, como ocorre de fato. Embora, o ideal era ter uma escola do campo no assentamento, assim como, explica a assentada Camila, durante a entrevista:

Campo Alegre tem um colégio, mas aqui dentro de Marapicu não tem. Eu dei aula de alfabetização. Eu queria muito na época que eu dava aula, eu queria que a nossa Associação ou outro espaço que tivesse... tivesse um colégio...

¹²¹ Evasão de professores que não querem trabalhar em áreas rurais que, em muitos casos, são lugares de difícil acesso; a falta de interesse das secretarias municipais de educação que resultam no enfraquecimento do setor da educação do campo no município; falta de material didático; falta de orçamento; entre outros.

um colégio para a gente dizer assim, “Nosso! Da comunidade!” Porque as nossas crianças saem da área rural, do nosso meio, da nossa realidade para estudar numa área urbana, a realidade é totalmente outra. Eu tenho até experiência, na época que eu dava aula de reforço escolar, alfabetização de jovens e adultos. (Camila, assentada, novembro de 2019)

A luta por uma educação voltada para a realidade do campo da Baixada Fluminense prosseguiu e, em 2009, Marapicu participou de outra articulação. Dessa vez para a criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro junto com professores, movimentos sociais, representantes das lutas quilombolas, caiçaras e indígenas de diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro. E assim, alguns alunos formados na escola agrícola de Magé compuseram a primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo (2010-2013). Além de participar da articulação do curso, a Associação também contribuiu para o processo de matrícula da turma. O curso foi, no primeiro momento, elaborado para assentados de reforma agrária e um dos requisitos obrigatórios para realização da matrícula era apresentar o número do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Tal burocracia excluía alunos de outros grupos, como quilombolas, caiçaras e até mesmo ocupantes de reforma agrária que não eram cadastrados no INCRA, via SIPRA. Dessa forma, a Associação cedia o número do SIPRA do assentamento de Marapicu para que a matrícula desses alunos pudesse ser realizada. Segue a transcrição da fala da assentada Catarina, que torna possível observar a articulação de diversas instituições e movimentos, incluindo a Associação dos Camponeses do Marapicu, para a construção da LEC:

E aí, nas assembleias (da associação), eles sempre nos informavam da importância que seria para os jovens que aqui estavam fazer nível superior, poderia ser em qualquer área, mas que a porta estava aberta era de formação de professor porque Nova Iguaçu tem 12 escolas do campo e a formação era uma formação normal assim, igual a da cidade, sem contextualizar. E aí juntou a CPT, FETAG, MST, alguns parceiros da universidade como Marília Campos, Roberta Lobo, Lia Teixeira. E aí começaram escrever o projeto junto com o MDA, porque já existia em outros municípios, como por exemplo, na Paraíba já tinha tido LEC e a gente começou dizer que a gente queria também. Só que eles falavam que não tinha demanda, “mas vai ter pessoas para vim?” E aí começamos a levantar as pessoas que queriam fazer e juntamos. Um empecilho era o tal do SIPRA porque nem todo mundo tinha SIPRA e aí a gente (Marapicu) acabou emprestando SIPRA para quem não tinha, para que pudesse estudar. Porque na época era PRONERA, era só para assentados. Assentado tem SIPRA, se não tem SIPRA não poderia fazer parte. A gente precisou burlar um pouco da lei, porque não. Por exemplo, Campo Alegre teria jovens que não poderia fazer, porque eles não têm SIPRA. (Catarina, assentada, setembro de 2019)

A assentada Catarina relembra, durante a entrevista, como aconteceu esse processo que resultou na entrada de agricultores do assentamento para uma universidade pública através do curso de Licenciatura de Educação do Campo:

Eu sou agricultora desde sempre, desde quando morava no norte e vim para Marapicu e enquanto assentamento abriu novas oportunidades na minha vida. Hoje, se eu tenho nível superior eu agradeço ao assentamento e as pessoas que estavam aqui na época. O Luis Fernando de Jesus da CPT que junto com outros parceiros, movimentos sociais insistiram em lutar para ter uma educação do campo aqui na Rural (universidade) em Seropédica. A partir dessa brecha a gente conseguiu colocar bastante pessoas do assentamento na academia fazendo a LEC e a partir daí quem quis continuar estudando, continuou. Eu por exemplo, continuei. Se não fosse o assentamento, com certeza, não teria nível superior. Então, nesse aspecto eu sou muito grata ao assentamento e, tirando esse véis, é um lugar que eu gosto de morar. (Catarina, assentada, setembro de 2019)

Além do relato de Catarina, outros aparecem no livro da Marília Campos¹²² (2014) “Percursos Formativos dos Educandos da Licenciatura em Educação do Campo - turma Oséias de Carvalho - UFRRJ 2010-2013”. Como diz o próprio nome, o livro reúne as experiências de homens e mulheres do campo que puderam vivenciar o ensino superior voltado para a sua realidade do campo ao compor a primeira turma da LEC. Compuseram a turma “Oséias de Carvalho” moradores da Baixada Fluminense, que eram: agricultores de Campo Alegre – incluindo Marapicu –, agricultores de Tinguá e agentes da CPT/Nova Iguaçu; e de outras regiões do Estado do Rio de Janeiro¹²³. O nome da turma foi uma homenagem ao Oséias de Carvalho, importante liderança de luta pela terra, assassinado no dia 19 de março de 2009 em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, sendo mais uma vítima do latifúndio. Oséias ajudou na luta por Campo Alegre, onde viveu e se empenhou para construir uma escola do campo além de ser pai de uma das educandas da turma LEC/PRONERA da UFRRJ, Suellen Carvalho, que é agricultora, moradora de Campo Alegre e militante do MST (CAMPOS, 2014, p. 8).

A criação da LEC possibilitou a democratização do ensino superior nas comunidades rurais, principalmente da Baixada Fluminense, como vimos anteriormente. No entanto, existe um obstáculo presente no contexto rural do estado do Rio de Janeiro

¹²² Docentes do Curso Licenciatura de Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

¹²³ A turma Oséias de Carvalho, primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo do estado do Rio de Janeiro, teve início em 20 de setembro de 2010. A turma era composta por representantes de diversos movimentos sociais, sindicais e povos tradicionais, sendo alguns movimentos com trajetória na luta pela educação dos povos do campo, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras entidades vinculadas aos assentamentos de Reforma Agrária como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), a Associação dos Moradores do Campinho - Paraty/RJ (AMOC), além da Rede de Educação Cidadã (RECID), do Movimento de Ocupação Urbana e organizações quilombolas, caiçaras e indígenas. (CABRAL, 2015)

que inviabiliza o ingresso da população do campo no ensino superior: o baixo nível de escolaridade. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, dos 160.571 produtores entrevistados no Rio de Janeiro: 8,11% nunca frequentaram a escola, 25,61% estudaram até o antigo primário, 7,96% estudaram até o antigo ginásio, 15,40% concluíram o ensino médio. Somente cerca de 10% possuem nível superior.

O baixo nível de escolaridade é uma característica da população do Assentamento Municipal Rural do Marapicu. No roteiro de entrevista utilizado não especifiquei uma questão relacionada ao nível de escolaridade do entrevistado, pois não queria criar algum tipo de constrangimento. No entanto, foi possível identificar nas falas de alguns assentados o pouco acesso que tiveram a escola, como o caso da assentada Luana que contou sua história de vida durante a entrevista:

Estudei pouco porque na época meu pai era que mandava, então tinha que obedecer na época do nosso pai. Agora você fala hoje em dia com a criança nem está ai. Meu pai falava, “é assim, é assim”, então nós tinha que obedecer. Não estudei, parei na quarta serie, estava muito as minhas notas. A professora mandou recado para mim, eu não quis voltar, fiquei invocada, não voltei mais. Não estudei mais não, daí veio os filhos, acabou. (Luana, assentada, outubro de 2019)

O relato proposto tem como objetivo ilustrar os números que comprovam o baixo nível de escolaridade do campo brasileiro. O Censo Agropecuário de 2017 aponta que dos 15 milhões de produtores entrevistados no Brasil, somente 5,58% tem nível superior, 15% nunca frequentaram a escola e cerca de 24% estudaram o antigo primário, como por exemplo, a minha mãe. Minha mãe é filha de italianos que adquiriu terras no sul do Espírito Santo para plantar café. Por cerca de duas décadas trabalhou na lavoura e foi impossibilitada de estudar. Minha mãe estudou até a quarta série do ensino fundamental, pois além da escola ser longe, meu avô não permitiu que ela continuasse estudando já que precisava de mão de obra na lavoura.

No caso de Marapicu, além do baixo nível de escolaridade existem outros fatores que impedem o ingresso de pessoas do assentamento na LEC. O primeiro obstáculo refere-se à falta de uma liderança que motive as pessoas do assentamento. A assentada Sabrina afirmou¹²⁴ que Marapicu necessitava de uma liderança que, de sítio em sítio, explicasse a importância da graduação para o cotidiano do assentamento, como Luís fazia: “*Luís ia de sítio em sítio para explicar a LEC.*” Soma-se à realidade do assentamento a influência das igrejas neopentecostais que colocam a mulher numa condição de submissão. Tal influência foi identificada durante conversas informais com

¹²⁴ Durante uma conversa sobre a participação da Associação na criação da LEC em abril de 2020.

alguns assentados. Em outras palavras, estudar é uma ação que se contrapõe a estrutura religiosa vigente no território. A mulher deve se dedicar somente aos serviços do lar e cuidar dos filhos.

Ao mesmo tempo em que contribuía na articulação da educação do campo, a Associação consolidou estratégias de permanência no assentamento através, por exemplo, da formação agroecológica das famílias do assentamento.

O processo de formação agroecológica da área rural foi propulsionada pela liderança e assentado Luís Fernando de Jesus e pelo padre Geraldo Lima¹²⁵, que também fazia parte da Comissão Pastoral da Terra. Representando a CPT, ambos participaram do curso de formação Homeopatia da Terra, realizado em Campos dos Goytacazes, em meados dos anos 2000. O curso era voltado para os trabalhadores rurais e ensinava práticas da homeopatia para serem usadas na terra, que se contrapunham à utilização de agrotóxicos. Ao concluírem a formação, começaram a pensar no processo de multiplicação do saber adquirido no curso. A articulação desse processo resultou na criação no ano de 2007 da Escolinha de Agroecologia, em Marapicu. Portanto, a base de formação da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu foi a formação que Luís e Padre Geraldo receberam durante o curso de homeopatia da terra. Ao chegarem a Marapicu, começaram a discutir, por meio da Associação, um novo jeito de trabalhar com a terra sem a utilização de defensivos agrícolas. Com a Escolinha de Agroecologia, iniciou-se um processo de repensar o trabalho na terra em Marapicu a partir das práticas agroecológicas. Os encontros/aulas da Escolinha eram pensados a partir de um tema apresentado por um convidado palestrante. O processo de discussão sobre as mudanças no jeito de plantar foi tomando forma e conteúdo e, em 2008, Marapicu e a CPT iniciaram um diálogo com a EMATER-Rio.

Em 2008, a EMATER-Rio foi convidada pela CPT para ser parceira e, assim proferir palestras na Escolinha. Um ano depois, a EMATER-Rio passa a coordenar junto com a CPT o projeto da Escolinha. Com o sucesso desse projeto e para facilitar o acesso de agricultores de outras regiões da Baixada e adjacências, as aulas passaram a ser realizadas na região central de Nova Iguaçu, numa das salas da Catedral de Santo Antônio, onde acontece até hoje. É importante pontuar que as aulas da Escolinha

¹²⁵ Padre Geraldo Lima foi assessor religioso da CPT Nova Iguaçu e fazia parte da Diocese de Nova Iguaçu. Ele é chamado, o "Profeta das Romarias", pois segundo Sonia Martins (2020, p. 29) "ele trazia na veia a marca profética da libertação e por isso estava no meio do povo para que juntos pudessem redescobrir os caminhos para liberdade". O sacerdote faleceu no ano de 2018, após completar 50 anos de sacerdote.

tiveram início dentro do assentamento e, depois, foram transferidas para o CIEP 324 Mahatma Gandhi, que fica na área urbana vizinha. Assim relembra Rafael¹²⁶ quando conheceu Marapicu pela primeira vez, na época, estudante de Ciências Agrícolas da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

Nós fomos fazer uma atividade que era o primeiro ano da Escolinha de Agroecologia e foi naquela escola, naquele CIEP ali em Aliança do lado de Marapicu. E ali foi um dos contatos que eu tive... assim, mas próximo com o território. Já conhecia Marapicu por conta de conhecer Campo Alegre, de ter ido e tal, mas não necessariamente eu lembrava de ter ido na regional Marapicu. E ali a gente começa a debater mais Marapicu... a gente ouve. Quem estava nessa atividade era padre Geraldo. Foi uma atividade sobre Agrotóxicos, nós fizemos dinâmica de modelos de moléculas de agrotóxicos para poder falar sobre essa questão. (Novembro de 2019)

A experiência de Rafael na Escolinha retratou um dos seus principais objetivos: a crítica à utilização de agrotóxicos pelos agricultores familiares que vai resultar em novas práticas de cultivo e em novas estratégias de permanência no território.

A consciência política de uma das lideranças e também integrante da Comissão Pastoral da Terra, traduziu-se na busca pela formação agroecológica. Ao ser ensinado sobre novas práticas de cultivo, o mesmo aprendeu uma nova forma de respeitar¹²⁷ a terra sem a utilização de agrotóxicos. Norteados por esse novo paradigma, a CPT e a Associação dos Camponeses do Marapicu criaram a Escolinha de Agroecologia. A aderência nas formações da Escolinha indicava a mudança de consciência dos agricultores.

Não irei problematizar aqui a utilização política do conceito de agroecologia, pois não é o objetivo deste capítulo, mas vale ressaltar a reflexão realizada por Caetano De' Carli (2013) sobre a utilização do conceito de agroecologia no discurso político do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. De' Carli (p. 2, 2013) afirma que “de uma prática de produção contra-hegemônica, a agroecologia pode materializar-se em um discurso político emancipatório. E de um discurso político emancipatório, a agroecologia pode materializar-se em práticas de produção contra-hegemônicas.” O processo de articulação de uma ação como o da Escolinha de Agroecologia é fruto de um processo político que os atores sociais de Marapicu desenvolveram no território.

¹²⁶ Em 2012, Rafael foi o assessor técnico da Prefeitura de Nova Iguaçu, cargo comissionado lotado na Secretaria de Agricultura, e trabalhou na entrega dos títulos do assentamento.

¹²⁷ A palavra respeito foi utilizada na frase, pois a Terra é compreendida, subjetivamente, como um ser, uma divindade.

4.1.2. Do Mercado Produtor Rural a Feira da Roça de Nova Iguaçu

A Associação dos Camponeses do Marapicu também teve papel fundamental no que diz respeito à criação da Feira da Roça de Nova Iguaçu em 2006, como um espaço de comercialização dos agricultores familiares do município. Com a falência da COUAMCA¹²⁸ no início dos anos 1990, os produtores de Campo Alegre deixaram de comercializar suas mercadorias no CEASA-RJ. Dessa forma, cada regional passou a comercializá-las isoladamente, como recorda Camila durante a entrevista, “*o pessoal lutava para ter um espaço para poder comercializar seus produtos porque muitos vendiam lá no túnel em Nova Iguaçu, outros vendiam de porta em porta, então não tinha um lugar fixo.*” A realidade de Campo Alegre não era diferente das outras áreas rurais do município. Os agricultores de Nova Iguaçu não dispunham de um local de referência para comercializar a sua produção. Diante desse contexto, no final da década de 1990, A ACM junto com a EMATER-Rio se destacou no processo de articulação para reivindicar um espaço de comercialização onde as famílias agricultoras pudessem vender seus produtos e, conseqüentemente, gerar renda. Juntaram-se a essa articulação atores sociais de outras rurais do município, como Tinguá e Jaceruba.

Como resposta a esse processo, em 2004, foi criado o Mercado Produtor Rural pela prefeitura de Nova Iguaçu (Figura 31). O espaço era um galpão distante do Centro de Nova Iguaçu e com pouca movimentação de pessoas.

¹²⁸ Assunto detalhado no segundo capítulo.



Figura 30: Mercado Produtor Rural, 2004. Foto disponibilizada pela EMATER de Nova Iguaçu.

Durante o processo de mobilização para a criação desse espaço centralizado de comercialização de produtos agrícolas, os agricultores para provar que existia agricultura em Nova Iguaçu, fizeram uma exposição dos seus produtos para os gestores da prefeitura. Essa mobilização foi lembrada por Camila durante a entrevista:

Nessa época, se não engano, o secretário de agricultura de Nova Iguaçu, não lembro quem era, não sei se era o Mario Marques. Mas assim pediram para fazer um apanhado das coisas que o pessoal produzia, aqui, na área rural. Para mostrar para ele que aqui tinha, agricultura em Nova Iguaçu. Aí entre esses produtos que levaram, fora as produções que o pessoal tinha, levaram produtos artesanais, que é o artesanato na área rural, produtos fitoterápicos. Fizeram uma cestinha que era com os produtos, sabonete, xampu, essas coisas assim... artesanato com fibra de coqueiro, bananeira, semente... para poder apresentar a ele, “Oh, essa é a nossa agricultura, isso aqui que a gente trabalha”, e graças a isso, essa apresentação que conseguimos conquistar o espaço ali na Rui Barbosa. Os produtos foram meus porque eu trabalhava com fitoterápicos e com artesanatos de fibras de bananeira, coqueiro e sementes. Aí, graças a Deus, nós conseguimos a comunidade com empenho de todo mundo conseguiu ganhar esse espaço. (Camila, assentada, novembro de 2019)

Dois anos depois, em 2006, a prefeitura fechou o mercado do produtor rural justificando que o espaço precisava de reformas. Com a demora das obras, os agricultores iniciaram um movimento de reivindicação para o retorno do mercado e o espaço da Praça Rui Barbosa, no Centro de Nova Iguaçu foi autorizado pela prefeitura para o funcionamento da feira. A Associação fez parte desse processo de retorno da feira, como relata o assentado Pedro durante a entrevista:

A feira tem 13 anos. A gente lutou, lutou. Lá fora, era tipo de uma garagem, nós fomos para lá, mas não tinha venda. Era um lugarzinho parado que não

tinha venda. Único espaço que a gente arrumou foi lá, eu acho que foi Sabrina que arrumou esse espaço, a prefeitura cedeu esse espaço para a gente lá. A feira começou com Marapicu. Um garagem perto da Garotinho (restaurante popular). Foi com muita luta, porque eles pegaram a gente, eu não sei o que eles arrumaram que eles venderam aquilo lá e a gente ficou sem espaço. Aí começamos a fazer uma abaixo assinado ali fora, Nova Iguaçu. O único espaço que eles acharam foi ali para colocar a gente. Ia colocar a gente provisório. Então a gente começou a lutar, lutar. Eles queriam tirar a gente. Passamos até três meses sem fazer a feira no tempo do Bornier. Aí lutamos, lutamos, fizemos um montão de abaixo assinado, aí quem, ele voltou novamente feira e estamos até hoje. (Pedro, assentado, outubro de 2019)

A partir desse processo, a Associação Feira da Roça de Nova Iguaçu foi fundada pelos feirantes de diversas áreas de Nova Iguaçu, como por exemplo, Tinguá, Jaceruba, Campo Alegre e Marapicu. A AFERNI é a associação que reúne os feirantes da Feira da Roça de Nova Iguaçu. Os associados reúnem-se todos os meses numa das salas da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu, conhecido como Centro de Formação de Líderes – CENFOR. Através do diálogo, articulado pela CPT, com o então Bispo Dom Luciano¹²⁹ (2002-2019), a AFERNI possui autorização de utilizar um pequeno espaço do CENFOR como sala da Associação. Atualmente, a Feira da Roça de Nova Iguaçu funciona às quartas e sextas. A AFERNI dispõe de um caminhão que recolhe os produtos em todas às áreas dos agricultores que comercializam na feira. O caminhão passa de madrugada pelas áreas rurais Jaceruba, Tinguá e vai até Marapicu recolhendo os produtos para chegar antes das 8h00 na Praça Rui Barbosa. Segundo a EMATER de Nova Iguaçu¹³⁰, o caminhão, as barracas e as balanças da Feira da Roça de Nova Iguaçu foram adquiridos com a aprovação do projeto enviado ao Ministério do Trabalho. O projeto foi escrito pela EMATER de Nova Iguaçu.

Nos primeiros anos da feira, os agricultores de Marapicu compunham a maior parte das barracas. No entanto, com o passar dos anos esse quadro foi alterado. Nas entrevistas foram identificadas diversas razões que explicam a saída dos agricultores de Marapicu da Feira. A assentada Camila teve que parar de fazer feira devido à enfermidade e, depois, à gravidez. Porém, ela afirma ganhar mais vendendo de porta em porta no bairro ou por encomenda, uma vez que tem sua clientela definida. Trabalhar em casa também possibilita flexibilidade no tempo para cuidar dos filhos e da casa:

Hoje em dia não porque, como eu disse, com esse problema de enfermidade que eu tive, nós paramos a produção. E o que eu mais vendo, ao invés de eu ir lá para feira, eu consigo vender por encomenda. Que aí eu mesmo faço o meu horário, “quero isso, sim, assim, quero banana, quero aipim, quero batata doce...” Aí eu vou lá e comercializo. “Preciso de um sabonete, preciso de um xampu...”, isso aí é direto. Aí agora a gente está com produção de

¹²⁹ Bispo Emérito da Diocese de Nova Iguaçu desde 2019.

¹³⁰ Informação colhida durante o diálogo com um dos técnicos da instituição no dia 13 de abril de 2020.

sabão, fazendo reaproveitamento de óleo usado. Tem o pessoal da minha família que recolhe. Pessoal da vizinhança. (Camila, assentada, novembro de 2019)

A comercialização dos produtos no bairro é comum entre os agricultores de Marapicu. Assim como a Camila, a Mara possui clientela fixa da área urbana que se dirige ao lote da assentada para comprar seus produtos. Dessa forma, ela não tem interesse em fazer feira no centro de Nova Iguaçu. Mas ela atenta que quando chove, não consegue vender suas frutas (carambola, acerola e jaboticaba), pois as estradas ficam intransitáveis. O lote da Mara está localizado na parte central do assentamento.

A assentada Catarina parou de fazer feira, devido aos problemas pessoais, mas ressalta a importância da feira para quem produz em menor escala, como os agricultores de Marapicu. A feira possibilita a geração de renda desse perfil de famílias, como afirma a assentada durante a entrevista concedida para a pesquisa:

No principio tinha mais agricultor de Marapicu do que de outros lugares e gente sempre foi para a feira. Porque na feira acaba tem um pouco mais de dinheiro, né. Porque se você vende uma caixa de aipim aqui, faz R\$50. Se for para a feira, tu faz R\$100, porque o quilo é R\$5, R\$4. Se for descascado é R\$5. Então a gente ia para feira porque na feira trazia mais dinheiro para a casa. Eu fiquei na feira, eu não, eu falo eu, mas era meu ex-marido que ia, não vendia, eu produzia junto com ele, mas ele ia para feira vender, até 2016. Fiquei 6 anos. Com a separação ele saiu da feira e eu também. Porque a gente seguiu outros caminhos. Mas a feira é muito importante para quem produz pouquinho, igual a gente né. Quem entrega para atravessador, não faz dinheiro, mas na feira faz. A feira é muito importante para o pequeno agricultor. O que nos dava sustento era a feira da roça. No inicio era uma vez ao mês, depois duas, agora semanal, duas vezes por semana. (Catarina, assentada, setembro de 2019)

Atualmente, duas famílias de Marapicu permanecem diretamente na feira, comercializando além de seus produtos, os de outras famílias do assentamento, como relata o assentado Joaquim:

O quiabo eu passo a outra pessoa que é vendido na feira da roça. Quiabo, aipim, jiló eu **repasso** para o Milton e ele revende na feira da roça. Ele já levou muita abóbora e muito jiló daqui. A feira é um bom investimento para os agricultores e se não acabarem com a feira a tendência é crescer. Já trabalhei na feira da roça por um ano. (Agosto, 2019, Grifo nosso)

A partir das entrevistas, observa-se que fazer feira é importante para os agricultores, porém é mais vantajoso quando eles viabilizam a comercialização na própria região do assentamento. Sendo assim, não há interferência na geração de renda se eles não fazem feira, pois há outros meios para comercializar seus produtos. Mas há casos de famílias de Marapicu que já solicitaram uma vaga na feira para comercializar seus produtos. A Associação solicitou a AFERNI por meio de officios barracas para o assentamento.

Esta iniciativa contribuiu para a diferenciação da Regional de Marapicu das demais de Campo Alegre, como pode ser observado na fala da agente da CPT que atua no território desde no final década de 1980:

Então Marapicu consegue fazer uma discussão interna sobre o processo de produção, de comercialização, de formação, de organização, de associação de uma forma muito mais aprofundada. Talvez isso se deve ao fato do Luís ser essa pessoa bem politizada e acaba contribuindo para que essas reflexões aconteçam de forma um pouco mais avançada em relação às demais regionais. E não é a toa que esse processo em Marapicu é que vai desencadear no processo da construção e criação da Escolinha de Agroecologia, da Feira da Roça e do CMDRS que é um tripé importante, instrumentos políticos de garantia de políticas públicas para os trabalhadores com os quais Marapicu esteve profundamente envolvido na criação desse tripé. (Sônia Martins, agente da CPT, novembro de 2019)

A pesquisa pontuou as principais linhas de atuação da Associação dos Camponeses do Marapicu, principalmente, dentro das arenas políticas. Dessa forma, a Associação passa a ter centralidade no processo de luta e permanência na terra. A luta pela terra, no contexto de Marapicu, também é uma luta pelo acesso às políticas públicas. A afirmação da assentada Sabrina declamada em reuniões, “*estamos invisíveis*”, referem-se à ausência do Estado no assentamento de reforma agrária pertencente ao município. Portanto, o processo de invisibilidade está relacionado à atuação do Estado na promoção de políticas públicas. A conquista da feira, a participação dos jovens na escola agrícola, a construção da LEC e a mobilização para o retorno das áreas rurais são exemplos da atuação da Associação frente ao processo de invisibilidade do território rural. A Escolinha de Agroecologia, por sua vez, é compreendida como um processo interno de construção do saber e de novas tecnologias que contribuiu para a formação dos agricultores a partir de um novo paradigma, a agroecologia.

Do exposto, a Associação dos Camponeses do Marapicu é um instrumento de luta do grupo social que se estabeleceu no território rural. De fato, ela é utilizada pelos atores sociais para regulamentar o cotidiano de Marapicu e para institucionalizar, reconhecer o assentamento de reforma agrária. No entanto, apesar das ações realizadas ao longo do tempo, a Associação encontra-se fragilizada. Dessa forma, analiso, na próxima seção, o contexto atual da organização política a partir da compreensão dos entrevistados.

4.2. O contexto atual da Associação dos Camponeses do Marapicu a partir do olhar dos atores sociais

Antes de iniciar a discussão dessa seção, afirma-se que a Associação não representa somente os associados, ela representa o território, incluindo a diversidade de atores sociais presente nele. A afirmação pode ser observada na fala da assentada Sabrina, durante uma conversa informal: *“Você não é obrigado a ser associado para ser representado pela Associação.”* No regimento vigente¹³¹ da ACM são estabelecidas as condições para ser associado, dentre elas: ser agricultor, ser assentado da reforma agrária e estar produzindo, no mínimo há dois anos. Como já discutido, há no território rural famílias agricultoras que estão aguardando para serem cadastradas no SIPRA do INCRA e/ou não receberam o Título da Prefeitura. No entanto, tais condições não implicam na identidade de agricultores dos atores sociais de Marapicu. As famílias agricultoras participam da Associação, têm voz para opinar, mas não possuem o direito a voto.

Para que fosse possível analisar a relação dos atores sociais com a Associação dos Camponeses do Marapicu foi incluída ao roteiro da entrevista, uma pergunta para que eles pudessem expor a opinião sobre a organização política. Ao analisar as respostas de cada entrevistado foi possível identificar distintas interpretações dos atores sociais sobre a organização política local: representante do assentamento perante o poder público; conselheira; regulamentadora das regras do assentamento; mediadora dos conflitos; e provedora de ações.

É importante pontuar que durante a pesquisa de campo foi identificado dois aspectos que constata um ambiente de fragilidades na organização da Associação dos Camponeses do Marapicu: i) a dinâmica da associação está concentrada numa única liderança; ii) e a dificuldade de formar novas lideranças. Os dois aspectos foram problematizados pelo assessor técnico da Prefeitura Rafael:

Tinha uma dificuldade das pessoas que já estavam cansadas e que já tinham assumidas em outros momentos de ajudar dona Sabrina de ficar com as coisas, ficava muito sobrecarga na dona Sabrina, todo mundo achava importante, mas eu acho que faltava essa condição dos jovens e dos pais desses jovens terem ficado lá para poder estar se revezando. Estava todo mundo muito cansado e, isso a gente acha em todas as cooperativas, esses desgastes que são justamente castigos que os responsáveis por políticas públicas acabam deixando, vai desgastando inclusive as relações. As pessoas estão sobrecarregadas mesmo, estão desanimadas de tanto ficar sendo castigada pelas políticas públicas dos gestores, sejam eles federais, municipais e estaduais... (Rafael, assessor técnico da Secretaria de Agricultura, novembro de 2019)

¹³¹ Criado em 1986.

O assessor técnico observa que, na época do seu trabalho, o ambiente do assentamento já era de cansaço e desânimo, fato que desgasta as relações existentes. Para ele, o contexto de desânimo é provocado pelos responsáveis por políticas públicas quando não as executa no território.

Analisa-se a concentração de responsabilidades numa única liderança a partir do contexto de cansaço e desânimo dos associados. Estes não vêem melhoras no assentamento, mesmo diante das inúmeras solicitações enviadas à prefeitura por meio de ofícios. A Associação é a responsável pelo envio de tais ofícios. No ano de 2019, por exemplo, foram enviados ofícios à Procuradoria Geral do Município para cobrar as responsabilidades da Prefeitura no território; e à Empresa Municipal de Limpeza Urbana de Nova Iguaçu – EMLURB e à Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu – CODENI para solicitar a limpeza do Rio Cabuçu. Com relação ao segundo ofício, a limpeza do rio não foi realizada até o presente momento. É diante desse contexto de desânimo, que alguns diretores da Associação se privam de algumas responsabilidades, concentrando-as em uma ou duas lideranças, como observa o assentado Erasmo durante a entrevista:

E se não tem, como aqui, fica muito difícil de alguém te representar e ir para esses lugares e um só quase não resolve. Essa é a causa da Sabrina. Está aqui há 20 anos ou mais de 20 anos. Fica tudo nas costas dela. Os outros que vão, tem ainda uma meia dúzia que acompanha ela, mas é só aquela meia dúzia mesmo quando muda é muito pouco para mudar. (Erasmo, assentado, setembro de 2019)

A assentada Miriam também observa, durante a entrevista, que depois da constituição do assentamento e da regularização dos sítios as pessoas se acomodaram. Para ela, a acomodação gerou a desunião:

A Associação é importante. Agora o ruim é a pessoa, porque ninguém está querendo mais. Pessoal que pegou os terrenos, todo mundo pegou o terreno e ficou cada um na sua casinha. Era unido (quando era mutirão), porque não tinha terra em mãos sabe, aí se acomodou, o problema todo é esse. (Miriam, assentada, outubro de 2019)

Miriam prossegue dizendo que os jovens deveriam assumir a Associação, mas muitos deixaram o assentamento em busca de melhores condições de vida. Seu filho é um dos poucos jovens que ainda permanecem em Marapicu. No entanto, o filho Flávio concilia a atividade urbana e rural para ajudar na renda da família. Esse fato exemplifica o segundo aspecto de fragilidade da Associação. O êxodo da juventude é identificado na pesquisa como uma das causas que impacta na formação de novas lideranças.

Embora sejam identificadas fragilidades na organização política, a Associação é concebida pelos atores sociais como fundamental para regular o cotidiano do assentamento e para enfrentar o poder público, como explica a assentada Catarina durante a entrevista:

A Associação daqui é a coluna do assentamento, se a gente não tivesse uma Associação organizada, que se reúne todo mês, que faz enfrentamento com o poder público, que chama parceiros. Que para fazer as reuniões é difícil. A gente faz todo mês com dificuldade, nem todo mundo compreende a importância que é ir numa assembleia. Eles acham que estão perdendo tempo, podia estar trabalhando. Mesmo assim, a Associação, e todos os avanços que nós temos hoje foi através da caminhada da Associação. Seja para retornar a área rural, seja para conseguir qualquer investimento, seja para conseguir Rio Rural, qualquer coisa que vem de projetos, que nem é projeto grande, tipo parceria com a ASPTA que veio uma vez aqui e ficou conosco uns dois, três anos. Tudo é via Associação. Se não tivesse Associação, não teria nem mais assentamento, porque a gente não ia ter força para brigar, não ia tá junto. Não tinha mais não, com certeza não. (Catarina, assentada, setembro de 2019)

A assentada ressalta a atuação da Associação mesmo diante do contexto de desânimo dos assentados. Para ela, a condição de existência do assentamento está relacionada à manutenção da Associação no território rural. A ACM, dessa maneira, acumula poder político ao assumir os enfrentamentos com o Poder Público e o direcionamento das decisões no que diz respeito ao assentamento. Nesse mesmo sentido, para o assentado Joaquim, a Associação representa segurança para o agricultor ao lutar pelo seu direito. No entanto, ele observa na entrevista que o descaso e a desunião de alguns agricultores fragilizam a Associação. Mas, quando estes precisam resolver problemas no sítio, como a invasão de bois, logo recorrem à organização política:

A Associação aqui dentro do Mutirão representa uma segurança para o agricultor. Como eu disse antes, tendo apoio do agricultor, a Associação é um grande representante para o agricultor da comunidade. Só que muitos agricultores, não aceita, não colabora e a Associação começa a ficar presa. Poucos ficam andando com a Associação, aqueles que andam juntos com a Associação querem ver o bem da comunidade. A gente se sente amarrado, preso na Associação porque outros não querem apoiar, quer viver sua vidinha particular ali no seu cantinho. Associação para que? Associação não serve para nada, sem fins lucrativos, não ganha dinheiro. Então, como já ouvi aqui dentro de uma meia dúzia, uma Associação não serve para nada. Quando o gado sai e entre no sítio vizinho. Vizinhos que plantam e diz que a Associação não vale nada, a Associação não funciona, só tem nome de Associação, na hora que a corda está no pescoço que tá perdendo a roça dele ou quando o vizinho coloca fogo no sítio e pega no dele, eles correm para onde? Para a Associação. Eles querem que Associação vai para a delegacia fazer um registro de ocorrências e para processar o cara que botou fogo na terra ou que o boi comeu a roça deles. Eles só pensam na Associação quando tá preso, não tem para onde correr, então vamos para Associação, onde eu digo na cara deles, “ta fazendo o que aqui?” Eu falo, eu falo, veio reclamar de gado que entrou na tua roça. Na hora que o animal entra no seu sítio, você

lembra da Associação? Meu irmão compra arame e faz a sua cerca. (Joaquim, assentado, agosto de 2019)

A assentada Luana, por sua vez, ressalta na sua entrevista que a Associação foi fundamental no processo da sua aposentadoria. A organização, por meio do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu, mobilizou a assessoria jurídica para ajudar no processo de aposentadoria dos agricultores. O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS não estava permitindo que estes se aposentassem como agricultores, devido à falta de documentação comprobatória:

A Associação é bom que ajuda. Às vezes você quer um conselho, dona Sabrina está sempre aí orientando a gente, “a não vamos fazer desse jeito, vamos fazer sim”, ela também me acompanhou no negócio da entrada da aposentadoria porque isso eu não tenho sabedoria. Eu estudei, mas sei ler pouco e não sei escrever muito com as letras também. (Luana, assentada, outubro de 2019)

Assim como Luana conseguiu aposentar-se, o assentado Menezes também o fez. Menezes é esposo de Márcia e trabalha na roça desde criança. A organização política junto com os advogados do CDH/NI, reuniram todos os documentos do assentado, como também, testemunhas para comprovar que ele era agricultor. A assentada Madalena também afirma que é graças à Associação que ela conseguiu se aposentar: *“Se eu hoje estou lá aposentada, né, agradeço a que?”*

Na concepção da assentada Camila a Associação é o braço do assentamento que luta pelos agricultores “lá fora”. Durante a entrevista, a agricultora observa que estar na Associação é lutar em comunidade. A organização política foi fundamental para reivindicar ações em prol do território:

E com a Associação, assim, a Associação é o braço que a gente tem para não ficar somente aqui, a gente lutar sozinho. É a nossa voz lá fora. Porque uma coisa é assim, igual estou te falando, “estou trabalhando com venda de sabão”, vou lá pessoalmente, mas tem coisas burocráticas que precisam da Associação para poder não somente você lutar sozinho, mas juntar toda a comunidade. Em questão de documentos que aqui era precário. Graças a Deus nós conseguimos ser inscrito no SIPRA. Na Receita Federal, a gente declara o ITR todo ano. A questão da prefeitura está ali vinculado a gente, infelizmente, mas precisa de um puxão de orelha para poder nos ajudar. E muita coisa... tem os seus lados ruins que são mínimos, causaram problemas, mas muita coisa a Associação conquistou. Se não fosse ter a Associação aqui... a questão de conseguir espaço para vender, conseguir o título que as famílias não tinham, o título da terra. Porque a qualquer momento poderia vir governos diferentes, como Nova Iguaçu... como o caso do Plano Diretor de Nova Iguaçu, teve uma época que estava como se não tivesse agricultura em Nova Iguaçu. Aí a Associação se juntou, foi lá, a CPT junto, A EMATER, lutamos, muitas das vezes levava porta na cara, não era recebido, chá de cadeira, Sabrina sabe muito disso. (Camila, assentada, novembro de 2019)

Nas entrevistas realizadas com os atores sociais de Marapicu e agentes externos ao assentamento, observa-se que a ACM é concebida como um instrumento para manutenção do território rural. Embora, a Associação possua aspectos que limitam a sua atuação, a resistência acompanha o seu cotidiano. A palavra resistência está condicionada a atuação dos atores sociais que se colocam na linha de frente por serem diretores da organização política. No entanto, a realidade de quem está no comando da organização é de ameaças e violência velada que interferem no cotidiano de tais famílias. Como afirma o assentado Joaquim durante a entrevista, *“a Associação começou a encontrar barreiras por causa do próprio governo. Políticos da prefeitura de Nova Iguaçu colocando barreiras, não aceitando, querendo a terra.”* A fala do Joaquim exemplifica a realidade da luta pela terra. Esta passa a ser sinônimo de violência quando grupos políticos, econômicos e financeiros têm seus projetos ameaçados pela reforma agrária.

Não é objetivo da pesquisa tratar sobre essa questão, no entanto, faço uma reflexão sobre o cotidiano de conflitos vivenciado por lideranças que atuam na luta pela democratização da terra. De fato, a busca pela retomada da política de reforma agrária iniciada em 2008 com a constituição do assentamento é a realidade esperada no assentamento pelos seus atores sociais. No entanto, enquanto o Estado se isenta das suas responsabilidades, a ACM cria estratégias para a manutenção da identidade do território de reforma agrária, bem como, a permanência das famílias agricultoras.

4.3. Apropriação simbólica através da afirmação da identidade do agricultor

Abordou-se nas seções anteriores a atuação dos atores sociais, reunidos na organização política, a partir das suas ações e enfrentamentos ao longo das décadas. A atuação da Associação foi sendo desenhada segundo as mudanças que aconteciam no assentamento. As demandas atuais do território diferem-se das demandas da ocupação, pois o território é, atualmente, reconhecido como área de reforma agrária. Os territórios, assim como, as relações sociais não são estáticos, mas dinâmicos. E a partir dessas dinâmicas se dão os processos de territorialização e de construção das identidades territoriais. Nessa direção, as circunstâncias atuais encontradas em Marapicu não podem ser compreendidas de forma negativa e, sim, como elementos conflituosos ou desafios integrantes do processo de territorialização do assentamento, como observado a seguir.

Assim como Pedra Lisa, caso detalhado no primeiro capítulo, Marapicu recebeu famílias originárias de diversas localidades do Estado do Rio de Janeiro. O perfil heterogêneo da ocupação foi marcado pela presença de famílias oriundas das áreas urbanas e rurais, como por exemplo, o caso da assentada Miriam que está desde o início da ocupação. Miriam é casada com o Pedro. Ela era de Governador Valadares (MG) quando conheceu Pedro em Belo Horizonte. Pedro era do Rio de Janeiro, mas tinha viajado para Belo Horizonte. Depois que se conheceram, casaram-se e passaram a morar no Rio de Janeiro. Miriam não era agricultora, apesar de ter morado numa área rural de Minas Gerais.

Eu era lá de Minas Gerais. Ele foi lá. Ele foi em Minas Gerais. A gente se conheceu em Belo Horizonte. Ele foi na casa da colega dele, da Zizi, né. E a gente se conheceu lá. Através do casamento, nós dois viemos para cá. Não tem parente nenhum aqui. A gente morava em Governador Valadares, lá em Conselheiro Pena que é mais mato que Governador Valadares. Lá era fazenda mesmo. Lá era fazenda aquela fazenda de moinho. Lá tinha cana de açúcar... mas nós não trabalhava na roça não. A gente era porque meu pai era metido com negócio de pedra lá, então a gente nasceu para lá e lá a gente... era mato, era mato mesmo. Para ir na casa de um tinha que atravessar morro, atravessar outro morro para chegar na casa do outro. (Miriam, assentada, outubro de 2019)

Como foi dito no segundo capítulo, Miriam escutou num programa de rádio que o Governador Leonel Brizola (1983-1987) estava distribuindo terras para fazer reforma agrária no estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, ela e o marido chegaram à ocupação de Campo Alegre em 1984.

Durante a entrevista, a assentada Mara, agricultora desde criança, relatou que abandonou tudo em Itaguaí para recomeçar a vida de agricultora em Marapicu junto com marido e quatro filhos no final da década de 1980, anos depois da ocupação:

Eu cheguei no fundo do poço, né. Eu desfiz de tudo o que eu tinha lá, Itaguaí, e passei tudo pra aqui. E aqui eu peguei só capinheira e trator entrava e você não via o trator. E aí começamos do zero até, minhas crianças tudo pequeno, para dizer a verdade, cheguei mesmo não tinha onde pegar nada porque você chega, desfaz de tudo que você tem e aí vem para recomeçar. Recomeço foi difícil, mas aí, começamos a trabalhar, trabalhar, trabalhar... as crianças também lutando, lutando... graças a Deus começamos vender. Tem 30 anos aqui já.

O deslocamento das famílias para a ocupação de Marapicu é resultado da busca por melhores condições de vida através das práticas agrícolas. A terra destinada para a ocupação tinha como finalidade o uso para a produção agrícola. O uso e o significado do trabalho com a terra em Marapicu é, portanto a questão central desta seção, a qual será debatida a partir das entrevistas e da pesquisa etnográfica. Ao chegar a Marapicu, as famílias enfrentaram novas realidades, como por exemplo, os conflitos com grileiros

e a falta de infraestrutura do território ocupado, como afirma o assentado Pedro durante a entrevista:

A ocupação não foi fácil não. Nós enfrentamos muita coisa aí dentro, muitos problemas. O problema começou com o Manoel Maluco. Ele chegou lá e não queria deixar de jeito nenhum invadir. Não era invasão. O governo chamou para fazer um acordo com ele, não sei se ele recebeu uma parte. E tinha também o Alemão lá em cima também que chegou dar tiro em cima para as pessoas não entrar. Devia ter umas 50, 60 pessoas. Era homem, mulher e criança. Era todo mundo. A gente começamos lá no bambuzal, começamos a acampar no bambu. Ai depois do bambu, nós viemos aqui para a olaria, uma olaria que estava desativada. Nós ficamos ali. Já finalzinho a gente foi lá para o casarão. Um casarão que tem ali, tem gente que mora lá até hoje. (Pedro, assentado, outubro de 2019)

Mesmo diante dos enfrentamentos, a heterogeneidade presente na ocupação construiu a identidade social de Marapicu a partir das práticas materiais e das representações espaciais. As práticas materiais são compreendidas a partir das demarcações dos lotes e a criação da Associação; as representações espaciais são compreendidas a partir da concepção dos ocupantes, ou seja, para eles a área ocupada deveria ser usada para produção agrícola das famílias. Portanto, a terra era para plantar e as pessoas que chegaram anos depois da ocupação tinham essa compreensão, como o caso do assentado Emiliano que chegou à ocupação no final da década de 1980:

Eu cheguei aqui tem 33 anos. Eu sempre trabalhei em fazendas, trabalhava preparando pasto de fazenda. Então, por último, queria que eu fosse encarregado, mas aí eu já tinha conseguido aquele terreno, agora tem um pedaço de terra. Eu trabalhava em sítio, fazenda. Eu não entrei no tempo da ocupação, comprei um tempo depois. Foi um e pouco depois. Ai, eu tinha vontade de um pedaço de terra para mim ter as minhas plantações. Aí apareceu uma pessoa me oferecendo se que queria comprar o direito (terra) dele. Como eu tinha um plano, eu coloquei um dinheirinho já com o plano de comprar um terreninho para poder fazer minhas plantações. Aí quando apareceu uma pessoa me oferecendo, aí eu achei por bem comprar. Comprei e fiquei assim muito satisfeito de ter realizado aquele sonho que eu tinha, um lugarzinho onde eu plantasse. (Emiliano, assentado, outubro de 2019)

Emiliano, durante a entrevista, disse que o objetivo de ir para Marapicu era ter um lugar para plantar e, assim, o fez. O assentado continua no assentamento, produzindo em seu pomar, um dos mais frutíferos. Ele não mora no sítio, como relatado no terceiro capítulo, devido à violência. No entanto, o cotidiano do assentado é voltado às práticas agrícolas, apesar da sua idade avançada.

A ocupação de Marapicu passou a ser útil para as famílias a partir do trabalho agrícola. Como observado no segundo capítulo, a área foi escolhida por ser considerada como improdutiva pelo movimento da ocupação, o Núcleo Agrícola Fluminense. Houve, portanto, uma reconversão da área tida como improdutiva para uma ocupação com fins de reforma agrária. A área, nessa perspectiva, passa a ter funcionalidade.

Porém, a análise unilateral do território, isto é, o território somente a partir da sua função (uso), desconsidera que o mesmo possua significados para seus atores territorializantes. Utiliza-se Valter Cruz¹³² (2006) para refletir sobre o duplo aspecto do território, como “domínio” e “função” e, ao mesmo tempo, como “apropriação” e “significação/valor”: “O processo de territorialização, seja pela funcionalização (domínio) ou pela simbolização (apropriação), ou pela combinação simultânea desses dois movimentos constrói diferenças e identidades” (CRUZ, 2006. p. 75).

A territorialização, portanto, inscreve-se no sentido de apropriação material e simbólica:

O território envolve sempre ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBEART, 1997, p. 41)

No caso do Assentamento Municipal Rural do Marapicu, a territorialização materializa-se na possibilidade de geração de renda e sobrevivência física com o trabalho na terra. A territorialização pela simbolização resulta da apropriação dos atores do território, a partir da construção e da manutenção da identidade deles como agricultores e/ou moradores de área rural.

No roteiro das entrevistas realizadas com os distintos atores de Marapicu, uma das perguntas questionava se eles identificavam-se como agricultores. A maioria respondeu que sim. A resposta afirmativa era justificada através da explicação de que trabalhavam com a terra ou porque moravam em área rural. O ato de morar na área rural, segundo um grupo de entrevistados de Marapicu, é a principal característica para ser agricultor. Morar possibilita vivenciar todas as fases do cultivo, como podemos observar no trecho da entrevista da Camila:

Eu me vejo (como agricultora). Área rural para mim, por exemplo, é você estar num lugar que você planta, que você colhe, que você produz ali. Aquilo que você vive, o seu sustento, o seu trabalho, a sua moradia. Eu me sinto na área rural. Tanto é que eu brinco com o pessoal, “oh, vamos para a roça?” Saiu do asfalto você está na roça, está na área rural. Falo e com orgulho. Eu tenho prazer de falar, “eu moro na roça mesmo”. Eu sou da agricultura, eu sou do meio do mato. (Camila, assentada, novembro de 2019)

A assentada Camila sente-se orgulhosa em afirmar que é agricultora e que mora numa área rural. A sua identidade se relaciona com a identidade do assentamento, isto é,

¹³² Análise a partir da proposição de Haesbaert (1999): identidades são construídas a partir da relação concreta/simbólica e material/imaginária dos grupos sociais com o território.

ela é agricultora, portanto mora numa área rural. A roça é o lugar onde ele mora com sua família e é onde também produz o alimento.

Nesse mesmo sentido, como afirma a assentada Catarina: ser agricultor é ter relação com o meio em que vive. A explicação foi dada durante a entrevista:

Quando me perguntam, qualquer lugar que eu for, profissão, eu digo que eu sou A GRI CUL TO RA, ainda soletro para ninguém errar. Porque as pessoas acabam ficando com aquele romantismo de que o agricultor é alguém analfabeto, sem dente, rasgado e não é isso, e com o pé cheio de bicho. Que a roça é um negocio distante, quem tá na roça é triste, é coitadinho, não é isso, graças a Deus, há muito tempo. Mesmo sendo uma área que foi ocupada, uma área sem investimento. A qualidade de vida de quem mora aqui é mil vezes melhor de quem mora em qualquer assim desculpa a expressão, em favelinhas, muquifo de cidade. Que aí você tem calor, poluição, barulho, tudo... e pelo menos roça você tem ,desfruta de outras coisas. Você recebe visitas de pássaros, cobrinhas, bom que tem cobra é sinal de que está preservado. Você pode desfrutar de belezas que na cidade não tem mais, principalmente se for da periferia, piorou. Então mesmo que eu hoje não produza aipim, quiabo, maxixe e abóbora eu me reconheço com agricultora. Na minha percepção, agricultor é tipo uma identidade, você é ou você não é. Mesmo se por acaso eu tiver numa cidade eu vou continuar sendo, eu vou plantar num pote, num vasinho, num balde. Ser agricultor está para além do hábito de produzir. E aí, no meu sitio, no meu lote, quando alguém vem aqui, “tu produz o que?”, eu falo, “a produção, hoje, não é o que você tira do solo, fruta é produção, arvores ornamentais é produção.” Tem outras formas de produção. Ervas medicinais é produção. Não é só, a produção que você explora a terra de forma braçal, isso não existe há muito tempo. Tem aqui lugar que é assim, talvez ainda tenha. Mas não e mais assim! (Catarina, assentada, setembro de 2019)

O cotidiano de quem mora no assentamento, como exprime Catarina, possibilita experiências de bem-estar. Para ela, ter árvores frutíferas ou plantar ervas medicinais, fazem parte da rotina de agricultor. Portanto, morar no assentamento, para os entrevistados, significa ter identidade de agricultor, mesmo que não tenha produção em escala, como anseiam os gestores do município. A produtividade do assentamento é, para os gestores, a função principal da área. Isso faz com que o assentamento se reduza a ser somente uma área de produção agrícola e, se não tem produtividade, a manutenção da mesma é questionada. O argumento foi utilizado por pelo assessor técnico Pablo da Secretaria de Agricultura de Nova Iguaçu ao realizar uma visita técnica a área em outubro de 2017. Como nota-se na fala dos atores sociais, o assentamento não é somente um lugar de produção. No entanto, a produção agrícola é responsável pela subsistência das famílias.

O agricultor e assentado Joaquim ao relacionar o ato de morar, a classificação da área como rural e o processo jurídico da terra relacionado ao título do assentamento, afirma que é agricultor. Para isso, durante a entrevista, ele relembrou o processo de

ocupação, enfatizando que o mesmo ocorreu para que as famílias pudessem morar e exercer a atividade agrícola:

Eu me considero morando numa área rural, desde o momento que eu estou plantando dentro de uma comunidade que se diz área rural e nós temos o título como área rural. Temos o documento do assentamento que é área rural. Nós temos o nome de Marapicu em Brasília como área rural. E tem produtores, vários produtores que consideram como área rural. Desde o momento que tem uma fazenda desapropriada dividida em lotes e é feito um assentamento e mesmo antes do assentamento, várias famílias trabalhando, plantando e vivendo da terra é considerada uma área rural, fora da área urbana. Aqui, pelo que conheço, é uma área rural com transições, em torno, de área urbana, crescimento da área urbana. (Joaquim, assentado, agosto de 2019)

No entanto, Joaquim ressalta que a área é rural com transições à área urbana, isto é, o crescimento da área urbana está modificando a paisagem em torno do assentamento. Para ele, o avanço da massa urbana pode invadir a área do assentamento através da negligência do Poder Municipal:

O agricultor fica velho e morre, a esposa morre, os filhos estão na cidade aí vendem a terra. E área urbana começa crescer invadindo a área rural, como tem varias áreas do rio de janeiro. A prefeitura quer o que? Receber imposto. Então, eles fecham os olhos, deixa o crescimento desordenado de bairros invadindo a área rural, como aconteceu agora a pouco a (proposta) diminuição da área rural. (Joaquim, assentado, agosto de 2019)

Como se observa, esse rural está sempre em perigo. A diminuição das áreas rurais, como afirma Joaquim, refere-se ao documento da Prefeitura de Nova Iguaçu que tinha como proposta a redução das áreas rurais do município, incluindo a área de Marapicu. A Comissão Pastoral da Terra teve acesso ao documento no final de 2018. A CPT ao ter ciência da proposta enviou ao Gabinete do Prefeito um ofício solicitando esclarecimentos sobre o documento, e mobilizou uma comissão composta por advogados do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu e agricultores do município. A primeira reunião ocorreu no Assentamento Municipal Rural do Marapicu com a presença do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra, Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu, Comissão Pastoral da Terra, agricultores de Marapicu e representantes das outras regionais de Campo Alegre. Na mesa ao centro, estava o documento da proposta de redução, os documentos do assentamento, o RGI da fazenda desapropriada, entre outros (Figura 32).



Figura 31: Reunião sobre o documento com proposta de redução das áreas rurais de Nova Iguaçu no Assentamento Municipal Rural do Marapicu, outubro de 2018. Foto da autora.

A ênfase dada no parágrafo anterior mostra a preocupação dos agricultores, principalmente de Marapicu, com a aprovação da proposta. A prefeitura, pressionada pela comissão, negou que tenha produzido tal documento, porém o mesmo tinha a logo da prefeitura e o nome da secretaria que produziu a proposta. Porém o surgimento do documento criou um ambiente de dúvidas sobre os interesses da Prefeitura no processo de redução das áreas rurais. Para os assentados de Marapicu, perder parte do território significava mais uma derrota em meio a tantas lutas vivenciadas, como também, a perda de mais um pedaço de terra para plantar. De fato, o processo de redução, se ocorresse, impactaria na identidade do agricultor que utiliza a terra para morar e plantar. Quem poderia garantir que a prefeitura não retiraria as famílias dos seus sítios com a proposta de redução?

Por outro lado, existe o grupo de pessoas que não consideram a área como rural, mas plantam no assentamento. Eles se identificam como agricultores pelo ato de plantar:

Eu não considero área rural não, porque tá muito pertinho da urbana. A urbana tá dentro daqui. Então eu não considero muito rural não. Primeiro, por ser muito perto, né. Quanto maior fosse a distância entre um e outro. É que eles lá costumam vir muito para cá. Tipo, para pegar passarinho, para pegar alguma coisa, para pegar negócio de comer também, quer dizer, eles tem uma facilidade maior de vir né. É o que acontece muito aí. Eu ouço relato de muita gente, de pessoas virem terras aí e roubarem. Roubar aipim, roubar “troço” de uma maneira geral. Eu já ouvi muita gente falar. Os poucos que plantam, eles falam muito isso, que (bandidos) chegam de levar caixas, não é de levar um pezinho não. Eu já ouvi comentários. Aqui também a gente passa por isso, mas não tanto. Não sei se é devido à facilidade que tem de passar para cá. (Erasmão, assentado, setembro de 2019)

Digamos que seja uma semi rural. Uma rural, mas não completo. Por ser tão próxima da cidade que... porque quando se tem uma área mais recuada um pouco, mas sertão mais assim, mas aqui eu acho muito próximo. (João, recente comprar de sítio no assentamento, novembro de 2019)

A identidade de agricultor está somente relacionada ao ato de plantar para comercializar. Para dois entrevistados classificados como produtores¹³³, a proximidade da área urbana ao assentamento descaracteriza, para eles, a área rural.

Nesse ponto, observa-se que a definição de áreas rurais e urbanas não é simples e se coloca, inclusive, como um problema e alvo de reflexão por parte do IBGE. Devido às especificidades encontradas em cada região do país, existem as dificuldades de conceituação de urbano e rural. Na conceituação legal, o rural por muito tempo era visto por exclusão à área urbana, assim como propõe o Decreto-lei Federal N° 311/1938¹³⁴. Porém, ainda que o IBGE baseie seu trabalho na legislação vigente, “a diversidade dos aspectos territoriais observados levou a instituição a buscar maneiras de adequar este conceito, eminentemente legal e político-administrativo, à realidade observada” (IBGE, 2011, p.38). A proposta do IBGE sobre a adequação da realidade na classificação dos territórios foi assunto debatido no Seminário¹³⁵ “Rediscutindo o Rural e o Urbano para Produção e Análise de Informações Estatísticas”, realizado em outubro de 2018. No Seminário, muitos questionamentos foram apresentados quanto à classificação de urbano e rural no Brasil, pois existem territórios urbanos com traços de ruralidades e territórios rurais com urbanidades no seu cotidiano.

Os dois produtores entrevistados participam da Associação, mas que não moram em Marapicu, portanto, não participam integralmente do cotidiano do assentamento de reforma agrária. Ambos desempenham atividades urbanas conciliadas com as atividades de agricultor. Observa-se, nesse caso, que a produção é a condição exclusiva para ser agricultor, segundo eles. A terra, nessa perspectiva, é compreendida como modo de produção. No entanto, é importante ressaltar que ambos afirmam que não moram no assentamento devido à violência e à falta de infraestrutura:

Se a pessoa não tiver força de vontade, gostar disso conforme... a pessoa cansa por falta de investimento da prefeitura, por falta de um apoio da prefeitura. A pessoa cansa aqui. Chegou uma época poucos dias atrás, poucos meses atrás, conforme você ficou sabendo, nós ficamos intransitáveis aqui. Nós não tínhamos estrada para entrar nem a pé, de carro não, nem a pé. Então

¹³³ Aqueles que algum dia morou no assentamento e por algum motivo foram embora, mas continuam tendo relações com o assentamento a partir da atividade agropecuária sem utilização de mão de obra de terceiros.

¹³⁴ Decreto-lei Federal N° 311, de 02 de março de 1938 que dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências.

¹³⁵ Participação como ouvinte.

a pessoa luta por tudo isso e procura melhorias e vê que tudo o que coloca, está jogando no lixo, a pessoa desanima. Eu praticamente sim, todos os dias. Só quando eu tenho alguma coisa para resolver lá para baixo que eu deixo de vim. (João, recente comprador de sítio no assentamento, novembro de 2019)

Há um ponto importante a ser observado na fala do entrevistado: *se a pessoa não gostar disso, cansa*. O cotidiano no território, como detalhado no terceiro capítulo, é de adversidades, principalmente para quem mora no assentamento e vive somente da produção advinda dele. Dessa forma, desempenhar a rotina de agricultor em Marapicu não é tarefa fácil. No entanto, ao final da entrevista o produtor João afirma que deseja trazer sua família para morar no assentamento, pois ele sonha em ser agricultor.

Para um grupo, produzir é condição exclusiva que o identifica como agricultor; para os que moram e desempenham a atividade agrícola, é considerado que ser agricultor é ter relação com o meio em que vive, incluindo o ato de plantar. Observa-se, portanto, que Marapicu é desenhado segundo as práticas agrícolas das famílias, que por sua vez, orientam à noção da identidade do agricultor.

É possível ainda problematizar a relação entre território e identidade a partir do processo de alteração do nome da Associação. No ano de 2018, a Associação dos Camponeses do Marapicu iniciou um processo de regularização perante a Receita Federal. A morte do Luís Fernando, somada ao adoecimento de algumas lideranças gerou uma instabilidade na organização política. A partir dos meados da década de 2010, a Associação deixou de cumprir suas obrigações perante os órgãos responsáveis. Como consequência, houve um acúmulo de multas e a Associação estava inativa perante a Receita Federal.

Diante desse contexto, os diretores da ACM, a Comissão Pastoral da Terra e a assessoria jurídica do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu, criaram uma comissão para regularizar a Associação na Receita Federal. Nesse mesmo período, a diretora Sabrina apresentou uma proposta de alteração do nome da Associação. A Associação dos Camponeses do Marapicu, se todos concordassem, passaria a ser Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Rural Marapicu. Sabrina, durante as assembleias¹³⁶, afirmava que a palavra “Agricultores Familiares” permitiria maior visibilidade ao assentamento. A explicação da assentada nas reuniões se estabelecia de duas formas: a) na identificação de agricultores familiares no assentamento rural; b) e na existência de uma Legislação Federal com o referido nome, Lei Nº 11.326, DE 24 de Julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar). Com efeito,

¹³⁶ Registro de campo das assembleias do dia 26 de janeiro e 16 de fevereiro de 2019

colocar o termo “Agricultores Familiares” no nome da Associação identificaria que há agricultores no assentamento rural, mas também, colocaria o assentamento nos mesmos termos da Lei Federal. De fato, Agricultura Familiar é uma categoria genérica que diz respeito à heterogeneidade de atores do campo, mas tornou-se popular na última década, principalmente, em questões de políticas públicas. O termo passa a ser utilizado estrategicamente pela Associação para dar visibilidade política ao assentamento: *“Marapicu tem agricultor!”*

Após as explicações apresentadas pela liderança, a alteração do nome foi consenso entre os associados. A mudança do nome requeria a mudança do Estatuto, que era de 1985, sendo, portanto, arcaico e não respondia a realidade atual. Dessa forma, o processo de regularização foi acompanhado pela construção do novo Estatuto¹³⁷ e pela alteração do nome da Associação. As mudanças só foram possíveis após a realização de assembleias para que os associados pudessem acompanhar o processo, opinar e dar o aceite. Todo o processo foi assessorado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT e a assessoria jurídica do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu. Na assembleia (Figura 33) do dia 29 de junho de 2019, após a leitura do novo Estatuto pelo advogado do CDH/NI, os associados concordaram com a proposta, salve algumas alterações. E no dia 27 de julho de 2019, os associados elegeram a nova diretoria da Associação. É importante ressaltar que as alterações tanto do nome quanto do Estatuto estão em andamento devido aos trâmites burocráticos.

¹³⁷ O antigo foi construído no tempo da ocupação.

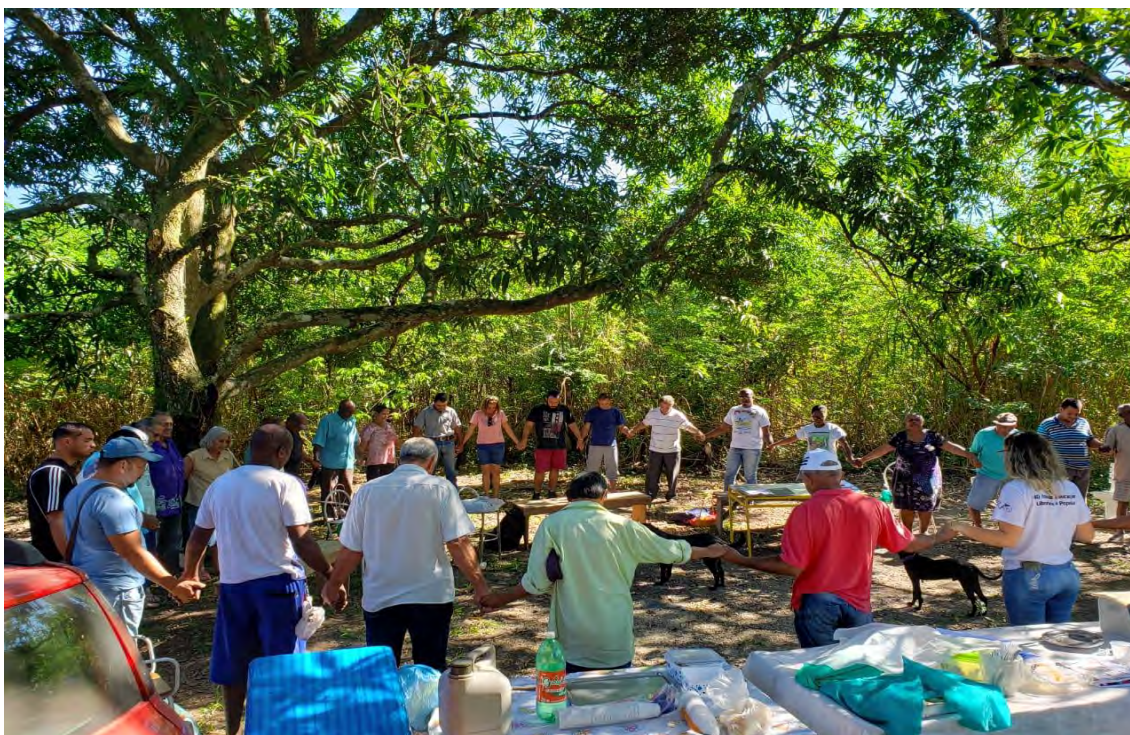


Figura 32: Assembleia para aprovação do novo Estatuto, 29 de junho de 2019. Foto da autora.

A discussão anterior tratou sobre como ocorreram concomitantemente os processos de regularização da Associação, da construção do novo Estatuto e da alteração de nome da organização. Este último será discutido a seguir a partir da compreensão dos atores sociais, isto é, como eles compreendem essa mudança. No roteiro de entrevista havia um ponto para que os agricultores contassem o que pensam sobre a mudança de nome da Associação.

Para Joaquim, a mudança de nome possibilita trazer melhorias para comunidade que, hoje, é assentamento. A categoria agricultor faz com que a comunidade seja reconhecida:

É uma proposta de mudança para melhoria. Porque se você melhora o nome, modifica o nome de uma área rural de acampamento para assentamento há interesses de melhoras para a comunidade. Vai deixar de ser um agricultor fantasma para um agricultor cadastrado. Você vai ter mais liberdade em dizer, “eu sou agricultor do assentamento de Marapicu”. Traz reconhecimento para comunidade. (Joaquim, assentado, agosto de 2019)

A assentada Camila tem concepção similar ao de Joaquim. A mudança no nome, para ela, reflete que existe uma realidade distinta da ocupação, isto é, são reivindicações distintas do movimento da ocupação. Ela vê de forma positiva a mudança do nome da Associação:

Eu acho mais viável. Não é agricultura familiar? Então tem que estar dentro. Camponeses, para mim, é aqueles que vieram para cá no início, fizeram toda aquela trajetória. Agora a realidade é outra. Agricultura familiar, ou seja, você está dentro. Você já está vivendo ali, está identificado como agricultor

familiar. Eu acho bom desde que lutem com esse benefício mesmo. (Camila, assentada, novembro de 2019)

Ambos enfatizam que a realidade do assentamento não é mais aquela vivida na ocupação. A Prefeitura iniciou a política de reforma agrária, constituiu a área em assentamento, o INCRA reconheceu e conferiu títulos aos moradores, entre outras reivindicações alcançadas. No entanto, as problemáticas que eles vivenciam hoje, e que implicam negativamente na reprodução social das famílias agricultoras, é resultado da não continuação da política de reforma agrária. Não se pretende afirmar que a realidade atual é melhor ou pior da realidade da ocupação. São processos distintos que devem ser analisados no contexto de cada época. O eixo da discussão sobre a mudança do nome da Associação está na relação entre território e identidade que configura a identidade territorial do assentamento.

Nessa direção, a pesquisa utiliza a análise de Valter Cruz (2006) sobre as identidades territoriais construídas no espaço vivido:

São identidades pautadas na apropriação simbólico-expressiva do espaço, nos “resíduos irredutíveis” ao domínio lógico-racional e estratégico-funcional do espaço: o uso, o vivido, o afetivo, o sonho, o imaginário, o corpo, a festa, o prazer etc. (CRUZ, 2006, p. 77)

A identidade territorial, nessa perspectiva, é configurada no cotidiano dos atores sociais que se apropriam do espaço simbólica e estrategicamente. No caso de Marapicu, o território surge na luta pela democratização da terra e se efetiva no trabalho com a terra:

O território de um assentamento é constituído por um grupo de pessoas que vivem no mesmo espaço e que lá vivem não por se identificarem, mas porque se engajaram em um movimento cuja identidade comum é ser sem terra e cujo objetivo comum é a busca da terra. (MEDEIROS, 2008, p. 218)

O trabalho com a terra inicialmente construído com a ocupação foi sendo alterado diante das mudanças sociais e territoriais do Assentamento Municipal Rural do Marapicu. O ponto crucial do processo de mudança, foi quando algumas famílias começaram a evadir do assentamento, devido ao agravamento da violência na área rural. A terra que foi ocupada e depois constituída em assentamento, passou a ser territorializada pelos seus atores de forma diversa: como lugar de produção, de residência, de exploração e/ou especulação. Esses processos, mesmo conflituosos, constituem a identidade territorial porque marcam a relação que as pessoas têm com o território.

Antônio Candido em seu livro “Parceiros de Rio Bonito”¹³⁸ observa que em toda conjuntura de crise há duas categorias principais de fatos: os da persistência e os da alteração. Os fatos de persistência constituem aquela parte do equipamento cultural e das formas sociais do período anterior que perduram no presente, estabelecendo continuidade entre as sucessivas etapas dum processo total de transformação. Os da alteração são resultados de formações novas criadas pelo grupo, ou nele incorporadas por difusão, para reajuste do seu funcionamento (CANDIDO, 2010). Nessa direção, a compreensão de equilíbrio social está na suposição dos fatos apresentados. Sendo assim, o desequilíbrio social ocorre quando os fatores da alteração sobrepõem-se os da persistência, motivando a recomposição da estrutura vigente. Dessa forma, a conjuntura de crise é definida, “por tensões ainda não resolvidas, ou resolvidas parcialmente, entre os fatores de persistência e os de alteração, podendo originar reorganização ou desorganização mais ou menos profundas da estrutura” (CANDIDO, 2010, p. 186).

Os elementos de persistência, analisando Marapicu, são percebidos na organização política, na produção agrícola, na concepção de reforma agrária e na memória da ocupação; os da alteração referem-se ao processo de expansão urbana, à violência do tecido urbano e à entrada de novos perfis no assentamento de reforma agrária. E, a partir dos elementos debatidos no terceiro capítulo, identifica-se uma situação de crise na identidade do assentamento. A crise, segundo Antonio Candido (2010), pode condicionar a alteração dos padrões tradicionais, o seu desaparecimento ou a sua persistência.

De fato, o contexto atual do assentamento é de envelhecimento da população, de êxodo rural da juventude e de dificuldade de reprodução no campo, uma vez que as famílias buscam no trabalho urbano, melhores condições de vida e também formas complementares de renda. Estes aspectos são relatados na fala da assentada Luana, durante a entrevista, quando afirma que os filhos possuem empregos urbanos, devido à instabilidade do trabalho na terra, mas ajudam o pai aposentado quando possível. Nota-se que o rural não foi abandonado completamente pelos filhos:

¹³⁸ O autor quando escreve os “Parceiros de Rio Bonito” observa, a partir de suas experiências etnográficas nas comunidades rurais de São Paulo no período de 1947 a 1954, que o espaço rural apresenta-se também como um modo de vida e organização social. Esse período coincide com o avanço do modelo urbano-industrial consolidado no Brasil pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O autor adentra nas comunidades rurais para conhecer o caipira paulista e, assim, apresentar seus meios de vida resultado do trabalho na terra. Para isso, o autor relata experiências cotidianas para compreender as formas de organização presentes no território. Candido atenta que há um processo de absorção do caipira pelo processo de urbanização e, conseqüentemente, influência nas condições de vida e relações humanas.

Porque meu esposo falou para eles, ‘olha, é o seguinte, eu já estou aposentado, então eu posso ficar lá, porque eu não dependo daquilo ali. Depende, assim, tem as coisas, hoje vende, amanhã não vende, ou daqui não sei quanto tempo não vende, e vocês como tem família, vai ter família, tem que ter emprego porque a família não vai esperar, né, filho não espera, né’. Filho quer leite, quer mamadeira, precisa de fralda, não sei o que...’ Por isso que meu esposo falou, “vocês me ajudam tal hora, ou tal dia que vocês não esteja trabalhando”, igual eles fazia, via para cá ajudava o Kadu a plantar e ia para escola, lá na Lagoinha, no Carrielo. Vinha aqui ajudar ele e ia para lá. Era assim todo dia, entendeu? (Luana, assentada, outubro de 2019)

A instabilidade da produção agrícola implica negativamente na geração de renda das famílias. De fato, as áreas urbanas oferecem mais oportunidades de emprego em relação às áreas rurais. Flávio, filho dos assentados Miriam e Pedro, desempenha dois tipos de atividade laboral para equilibrar a renda familiar: agricultor no sítio dos pais e padeiro na área urbana vizinha. Mesmo desempenhando as duas atividades, o filho de agricultores, não abandona e ainda quer privilegiar essa atividade, como afirmou na entrevista:

Eu quero assumir o sítio, já falei já com Sabrina, já falei com minha mãe, meu pai. Porque eu vou fazer cinco anos de casa lá. Eu quero pegar esse dinheiro e investir no sítio. Porque aí eu vou conseguir colocar luz, fazer uma irrigação, preparar a terra, vou comprar insumo, entendeu. E vou botar o sítio para fluir de novo. (Douglas, filho de assentados, outubro de 2019)

Porém, Flávio tem receio de que a expansão urbana, processo vigente na região em torno ao assentamento, pressione a prefeitura a desfazer o assentamento para construção de condomínios populares:

Não sinto segurança. Eu tenho medo da prefeitura em si, o poder público, sei lá... que nem eu te falei, como a urbanidade está se achegando, eu tenho medo da prefeitura, “vou querer essa terra, área e vai ser construído e acabou.” Tirar a gente daqui. (Douglas, filho de assentados, outubro de 2019)

Mesmo sendo desenhado por uma realidade adversa, Marapicu resisti materialmente e simbolicamente através das formas de apropriação e significação dos seus atores sociais. No caso de Marapicu, a apropriação simbólica do território torna-se uma estratégia de permanência através da identidade do agricultor.

As caminhadas da pesquisa de campo do assentamento sempre eram acompanhadas da pausa para o almoço. A liderança que me acompanhava, preparava a comida, colocava na marmita e carregava a refeição dentro da bolsa localizada nas suas costas. Era assim toda vez que eu marcava a ida ao assentamento. E, na pausa da caminhada, geralmente sentávamos debaixo da mangueira para partilharmos a refeição preparada para o almoço. Ela dizia: *“é assim que a gente come quando trabalha na roça”*. Ao terminar o almoço, uma fruta era oferecida sempre acompanhada da seguinte

frase: “*é do sítio do fulano.*” Sempre havia um alimento que tinha sido produzido no assentamento.

O relato proposto é um de muitos processos pertencentes, especificamente, ao território rural. São esses processos que compõem a identidade do assentamento. Marcos Aurélio Saquet (2010), a partir da compreensão Dematteis e Governa (2003) apresenta identidade territorial ou identidade coletiva a partir dos seguintes aspectos: i) a coerência interna de cada lugar; ii) o processo histórico, inerente às tradições, a memória e as atitudes e, iii) a tensão teleológica que remete as projeções futuras. O território pesquisado é fruto de um processo de reforma agrária e, atualmente, é constituído como assentamento de reforma agrária, lugar de passados, presentes e futuros. O passado está na memória do tempo movimento da ocupação; o presente é compreendido no processo de permanência e/ou resistência das famílias heterogêneas diante da ausência ou ineficiência do Estado em gerir o território dado a sua função social; e o futuro desenhado a partir das reivindicações de moradores e/ou agricultores representados pela Associação.

Diante da análise das entrevistas realizadas com os diferentes atores de Marapicu, constato que, apesar das mudanças sociais e territoriais do assentamento, há um esforço em ratificar o território como um lugar de produção agrícola territorializado pelos agricultores familiares. Todos se reconhecem com agricultores através do trabalho ou da relação produtiva com a terra, sendo o elemento mais forte de identidade deles. Porém, alguns atores sociais não concebem a área como rural porque a mesma está no limiar entre ser rural ou ser periferia urbana, e eles próprios vivem esse limiar. Para outros, a área é compreendida como rural mesmo no limiar da área urbana, uma vez que compreendem que o cotidiano vivido por eles é distinto do produzido pelo conjunto habitacional a poucos metros. A discordância entre a concepção de a área ser rural ou urbana reflete, numa dificuldade de classificação que não é só dos atores sociais. E como foi dito, o próprio órgão responsável por essa classificação entende as dificuldades existentes hoje para a classificação de áreas rurais e áreas urbanas.

Os moradores e produtores reunidos na organização local assumem o compromisso de afirmar que na área do assentamento há famílias agricultoras. Eles buscam a manutenção da área, como também, vislumbram um futuro para o território, isto é, o desenvolvimento do assentamento. A produção agrícola é, portanto, uma estratégia política, para garantir renda, para melhorar a estrutura, para a produção e ao mesmo tempo corresponde à afirmação da identidade que eles têm de si próprios como

agricultores e do território como rural. Dessa forma, os atores sociais a utilizam para que o assentamento não corra risco de se desfazer em virtude do comprometimento do Estado. A permanência, portanto, dessas famílias no assentamento representa viver num contexto de adversidades que as colocam invisíveis perante o Estado, mas também, como uma pedra no sapato do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A frase declamada por uma das assentadas “*estamos invisíveis perante o poder público*” é usada novamente, mas para finalizar o presente trabalho. Esta afirmação não só representa a realidade vivenciada pelas famílias agricultoras, como também, sinaliza que o Município não tem interesse em desenvolver a área municipal destinada à reforma agrária. Compreendeu-se na pesquisa que a dita ausência – pelos atores sociais –, na verdade é a presença perversa da Prefeitura de Nova Iguaçu, responsável pelo assentamento de reforma agrária. O Poder Público Municipal, além de não dar continuidade na política de reforma agrária iniciada em 2008, favorece a agenda de urbanização da região em torno do assentamento. Nesse contexto, as famílias de Marapicu são invisibilizadas e o rural não é uma agenda privilegiada. Portanto, os atores sociais não são invisíveis – como o dizem –, mas sim, invisibilizados com a presença perversa do Poder Público Municipal.

Tal presença do Poder Público Municipal no assentamento é compreendida pelos atores sociais de forma ambivalente. Os governos progressistas e/ou de esquerda apresentaram caráter contraditório na sua gestão, como o prefeito Lindberg Farias (2005-2008). Se por um lado a gestão constituiu o assentamento em 2008, por outro, autorizou a instalação do empreendimento Paradiso Clube nas proximidades do assentamento. De fato, a constituição do assentamento foi resultado das reivindicações dos atores sociais que pressionaram a gestão municipal. A gestão conservadora de Nelson Bornier (1997-2002) também apresentou um caráter contraditório no que tange às ações municipais no assentamento. Mesmo não reconhecendo as áreas rurais do município de Nova Iguaçu, a gestão do então prefeito promoveu ações pontuais dentro do território rural, que ainda não havia sido constituído assentamento de reforma agrária. Cabe ressaltar, que ambas as gestões não promoveram políticas agrárias e agrícolas substanciais no território rural. E, a política de reforma agrária realizada por Lindberg Farias se resumiu à constituição do assentamento, somente.

Como observado, a localização do assentamento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (como diz a assentada Sabrina, “*estamos debaixo do suvaco do Cristo Redentor*”) gera complexidades ao pensar o rural e a sua proximidade com o urbano. Dessa forma, é imprescindível que o gestor público, ao planejar políticas públicas agrárias leve em conta essa realidade singular do território rural.

As famílias do assentamento esperam a retomada da política de reforma agrária no território rural, no entanto, elas não aguardam passivamente. A partir da análise da rede de políticas públicas, foi possível identificar que os atores sociais se mobilizam para reivindicar seus direitos de grupo beneficiário do programa de reforma agrária. No entanto, a força para lutar não é mesma encontrada há vinte anos. As famílias que buscam o desenvolvimento do assentamento encontram-se fadigadas e castigadas devido à relação com o Poder Público Municipal.

O desenvolvimento do assentamento condiciona a manutenção da área de reforma agrária, pois permanecer significa melhores condições de moradia e trabalho. O contrário desse processo é o abandono dos sítios por parte dos assentados, descaracterizando a terra destinada à reforma agrária.

A realidade do assentamento analisada a partir das problemáticas conceituais políticas públicas, conflito fundiário e socioambiental e rural agrícola, possibilitou a análise dos processos existentes em Marapicu. Tal análise foi possível a partir do diálogo multidisciplinar entre a História, Geografia, Economia, Sociologia e Antropologia. Esta última direcionou a pesquisa de campo, o qual proporcionou vivências que não seriam possíveis somente na análise bibliográfica ou na metodologia quantitativa, como por exemplo, identificar o medo dos assentados pela dissolução do assentamento.

A pesquisa buscou apresentar e problematizar, a partir do olhar dos atores sociais, os processos existentes no assentamento nas três décadas de sua existência. Sendo necessário, antes, construir uma linha do tempo sobre processo de formação do território da Baixada Fluminense, berço de conflitos fundiários e agrários. Dentre esses conflitos, na década de 1980 ocorreu a ocupação do Projeto Campo Alegre, marco inicial da trajetória de Marapicu.

Destaco na conclusão, a conjuntura política do Brasil no período em que a pesquisa foi realizada. Não pretendo debater tal realidade, mas apontar os desmontes na política de reforma agrária a partir de dois exemplos. São eles: a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016 e, conseqüentemente, a criação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário; e a interrupção de todos os processos de aquisição, desapropriação ou outra forma de obtenção de terras para o Programa Nacional de Reforma Agrária. A gestão do Presidente Jair Messias Bolsonaro enviou memorandos no dia 03 de janeiro de 2019 às superintendências regionais do INCRA determinando a suspensão de tais processos. Há outros exemplos que

demonstram o tipo de comprometimento do atual governo em desenvolver a política de reforma agrária que não cabe aqui detalhar. O objetivo ao mencionar anteriormente os dois exemplos é de situar o leitor no processo histórico brasileiro. Além de contribuir para a compreensão da situação vivida mais recentemente pelos assentados.

A questão central do primeiro capítulo foi de analisar como que o processo de formação do território brasileiro resultou na concentração da terra, um dos principais problemas do país. A concentração fundiária é fruto de um processo histórico, o qual a terra é concebida como ativo financeiro, retida nas mãos de poucos. Tal processo resultou em violentos conflitos por terra no campo brasileiro, principalmente a partir dos anos de 1940. A Baixada Fluminense, em consonância com o cenário violento nacional, foi palco, em distintos momentos, de conflitos entre posseiros, grileiros e proprietários de terra, como é o caso de Pedra Lisa nos anos de 1950. Três décadas depois, a ocupação de Campo Alegre desenhou mais um conflito fundiário, desta vez, trabalhadores urbanos e rurais em busca de melhores condições de vida contra grileiros que especulavam a terra. Compreende-se, a partir da construção do primeiro capítulo que em todos os períodos da história do Brasil observa-se a existência de grandes propriedades utilizadas exclusivamente para render lucro ao concentrador de terras. A concentração fundiária tão somente corrobora para a permanência das desigualdades no campo.

Contraopondo-se à realidade de violência e desigualdade no campo, ambas causadas pela concentração fundiária, a bandeira da reforma agrária é erguida e defendida por diversos setores da sociedade brasileira. A partir dos anos de 1950, o Estado Brasileiro é pressionado a incluir a pauta da reforma agrária na agenda pública, como também, a criar legislação específica. No entanto, o golpe de 1964 interrompeu a luta de homens e mulheres do campo pela democratização da terra, mesmo com a aprovação do Estatuto da Terra, em 1964. A pauta da reforma agrária retorna à agenda pública com a aprovação o I Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, porém mecanismos criados no Plano favorecem a manutenção da propriedade privada. A criação de legislações para a execução da política de reforma agrária possibilitou que assentamentos fossem criados, democratizando a terra. No entanto, há assentamentos de reforma agrária com realidades precárias, devido às fragilidades na política em questão. Tais fragilidades são identificadas também no Assentamento Municipal Rural do Marapicu.

No segundo capítulo foi apresentado e debatido o processo da ocupação da Fazenda Boa Vista, área do Governo Federal. Para isso foi necessário discorrer sobre os processos que antecederam a ocupação: criação do Núcleo Agrícola Fluminense; criação da Comissão Pastoral da Terra na Diocese de Nova Iguaçu; e a ocupação inicial do Projeto de Campo Alegre alavancada pelo Governador Leonel Brizola. A ocupação da Fazenda Boa Vista destacou-se no processo de desapropriação da área e, por conseguinte, a constituição da área em assentamento. Marapicu foi a única regional de Campo Alegre a ser constituída como assentamento. No entanto, durante o processo de reivindicação dos atores sociais em prol da reforma agrária, a área da Fazenda passou a pertencer ao Município. A reforma agrária, dessa forma, foi executada pelo Governo Municipal por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Apesar da execução da política de reforma agrária no território rural pelo Poder Público Municipal, observa-se que esta se restringiu somente à entrega de títulos às famílias cadastradas pelo INCRA. Como resultado da interrupção da política, o assentamento encontra-se com limitações, principalmente, para desenvolver a atividade agrícola, função social do território. Soma-se a isso, a proximidade do assentamento com a área urbana. Os moradores do assentamento não estão preocupados propriamente com a proximidade, mas com as consequências do processo de expansão urbana da região, fomentado pelo Estado.

O terceiro capítulo buscou analisar as problemáticas existentes no assentamento a partir das entrevistas realizadas e da pesquisa de campo. A falta de infraestrutura, violência do tecido urbano, poluição dos rios e a entrada de pessoas no assentamento sem perfil de reforma agrária, foram as problemáticas identificadas em Marapicu a partir do olhar de quem diz estar invisível perante o Poder Público Municipal. Portanto, a pesquisa identificou que há relação entre o ambiente de conflitos e a atuação do poder público. O assentamento está sob a gerência do município, mas este não apresenta uma agenda de ações para dar continuidade à política de reforma agrária iniciada em 2008 com a constituição do assentamento. A pesquisa identificou que durante o período da extinção das áreas rurais houve ações pontuais da prefeitura no assentamento, mas voltadas para a área social, como por exemplo, o agente de saúde. A política agrícola e agrária permaneceu inalterada. No entanto, as ações sociais fomentadas pelo Poder Municipal possibilitaram uma melhora nas condições de moradia e produção, gerando assim, um ambiente animador dentro do assentamento e que refletem a frase: *“não tinha rural no papel, mas tinha homem no campo”*.

É diante da ausência do Estado que a população rural só tem acesso aos serviços básicos, com precariedade, nas áreas urbanas em torno do assentamento. Na área do assentamento não há, por exemplo, serviço de saúde. Devido à ausência dos serviços públicos na área rural, a população do assentamento compreende como positivo a proximidade com a área urbana. No entanto, as consequências do processo de expansão urbana identificadas no assentamento impactam negativamente na reprodução social das famílias, como por exemplo, a poluição dos rios e a violência. Neste caso, a proximidade com a área urbana é compreendida pelos entrevistados com algo negativo, afetando, portanto, o cotidiano do assentamento.

O terceiro capítulo apontou que as problemáticas identificadas interferem na dinâmica do assentamento e colaboram para o esvaziamento da pauta agrária. Para alguns entrevistados, tais problemáticas podem causar a dissolução da área de reforma agrária. Frente a esse processo estão os atores sociais que ainda resistem morando e/ou produzindo na área rural. A resistência de Marapicu é compreendida nas ações e estratégias do grupo social representado pela Associação dos Camponeses do Marapicu.

Os assentamentos de reforma agrária são criados para democratizar a terra e desenvolver a atividade agrícola. As famílias que territorializam os assentamentos são agricultoras ou tornar-se-ão. Dessa forma, a existência de assentamentos de reforma agrária pressupõe a realização do ser agricultor. Sendo assim, no quarto e último capítulo, a Associação dos Camponeses do Marapicu foi destacada devido a sua atuação para a manutenção da identidade do território que está diretamente relacionado com a identidade do agricultor. No caso de Marapicu, a área é territorializada por uma heterogeneidade de atores que possuem distintas concepções sobre a identidade do agricultor. A pesquisa observou, portanto, que essas concepções têm um aspecto em comum: a relação com a terra (morando e/ou plantando). A terra é apropriada tanto materialmente para geração de renda e sobrevivência, quanto simbolicamente através da identidade do agricultor. Dessa forma, a luta pela terra em Marapicu também está ligada à manutenção da identidade deles como agricultores e/ou moradores de área rural.

Mesmo diante do cenário de êxodo rural, há famílias de agricultores que ainda produzem no assentamento, ratificando a função social da terra, apesar das precárias condições de trabalho. Ressalto também as famílias que não moram, mas continuam produzindo. Em função disso, a ACM atua para que as famílias tenham mínimas condições de permanecer na área. Nessa direção, a organização política do território rural foi centralizada no processo de luta pela terra, compreendido na pesquisa, como a

luta contra a invisibilidade do território. A Associação é um ator reivindicador a partir das explicações dos atores sociais do assentamento. A Associação apoiada por uma rede de parceiros como a CPT, a EMATER/Rio, a AS-PTA, entre outros, possui uma agenda de enfrentamentos com o poder público. Ao longo de três décadas, a Associação acumula ações e estratégias que, em muitos momentos, resultaram em políticas públicas não somente para o território, como também, para outras áreas rurais de Nova Iguaçu. Nesse contexto de enfrentamentos, faz-se memória ao Luís da CPT que se destacou no processo de luta pela terra em Marapicu. Luís não se encontra mais presente na área rural, pois faleceu em 2012, mas deixou um legado para os que ficaram na terra. Portanto, a pesquisa buscou compreender etnograficamente como a apropriação simbólica da identidade do agricultor pelos atores sociais do assentamento contribuiu para a permanência das famílias, para a luta pela terra e pelo direito a terra.

De fato, o cenário de adversidades encontrado no assentamento é desanimador e gera incertezas quanto à continuação de um projeto de reforma agrária de três décadas de existência. Desse modo, embora a continuação da área esteja intimamente relacionada à atuação da Associação dos Camponeses do Marapicu, tanto nas arenas políticas quanto no próprio território, faz-se urgente a retomada da política de reforma agrária, uma vez que o assentamento municipal é fundamental para a continuação dos seguintes processos:

- Produção agroecológica para garantia da segurança alimentar;
- Geração de renda das famílias agricultoras;
- Manutenção da biodiversidade;
- Proteção das margens dos afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu;
- Permanência das famílias no campo;
- Democratização da terra;
- Contenção da expansão urbana da região;
- Manutenção dos modos de vida do campo.

Enquanto o Estado não prioriza suas responsabilidades no assentamento, a Associação segue a sua trajetória de enfrentamentos, frente ao processo de invisibilidade do assentamento de reforma agrária.

Anexo 1 – Roteiro de Entrevistas com os moradores e/ou produtores do assentamento

- 1) Fala um pouco de você, o seu nome, idade, profissão, de onde você veio?
- 2) Agora conte como você chegou ao Assentamento, lembra em que período foi? (informação importante, principalmente as pessoas mais velhas têm dificuldades de informar uma data precisa, tente buscar informações por período, acontecimento, e não datas precisas)
- 3) E por que escolheu (ou o que te motivou) ir para o assentamento?
- 4) Você participou da formação do Assentamento? Conta um pouco sobre como foi esse início? (se perguntar se a pessoa sabe, por timidez pode dizer que não sabe...)
- 5) Qual a importância do assentamento para sua família? Tem receio que deixe de ser assentamento? Conta um pouco sobre isso
- 6) Você tem o Título de Concessão Real de Uso de Solo? Qual a importância de se ter o título?
- 7) Você se identifica como agricultor? Por quê?
- 8) O que já produziu no lote? Ainda produz? Mudou alguma coisa? Por que não produz mais?
- 9) Existe uma Feira da Roça em Nova Iguaçu onde alguns produtores comercializam seus produtos. Os alimentos produzidos no seu lote são destinados à subsistência da família ou possibilitam uma geração de renda da família através da comercialização? Como é feita a comercialização?
- 10) Você se vê morando numa área rural ou não e porque?
- 11) Como você define o lugar em que vive?
- 12) Você encontra dificuldades em viver aqui? Quais seriam elas (trabalho, mas também de vida – acesso a serviços que precisa, transporte, etc)
- 13) A Associação dos Camponeses de Marapicu atua no território a mais de 30 anos. Você faz parte da associação? Conta um pouco sobre ela.
- 14) O seu lote é atendido por algum tipo de assistência técnica? Você considera isto importante?
- 15) A área do assentamento pertence ao município de Nova Iguaçu desde 2008. Há algum tipo de ação da prefeitura dentro de Marapicu?

- 16) Conta como é viver numa área rural próxima à área urbana.
- 17) A associação está num processo de mudança de nome. Antes chamava-se Associação dos Camponeses de Marapicu passando a ser denominada Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Rural Marapicu. Conta um pouco sobre essa mudança de nome.
- 18) Quando você pensa nesse lugar chamado Assentamento Municipal de Marapicu o que vem a sua mente?

Anexo 2 – Roteiro de Entrevistas com gestores da Prefeitura de Nova Iguaçu e representantes de instituições e organizações.

- 1) Fala um pouco de você, o seu nome, idade, profissão, de onde você veio?
- 2) Agora conte como você chegou ao Assentamento. Lembra em que período foi? Como foi sua inserção no assentamento?
- 3) Você conhece a história da formação do Assentamento? Conta um pouco sobre como foi esse início?
- 4) Como se deu o processo de titulação das famílias?
- 5) Você poderia citar as principais dificuldades enfrentadas pelos indivíduos de Marapicu (trabalho, mas também de vida – acesso a serviços que precisam, transporte, etc)?
- 6) Você poderia citar a produção do assentamento no período da sua inserção?
- 7) A Associação dos Camponeses de Marapicu atua no território a mais de 30 anos. Conta um pouco sobre ela.
- 8) A área do assentamento pertence ao município de Nova Iguaçu desde 2008. Você poderia citar algum tipo de ação da prefeitura dentro de Marapicu?
- 9) Você considera o assentamento uma área rural? Como você define o assentamento?
- 10) Como você interpreta a proximidade do assentamento com a área urbana?
- 11) A associação está num processo de mudança de nome. Antes chamava-se Associação dos Camponeses de Marapicu passando a ser denominada Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Rural Marapicu. Conta um pouco sobre essa mudança de nome.
- 12) Quando você pensa nesse lugar chamado Assentamento Municipal de Marapicu, o que vem a sua mente?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Valeria de Oliveira. *Reforma Agrária no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Franca : UNESP, 2006

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA. 2003. 297f

ALENTEJANO, Paulo; PEREIRA, João Márcio Mendes. *Terra, Poder e lutas sociais no campo brasileiro: do Golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014)*. *Tempos Históricos*. v. 18, p. 73 – 111, 1º sem de 2014.

ALVES, J. C. S. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de (2002). “*Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções*”. *Espaço e Tempo*, n. 12, p. 11-9.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2018.

Atlas dos Conflitos Fundiários Rurais do Estado do Rio de Janeiro. GeoAgrária. Disponível em:
http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/GRUPO%20M2/ENG_2006_018.pdf. Acessado 06 de maio de 2020.

ATLAS FUNDIÁRIO DO RIO DE JANEIRO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS. Rio de Janeiro, SEAF, 1991.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Dinheiro no Brasil / Banco Central do Brasil*. – 2. ed. – Brasília : BCB, 2004. 36 p.: il.

BASTOS, Elide Rugai. *As ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984

BASTOS, Gabriel de Souza. *Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa*. 2013

BERNARDELLI, M. L. F. H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 33-52. (Geografia em movimento).

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 5 fev. 2020.

BRASIL. IBGE. *Censo Agropecuário, 2017*.

BRASIL. IBGE. *Censo Demográfico, 2010*.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. *Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm

CABRAL, Larissa Aparecida da Silva. *Licenciatura em educação do campo: relações entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e os movimentos sociais*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. 134 f.

CAETANO, De' Carli. *O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará*. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 100 | 2013, posto online no dia 28 outubro 2013, consultado o 25 novembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/5245> ; DOI : 10.4000/rccs.5245

CAMPOS, Marília Lopes de. *Percursos Formativos dos educandos da Licenciatura em Educação do Campo - turma Oséias de Carvalho - UFRRJ 2010-2013*. 1. ed. Brasília: Gráfica F&F, 2014. v. 1. 128p.

CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, 11ª Edição. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2010

Carlos Miranda e Heithel Silva (Organizadores da Série). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras* -- Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21) 476 p., 21 x 21 cm

CEDAE. *Serviços de revisão do plano diretor de abastecimento de água da região metropolitana do Rio de Janeiro, relativamente aos municípios atendidos pelos sistemas Guandu, Ribeirão das Lajes e Acari* – RJ: revisão 0. Rio de Janeiro, CNEC, 2004.

CHELOTTI, Marcelo C. *Reterritorialização e Identidade Territorial*. Sociedade &

COMITÊ GUANDU. *Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim/Comitê da Bacia Hidrográfica Guandu/* organizado por Décio Tubbs Filho, Julio Cesar Oliveira Antunes, Janaina Silva Vettorazzi. --- Rio de Janeiro: INEA, 2012

CONFLITOS POR TERRA E REPRESSÃO NO CAMPO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1946-1988)

COPELLO, Sheila Gutierrez. *Conflitos de Posseiros Rurais em Áreas Periurbanas – Nova Iguaçu*. Monografia de conclusão de curso. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UFRJ, 1983.

CRUZ, Valter. C. *R-existências, Territorialidade e Identidades na Amazônia*. Terra Livre, v. 1, p. 63-89, 2006.

DE' CARLI, Caetano. *O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará*. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 100 | 2013, posto online no dia 28 outubro 2013, consultado o 25 novembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/5245> ; DOI : 10.4000/rccs.5245

DELGADO, Guilherme C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo, Ícone, 1985.

DEMATTEIS, G e GOVERNA, F. *Ha ancora senso parlare di identità territoriale? Atti dei Convegni Lincei, 194 - Convegno internazionale: La nuova cultura delle città*. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, 2003. p. 264-281.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. “*Santo Antônio de Jacutinga: a ascensão de um lugar a partir de seus agentes*”, 2015. Disponível em: https://pinba.files.wordpress.com/2016/07/22_santo-antc3b4nio-de-jacutinga-a-ascensc3a3o-de-um-lugar-a-partir-de-seus-agentes.pdf.

DREIER, John. (coord.). *A Aliança para o Progresso – Problemas e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

ENDLICH, A. M. *Perspectivas sobre o urbano e o rural*. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11-31. (Geografia em movimento).

FELICIANO, Marques Stefani et al. *Educação do campo e EJA do campo. Conquistas dos movimentos sociais e desafios*. Universidade Federal de São Carlos. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brasil: 500 anos de luta pela terra*. In: *Revista Cultura Vozes*, n. 2, ano 93. Petrópolis: Vozes, 1999.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. *Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: A construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro*. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ, 2009.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. *Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras*. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 18, outubro 2002: 28-46.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; JEAN, Bruno; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Regards croisés sur les ruralités contemporaines au Québec et au Brésil*. In: RAMIARANTSOA, Hervé Rakoto; THIBAUD, Bénédicte; PEYRUSAUBES, Daniel (Coord.) *Ruralités Nords-Suds: inégalités, conflits, innovations*. Paris, L'Harmattan, 2008, pp. 341-348.

FLORIT, Luciano Félix. *Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social*. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 36, p. 255-271, abr. 2016.

FORTE, J. M. M. *Memória da Fundação de Iguaçu*. RJ: Ed. Jornal do Comércio, 1933: 65

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967

GEIGER, P. P.; MESQUITA, M. G. C. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956

GEIGER, Pedor Pinchas; SANTOS, Rute Lira. "Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense". *Revista Brasileira de Geografia*, jul.-set. de 1954, nº 3, pp. 291-313.

GIANEZINI, Kelly. Et al. *POLÍTICAS PÚBLICAS: definições, processos e constructos no século XXI*. *Revista Políticas Públicas*. v. 21, n. 2. p. 1065-1084. 2017

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Renato dos Santos. *A educação do campo e o direito à educação das crianças e adolescentes no Município de Nova Iguaçu*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2015. 70 f.

GRAZIANO NETO, José. *Recolocando a questão agrária*. In: Stélide, João Pedro. *A questão no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

GRISA, C. *Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do Estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais*. Sociedade e Desenvolvimento Rural on line – v.4, n. 1 – Jun – 2010. ISSN 1981-1551

GRYNSZPAN, Mário. “*Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense*”. IN: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Inês (orgs.). *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas; o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 e 1980*. São Paulo/Brasília: Editora Unesp/Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, v. 1 pp. 35-56.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRRJ. Dissertação de mestrado. 1987.

HAESBAERT, R. *Concepções de território para entender a desterritorialização*. In: SANTOS, M. et al . *Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43- 70.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. *O território em tempos de globalização*. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. nº 2 (4), vol. 1, Rio de Janeiro, n. 5, p. 39-52 ago. 2007.

HONNETH, A. *Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. São Paulo, Ed. 34, 2003

IBGE. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil : uma primeira aproximação* / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 84p. - (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, ISSN 1517-1450 ; n. 11)

JULIÃO, Francisco. *O que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961

JÚNIOR, Horácio Antunes Sant'Ana, SILVA; Sislene Costa da. *Taim: conflitos socioambientais e estratégias de defesa do território*. Revista Pós Ciências Sociais v.7, n.13, 2010.

LAMOUNIER, B. (Coord.) *Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão*. Brasília: IPEA, 1994.

LEAL, Leila; JÚNIA, Raquel. *Escolas rurais no Brasil: um retrato* Demandas e projetos para escolas de zonas rurais são discutidos por movimentos sociais, trabalhadores, estudantes, pesquisadores e poder público. Poli 13 – Capa. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ. Rio de Janeiro: 2010.

LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., CINTRÃO, R. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo, UNESP/Nead, 2004.

LEITE, Sérgio. *Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados*. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, pp. 157-176.

LITLLE, Paul. *Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, jan./jun. 2006, ano 12, n. 25, pp. 85-103.

LITTLE, P. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290.

LOPES, José Sérgio Leite. *Sobre os processos de “Ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MACHADO, Rubens da Mota. *As transformações nas terras do Morgado de Marapicú: Um olhar sobre o caso das disputas na Fazenda do Sapê*. 2016

MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003

MARTINS, Sônia Ferreira. *A educação do campo como ferramenta pela permanência terra – a experiência de Campo Alegre*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. 2020

MATTEI, L. & SANTOS JÚNIOR, J. *Industrialização e Substituição de Importações no Brasil*. Revista de Economia, v. 35, n. 1 (ano 33), p. 93-115, jan./abril 2009. Editora UFPR

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; et. al. “Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro”. IN: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira. *A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 2ª ed., pp. 7-17

MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio Pereira. *Introdução*. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira. *A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 2ª ed., pp. 7-17

MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio Pereira. *Introdução*. IN: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira. *A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 2ª ed., pp. 7-17

MEDEIROS, R. M. V. Camponeses, cultura e inovações. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.) *América Latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006. p. 281-293.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. *Território, Espaço de Identidade*. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (organizadores). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p. : tabs.-- (Geografia em Movimento)

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. *Território, Espaço de Identidade*. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (organizadores). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular :

UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p. : tabs.-- (Geografia em Movimento)

MENDONÇA, Sonia. *O patronato rural no Brasil recente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MENEZES NETO, Antonio Julio. *A igreja católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. CADERNO CRH, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, Maio/Ago. 2007

MENEZES, Heloísa R. G. 1991 - *Reforma Agrária e Identidade Social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana*. Tese de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola - CPDA, da UFRRJ.

MIRALHA, Wagner. *Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje*. REVISTA NERA – ANO 9, N. 8 – JANEIRO/JUNHO DE 2006 – ISSN 1806-6755

MITIDIERO JR., M. A. *Reforma agrária no Brasil: algumas contribuições sobre a materialização dos assentamentos rurais*. Revista Agrária, São Paulo, n. 14, p. 4-2, 2013. 203 A expulsão do campesinato assentado como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará. Natureza, Uberlândia, 22 (1): 165-180, abr. 2010.

NAVARRO, Z. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. Estud. av. [online]. 2001, vol. 15, n.43, pp. 83-100.

NOVICKI, Vítor de Araújo. “*O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983 - 1987)*”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1992.

PACÍFICO, Alan; CAPRILES, Ana Huara; TINOCO SOUZA, Victor. *Os Planos Diretores (1997-2008) da Cidade de Nova Iguaçu: uma análise do (re) ordenamento territorial do município e a questão rural*. In: Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - UFRN, 2010.

PEREIRA, João Márcio & ALENTEJANO, Paulo. *Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014)*. In: Tempos Históricos. Volume 18, 1º Semestre de 2014, p. 73 – 111.

PERICO, Rafael Echeverri. *Identidade e território no Brasil*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu do ano de 1997

Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu do ano de 2008

POLANYI, K. *A Grande Transformação – As Origens da Nossa época*. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006

PRUDENTE, Leticia Thurmann. *Interface Rural-Urbana: contribuições para o planejamento territorial no BR - caso do Assentamento Marapicu na RMRJ*. 2017. 322 f.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993

RATKE, Bruna Nogueira Almeida; RATKE, Rafael Felipe. *As Políticas Públicas em Projeto de Assentamento Rural: Desafios contemporâneos*. In: COSTA, Beatriz Souza; OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso de.. (Org.). *Direito Agrário e Agroambiental*. XXV Encontro Nacional do CONPEDI - BRASÍLIA/DF. 1ed. Florianópolis: CONPEDI, 2016, v. , p. 55-70.

SABOURIN, Eric. *Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais*. In: *Estud.soc.agric*, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, 2008: 151-184

SANTA ROSA, Virgínio. *Que foi o tenentismo?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Cadernos do Povo Brasileiro, 22. 1963

SAQUET, Marcos Aurélio. *A identidade como unidade processual relacional e mediação no desenvolvimento do e no território*. In: Saquet, M.A. *Abordagens e concepções de território*. 2. Ed., São Paulo: Expressão Popular, pp.147-155, 2010.

SAQUET, Marcos Aurelio. *Por uma abordagem territorial*. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (organizadores). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p. : tabs.-- (Geografia em Movimento)

SAQUET, Marcos. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre/ RS: EST Edições, 2003 (2001)

SCHNEIDER, S e ESCHER, F. *A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural*. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

SEGADAS SOARES, Maria Teresinha de. “*Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro*”. Revista Brasileira de Geografia, abril-junho de 1962, pp. 155-256.

SILVA, Bráulio Rodrigues. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (org.). Seropédica / Rio de Janeiro: EdUR / Mauad X, 2008.

Silva, José Gomes da 1987 *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República* (São Paulo: Busca Vida).

SILVA. L. De Grande Iguaçu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/44%20De%20Grande%20Igua%C3%A7u%20%C3%A0%20Baixada%20Fluminense%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B4mica%20e%20urbana%20de%20uma%20regi%C3%A3o.pdf>> Acessado em: 04 mai. 2020.

SILVA. L. *De recôncavo da Guanabara a baixada Fluminense: leitura de um território pela história*. In: *Recôncavo: revista de História da UNIABEU*, vol3. N 5, 2013

SOSNOVSKI, Anatoli. 1989 - *Brasil rumo à democracia*. São Paulo: Alfa-Omega.

SOUSA, Sonali Maria de. “*A memória dos laranjais na cidade dos loteamentos: considerações sobre os efeitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970*”. Anais do V Encontro Nacional da Anpur, v. 1, 1993, pp. 207-221.

SOUZA, Victor Tinoco de. *Sociabilidade e Território de Um Assentamento Rural Próximo à Área Urbana: Os Laços Entre o Assentamento Marapicu e o Bairro Aliança*. 2013. 147p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2013.

STEDILE, João Pedro; MANÇANO, Bernardo. *Brava gente*. São Paulo: Perseu Abramo, 1996

STELIDE, João Pedro. *Questão Agrária e o Socialismo*. In: A questão agrária no Brasil: O debate na década de 1990. STELIDE, João Pedro (org.). São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013, 2ª Ed.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. 263 p

TINOCO SOUZA, Victor. *Sociabilidade e território de um assentamento Rural próximo à área urbana: os laços entre o assentamento Marapicu e o Bairro Aliança, RJ*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, 2013.

VELHO. Gilberto. *Observando o familiar*. In: Individualismo e Cultura. 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2004. p. 123-132.

XAVIER, Glauber Lopes. *MATOPIBA: a ocupação da nova fronteira agrícola nos quadros do padrão exportador de especialização produtiva*. *Confins* [En ligne], 39 | 2019, mis en ligne le 31 mars 2019, consulté le 07 avril 2020. URL : <http://journals.openedition.org/confins/17590> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.17590>